

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC – SP

ANTONIO MARCOS DEPIZZOLI

CATEQUESE NO BRASIL JUNTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

MESTRADO EM TEOLOGIA

SÃO PAULO

2013

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC – SP

ANTONIO MARCOS DEPIZZOLI

CATEQUESE NO BRASIL JUNTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

MESTRADO EM TEOLOGIA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Teologia com concentração na área Prática, sob a orientação do Prof. Dr. Sérgio Conrado.

SÃO PAULO

2013

Banca Examinadora

Outra questão é a participação efetiva dessas pessoas na vida da Igreja, seja no trabalho evangelizador, seja nos organismos de participação (como conselhos e pastorais). Uma Igreja sem as pessoas com deficiência é uma Igreja mutilada. As pessoas com deficiência estão no coração da Igreja e podem dar contribuições únicas, inéditas e muito necessárias ao crescimento espiritual e fraterno das comunidades. A Igreja precisa descobrir e abrir novos espaços para as pessoas com deficiência. Não basta apenas assistir as pessoas com deficiência, mas é necessário dar-lhes possibilidade de participação mais ativa e determinante na vida e missão da Igreja (Texto-base, **CF-2006**, n. 268).

Aos meus familiares e amigos, aos educadores da fé, nossos queridos catequistas, e ao meu orientador pelo apoio recebido durante a elaboração desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

A Deus: pelo dom da vida e pelas possibilidades de edificar-me sempre de novo a partir de experiências renovadas;

Aos meus pais José Olívio e Maria Judite Depizzoli, aos meus irmãos Otoniel José, Maria Olívia e Inocêncio Edson Depizzoli e aos meus familiares, meus primeiros catequistas: pelos ensinamentos que alicerçaram minha história de fé;

Aos meus catequistas, Vilson, Teresinha do Toninho da Vó, Maria do Dito Lopes, Maria Luiza, Marina, Chiquinho, Clarice, Carma e Reni Mariano: pela generosa dedicação na construção do reino de Deus;

À minha Diocese de Jacarezinho, na pessoa de Dom Antonio Braz Benevente: pelo constante apoio e orações;

A todos com quem tive contato, em particular, aos meus amigos e amigas com algum tipo de deficiência: pelas lições de vida e oportunidades que esses encontros me proporcionaram de eu me tornar melhor;

À Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na pessoa de seu Grão-chanceler, Cardeal Dom Odilo Pedro Scherer: pelos sábios encaminhamentos na construção de uma instituição segundo os valores cristãos;

Aos meus queridos professores e aos companheiros de estudo no Programa de Mestrado em Teologia da PUC-SP: pelo incentivo, exemplo e empenho dispensados;

Aos professores José Ferreira de Melo e Thereza França: pela leitura e sugestões de melhorias no texto;

Ao Professor Doutor Sérgio Conrado, meu orientador e ao coordenador do Programa de Mestrado, Prof. Dr. Mattias Grenzer: muito obrigado pelo trabalho dos senhores. Foi uma alegria ter recebido o título de mestre em Teologia nesta instituição, referência neste assunto.

RESUMO

Esta dissertação desenvolve-se desde a questão catequética no Brasil junto à pessoa com deficiência. Problematiza-se o assunto, tendo como pano de fundo da reflexão teológica, questionamentos como: a pessoa com deficiência tem direito de ser incluída no processo catequético de educação da fé? A tradição cristã oferece, a partir de seu patrimônio bíblico, teológico e antropológico, um itinerário que fundamente o processo educativo-formativo da fé junto à pessoa com deficiência desde a prática de Jesus? Quais as consequências de uma catequese de todos e para todos, inserindo na palavra todos a pessoa com deficiência? A Igreja no Brasil, em sua ação catequética, tem se mostrado aberta às transformações requeridas à evangelização da pessoa com deficiência? O método utilizado é o ver, iluminar e agir muito presente no fazer teológico latino-americano. A pesquisa é de natureza aplicada, isto é, visa gerar conhecimentos para a prática, dirigidos à solução de problemas específicos, no caso, relativos à ação catequética e a formação cristã de pessoas com deficiência na Igreja no Brasil. O procedimento técnico consiste em pesquisa bibliográfica e documental, elaborada a partir de materiais publicados em livros, artigos, eventos e consultas a alguns sítios. Os resultados alcançados pelo estudo são positivos. Verificou-se, primeiramente, que o modelo pastoral catequético, desde a tradição bíblico-teológica judeu-cristã, com ênfase no anúncio do reino de Deus realizado por Jesus, prepara a compreensão atual do conceito inclusão. Em seguida, comprovou-se a hipótese de que a ação catequética da Igreja no Brasil junto à pessoa com deficiência é instrumento privilegiado de desenvolvimento do sentido de comunidade, fraternalmente cristã. E por fim, a CF-2006 e o projeto Igreja Acessível – uma Igreja de todos e para todos – sugerem revisitar o modo de ser e fazer de Jesus e das primeiras comunidades cristãs, adequando os avanços do mundo contemporâneo sobre as referidas bases religiosas e teológicas. A pesquisa mostra-se relevante ao contexto teológico, catequético e pastoral da Igreja na medida em que convida ao diálogo com a hermenêutica bíblica e teológica atuais na perspectiva da pessoa com deficiência como sujeito da fé, dando-lhe visibilidade teórica nos discursos eclesiais; ainda, contribui no conhecimento da ação catequética da Igreja no Brasil junto à pessoa com deficiência e como a catequese torna-se porta para construção de comunidades inclusivas; e por último, incentiva o debate da temática, catequese junto à pessoa com deficiência, como elemento importante na construção de uma teologia inclusiva, levando em consideração o dever moral da Igreja de se organizar segundo o paradigma da inclusão.

Palavras-chave: Catequese. Evangelização. Pessoa com deficiência. Inclusão. Jesus Cristo.

ABSTRACT

This dissertation considers the catechetical matter in Brazil with accent to a person with disability. Keeping in mind the background of theological reflection this subject will be studied; and questions such as: "A person with disability has the right to be included in the catechetical process of faith formation?"; "The Christian tradition offers, from its biblical, theological and anthropological heritage, an itinerary that support the educational process-formation of the faith to a person with disability from the practice of Jesus?"; "What are the consequences of a catechesis of all and for all, since the word all also considers a person with disability?"; "The Church in Brazil, in his catechetical action, has been shown to be open to changes required to the evangelization of a person with disability?"; it will be contemplated. The method used is the view, illuminate and act, frequently used while doing theology in Latin America. This research aims to generate practical knowledge, that is, to address and solve specific problems; particularly here, the catechetical action and the Christian formation of a person with disability in the Church in Brazil. The technical procedure adopted here is formed of bibliographic and documentary research, drawn from materials published in books, articles, events, and the consultation some sites. The results achieved by the study are positive. Firstly, it has been found that, the catechetical pastoral model, since the Biblical-Theological Jewish-Christian tradition, with emphasis on the proclamation of the Kingdom of God accomplished by Jesus, it prepares the current understanding of the inclusion's concept. In addition, it was proved the hypothesis that the Church's catechetical activity in Brazil towards a person with disability is privileged instrument of development of the sense of community fraternally Christian. Lastly, the 2006^s Fraternity Campaign and the project Affordable Church – a Church of all and for all – suggests revisiting the way of being and doing of Jesus and of the first Christian communities, adapting the advances of the modern world on those religious and theological bases. The research shows that it is relevant to the theological, catechetical and pastoral context of the Church dialogue with current theological and biblical hermeneutics from the perspective of a person with disability as the subject of faith, giving him visibility in theoretical Church's speech. It also contributes to the knowledge of the Church's catechetical activity in Brazil towards a person with disability and how catechesis becomes gateway to build inclusive communities. Finally, it encourages discussion of the theme, catechesis to a person with disability, as an important element in building an inclusive theology, taking into consideration the Church's moral duty to organize itself according to the archetype of inclusion.

Keywords: Catechesis. Evangelization. Person with disability. Inclusion. Jesus Christ.

SIGLAS E ABREVIATURAS

1Cor – Primeira Carta de Paulo aos Coríntios

1Jo – Primeira Carta de João

1QM – Primeiro Manuscrito de Qumrã

APADA – Associação de Pais de Deficientes Auditivos

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

At – Atos dos Apóstolos

CaIC – Catecismo da Igreja Católica

CDC – Código de Direito Canônico

CELAM – Conferência Episcopal Latino Americana

Cf – Confira ou Conforme

CF-2006 – Campanha da Fraternidade do ano de 2006

Cl – Carta de Paulo aos Colossenses

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CR – Catequese Renovada: orientações e conteúdo

CT – Exortação Apostólica *Catechesi Tradendae*

DA – Deficiente Auditivo

DGC – Diretório Geral para a Catequese

DNC – Diretório Nacional de Catequese

Dt – Livro do Deuteronômio

Ef – Carta de Paulo aos Efésios

EN – Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*

Ex – Livro do Êxodo

FCD – Fraternidade Cristã de Deficientes

Fl – Carta de Paulo aos Filipenses

Gl – Carta de Paulo aos Gálatas

Gn – Livro do Gênesis

GRECAT – Grupo de Reflexão Catequética

GS – Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*

Hb – Carta aos Hebreus

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Is – Livro do Profeta Isaías

Jo – Evangelho de João
Jó – Livro de Jó
Js – Livro de Josué
Jz – Livro dos Juízes
Lc – Evangelho de Lucas
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais
Lv – Livro do Levítico
Mc – Evangelho de Marcos
MCS – Meios de Comunicação Social
MEC – Ministério da Educação e Cultura
Mt – Evangelho de Mateus
NEE – Necessidades Educativas Especiais
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
PIA – Projeto Igreja Acessível
PNCs – Portadores de Necessidades especiais
Q – Fonte Q
QI – Quociente Intelectual
Rm – Carta de Paulo aos Romanos
Sb – Livro da Sabedoria
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
SUS – Sistema Único de Saúde
TILS – Tradutor / Intérprete de Língua de Sinais
UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

SIGLAS E ABREVIATURAS.....	08
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I: FUNDAMENTAÇÃO BÍBLICO-TEOLÓGICA DO ENSINO DA FÉ JUNTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	16
1.1 ANTIGO TESTAMENTO E PESSOA COM DEFICIÊNCIA: ALGUNS ASPECTOS	18
1.2 JESUS CRISTO ENSINA COM AUTORIDADE.....	22
1.3 EVANGELHOS SINÓTICOS: MATEUS, MARCOS E LUCAS.....	24
1.3.1 Evangelhos Sinóticos: Jesus ensina a todos indistintamente.....	24
1.3.2 Evangelhos Sinóticos: as curas como elemento de construção comunitária.....	32
1.3.3 Evangelhos Sinóticos: ensinamento aos simples, pequeninos	37
1.3.4 Evangelhos Sinóticos: Jesus, as crianças e o reino de Deus.....	40
1.3.5 O Banquete Nupcial em Mateus e Lucas	42
1.3.6 O Bom Samaritano e alguns critérios para a salvação.....	43
1.4 JOÃO, ATOS DOS APOSTÓLOS, TIAGO E CARTAS PAULINAS.....	46
1.4.1 Evangelho de João	46
1.4.2 Atos dos Apóstolos, Tiago e Cartas Paulinas	47
1.5 ALGUNS PRESSUPOSTOS TEOLÓGICOS PARA O ENSINO DA FÉ JUNTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	49
1.5.1 Teologia e Encontro no processo da fé.....	49
1.5.2 Teologia e Imago Dei	52
1.5.3 Teologia, Vulnerabilidade e Pobreza	55
1.5.4 Visibilização da pessoa com deficiência na formação teológica.....	58
1.5.5 Teologia Latino-Americana e a pessoa com deficiência	60
1.5.6 Teologia, Inclusão e Acessibilidade	62
CAPÍTULO II: AÇÃO CATEQUÉTICA DA IGREJA NO BRASIL JUNTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	66
2.1 CATEQUESE INCLUSIVA: UMA POSSÍVEL CONCEITUAÇÃO.....	66
2.2 CATEQUESE JUNTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM ALGUNS DOCUMENTOS PÓS CONCÍLIO VATICANO II.....	76
2.2.1 <i>Evangelii Nuntiandi</i>	76
2.2.2 <i>Catechesi Tradendae</i>	83

2.2.3 Diretório Geral para a Catequese.....	87
2.2.4 Manual de Catequética do CELAM	90
2.2.5 Catequese Renovada: orientações e conteúdo	93
2.2.6 Diretório Nacional de Catequese	99
2.3 SEMINÁRIOS NACIONAIS DE CATEQUESE JUNTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	103
2.3.1 I Seminário Nacional de Catequese Especial	103
2.3.2 II Seminário Nacional de Catequese Especial	105
2.3.3 III Seminário Nacional de Catequese Especial.....	106
2.3.4 IV Seminário Nacional de Catequese junto à Pessoa com Deficiência.....	108
2.3.5 V Seminário Nacional de Catequese junto à Pessoa com Deficiência.....	109
CAPÍTULO III: AÇÃO CATEQUÉTICA A PARTIR DE UMA ESPIRITUALIDADE INCLUSIVA: UM PARALELO ENTRE CATEQUESE E EDUCAÇÃO	113
3.1 O EVANGELHO COMO BASE MORAL DA PRÁXIS CATEQUÉTICA.....	114
3.2 DIREITOS LEGAIS DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO	128
3.2.1 Educação Inclusiva na Constituição Federal de 1988, na Declaração de Salamanca e na Convenção da ONU.....	130
3.2.2 O papel da família na educação inclusiva e a transição da casa para a escola	132
3.2.3 O papel da escola na educação inclusiva.....	134
3.2.4 O papel do Estado e sociedade na educação inclusiva	136
3.3 A IGREJA: DEVER MORAL DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO DA FÉ	139
3.3.1 Campanha da Fraternidade 2006	140
3.3.1.1 <i>A Igreja e a pessoa com deficiência no ver do Texto-base CF-2006.....</i>	<i>143</i>
3.3.1.2 <i>Sociedade e a pessoa com deficiência no ver do Texto-base CF-2006.....</i>	<i>145</i>
3.4 PROJETO IGREJA ACESSÍVEL	147
CONCLUSÃO.....	151
BIBLIOGRAFIA	156

INTRODUÇÃO

A Igreja no Brasil, em sintonia com o que acontece também em outros países, sente a urgente necessidade de repensar o processo de evangelização. Um marco na realidade latino-americana e caribenha, relativo a essa preocupação é a Conferência de Aparecida ocorrida em maio de 2007. Todos e cada membro da comunidade reunida em torno de Jesus Cristo são convocados à renovada experiência do Senhor, que viveu, morreu e ressuscitou pela salvação de todos. A experiência pessoal de Cristo vivo no meio dos seus, faz do cristão discípulo missionário de Jesus para que todos tenham vida. O Diretório Nacional de Catequese transcreve o Diretório Geral para a Catequese para a realidade brasileira, partilhando dessas iniciativas da atualidade da Igreja e com elas somando forças.

Instigada pelos desafios dos dias atuais, a Igreja constata que muitos de seus membros receberam o batismo, mas não a evangelização. O que interessa, de modo particular, ao trazer esta questão na introdução desta pesquisa, é a pergunta pelos avanços para a prática catequética que o paradigma de inclusão pode oferecer. Quando a Igreja, em seus documentos usa a palavra todos o que ela quer significar? Ao observar a complexa realidade que circunda a pessoa, nota-se facilmente a diversidade presente na criação – natureza e ser humano, homem e mulher. A Igreja reconhece que o novo ânimo na evangelização depende do envolvimento de todos os membros da comunidade. Acredita-se que a pessoa com deficiência, seja ela física, sensorial, motora ou intelectual, inserida como sujeito no processo de evangelização, transforma a comunidade da qual participa em forte sinal profético da presença e proximidade do reino de Deus.

O ser humano tem acumulado conhecimento, criado novos conceitos, avançado em diversas fronteiras das mais variadas ciências, ao mesmo tempo em que parece passar ao largo da problemática que desafia a descobrir o outro como semelhante, apesar de suas diferenças físicas e intelectuais. A impressão que se tem é a de se estar diante de um paradoxo; mas a condição humana é tão arraigada sobre a diferença que parece ser a diferença aquilo que de mais essencial a identidade humana deixa entrever.

Não é possível desconsiderar os passos dados na busca da prática da inclusão, sejam eles a nível intelectual, educacional, religioso, econômico, cultural. No entanto, parece que muitas das iniciativas tocam somente o aspecto físico, material. É mister um olhar para além da aparência. A deficiência vista em profundidade revela-se como denúncia da vulnerabilidade comum a todas as pessoas e, ao mesmo tempo, como anúncio da força presente na fragilidade quando os homens se fazem interdependentes. Para além da

deficiência existe uma pessoa. A proposta catequética de iniciação à vida cristã, firmada nos pressupostos de dignidade e inviolabilidade da pessoa humana, engloba o dever moral de incluir no seu itinerário a pessoa com deficiência.

A presente dissertação propõe abordar perspectivas religiosas relativas ao processo educativo da fé das pessoas com deficiência e o seu protagonismo na ação catequética da Igreja no Brasil. Avalia-se, também, o vínculo entre o que é proposto na teoria e a realidade catequética quanto ao processo de inclusão. Para um mundo que pensa sobre diversas situações não pode passar despercebida a urgência e a necessidade de se pensar não a partir de referências que se repetem pela aparência em um número maior de indivíduos, mas por meio da diferença que faz a todos semelhantes, únicos.

O campo de estudo aqui apresentado está delimitado pelo tema *Catequese no Brasil junto à pessoa com deficiência*. O referencial teórico que perpassa toda construção do texto é o da concepção da dignidade e inviolabilidade do homem todo e de todo homem advindo da antropologia teológica cristã. A partir desta base, problematiza-se a temática com questões como: a pessoa com deficiência tem direito de ser incluída no processo catequético de educação da fé? A tradição cristã oferece, a partir de seu patrimônio bíblico, teológico e antropológico, um itinerário que fundamente o processo educativo-formativo da fé junto à pessoa com deficiência a partir de Jesus?

O dever moral da Igreja, discípula missionária de Jesus Cristo, em paralelo com as conquistas legais relativas à inclusão de todas as pessoas, mobiliza o processo de construção de uma Igreja para todos. Quais as consequências de uma catequese de todos e para todos, inserindo na palavra todos a pessoa com deficiência? A Igreja no Brasil, em sua ação catequética, tem se mostrado aberta às transformações requeridas à evangelização da pessoa com deficiência?

Dialogando com esta problemática, estruturou-se a pesquisa em três capítulos. O primeiro deles aproxima-se da tradição bíblica e teológica judeu-cristã na expectativa de relacionar o modelo pastoral catequético atual com sua fonte. Com ênfase no anúncio do reino de Deus realizado por Jesus, fundamenta-se o paradigma de inclusão. O leitor encontrará neste capítulo análises de textos do Antigo Testamento onde a pessoa com deficiência é respeitada como pessoa e outros em que é estigmatizada e excluída do convívio pleno na comunidade de fé. O estudo do Novo Testamento, com particular atenção aos evangelhos sinóticos, aponta para o jeito de ser e fazer plenamente inclusivos de Jesus. Lendo os evangelhos e outros textos do Novo Testamento, comprova-se a superação da concepção de que a deficiência seria um castigo de Deus pelo pecado cometido pela pessoa ou por um

familiar seu. Ainda no primeiro capítulo, discute-se o fazer teológico inclusivo. Para tanto, conceitos como inclusão, acessibilidade, imagem de Deus, pobreza, vulnerabilidade, entre outros são importantes para o debate. Trabalha-se, também, a ausência do sujeito pessoa com deficiência da teologia latino-americana e das propostas formativas das lideranças pastorais na Igreja.

O segundo capítulo inicia-se por um item que auxilia no sentido do que se entende por catequese inclusiva. Continua fazendo um estudo dos principais documentos eclesiais relativos à catequese no pós Concílio Vaticano II, destacando a forma como os mesmos abordam a problemática da educação da fé junto à pessoa com deficiência. Documentos como *Evangelii Nuntiandi*, *Catechesi Tradendae*, Diretório Geral para a Catequese, Manual de Catequética da Conferência Episcopal Latino Americana, Catequese Renovada: orientações e conteúdo e Diretório Nacional Catequético figuram como passos especiais na reflexão teológica por uma catequese de todos e para todos. Lança-se ainda um olhar sobre como a ação catequética da Igreja no Brasil junto à pessoa com deficiência é instrumento privilegiado de desenvolvimento do sentido de comunidade, fraternalmente cristã. Tal constatação firma-se sobre a análise do fazer catequético inclusivo em diversos locais no Brasil junto às mais variadas manifestações da deficiência e, ainda, pela exposição do reflexo dessas iniciativas presentes nos cinco seminários nacionais de catequese junto à pessoa com deficiência.

No terceiro e último capítulo deste estudo, aponta-se para uma espiritualidade inclusiva alicerçada na boa nova de Jesus Cristo. Tal proposta aparece na esteira daquilo que se insistiu durante toda a pesquisa, ser inclusivo não é um apêndice para as comunidades cristãs ou para a catequese, mas nota essencial da Igreja de Jesus Cristo. Abundantes argumentos falam a favor desta hipótese. Com o intuito de se levar a efeito a proposta anteriormente descrita, no último capítulo, relaciona-se a cultura da inclusão na educação por força da lei à espiritualidade inclusiva, pelo apelo moral na identificação com o projeto do reino anunciado por Jesus. Estuda-se, portanto, alguns documentos civis, tais como, Constituição Federal Brasileira de 1988, Declaração de Salamanca e Convenção da ONU. Analisa-se, ainda, o papel da família, do Estado, da escola e da sociedade na educação inclusiva. Na continuação do estudo, o Texto-base da CF-2006 é revisitado, e, na perspectiva de sua efetiva implementação, aparece o projeto Igreja Acessível – uma Igreja de todos e para todos – fundamentada no modo de ser e conviver de Jesus e das primeiras comunidades cristãs, adequando os avanços do mundo contemporâneo sobre as referidas bases religiosas e teológicas.

O método utilizado é o ver, iluminar e agir muito presente no fazer teológico latino-americano. A pesquisa é de natureza aplicada, isto é, visa gerar conhecimentos para a prática, dirigidos à solução de problemas específicos, no caso, relativos à ação catequética e a formação cristã de pessoas com deficiência na Igreja no Brasil. O procedimento técnico consiste em pesquisa bibliográfica e documental, elaborada a partir de materiais publicados em livros, artigos, eventos e consultas a alguns sítios.

Os capítulos foram organizados com o objetivo de fundamentar o envolvimento da pessoa com deficiência como interlocutora no processo de ensino da fé, ressaltando que o paradigma da inclusão é característica essencial da religião cristã. Importante orientar também que o leitor encontrará nas notas de rodapé explicações e definições de termos comuns ao fazer teológico inclusivo. A princípio parece existir confusão no uso da terminologia, imprecisão na conceituação ou falta de clareza para o que se entende ao referir-se ao irmão com deficiência. Alerta-se para o fato de que somente em citações diretas longas ou curtas, e indiretas muito similares à fonte é que se manteve terminologia diversa de pessoa com deficiência. O porquê de se ter adotado a terminologia pessoa com deficiência, aparecendo inclusive, no título da dissertação, vem explanado, logo no início do primeiro capítulo, em longa citação literal, extraída do Texto-base da CF-2006.

Finalmente, a presente pesquisa insere-se na proposta de produção acadêmico-científica do programa de mestrado em teologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – SP. Tendo presente esta realidade, colocou-se o desafio de aproximação da temática de catequese junto à pessoa com deficiência a partir de fundamentos bíblico-teológicos, da realidade desta dimensão da pastoral da Igreja no Brasil, apontando o horizonte a ser trilhado por uma Igreja inclusiva.

A catequese pode contribuir como referência na transmissão de conhecimentos que favoreçam a educação da fé que inclui. Esta inclusão precisa ser apropriada em dois movimentos: um se dá no momento em que a Igreja oferece a todos condições de ingresso na catequese, não se detendo nas diferenças; outro, como consequência do primeiro, se dá quando a Igreja promove a inclusão num nível mais profundo de humanidade alcançando as pessoas para além de seus espaços institucionais.

Estudar o pensamento daqueles que se debruçam sobre esta temática, conhecendo práticas já em andamento em paróquias e instituições, por ventura destacadas na bibliografia analisada, há de agregar elementos positivos no processo de construção de um mundo mais favorável ao desenvolvimento das diversas habilidades. Quiçá, seja este, um importante passo na compreensão da caminhada como povo de Deus, rumo a uma espiritualidade de inclusão.

CAPÍTULO I: FUNDAMENTAÇÃO BÍBLICO-TEOLÓGICA DO ENSINO DA FÉ JUNTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Neste capítulo, pretende-se investigar fundamentos sobre os quais se possam sustentar propostas de envolvimento da pessoa com deficiência no processo de transmissão da fé. Isso será feito, primeiramente, a partir da leitura bíblica do Antigo e do Novo Testamentos, em especial dos evangelhos sinóticos, considerando, dos textos sagrados, aspectos relevantes à pesquisa. E em seguida, por meio da reflexão teológica em diálogo com conceitos próprios do contexto da educação da fé junto à pessoa com deficiência, tais como, encontro, vulnerabilidade, inclusão, exclusão, acessibilidade, interdependência e libertação. Fundamenta-se a escolha da terminologia *pessoa com deficiência* para a elaboração desta reflexão em conformidade com o Texto-base da CF-2006, que afirma:

Pessoa que traz consigo alguma deficiência, seja física, mental, auditiva, visual ou múltipla. Significado: “pessoas com deficiência” passa a ser a expressão preferida por um número cada vez maior de adeptos, boa parte dos quais é constituída por pessoas com deficiência, que no maior evento (“Encontrão”) das organizações de pessoas com deficiência, realizado em Recife (PE), em 2000, conclamaram o público a adotar este termo. Elas esclareceram que não são “portadores de deficiência” e que não querem ser chamadas com tal nome. Eis os princípios básicos para chegarem a esse nome: a) não esconder ou camuflar a deficiência; b) não aceitar o consolo da falsa ideia de que todo mundo tem deficiência; c) mostrar com dignidade a realidade da deficiência; d) valorizar as diferenças e necessidades decorrentes da deficiência; e) combater neologismos que tentam diluir as diferenças, tais como “pessoas com capacidades especiais”, “pessoas com eficiências diferentes”, “pessoas com habilidades diferenciadas”, “pessoas deficientes”, “pessoas especiais”, “é desnecessário discutir a questão das deficiências porque todos nós somos imperfeitos”, “não se preocupem, agiremos como avestruzes com a cabeça dentro da areia” (i.é., “aceitaremos vocês sem olhar para as suas deficiências”); f) defender a igualdade entre as pessoas com deficiência e as demais pessoas em termos de direitos e dignidade, o que exige a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência, atendendo às diferenças individuais e necessidades especiais, que não devem ser ignoradas; g) identificar nas diferenças todos os direitos que lhes são pertinentes e a partir daí encontrar medidas específicas para o Estado e a sociedade diminuírem ou eliminarem as “restrições de participação” (dificuldades ou incapacidades causadas pelos ambientes humano e físico contra as pessoas com deficiência).¹

Tendo presente a abrangência e a clareza da terminologia adotada, adentra-se neste estudo bíblico-teológico da transmissão da fé junto à pessoa com deficiência a partir de algumas perguntas que são apresentadas a seguir. O anúncio do reino de Deus tal como Jesus o empreende é para todos? Ou os discursos, os gestos, as atitudes de Jesus Cristo destinam-se somente a pessoas que preenchem determinado perfil? Compreende-se que, ao enviar seu

¹ CNBB. **Campanha da Fraternidade 2006**: Texto-base. CNBB – São Paulo: Salesiana, 2005, p. 143-144.

Filho ao mundo, na força do Espírito Santo, Deus Pai age de modo gratuito e dadivoso. Aceita-se ainda que a fé, como dom do amor infinito de Deus pelo ser humano, é um elemento especial com o qual o homem reconhece a Deus amor. Teria Deus disponibilizado o dom da fé a alguns homens e a outros não?

O reino de Deus desafia a um modo de ser diferente, a partir do qual se rompe com o isolamento pela construção de comunidade fraterna. O reino se faz, sobremaneira, no nível da vivência, renovando modos de ser e agir. Se a boa notícia de Jesus Cristo aos homens transistasse apenas no espaço da apreensão intelectual dos mistérios revelados, sendo acessível apenas aos “capazes” de elaborar raciocínios requintados, seria uma notícia boa?

Da Igreja, sinal do reino de Deus no mundo, espera-se que se assemelhe, ou se identifique, sempre mais, àquele que estabeleceu suas bases, Jesus Cristo. Do contrário perderia sua força de evangelização e o que tem de mais característico. O esforço pastoral dos filhos e filhas de Deus, regenerados pelo batismo, há de privilegiar o acesso de todos os seres humanos, independentemente de sua condição física ou intelectual, ao amor salvador de Deus.

A Igreja, comunidade cristã, casa de comunhão, torna-se a antecipação da plenitude do reino de Deus, no qual se sentam à mesa, particularmente, os esquecidos da sociedade humana. “Se esperamos a salvação de todos os homens, então desejamos também para nós mesmos aquele inefável prodígio do amor de Deus que nos concede a verdadeira obra salvífica da nossa vida”.²

O Concílio Vaticano II, falando da vocação do homem, afirma que nele, em todo homem, existe uma semente divina. Assim se lê na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, número 03:

Por isso, proclamando a vocação altíssima do homem e afirmando existir nele uma semente divina, o Sacrossanto Concílio oferece ao gênero humano a colaboração sincera da Igreja para o estabelecimento de uma fraternidade universal que corresponda a esta vocação. Nenhuma ambição terrestre move a Igreja. Com efeito, guiada pelo Espírito Santo ela pretende somente uma coisa: continuar a obra do próprio Cristo que veio ao mundo para dar testemunho da verdade (cf. Jo 18,37), para salvar e não para condenar, para servir e não para ser servido (cf. Jo 3,17; Mt 20,28; Mc 10,45).³

Jesus, por meio de quem Deus participa da sorte humana, ilumina o caminho na edificação de uma Igreja para todos. A quem Jesus envolve no processo de anúncio do reino de Deus? O seu ensino provoca respostas formuladas somente na esfera teórica, ou conduzem

² RAHNER, Karl. **Quem é teu irmão?** [Tradução Luiz João Gaió] São Paulo: Paulinas, 1986, p. 9.

³ **Constituição pastoral *Gaudium et Spes***, n. 3. COMPÊNDIO DO VATICANO II. *Constituições, decretos e declarações*. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 145.

à elaboração de novos formatos sociais e comunitários? Como entender e efetuar o convite ao estabelecimento de uma fraternidade universal? Rahner oferece uma feliz interpretação disso tudo quando diz: “não seria totalmente diferente a vida cristã se espontaneamente entendêssemos a máxima do ‘salva tua alma’ no sentido de ‘salva o teu próximo’?”⁴ Observemos, em seguida, o que dizem a respeito, as fontes sagradas contidas no Antigo e no Novo Testamentos, com ênfase nos evangelhos sinóticos.⁵

1.1 ANTIGO TESTAMENTO E PESSOA COM DEFICIÊNCIA: ALGUNS ASPECTOS

Antes da reflexão sobre a prática pastoral de Jesus junto à pessoa com deficiência se faz importante lançar um olhar para os ensinamentos bíblicos referentes a este assunto contidos no Antigo Testamento. Num primeiro momento, parece possível afirmar que não há uma uniformidade de concepções a respeito do tema. Sabe-se que a construção, assim como a desconstrução de um paradigma, processa-se lentamente e em grande parte dão-se por meio do choque de posturas diferentes, que convivem, até que uma se sobressaia.

Ao menos dois textos do Antigo Testamento fundamentam a exclusão e marginalização como consequência da vergonha, da impureza e do estigma tal como era vista a pessoa com deficiência.⁶ Em Levítico 21,17-21 lê-se:

Fala a Aarão e dize-lhe: nenhum dos teus descendentes, em qualquer geração, se aproximará para oferecer o pão de seu Deus, se tiver algum defeito. Pois nenhum homem deve se aproximar, caso tenha algum defeito, quer seja cego, coxo, desfigurado ou deformado, homem que tenha o pé ou o braço fraturado, ou seja corcunda, anão, ou tenha belida no olho, ou darto, ou pragas purulentas, ou seja eunuco. Nenhum dos descendentes de Aarão, o sacerdote, poderá se aproximar para apresentar oferendas queimadas a Iahweh, se tiver algum defeito; tem defeito, e por isso não se aproximará para oferecer o pão de seu Deus.

A nota de rodapé da Bíblia de Jerusalém explica o ter algum defeito afirmando que “Deus é o criador do mundo físico na sua integridade. O defeito do sacerdote, chamado a se aproximar de Deus e a participar mais estreitamente da sua santidade, seria uma contradição”.⁷ Há um risco sempre que tentamos avaliar uma forma de entender o mundo

⁴ RAHNER, Karl. **Quem é teu irmão?**, p. 27.

⁵ “Na Bíblia, a palavra surdo aparece 18 vezes; mudo, 35 vezes; cego, 82 vezes; paraplégico, coxo e paralisia, mais de 50 vezes”. Texto-base, **CF-2006**, nota de rodapé, p. 62.

⁶ Cf. CETINA, Edesio Sánchez. “Ninguém busque seu próprio interesse, e sim o de outrem.” Teologia bíblica da deficiência no contexto da *Imago Dei*. In: COLLOT, Noel Fernández; MENESES, Alexandra; GIESE, Nilton (orgs.). **Teologia e deficiência**. [Tradução Roseli Schrader Giese] São Leopoldo: Sinodal; Quito: CLAI, 2010, p. 64.

⁷ **BÍBLIA DE JERUSALÉM**. Tradução do texto em língua portuguesa diretamente dos originais. São Paulo: Paulus, 2001, nota de rodapé n, p. 200.

distante no tempo. No entanto, lendo o texto do Levítico e a nota correspondente, temos a impressão de que Deus não seria o criador da pessoa com deficiência. Deste modo, ela estaria impedida de aproximar-se dele. Não sendo por ele criada, não seria por ele reconhecida, nem com ele se identificaria num processo evolutivo de santidade, impossibilitada assim de buscar a perfeição. Qualificações como estas dependem de contextos culturais que mudam de uma época para outra.⁸

Outro texto do Antigo Testamento, carregado de apelo à exclusão e marginalização da pessoa com deficiência, encontra-se no Segundo Livro de Samuel 5,8: “Naquele dia, disse Davi: ‘Todo aquele que ferir os jebuseus e subir pelo canal...’ Quanto aos cegos e aos aleijados, Davi os aborrece na sua alma. (É por isso que se diz: os cegos e os aleijados não entrarão no Templo.)” Em nota, a Bíblia de Jerusalém diz simplesmente que “esta frase, sem ligação com o contexto, falta em Crônicas”.⁹

Para Elsa Tamez estamos ante uma atitude de total marginalização desses sujeitos específicos.¹⁰ Os jebuseus insultam as pessoas com deficiência e Davi responde insultando-as também. Esta é uma mostra de como as pessoas com limitações funcionais eram consideradas pela sociedade. E nada menos que pelo rei Davi e os habitantes de Jerusalém, ou seja, os Jebuseus, que nunca saíram da cidade (cf. Js 15,63; Jz 1,21; 19,10-12).¹¹

Por outro lado, observa-se já no Antigo Testamento o esforço de superar a marginalização da pessoa com deficiência constatando certa predileção de Deus por ela. Ele as criou completas, assim como toda sua obra, porém, inacabadas, assim como toda sua obra. Toda pessoa com deficiência ou não, juntamente com toda a criação, é chamada a aperfeiçoar-se.¹²

No Livro do Êxodo 4,11 encontra-se escrito: “Respondeu-lhe *Iahweh*: ‘Quem dotou o homem de uma boca? Ou quem faz o mudo ou o surdo, o que vê ou o cego? Não sou eu, *Iahweh*?’” Esta afirmação está emoldurada pelo chamado e envio de Moisés para ser o instrumento de libertação do povo de Israel do Egito. Dentre as muitas desculpas apresentadas a Deus por Moisés, encontra-se a dificuldade enumerada por ele de que sua boca e sua língua são pesadas, ele não é um homem de falar. O Senhor Deus, de acordo com o texto bíblico, resolve de forma fantástica esta problemática. Indica um intérprete para Moisés, Aarão. “Ele

⁸ Cf. Texto-base, **CF-2006**, n. 203.

⁹ BÍBLIA DE JERUSALÉM, nota de rodapé v, p. 472.

¹⁰ Cf. TAMEZ, Elsa. Graça e rejeição: uma reflexão bíblico-teológica a partir dos sujeitos com limitações funcionais. In: COLLOT, Noel Fernández; MENESES, Alexandra; GIESE, Nilton (orgs.). **Teologia e deficiência**. [Tradução Roseli Schrader Giese] São Leopoldo: Sinodal; Quito: CLAI, 2010, p. 78.

¹¹ *Ibidem*, p. 76.

¹² Cf. CETINA, Edesio Sánchez. “Ninguém busque seu próprio interesse, e sim o de outrem.” Teologia bíblica da deficiência no contexto da *Imago Dei*, p. 65.

falará por ti ao povo; ele será a tua boca, e tu serás para ele um deus” (Ex 4,16). A deficiência de Moisés deixa de ser impedimento para a missão, também a partir da soma dos dons com seu irmão levita.

Outro ensinamento de relevo para esta pesquisa aparece no Livro do Levítico capítulo 19, 14: “Não amaldiçoarás um mudo e não porás obstáculo diante de um cego, mas temerás o teu Deus. Eu sou *Iahweh*”. Para este texto do livro citado, a Bíblia de Jerusalém considera em nota o seguinte: “este capítulo reúne, sem ordem aparente, prescrições concernentes à vida cotidiana, que não são unificadas senão pela referência repetida a *Iahweh* e à sua santidade. Os vínculos com o Decálogo são visíveis”.¹³ Referência a *Iahweh* e à sua santidade e vínculos com o Decálogo. Acredita-se que não há possibilidade, no contexto semítico do Antigo Testamento, de aportes maiores que estes para fundamentar a necessidade de um relacionamento inclusivo com a pessoa com deficiência na vida cotidiana. A dignidade de cada pessoa há de ser respeitada, devido à sua condição de pessoa, e não por características físicas, sensoriais ou intelectuais.

Com paralelos no código da aliança do Levítico, no capítulo 19 do Deuteronômio, dos versículos “14 a 26 os levitas proclamam doze maldições às quais todo o povo responderá amém”.¹⁴ Dentre elas registra-se: “Maldito seja aquele que extravia um cego no caminho! E todo o povo dirá: Amém!” (Dt 27,18). As demais maldições destacam a desonra do pai e da mãe, o deslocamento da fronteira do vizinho, o direito do estrangeiro, do órfão e da viúva entre outras questões de relacionamento com os familiares ou não. A orientação a respeito da convivência com os cegos revela um avanço da lei que exige uma mudança de mentalidade. Ou que já é fruto de uma concepção acolhedora de cada pessoa humana gestada ao longo do tempo.

Destaca-se, também, como Jó se expressa numa sequência de sentenças ao responder à fala de um de seus “amigos”: “Eu era olhos para o cego, era pés para o coxo” (Jó 29,15).¹⁵ O livro de Jó, tendo-o como personagem principal, oferece um sério questionamento à chamada

¹³ BÍBLIA DE JERUSALÉM, nota de rodapé *r*, p. 196.

¹⁴ Idem, nota de rodapé *u*, p. 311.

¹⁵ "E no final das brincadeiras o melhor / é a certeza de que a gente brincou. / Pelo prazer de estar vivo, / pela honra de desfrutar de cheiros, / tatos, barulhos e afetos. / Que a gente ande por aí orgulhosos / dos nossos privilégios e alegrias. / Conta pra mim o que vê e eu andarei por nós. / Olha pra mim, olha por mim e eu te levo. / O mundo todo é assim. / Que seja assim!! / Que quem não canta dance a voz do outro! / Quem não toca, / que dance pousado nos acordes de quem toca! / Porque perfeito, só tudo junto. / Só uma das mãos não faz o aplauso, / só uma boca jamais fará o beijo. / Todos juntos, sim, podem formar a imensa risada, / que quando for realmente enorme, / Deus vai ouvir e nunca mais vai se sentir sozinho..." (Oswaldo Montenegro). PARA NÃO SE SENTIR SOZINHO...

Teologia da Retribuição.¹⁶ Parece que, nesse capítulo, Jó relê a própria vida reivindicando a tal retribuição, mesmo que indiretamente. Ou, para mostrar de fato, que, sendo ele justo, o infortúnio ou a bonança não são recompensa de Deus pela justiça ou injustiça do homem. Envolve nesta problemática, a recordação de Jó como olhos para o cego e pés para o coxo, pode conter um tom mais caritativo que inclusivo. A pessoa com deficiência entendida mais como objeto que como sujeito na convivência comunitária. Por outro lado, justamente a troca ou soma de capacidades diferentes, presentes na lembrança de Jó, é um dos aspectos do jeito de ser inclusivo.

Neste sentido o livro de Jó aborda um tema fundamental para a reflexão teológica relativa à pessoa com deficiência. Questiona justamente a mentalidade da época, e por que não dizer, a mentalidade da contemporaneidade, inclusive, que acredita ser a deficiência um sinal do castigo de Deus pelo pecado (injustiça) da pessoa ou de seus entes queridos e a não deficiência como recompensa pelo estado de graça (justiça) da pessoa e dos seus. Jó busca a superação desta concepção. O mal físico e o sofrimento em todas as suas dimensões não têm sua fonte em Deus. Por outro lado, a deficiência pode ser vista como um mal, sendo ocasião de sofrimento, muito mais pelos impedimentos e barreiras sociais que pela condição vivida pelo próprio sujeito.

Isaías serve-se da figura da pessoa com deficiência para proclamar a plenitude dos tempos. “Então se abrirão os olhos dos cegos, e os ouvidos dos surdos se desobstruirão. Então o coxo saltará como o cervo e a língua do mudo cantará canções alegres, porque a água jorrará do deserto, e rios, da estepe” (Is 35,5-6). “A fim de abrir os olhos dos cegos, a fim de soltar do cárcere os presos, e da prisão os que habitam nas trevas” (Is 42,7). Os evangelhos e os Atos dos Apóstolos releem estas profecias na perspectiva de sua realização nas palavras e ações de Jesus (cf. Mt 5,11; At 3,8; Jo 8,12; Lc 7,22; Jo 9). Mais que perceber a instalação do reino de Deus na cura particular de cada pessoa com deficiência, lembrando que deficiência¹⁷ não é doença,¹⁸ faz-se salutar percebê-lo no processo de cura, ou sanção, de toda uma realidade comunitária e social, que com suas barreiras e impedimentos denunciam o anti-

¹⁶ “Essa teologia que culpava os doentes chama-se teologia da retribuição; era uma teologia que não dava espaço à graça de Deus. Jesus sempre lutou contra essa forma de pensar equivocada. Até os discípulos de Jesus pensavam dessa maneira. Em João 9,2 lemos: “E os seus discípulos perguntaram: Mestre, quem pecou, este ou seus pais, para que nascesse cego?” Essa teologia contrária à graça estende-se até os dias de hoje em muitas igrejas, causando mais dor injusta”. TAMEZ, Elsa. Graça e rejeição: uma reflexão bíblico-teológica a partir dos sujeitos com limitações funcionais, *In: Teologia da deficiência*, p. 80.

¹⁷ “Toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de uma atividade, dentro do padrão considerado “normal” (dominante na maioria, podemos assim entender) para o ser humano.” Texto-base, **CF-2006**, p. 140.

¹⁸ “Processo mórbido definido, com sintomas característicos, que pode afetar o corpo todo ou uma ou várias de suas partes”. *Ibidem*, p. 141.

reino. Nesse sentido a teologia de Isaías apresenta paralelos com a de Jó, do Êxodo, do Levítico e do Deuteronômio quando registram os esforços de superação da segregação, exclusão e marginalização da pessoa com deficiência.

Em Jeremias 31,8 está escrito: “Eis que os trago da terra do Norte, reúno-os dos confins da terra. Entre eles há o cego e o aleijado, a mulher grávida e a que dá à luz, todos juntos: é uma grande assembleia que volta!” O contexto é o da restauração do povo de Deus exilado. A profecia de Jeremias anima a perseverança e fidelidade do povo. Para esta reflexão o conceito de assembleia presente neste versículo de Jeremias revela um avanço considerável no pensamento religioso do seu tempo. Em Jesus, a seguir este aspecto será desenvolvido, o reino, a assembleia realizam-se na medida em que o mais fraco tome parte deles. Mais fraco não porque o é em essência, mas porque, muitas vezes, a sociedade preconceituosa o faz assim.

Por estes textos vislumbra-se um caminho especial de superação do muro de separação erguido entre os filhos de Deus. Em particular a fala de Jeremias toca concretamente na proposta de uma teologia inclusiva, que aperfeiçoaria a pastoral e a ação catequética. Não há como falar em assembleia, unidade, sem primeiro aceitar a diferença.¹⁹ É uma grande assembleia que volta. Assembleia porque contempla a presença de pessoas diferentes, unidas pelo dom de ser pessoa. Daí brota sua inegociável dignidade. Jesus plenificará esta compreensão de dignidade da pessoa em sua ação, que envolve a todos no processo de ensino da fé e de adesão ao reino. O paradigma inclusivo de Jesus sobrepõe a pessoa à deficiência. Ele é mestre por excelência, referencial de aprendizado.

1.2 JESUS CRISTO ENSINA COM AUTORIDADE

A reflexão sobre o ensinamento de Jesus exige certa aproximação das fontes, a fim de se apropriar o mais fidedignamente possível das intenções do autor ao propor que Jesus tem algo a ser transmitido e o faz ensinando como mestre. O pesquisador Giuseppe Barbaglio publicou recentemente um detalhado estudo das fontes históricas a respeito de Jesus. Relativamente à incidência, nas fontes, dos vocábulos “ensinar” e “mestre”, Barbaglio considera que:

A análise do léxico “ensinar” e “mestre” em nossas fontes corresponde àquela sobre o vocábulo “os discípulos”. *Didaskalos* (mestre) recorre uma só vez na fonte Q e

¹⁹ “Só conseguiremos afirmar a dignidade de todos os seres humanos se levarmos a sério nossas diferenças”. Texto-base, **CF-2006**, n. 152.

além do mais em dito geral: “O discípulo não é maior que o mestre” (Lc 6,40 e Mt 10,24s, que acrescenta ali um dito paralelo sobre o escravo e o senhor). O verbo correspondente *didaskhein* (ensinar) está totalmente ausente em Q, em que o falar de Jesus é chamado simplesmente *legein* (dizer). Somente Mt 5,2 chama o discurso da montanha *didaskhein*, mas por iniciativa própria, como mostra a passagem paralela de Lc 5,20, em que temos “dizia” (*elegen*). [...] É Marcos que usa várias vezes quer *didaskalos*, quer *didaskhein*, acoplado com o uso de *mathetai* (discípulos), e o faz em razão de suas finalidades cristológicas, [...] Em outras palavras, aqueles que se congregaram em torno de Jesus eram discípulos-seguidores. E acrescento que Jesus não pode ser representado essencialmente como professor de escola, mesmo se no seu falar não faltavam palavras didáticas de sabedoria, [...].²⁰

Outra questão de grande importância para este estudo diz respeito à perspectiva do ensinamento de Jesus. A quem ele se dirige? Há no seu trabalho de anúncio do reino, como mestre, indícios de que ele tenha privilegiado algum grupo ou seguimento da sociedade? Ainda, as fontes apontam semelhanças e dessemelhanças com determinados agrupamentos de mestres e discípulos contemporâneos de Jesus? No entender de Barbaglio, Jesus é exclusivo, em sua época, tendo em vista que inclui entre seus ouvintes e possíveis seguidores, os marginais. Afirmando a não convergência em pontos essenciais das suas propostas de ensino com a comunidade de Qumran e a corrente de pensamento grego dos cínicos, por exemplo, Barbaglio destaca que:

Além disso, a prospectiva geral do Nazareno era diametralmente oposta, se vista com ralação à inclusão dos marginais, dos impuros e dos não praticantes no espaço da salvação escatológica *versus* o exclusivismo sectário da comunidade qumrânica, cujos membros tinham consciência de serem os únicos filhos da luz, únicos beneficiários da eleição divina, contra todos os outros considerados filhos das trevas. No cinismo tudo é finalizado à autossuficiência do indivíduo (*autarkheia*) e a uma ostensível liberdade (*eleutheria*) das necessidades, influxos externos e paixões (*apatheia*). Outro é o significado do radicalismo do grupo de Jesus [...].²¹

O ensinamento de Jesus atrai gerações através dos séculos, com vitalidade sempre renovada. Esse dinamismo parece ser próprio de iniciativas que promovem as pessoas de modo integral. Estimam-se, com particular solicitude, os aprendizados que contribuem para melhorias no jeito de ser. Ensinar com autoridade, para se aprender com propriedade, requer simplicidade no trato com as pessoas, de modo que os mais simples tenham a sensação de serem tocados concretamente. José Antonio Pagola põe em relevo justamente a capacidade de simplicidade de Jesus, como elemento essencial do entusiasmo despertado por ele nos camponeses da Galileia:

²⁰ BARGABLIO, Giuseppe. **Jesus, hebreu da Galileia**: pesquisa histórica. [Tradução Walter Eduardo Lisboa] São Paulo: Paulinas, 2011. (Coleção Cultura Bíblica), p. 397.

²¹ *Ibidem*, p. 406-407.

Ninguém o põe em dúvida. Jesus entusiasmou os camponeses da Galileia. O reino de Deus, tal como ele o apresentava, tinha que ser algo muito simples, ao alcance daquelas pessoas. Algo muito concreto e bom que até os mais ignorantes entendiam: a primeira coisa para Jesus é a vida das pessoas, não a religião. Ao ouvi-lo falar e, sobretudo, ao vê-lo curar os enfermos, libertar de seu mal os endemoninhados e defender os mais desprezados, eles têm a impressão de que Deus se interessa realmente por sua vida e não tanto por questões “religiosas” que a eles escapam. O reino de Deus corresponde às suas aspirações mais profundas.²²

A pergunta pelas aspirações mais profundas, em algum momento da existência, coloca em evidência a necessidade de dar sentido à vida. Parece que, nessa busca, atinge-se um ponto em que as respostas mais acertadas são aquelas que contemplam o homem como ser de relações. Quanto mais as pessoas se compreendem na perspectiva da fraternidade, mais se aproximam das suas aspirações mais profundas. Para Karl Rahner, “somente na fraternidade se encontra o homem como tal”.²³ A proposta do mestre Jesus de Nazaré dá fundamento à tão necessária fraternidade universal apontada pela *Gaudium et Spes*.

1.3 EVANGELHOS SINÓTICOS: MATEUS, MARCOS E LUCAS

O estudo dos evangelhos sinóticos tem como objetivo fundamentar a hipótese de que Jesus é o mestre que envolve em seu projeto de vida e salvação todas as pessoas, inclusive e privilegiadamente, a pessoa com deficiência.²⁴ Como mestre, Jesus ensina o caminho para a construção de comunidade no respeito à diferença, própria da condição humana. No discipulado de Jesus não há espaço para uns serem objetos de outros. Todos, a partir daqueles que se apresentam mais fragilizados, são elevados, por Jesus, à categoria de sujeitos. Para tanto, algumas perícopes dos sinóticos adquirem especial relevo, tendo em vista o relacionamento de Jesus com as pessoas que a sociedade fragilizou, apresentando-as como a força do reino e para o reino que Ele veio anunciar como a boa notícia.

1.3.1 Evangelhos Sinóticos: Jesus ensina a todos indistintamente

Inicia-se esta abordagem ao processo de transmissão da boa notícia trazida ao mundo por Jesus pelos versículos finais do evangelho de Mateus. Jesus começa sua vida pública na

²² PAGOLA, José Antonio. **Jesus**: aproximação histórica. [Tradução Gentil Avelino Titton] 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 127-128.

²³ RAHNER, Karl. **Quem é teu irmão?**, p. 51.

²⁴ “Os Evangelhos mostram que Jesus está frequentemente cercado de pessoas excluídas, com todo tipo de deficiências. Ele as acolhe e lhes revela a glória de Deus”. Texto-base, **CF-2006**, n. 166.

Galileia e, segundo Mateus e Marcos, é na Galileia que o ressuscitado aparece aos discípulos e lhes confia a missão universal.

Os onze discípulos caminharam para a Galileia, à montanha que Jesus lhes determinara. Jesus, aproximando-se deles, falou: “Toda a autoridade sobre o céu e sobre a terra me foi entregue. Ide, portanto, e fazei que todas as nações se tornem discípulos, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo e ensinando-as a observar tudo quanto vos ordenei. E eis que eu estarei convosco todos os dias, até a consumação dos séculos!” (Mt 28,16.18.19).²⁵

A ordem de Jesus abrange o ir e ensinar. Ir a quem e ensinar o quê? Ir a todas as nações, a todas as pessoas, ensinando tudo o que o Senhor ordenou. Ir e envolver na proclamação do reino dos Céus, sobretudo os deixados à margem, nas encruzilhadas da sociedade. Transmitindo o amor a Deus, e o amor ao próximo, e ensinando a fraternidade, aprendidos de Jesus. “A fraternidade, que é sustentada pelo amor a Deus e que neste amor encontra a sua realização, é a maior coisa que existe. E precisamente enquanto tal representa a possibilidade que é oferecida a todo homem”.²⁶

A boa notícia que Jesus viveu e ensinou tem como fundamento o amor nas relações do ser humano com seu entorno, seja ele, Deus, a natureza ou outro ser humano. O caminho para a vida indicado pelo ressuscitado está em dar continuidade a este projeto. As aparições do ressuscitado a Maria Madalena, a dois dos discípulos que iam para o campo e aos onze, conclui o texto sagrado de Marcos com um belíssimo imperativo: “E disse-lhes: ‘Ide por todo o mundo, proclamai o Evangelho a toda criatura. Aquele que crer e for batizado será salvo; o que não crer será condenado” (Mc 16,15.16). “E eles saíram a pregar por toda a parte, agindo com eles o Senhor, e confirmando a Palavra por meio dos sinais que a acompanhavam” (Mc 16,20).

Crer – parece ser a reação esperada frente ao anúncio do evangelho. O que é crer? Como o entende Jesus? O próprio evangelho de Marcos oferece um itinerário para pensar esta questão com base na superação de unilateralismos. Os cegos, surdos, mudos, paráliticos, endemoninhados, doentes, e toda sorte de marginalizados que se aproximaram de Jesus foram considerados, na maioria dos casos, não só portadores de fé, mas exemplos da mesma. Um forte sinal de fé não estaria na capacidade de adesão ao reino que cura realidades existenciais concretas? Ou seria sintoma de fé apenas a capacidade especulativa da natureza humana? Não

²⁵ “O envio a todas as nações, no fim do livro, corrige a missão restrita às ovelhas perdidas da casa de Israel instituída no meio do evangelho (Mt 10,5-6). [...] O encargo de ensinar a todas as nações “tudo quanto vos ordenei” refere-se provavelmente ao conteúdo dos cinco grandes discursos de Mateus, ou até mesmo a tudo o que Mateus narrou (cf. Mt 26,13)”. BROWN, Raymond. **Introdução ao Novo Testamento**. [Tradução Paulo F. Valério] São Paulo: Paulinas, 2004. – (Coleção Bíblia e história. Série Maior), p. 299- 300.

²⁶ RAHNER, Karl. **Quem é teu irmão?**, p. 57.

seria a fé revelada bem mais por meio da cura dos cegos e dos videntes, dos surdos e dos ouvintes, dos coxos e dos andantes, dos doentes e dos saudáveis, dos endemoninhados e dos livres desse mal, dos ricos e dos pobres, a ponto de edificarem-se comunidades para todos? Onde todos sejam sujeitos, protagonistas, e não meros objetos, coadjuvantes?

Retornando ao início do texto de Mateus, recordam-se aspectos de tudo o que o Senhor nos ensinou. Mateus destaca o batismo de Jesus por João Batista como um marco importante na missão do mestre. Na perspectiva deste evangelista, no batismo, Jesus experimenta intensamente a proximidade do Pai e do Espírito Santo.²⁷ A partir de então, põe-se a ensinar. O ensinamento de Jesus atinge a todos e apresenta pontos relevantes de diferenciação do programa contido no anúncio do precursor, João Batista. Já no instante imediatamente seguinte ao batismo, Jesus supera João Batista. Barbaglio considera que:

Os antigos testemunhos cristãos nos permitem qualificar sua presença ativa na Galileia com relação à do “mestre” João Batista. Se este estava voltado ao iminente juízo divino de condenação, do qual podia ser salvo somente com o rito do batismo e uma atitude de sincera conversão de vida, seu “discípulo”, de maneira original, dirige seu olhar sobre uma nova e definitiva iniciativa de graça de Deus.²⁸

Mateus aponta para o ponto central da pregação de Jesus: a proximidade do reino dos Céus, como um convite para o arrependimento (cf. Mt 4,17). “Jesus percorria toda a Galileia, ensinando em suas sinagogas, pregando o Evangelho do Reino e curando toda e qualquer doença ou enfermidade do povo” (Mt 4,23). “Traziam-lhe todos [...]. E ele os curava” (Mt 4,24). Compreende-se o entusiasmo causado nos seus conterrâneos galileus ante a atuação de Jesus como alguém que ensina tocando nas feridas da vida. O teólogo Pagola propõe a análise que segue:

Os camponeses galileus captam nele algo novo e original: Jesus proclama a salvação de Deus curando. Anuncia seu reino deslançando um processo de cura tanto individual como social. Sua intenção de fundo é clara: curar, aliviar o sofrimento, restaurar a vida. Não cura de maneira arbitrária ou por puro sensacionalismo. Tampouco para provar sua mensagem ou reafirmar sua autoridade. Cura “movido pela compaixão”, para que os enfermos, abatidos e transtornados, experimentem que Deus quer para todos uma vida mais sadia. Assim entende ele sua atividade curadora: “Se expulso os demônios com o dedo de Deus, então é porque chegou até vós o reino de Deus” (Lc 11,20; Mt 12,28).²⁹

Jesus desperta nas multidões o interesse pela sua mensagem. Ele se encontra cercado não só pelos discípulos, mas por toda sorte de pessoas. Para Jesus a última possibilidade de

²⁷ “Segundo Marcos, a voz celeste durante o batismo dirigia-se a Jesus (‘Tu és o meu Filho querido’); em Mateus, a declaração é feita a um público mais amplo: ‘Este é o meu Filho amado’”. BROWN, Raymond. **Introdução ao Novo Testamento**, p. 268.

²⁸ BARGABLIO, Giuseppe. **Jesus, hebreu da Galileia**: pesquisa histórica, p. 274.

²⁹ PAGOLA, José Antonio. **Jesus**: aproximação histórica, p. 128.

salvação “depende inteiramente do que Deus se presta a fazer: irromper na história com poder criador para abater as forças do mal e instaurar seu domínio salvador”.³⁰ Os que o circundam tornam-se possíveis instrumentos de verdadeira comunidade. As diferenças individuais não são obstáculo para esse fim. Pelo contrário, as diferenças são condição primeira para se postular a unidade.³¹ Onde todos são iguais pode haver uniformidade, mas não unidade. O discurso de Jesus por sua vez convoca à unidade, curando individual e socialmente.

A justiça no reino dos Céus, para Jesus, relaciona-se intimamente com a compaixão que faz com que o ser humano vá além. Trata-se de uma nova forma de vida, fundada sobre um novo olhar para o ser humano e suas aspirações profundas. Estilo de vida, este, alicerçado no amor assim como Jesus o compreende. Com palavras e atitudes Jesus ilumina o caminho de encontro com as grandes aspirações humanas.

A Igreja, em sua ação pastoral catequética, nunca poderia perder de vista este dinamismo proposto pelo Senhor. Em quaisquer situações, o movimento a se fazer é sempre o mesmo: colocar-se no lugar do outro. As multidões, a quem é endereçado o ensinamento de Jesus, ficavam espantadas com tudo o que dele viam e ouviam ou de alguma forma sentiam. “Aconteceu que ao terminar Jesus essas palavras, as multidões ficaram extasiadas com o seu ensinamento, porque as ensinava com autoridade e não como os seus escribas” (Mt 7,28-29). Segundo Brown, “mais do que qualquer outro mestre de moralidade, o Jesus mateano ensina com *exousia*, isto é, com poder e autoridade divinos, e, mediante esse revestimento de poder, torna possível uma nova existência”.³²

Especialmente importante para este trabalho é a fala dos que se achegam a Jesus para armar-lhe um embuste. “Mestre, sabemos que és verdadeiro e que, de fato, ensinas o caminho de Deus. Não dás preferência a ninguém, pois não consideras um homem pelas aparências” (Mt 22,16b). A abordagem feita a Jesus, neste contexto, permite entrever que ele se relaciona com as pessoas como facilitador do ingresso no reino. Não dar preferência a ninguém e não julgar pela aparência são atitudes que revelam a fé de Jesus no potencial de cada um. Jesus não impõe obstáculos ao desenvolvimento de cada um diante de sua realidade pessoal.³³ Ensina como a vida em comunidade pode ser oportunidade para a superação das barreiras limitadoras de vida digna para todos.

³⁰ BARGABLIO, Giuseppe. **Jesus, hebreu da Galileia**: pesquisa histórica, p. 274.

³¹ “Para nós, é Jesus Cristo o modelo de relação entre as pessoas para concretizar a proposta de autêntica fraternidade”. Texto-base, **CF-2006**, n. 171.

³² BROWN, Raymond. **Introdução ao Novo Testamento**, p. 269.

³³ “Jesus não quer ninguém dependente. Quer autonomia para todos”. Texto-base, **CF-2006**, n. 163.

Em Marcos, assim como em Mateus, depois da tentação no deserto, Jesus está na Galileia anunciando o reino de Deus. A primeira fala de Jesus no evangelho de Marcos consiste na seguinte proclamação: “Cumpru-se o tempo e o Reino de Deus está próximo. Arrependei-vos e crede no Evangelho” (Mc 1,15). Jesus expulsa o demônio, cura, ensina com autoridade.³⁴ Barbaglio verifica que:

Na realidade, Marcos, partindo de dados tradicionais sobre quanto o Nazareno tinha dito e feito e servindo-se do apelativo de *rabbi*, elaborou sua precisa cristologia baseada sobre Jesus único mestre, dotado de extraordinária autoridade não só no dizer, mas também no fazer. Basta percorrer a primeira seção de seu evangelho: a Boa Notícia na Galileia (Mc 1,14-15) segue imediatamente a escolha de quatro sequazes (Mc 1,16-18): o protagonista está assim em campo circundado pelos seus. Entra depois na sinagoga de Cafarnaum e ali ensina, suscitando o estupor dos presentes: “Ensinava-lhes como alguém que tem autoridade (*exousia*) e não como os escribas” (Mc 1,22). É único! Imediatamente cura um possesso e os presentes reagem com uma exclamação: “Uma nova doutrina com autoridade!” (Mc 1,27). Seu poder extraordinário não está somente no dizer/ensinar, mas também no fazer/curar. As sequências prosseguem sempre sobre estas duas vertentes: cura a sogra de Pedro e diversos doentes (Mc 1,29-31 e Mc 1,32-34) e deve proclamar a Boa Notícia em toda a região (Mc 1,35-38); mais em geral: “E foi, por toda a Galileia, levando o anúncio nas suas sinagogas e expulsando os demônios” (Mc 1,39). Um poder (*exousia*) o seu que se aplica também ao perdão dos pecados (Mc 2,10).³⁵

Segundo Marcos, a movimentação de Jesus é intensa, percorrendo toda a Galileia. A pregação de Jesus comporta a transformação da vida. “A comunidade de Qumrã não aceitava néscios, insensatos, loucos, cegos, aleijados, surdos... (1Qs 1,10). Jesus se identifica plenamente com eles (cf. Mc 1,32-34)”.³⁶ É um ensinamento novo, porque devolve a condição de dignidade aos esfolados e esquecidos dos agrupamentos humanos. Jesus cura um leproso e não pode entrar na cidade.³⁷ “Permanecia fora, em lugares desertos. E de toda parte vinham procurá-lo” (Mc 1,45c). Cura um paralítico, anunciando-lhes a Palavra e a multidão exclama: “Nunca vimos coisa igual!” (Mc 2,12c).³⁸ “Em cada ação Jesus questiona os mecanismos deletérios da sociedade. Ele sempre reintegra o alienado e rejeitado (cf. Mc 2,11)”.³⁹

³⁴ “Ensinamento e exercício do poder divino na cura e na expulsão de demônios estão reunidos na proclamação do reino, dando a entender que a vinda do senhorio de Deus é complexa. Aqueles que pretendem ser o povo de Deus precisam reconhecer que algumas de suas atitudes obstaculam o caminho; devem, portanto, mudar de mentalidade; a presença do mal, visível na aflição humana, no sofrimento e no pecado precisa ser contraposta; o demônio, por sua vez, deve ser derrotado”. BROWN, Raymond. **Introdução ao Novo Testamento**, p. 208.

³⁵ BARGABLIO, Giuseppe. **Jesus, hebreu da Galileia**: pesquisa histórica, p. 395-396.

³⁶ BAUTISTA, Mateo. **Jesus**: sadio, saudável e terapeuta. [Tradução Júlio Munaro] São Paulo: Paulinas, 1996. – (Bíblia na mão do povo), p. 27.

³⁷ “Jesus questiona a profunda discriminação social que domina a sociedade judaica de seu tempo: puros e impuros, judeus e pagãos, homens e mulheres, piedosos e ‘sem lei’, profissões nobres e humilhantes, sadios e doentes; compatriotas e ‘cães’ estrangeiros, ricos e pobres...” Ibidem, p. 26.

³⁸ “Quando procuramos fechar as portas da ‘casa de Pedro’ ou nos sentimos donos dela, Deus faz com que seus filhos entrem pelo telhado”. Ibidem, p. 146.

³⁹ Ibidem, p. 26.

As multidões seguem Jesus e o escutam admiradas. Ele escolhe doze para que fiquem ao seu lado e os envie a pregar. “E constituiu Doze, para que ficassem com ele, para enviá-los a pregar” (Mc 3,14). Sua família acredita que ele enlouquecera (cf. Mc 3,20-21); sofre calúnias dos escribas (cf. Mc 3,22-30). R. Brown percebe que “a proclamação do reino de Deus encontra resistência não apenas por parte dos demônios, mas também por parte dos seres humanos, e tal oposição será direcionada para Jesus, o proclamador”.⁴⁰ Quanto à multidão! Esta senta-se ao redor de Jesus escutando seus ensinamentos (cf. Mc 3,31-35). No entender de Barbaglio,

O Jesus público apresentado nas fontes históricas não está sozinho, mas tem um grupo de fidelíssimos seguidores ao seu redor. O vínculo que o une a eles, porém, é expresso com diversas categorias: fala-se muito de discípulos; importante é o léxico do seguimento: algumas pessoas o seguem (*akolouthein*), outras vão atrás dele (*erkhestai opiso*); característica também é a fórmula “Doze” para indicar o pequeno grupo relacionado a ele de modo estreito; enfim, recorre ao termo “apóstolos” que, mesmo conectado com “discípulos”, não se identifica com estes; segundo o étimo do vocábulo se trata de quantos foram enviados em missão. Para ele, ademais, além do apelativo de “mestre” (*didaskalos*, e às vezes, somente em Lucas, também *epistates*), em Mateus, Marcos e João temos o hebraico *rabbi* e nos últimos dois evangelistas, uma vez cada um, também o equivalente *rabbouni*, com o quarto evangelho que se preocupa em traduzir os dois termos, forma simples e forma aumentativa, com o grego *didaskalos* (mestre).⁴¹

Até onde se pode verificar o alcance da relação mestre-discípulo acima considerada? Em parte, as obras e os frutos são referenciais importantes. Lembrando que o conjunto, ou melhor, a comunidade de irmãos tem certa precedência sobre o indivíduo em si. Ainda que a pessoa sozinha produza grandes obras, estas terão pouco ou nenhum valor enquanto não partilhadas, no amor, com os irmãos. Também questionável é o adjetivo “grande” quando sem relação com a vivência fraterna.

Jesus conta a parábola da semente que germina por si só: “E dizia: ‘O Reino de Deus é como um homem que lançou a semente na terra: ele dorme e acorda, de noite e de dia, mas a semente germina e cresce, sem que ele saiba como’” (Mc 4,26.27). Esta parábola de Jesus é extremamente emblemática para a proposta em questão. Por mais capacidade que se tenha de aferir os resultados das iniciativas do trabalho evangelizador, em última instância quem dita a forma como ele atinge as pessoas, encontra espaço em suas vidas e se expande, é Deus. A fé, não se pode perder de vista, é dom gratuito e generoso de Deus. Parece complicado propor um único caminho para se medir a adesão do ser humano a este toque da graça de Deus. A semente germina e cresce, sem que saiba como.

⁴⁰ BROWN, Raymond. **Introdução ao Novo Testamento**, p. 209.

⁴¹ BARGABLIO, Giuseppe. **Jesus, hebreu da Galileia: pesquisa histórica**, p. 357.

Marcos, assim como já se destacou a partir de Mateus, apresenta Jesus como aquele que ensina a todos sem distinção. “Vindo eles, disseram-lhe: “Mestre, sabemos que és verdadeiro e não dás preferência a ninguém, pois não consideras os homens pelas aparências, mas ensinas, de fato o caminho de Deus.” (Mc 12,14a). O caminho de Deus nesta concepção se dá num nível mais profundo da existência humana. Lá onde as aspirações da pessoa encontram respostas contundentes. Portanto, além da simples aparência. Olhar com o olhos de Deus é olhar o interior do ser humano, indo além do transitório e confuso que as aparências revelam.

O pronunciamento de Jesus a respeito do primeiro mandamento ilustra muito bem o pensamento desenvolvido acima. Em Deus o amor constrói comunidade de irmãos num nível bem mais profundo, superando as aparências, ao comprometer e radicalizar a necessidade de bem-estar de todos.⁴² Quanto mais cada um – e todo irmão – é dignificado em sua pessoa, mais cada um e todos têm vida mais digna. A numerosa multidão escutava a Jesus com prazer (cf. Mc 12,37b).

Lucas inicia o evangelho afirmando que o leitor terá no seu texto a oportunidade de verificar a solidez dos ensinamentos que recebeu (cf. Lc 1,4). Pretende-se investigar, também no terceiro evangelho, a solidez dos ensinamentos de Jesus no tocante ao processo de inclusão da pessoa com deficiência na vida comunitária. Na perspectiva de Lucas, Jesus, após tentado no deserto, inaugura sua pregação ensinando nas sinagogas e sendo glorificado por todos (cf. Lc 4,15).

Na sinagoga de Nazaré “foi-lhe entregue o livro do profeta Isaías; abrindo-o, encontrou o lugar onde está escrito: o Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me ungiu para evangelizar os pobres; enviou-me para proclamar a remissão aos presos e aos cegos a recuperação da vista, para restituir a liberdade aos oprimidos e para proclamar um ano de graça do Senhor” (Lc 4,17-19).

A partir deste texto de Isaías, Jesus expõe o centro de sua missão. O ensinamento de Jesus desencadeia um processo de cura e libertação dos excluídos.

O ponto alto do ensinamento de Jesus relativo à relação fraterna está no princípio da misericórdia e da gratuidade. Jesus apresenta a misericórdia do Pai como inspiração para a misericórdia entre as pessoas. “Sede misericordiosos como o vosso Pai é misericordioso” (Lc 6,36). Chama a atenção sobre o julgamento: “Por que olhas o cisco no olho de teu irmão, e não percebes a trave que há no teu?” (Lc 6,41). As palavras de Jesus devem-se tornar realidade prática na vida dos que a ouvem (cf. Lc 6,46-49).

⁴² “O amor é o critério máximo para a construção de uma vida feliz. [...] O amor nunca nos deixa passivos”. Texto-base, **CF-2006**, n. 222.

As três parábolas da misericórdia em Lucas dão-nos uma orientação muito clara de por onde a ação pastoral catequética da Igreja deve trilhar. É aos publicanos e pecadores, aos fariseus e escribas que Jesus conta estas parábolas (cf. Lc 15,1-3). A da ovelha perdida (cf. Lc 15,4-7) acena para a missão *ad extra* da Igreja. Esta, em sua ação pastoral catequética tem necessidade de ir aos irmãos que estão fragilizados, de alguma forma, e oferecer a eles a oportunidade do retorno, da inclusão na casa do Pai. A da dracma perdida (cf. Lc 15,8-10) parece revelar o cuidado que a Igreja deve ter *ad intra*. Com carinho, a Igreja há de cuidar para que não se perca nenhum daqueles que estão dentro dela. A comunidade eclesial não deve ser um espaço gerador de invisibilidade de qualquer que seja de seus membros. A parábola do filho perdido e o filho fiel (cf. Lc 15,11-32), fortalecendo ainda mais o princípio da misericórdia nas relações entre irmãos e para com Deus, ensina a fazer dos espaços eclesiais lugares favoráveis para a convivência entre aquele que foi e está voltando e aqueles que sempre permaneceram na Igreja.

Participando da complexa condição humana Jesus, condenado, caminha rumo ao Calvário, morre pregado na cruz e é sepultado (cf. Lc 23,8-56). Então, no terceiro dia, o sepulcro vazio e a mensagem do anjo recordaram as palavras de Jesus às suas seguidoras. Os apóstolos recusaram o testemunho das mulheres, imaginando ser um desvario (cf. Lc 24,1-11). Pedro vai ao túmulo para averiguar o que disseram as mulheres (cf. Lc 24,12). Entre os relatos da ressurreição figura a belíssima catequese no caminho de Emaús. Chama-se a atenção para o detalhe da lentidão no processo de fé. O caminho se faz, muitas vezes, longo e árduo. E Jesus pacientemente, caminha com todos na “velocidade” de cada um.

Ele, então, lhes disse: “Insensatos e lentos de coração para crer tudo o que os profetas anunciaram! E, começando por Moisés e por todos os Profetas, interpretou-lhes em todas as Escrituras o que a ele dizia respeito. E disseram um ao outro: “Não ardia o nosso coração quando ele nos falava pelo caminho, quando nos explicava as Escrituras?” E eles narraram os acontecimentos do caminho e como o haviam reconhecido na fração do pão (Lc 24,25.27.32.35). E aparecendo ressuscitado aos apóstolos (cf. Lc 24,36-49) lhes dá as últimas instruções.⁴³ “Então abriu-lhes a mente para que entendessem as Escrituras, e disse-lhes: “Assim está escrito que o Cristo devia sofrer e ressuscitar dos mortos ao terceiro dia, e que, em seu Nome, fosse proclamado o arrependimento para a remissão dos pecados a todas as nações, a começar por Jerusalém. Vós sois testemunhas disso” (Lc 24, 45-48).

⁴³ “Jesus convida, ainda, a dialogar com os aleijados (cf. Jo 4,5-30); acompanhar as pessoas em crise (cf. Lc 24,13-35); cuidar da família do doente (cf. Lc 24,13-35; Mc 5,21ss; Jo 11,1ss); ensinou como deve ser a relação de proximidade com quem sofre (cf. Lc 10,25ss)”. BAUTISTA, Mateo. **Jesus**: sadio, saudável e terapeuta, p. 29.

1.3.2 Evangelhos Sinóticos: as curas como elemento de construção comunitária

Neste item da dissertação, a pergunta é pela intenção de Jesus ao curar as pessoas atingidas por alguma doença ou com alguma deficiência. Os milagres realizados por Jesus, segundo hipótese de trabalho, nunca se direcionavam somente à pessoa beneficiada. Em Jesus não existe unilateralidade na ação. Nota-se ainda que os milagres de Jesus são carregados de exemplaridade. Seus seguidores precisam assimilar o desafio de continuar prolongando o processo de cura iniciado por Jesus. Não fosse assim, limitar-se-ia demasiadamente a justiça e a misericórdia de Jesus, uma vez que muitos em sua época ficaram por serem curados. Esta constatação fundamenta-se na pesquisa de José Antonio Pagola.

Jesus realizou só um pequeno número de curas. Pelas aldeias da Galileia e da Judeia ficaram muitos outros cegos, leprosos e endemoninhados sofrendo irremediavelmente seu mal. Só uma pequena parte experimentou sua força curadora. Nunca Jesus pensou nos “milagres” como uma fórmula mágica para suprimir o sofrimento no mundo, mas como um sinal para indicar a direção em que é preciso atuar para acolher e introduzir o reino de Deus na vida humana. Por isso Jesus não pensa só na cura de pessoas enfermas. Toda a sua atuação vai no sentido de gerar uma sociedade mais saudável: sua rebeldia diante de comportamentos patológicos de raiz religiosa como o legalismo, o rigorismo ou o culto vazio de justiça; seu esforço por criar uma convivência mais justa e solidária; sua oferta de perdão às pessoas afundadas na culpabilidade; sua acolhida aos maltratados pela vida ou pela sociedade; seu empenho em libertar a todos do medo e da insegurança para viver a partir da confiança absoluta em Deus. Curar, libertar do mal, tirar do abatimento, sanear a religião, construir uma sociedade mais amável, constituem caminhos para acolher e promover o reino de Deus. São os caminhos que Jesus percorrerá.⁴⁴

Mateus trabalha os milagres como parte importante da pregação que Jesus empreende sobre o reino dos Céus. Acompanhado pelas multidões, ele cura um leproso (cf. Mt 8,1-4); cura o servo de um centurião⁴⁵ que está paralisado sofrendo dores atrozes (cf. Mt 8,5-13);⁴⁶ cura a sogra de Pedro (cf. Mt 8,14-15); realiza outras diversas curas (cf. Mt 8,16-17); fala das exigências da vocação apostólica (cf. Mt 8,18-22); em outro momento acalma a tempestade (cf. Mt 8,23-27); liberta os endemoninhados gadarenses (cf. Mt 8,28-34); cura um paralisado que lhe é trazido deitado numa cama (cf. Mt 9,1-8); chama Mateus que estava sentado na coletoria de impostos e faz refeição com pecadores, ensinando a todos que veio para os doentes e não para os saudáveis (cf. Mt 9,9-13); discute sobre o jejum, cura uma

⁴⁴ PAGOLA, José Antonio. **Jesus: aproximação histórica**, p. 129-130.

⁴⁵ “A cura do jovem servo do centurião e a do endemoninhado cego e mudo (Mt 8,5-13; 12,22-23), tiradas de Q, são as únicas histórias de milagre inteiramente não-marcianas no ministério do Jesus mateano. Por outro lado, estima-se que Mateus reproduza cerca de 80% de Marcos”. BROWN, Raymond. **Introdução ao Novo Testamento**, p. 261.

⁴⁶ “A verdadeira relação de cura nunca se desenvolve exclusivamente na escala da profissão ou função, mas através de encontros interpessoais”. BAUTISTA, Mateo. **Jesus: sadio, saudável e terapeuta**, p. 209.

mulher com fluxo de sangue, ressuscita a filha de um chefe da sinagoga, cura dois cegos que clamam por compaixão, cura um endemoninhado mudo (cf. Mt 9,14-34).

A atenção de Jesus, na perspectiva de Mateus, está especialmente centrada na miséria da multidão. Jesus percorria todas as cidades e povoados ensinando em suas sinagogas e pregando o evangelho do reino, enquanto curava toda sorte de doenças e enfermidades. Ao ver a multidão teve compaixão dela, porque estava cansada e abatida como ovelhas sem pastor. Então disse aos seus discípulos: “A colheita é grande, mas poucos os operários! Pedi, pois, ao Senhor da colheita que envie operários para a sua colheita” (cf. Mt 9,35-38).

Na missão dos doze prolonga-se a missão de Jesus.⁴⁷ “Chamou os doze discípulos e deu-lhes autoridade de expulsar os espíritos imundos e de curar toda a sorte de males e enfermidades” (Mt 10,1). Os doze também proclamarão a proximidade do reino dos Céus (cf. Mt 10,7). “Quando Jesus acabou de dar instruções a seus doze discípulos, partiu dali para ensinar e pregar nas cidades deles” (Mt 11,1). Jesus transmite seus ensinamentos aos mais próximos, mas não só, também envolve no processo de evangelização todas as pessoas nos lugares por onde passa.

Quando interrogado pelos discípulos de João Batista sobre a chegada do reino dos Céus, Jesus lhes responde, prestando-lhes o seguinte testemunho: “Ide contar a João o que estais ouvindo e vendo: os cegos recuperam a vista, os coxos andam, os leprosos são purificados e os surdos ouvem, os mortos ressuscitam e os pobres são evangelizados” (Mt 11,4-5). Pagola aprofunda o sentido de realização das profecias de Isaías nesta atitude de Jesus.

Jesus entende que é Deus quem está atuando com poder e misericórdia, curando os enfermos e defendendo a vida dos desgraçados. É isto que está acontecendo, embora vá contra as previsões do Batista e de muitos outros. Não estão se cumprindo as ameaças anunciadas pelos escritores apocalípticos, mas o que foi prometido pelo profeta Isaías, que anunciava a vinda de Deus para libertar e curar o seu povo (Is 35,5-6; 61,1).⁴⁸

O evangelho de Marcos caminha na mesma direção. Já no início da leitura desse evangelho, parece importante chamar a atenção para a novidade de Jesus que está muito mais no processo da cura que na cura em si. Privilegiando o processo de cura, torna-se possível perceber que Jesus nunca age unilateralmente. A ação de Jesus atinge o indivíduo e o seu em torno social e comunitário. Jesus viabiliza a experiência do amor ao próximo em Deus.

⁴⁷ “E os discípulos de Jesus deverão imitar o exemplo de Jesus se quiserem seguir pelo seu caminho até às últimas consequências (cf. Gl 2,19-20; 3,28-29)”. Texto-base, **CF-2006**, n. 182.

⁴⁸ PAGOLA, José Antonio. **Jesus: aproximação histórica**, p. 128-129.

E, do mesmo modo, esse amor ao próximo leva a acolher o outro como um sujeito denso de incalculável mistério. O amor ao próximo é a mútua compenetração de dois mistérios, em que está presente o mistério por excelência, Deus, que assim torna irreconhecíveis os limites entre esses dois sujeitos. Com efeito, o que chamamos “graça” faz com que o próprio Deus se torne determinação intrínseca do sujeito limitado; através do amor ao próximo, a fraternidade, o próprio Deus se faz norma interior no intercâmbio entre dois sujeitos.⁴⁹

Pela fraternidade, o próprio Deus se faz norma interior no intercâmbio entre dois sujeitos. Acolher o outro como sujeito. A pastoral catequética deve auxiliar a todos na assimilação deste modo de ser de Jesus. “E entrou de novo na sinagoga, e estava ali um homem com uma das mãos atrofiada” (Mc 3,1). “Não o código do devido, mas aquele do gratuito que rege seu comportamento nessa hora decisiva, a qual seu poder régio se aproximou da existência dos homens e começou a irromper no presente”.⁵⁰

Note-se como o endemoninhado geraseno, na perspectiva de Marcos, torna-se protagonista do anúncio do Reino. Nesta situação Jesus nem pede fé da parte do geraseno para libertá-lo. “Em algumas ocasiões nem sequer pediu fé para operar seus milagres (cf. Mc 5,1-20); nem a pessoa curada conhecia seu benfeitor (cf. Jo 5,1ss)”.⁵¹ Vale ressaltar o quanto Jesus é forte diante da legião e fraco diante da população daquela região que o quer longe dali.⁵² “O poder taumatúrgico de Jesus está ligado ao mistério de sua fraqueza e humilhação (cf. Mc 5,1ss)”.⁵³

Ao pedido do homem agraciado para ficar junto de Jesus, Jesus ordena, enviando-o⁵⁴ em missão: “Vai para a tua casa e para os teus e anuncia-lhes tudo o que fez por ti o Senhor na sua misericórdia. Então partiu e começou a proclamar na Decápole o quanto Jesus fizera por ele. E todos ficaram espantados” (Mc 5,19b.20).⁵⁵ Diante do homem que antes do encontro com Jesus era um zero à esquerda, as pessoas agora têm a mesma reação que manifestam diante de Jesus. Jesus acredita no potencial daquela pequenina semente. É ela que, debaixo da graça de Deus, sem que se saiba como, germina e cresce.

⁴⁹ RAHNER, Karl. **Quem é teu irmão?**, p. 52.

⁵⁰ BARGABLIO, Giuseppe. **Jesus, hebreu da Galileia**: pesquisa histórica, p. 344.

⁵¹ BAUTISTA, Mateo. **Jesus**: sadio, saudável e terapeuta, p. 124.

⁵² “Ao deixar aquele lugar, Jesus aceita a humilhação. Marcos dá destaque à sua teologia. O poder de Jesus e sua fraqueza são inseparáveis e correlatas. Convida os seus leitores a fundamentar sua fé não nas obras portentosas de Jesus, mas na sua impotência”. Ibidem, p. 164-165.

⁵³ Ibidem, p. 126.

⁵⁴ “Jesus não cria dependência em função da cura, não exige retribuição pelo bem realizado” (cf. Lc 17,11-19).

⁵⁵ “O que acontece após uma cura é sempre maravilhoso. A cura ordinária é uma explosão que produz reação em cadeia para transformar não só o beneficiado, mas também quem está ao seu redor. A Igreja, que é perita em humanidade, deve incrementar sua pastoral em todos os ambientes de sofrimento, sobretudo onde falta esperança, onde a desumanização é maior; onde existe pouco apreço pela vida e abunda o materialismo; onde não se espera nada de bom e se tem vontade de pendurar a chuteira e sacudir o pó dos calçados”. BAUTISTA, Mateo. **Jesus**: sadio, saudável e terapeuta, p. 166.

Indicando o caminho de superação a todo tipo de indiferença por meio da compaixão, Jesus cura a hemorroíssa⁵⁶ e ressuscita a filha de Jairo (cf. Mc 5,21-43). “A saúde que Jesus vive e transmite se caracteriza por ser: [...] pluridimensional”.⁵⁷ Ao curar a mulher com fluxo de sangue, Jesus a faz instrumento de uma mensagem de cura aos dirigentes da comunidade e à sociedade que separa. “Não cura apenas a doença, cura a doente e envia uma mensagem de cura aos dirigentes religiosos malsãos e à sociedade insalubre e discriminadora: o sofrimento não é castigo de Deus”.⁵⁸

Jesus dialoga, inclusive com uma estrangeira siro-fenícia, e cura sua filha (cf. Mc 7,24-30);⁵⁹ cura um surdo-gago (cf. Mc 7,31-37). “A saúde que Jesus vive e transmite se caracteriza por ser: [...] Individual e comunitária”.⁶⁰ E ficavam extasiados: “Maravilhavam-se sobremaneira, dizendo: ‘Ele tem feito tudo bem; faz tanto os surdos ouvirem como os mudos falarem’” (Mc 7,37). Em face de tantas curas e milagres de Jesus, pode-se afirmar que estes prodígios não acontecem somente na pessoa dos miraculados. Jesus, que faz bem todas as coisas, não as faz unilateralmente. Quando desperta as pessoas para a riqueza das diferenças físicas ou mentais, ou de outras tantas naturezas, disponibiliza a todos para a apreensão de que não se comunica só com a fala, não se anda só com as próprias pernas, não se trabalha somente com as próprias mãos, não se raciocina somente ao modo da lógica grega ou mesmo semita, não se ama somente de uma única forma.

Portanto, fazer bem todas as coisas implica em curas e milagres inclusive naqueles que se consideram “normais” física ou intelectualmente; privilegiados ou não pelas situações sócio-naturais. Fato é que, segundo as fontes cristãs, Jesus repreende aqueles que estão mais próximos dele, usando as seguintes palavras: “Ainda não entendeis nem compreendeis? Tendes o coração endurecido? Tendes olhos e não vedes, ouvidos e não ouvis?” (Mc 8,17b.18). Jesus prossegue incansavelmente a sua obra. Cura um cego em Betsaida (cf. Mc

⁵⁶ “A situação da hemorroíssa é desesperadora. Está doente, portanto, impura. Junto com a doença vem a conotação de pecado. Vive a pobreza da marginalização civil e religiosa, aspectos muito interligados na época. Pensa que o Ruah, o espírito de Deus, a está abandonando, considera-se “não agradável” a ele. Por sofrer de perda de sangue há 12 anos, a situação se tornara crônica. Não vê saída. É uma mulher morta em vida. Deve carregar a angústia de uma situação irremediável. Uma mulher ferida em todas e em cada uma de suas dimensões: física, emocional, intelectual, social, religiosa”. BAUTISTA, Mateo. **Jesus**: sadio, saudável e terapeuta, p. 135-136.

⁵⁷ Ibidem, p. 17.

⁵⁸ Ibidem, p. 138.

⁵⁹ E acontece um diálogo rápido, mas saboroso, Jesus confronta a mulher. O ajudado nunca pode ser usado, manipulado, desprezado, mas confrontado, pois Deus é garantia de sua dignidade. Ibidem, p. 171.

⁶⁰ Ibidem, p. 17.

8,22-26);⁶¹ suscita a profissão de fé de Pedro (cf. Mc 8,27-32). Barbaglio destaca, no evangelho de Marcos, a relação entre o caminho de fé de Pedro e a cura do cego de Betsaida:

[...] o próprio Marcos interpreta metaforicamente a cura do cego de Betsaida, curado progressivamente: é símbolo dos discípulos, de Pedro em particular, que pouco a pouco conseguem ver em Jesus o Messias. Assim se explica que o evangelista tenha coligado as duas perícopes: a da cura com a da confissão messiânica de Pedro (Mc 8,22-26 e 8,27-30). Pelo mesmo motivo, Marcos insere nos relatos a ordem de Jesus curandeiro de não propalar o fato, um expediente que faz parte do segredo messiânico destinado a ser revelado finalmente na cruz. O processo hermenêutico da Igreja das origens se manifesta também nos relatos milagrosos que fazem as vezes de quadro a ditos e pronunciamentos jesuanos.⁶²

Acompanhemos agora, na perspectiva de Lucas, Jesus que cura, oferecendo elementos de construção de comunidade, na profundidade de sentido que este conceito (comunidade) comporta. Em Cafarnaum Jesus ensina e cura um endemoninhado. “Desceu então a Cafarnaum, cidade da Galileia, e ensinava-os aos sábados. Eles ficavam pasmados com seu ensinamento, porque falava com autoridade. E sua fama se propagava por todo lugar da redondeza” (Lc 4,31.32.37). Ainda em Cafarnaum, Jesus cura a sogra de Simão e realiza diversas outras curas (cf. Lc 4,38-41). Cada vez mais as multidões o procuram, mas Jesus deixa Cafarnaum e sai a percorrer a Judeia, animado pela missão de anunciar em outras cidades a boa nova do reino de Deus, pois para isso é que Ele foi enviado (cf. Lc 4,42-44).

Jesus cura um leproso e “a notícia a seu respeito, porém, difundia-se cada vez mais, e acorriam numerosas multidões para ouvi-lo e serem curadas de suas enfermidades” (Lc 5,15). O leproso curado está habilitado a ser pessoa novamente dentro da sua comunidade religiosa. E isso agrada a multidão. Jesus cura um paralítico. “Certo dia, enquanto ensinava, achavam-se ali sentados fariseus e doutores da Lei, vindos de todos os povoados da Galileia, da Judeia e de Jerusalém; e ele tinha um poder do Senhor para operar curas” (Lc 5,17).

O capítulo 7 de Lucas começa dizendo que Jesus “quando acabou de transmitir aos ouvidos do povo todas essas palavras, entrou em Cafarnaum” (Lc 7,1). Aí curou o servo de um centurião (cf. Lc 7,1-10), ressuscitou o filho da viúva de Naim (cf. Lc 7,11-17) e respondeu à pergunta de João Batista sobre o Messias. “Então lhes respondeu: ‘Ide contar a João o que estais vendo e ouvindo: os cegos recuperam a vista, os coxos andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam e aos pobres é anunciado o Evangelho’” (Lc 7,22).

⁶¹ “Jesus, ao tocar o doente, muda radicalmente a relação entre o homem doente e o homem de Deus. Passa de uma espiritualidade de separação ritual para uma espiritualidade de comunhão”. BAUTISTA, Mateo. **Jesus: sadio, saudável e terapeuta**, p. 176.

⁶² BARGABLIO, Giuseppe. **Jesus, hebreu da Galileia: pesquisa histórica**, p. 251.

Após diversos ensinamentos por palavras e ações, Jesus cura o endemoninhado geraseno. “Volta para tua casa e conta tudo o que Deus fez por ti”. “E ele se foi proclamando pela cidade inteira tudo o que Jesus havia feito em seu favor” (Lc 8,39). Cura uma hemorroíssa e ressuscita a filha de Jairo. “E Jesus perguntou: “Quem me tocou?” Como todos negassem, Pedro disse: “Mestre, a multidão te comprime e esmaga”. Enquanto Ele ainda falava, chegou alguém da casa do chefe da sinagoga e lhe disse: “Tua filha morreu; não perturbes mais o Mestre” (Lc 8,45.49).

Jesus, mestre da misericórdia, cura dez leprosos que clamam a ele por compaixão (cf. Lc 17,11-19). Neste episódio, Jesus faz uma bela reflexão sobre a atitude de agradecimento. A virtude da gratidão vive intimamente ligada à da humildade. Mateo Bautista assim analisa esta passagem:

Jesus fita-os com bondade. Olhos que não vêem, coração que não sente! Como é importante olhar, tocar, cheirar a pobreza e a miséria, alheia e própria, de baixo, de dentro. É condição para despertar a nossa humanidade entorpecida. [...] Mas se deixaram cegar pelo imediatismo de uma cura física, destruindo toda a possibilidade de crescimento. [...] Mas deixaram Deus passar de largo. Os nove doentes pobres se tornaram nove pobres doentes.⁶³ Continuaram doentes, crendo-se curados. E esses são difíceis de curar.⁶⁴

Jesus entra em Jericó e ali cura um cego (cf. Lc 18,35-43). Vai à casa de Zaqueu e o cura também (cf. Lc 19,1-10). Podemos afirmar, fazendo um paralelo entre estas duas perícopes, que Jesus curou, em Jericó, o cego de sua pobreza e Zaqueu de sua riqueza.

1.3.3 Evangelhos Sinóticos: ensinamento aos simples, pequeninos

Os evangelhos sinóticos, de modo contundente, afirmam que Jesus ensina o caminho de Deus, não considerando a aparência das pessoas, mas olhando-as com o olhar de Deus. A autoridade com que Jesus ensinava tem origem no valor atribuído por ele a cada pessoa. Acima das posições sociais, dos pecados, das carências econômicas, Jesus sempre dignificou o ser humano. “Mestre, sabemos que falas e ensinas com retidão, e, sem levar em conta a posição das pessoas, ensinas de fato o caminho de Deus” (Lc 20, 21). Facilmente se percebe a

⁶³ “A narração dos dez leprosos de L parece uma cópia do relato do leproso de Mc 1,40-45, inclinada a evidenciar a abertura ao mundo samaritano. Interesses missionários para o mundo pagão parecem ter sido determinantes na formação do relato da cura da filha da cananéia. Assim, a passagem em que Jesus, no Getsêmani, religou a orelha do servo amputada pela espada de Pedro (Lc 22,50-51) tem sua razão de ser ao evidenciar sua bondade, temática cara ao terceiro evangelista”. BARGABLIO, Giuseppe. **Jesus, hebreu da Galileia**: pesquisa histórica, p. 247.

⁶⁴ BAUTISTA, Mateo. **Jesus**: sadio, saudável e terapeuta, p. 199-202.

predileção de Deus, em Jesus, pelos pequeninos e simples. Como se manifesta tudo isso em Mateus, Marcos e Lucas?

Primeiramente, uma tentativa de fundamentação da afirmação acima, a partir de Mateus. De especial importância para a proposta trabalhada neste estudo é a afirmação de Jesus a respeito da revelação do evangelho aos simples. Simples também são aqueles que não possuem habilidades para a apreensão da mensagem, no mesmo nível daqueles que, por alguma situação da vida tenham sido “privilegiados”. Entre os simples possivelmente incluem-se os pobres, os pecadores, os deficientes físicos, os deficientes intelectuais. Jesus louva o Pai, porque ele se deixa conhecer pelos mais fragilizados, muitas vezes devido ao modo organizacional das sociedades.

O reino dos Céus traz formas amplas de participação, porque mexe de maneira integral nas necessidades vitais de todos. Jesus envolve os pequenos, os simples, como sujeitos privilegiados na construção do reino dos Céus (cf. Mt 11,25-27). Barbaglio analisa esta perícopa do evangelho, chegando às seguintes conclusões:

[...] em uma doxologia que se pode considerar autêntica na sua substância, Jesus refere-se a um evento já acontecido: louva o Pai “por ter revelado (*apokalypsen*) estas coisas aos pequeninos (*nepiois*), enquanto permaneceram escondidas aos sábios e aos inteligentes (*sophon kai syneton*)” (Q: Lc 10,21 e Mt 11,25). O pronome neutro – “estas coisas” provavelmente refere-se ao mistério do Reino de Deus (cf. Mc 4,11), ao conhecimento não por capacidades humanas, mas pelo dom revelador de Deus, da misteriosa realidade do domínio régio de Deus, misteriosa não em si mesma, mas pelo ter se aproximado e ter feito irrupção na história. O contraste entre os desprezados “pequeninos”, os que não têm sabedoria nem inteligência, e os privilegiados possuidores de sabedoria enfatiza o privilégio dos primeiros: não pelas suas qualidades humanas ou espirituais, mas, paradoxalmente, por estarem privados delas atraíram sobre si a benevolência (*eudokia*) de Deus Pai, encarnada na palavra e na ação de Jesus.⁶⁵

A afirmação do autor citado a respeito do privilégio dos pequeninos, no tocante à revelação de Deus, justamente porque estão privados de “qualidades” humanas e espirituais, fortalece esta pesquisa. Jesus, em sua prática, dá condição de envolvimento da pessoa com deficiência como sujeito do processo de evangelização? Na perspectiva de Bargaglio, com a qual se afina este estudo, é possível afirmar que Jesus admitia as pessoas ao domínio real de Deus “conforme à lei da inclusão e do código da gratuidade mais incondicionada, sem nenhuma outra razão a não ser a seguinte: Deus rei é feito assim e tal se mostra nele”.⁶⁶

Jesus é o Mestre que alivia o fardo e não o contrário. Sua boa notícia é de libertação e não o contrário. “Tomai sobre vós o meu jugo e aprendei de mim, porque sou manso e

⁶⁵ BARGABLIO, Giuseppe. **Jesus, hebreu da Galileia**: pesquisa histórica, p. 295-296.

⁶⁶ *Ibidem*, p. 299.

humilde de coração, e encontrareis descanso para vossas almas, pois o meu jugo é suave e o meu fardo é leve” (Mt 11,29-30). Como discípula, seguidora, missionária, a Igreja caminha, sendo também ela mãe e mestra que alivia o fardo dos mais necessitados de compaixão. A Igreja, assim como Jesus, almeja sempre mais ser o lugar onde todos encontram descanso; pois a Igreja aprende diretamente do Senhor. O aprender do Senhor, como se vem discutindo a partir de Mateus, abrange, necessariamente, o colocar em prática aquilo de dele se recebe. A Igreja sinal do reino é aquela onde há espaço para todos.⁶⁷

O que se lê em Marcos da mensagem de Jesus sobre o simples, o pequenino? Jesus surpreende amplamente com a parábola do grão de mostarda (cf. Mc 4,30-32). A que se compara o reino de Deus? A uma pequenina semente que, à primeira vista, tem pouco ou quase nenhum valor. Mas no reino de Deus é assim. Esta parábola encontra ressonância em Jesus, uma vez que ele dedicou sua vida a cultivar, em primeiro lugar, no seu reino, os pequeninos, em quem, em princípio, não se percebe grande potencial. Em Marcos 4,33 lê-se: “Anunciava-lhes a Palavra por meio de muitas parábolas como essas, conforme podiam entender”.

Já Lucas segue seu evangelho relatando aspectos da infância de Jesus, com ênfase especial na missão de João, o precursor. Maria e Isabel são personagens de relevo neste contexto. O *Magnificat* nos lábios da mãe de Jesus, por ocasião de sua visita na casa da mãe de João, destaca a predileção de Deus pelos pobres, humildes e pequenos. Tanto no contexto histórico do alvorecer da era cristã, quanto na sua contemporaneidade, sabemos que a pessoa com deficiência, muitas vezes, agrega em si todas as categorias de exclusão e segregação, já presentes no Cântico de Maria (cf. Lc 1,46-56), o que a torna, predileta do Senhor. A presença de Maria na casa de Isabel (cf. Lc 1,39-45) pode ser interpretada como um primeiro modelo, que o evangelista Lucas oferece, para a ação pastoral catequética da Igreja junto à pessoa com deficiência.

Como e a quem o Senhor se dá a conhecer? Por ocasião do nascimento de Jesus, o Senhor se revela a simples pastores por meio de uma visita, um encontro, que lhes permite fazer experiência da maravilha de Deus. “Vamos já a Belém e vejamos o que aconteceu, o que o Senhor nos deu a conhecer. Vendo-o, contaram o que lhes fora dito a respeito do menino; e todos os que os ouviam ficavam maravilhados com as palavras dos pastores” (Lc 2,15b.17). A

⁶⁷ “Aquele que foi criado diferente não deverá ser rejeitado pelos homens, uma vez que foi radicalmente aceito e amado por Deus. Deus comunica sua bondade inclusiva no amor aos ‘pequeninos’ e àqueles que parecem nada valer aos olhos humanos”. Texto-base, **CF-2006**, n. 183.

manifestação de Deus na vida dos pastores deu-lhes visibilidade, animou-os na esperança, fazendo-os mensageiros do Senhor.

Lucas, assim como Mateus, registra o louvor de Jesus ao Pai pela revelação do evangelho aos simples. “Eu te louvo, ó Pai, Senhor do céu e da terra, porque ocultaste essas coisas aos sábios e entendidos, e as revelaste aos pequeninos. Sim, ó Pai, porque assim foi do teu agrado” (Lc 10,21b).⁶⁸ Pequeninos que, na maioria das situações, estão ausentes da vida social; e tidos por inferiores numa escala hierárquica de valores. Jesus os reabilita à dignidade de filhos prediletos, a quem o Pai se revela.

As parábolas do grão de mostarda (cf. Lc 13,18-19) e do fermento (cf. Lc 13,20-21) consideram a transformação da sociedade, como resultado da mudança de mentalidade, do jeito de ser e de viver de uns poucos, pequenos e humildes. A vivência destes conselhos de Jesus é semelhante à passagem pela porta estreita (cf. Lc 13,22-30). Jesus cura um hidrópico em dia de sábado (cf. Lc 14,1-6) e conta uma parábola sobre a escolha dos primeiros lugares (cf. Lc 14,7-11).⁶⁹ Segundo Bautista, “os fariseus eram rigorosos em negar trato e presença à mesa com toda gente pecadora-doente”.⁷⁰

1.3.4 Evangelhos Sinóticos: Jesus, as crianças e o reino de Deus

Outra seção necessária nesta fundamentação bíblica, que está sendo levada a efeito, aborda o relacionamento de Jesus com as crianças. Qual o simbolismo da criança para a cultura do tempo de Jesus? Será o mesmo dos dias de hoje? O que de fato Jesus quer pôr em relevo quando apresenta a criança como modelo para a pertença ao reino? Pensa-se que o ensinamento de Jesus a partir da sua vivência com as crianças iluminará a hipótese de que a ação evangelizadora da Igreja, no seguimento de Jesus, há de se fortalecer na medida em que envolver os mais vulneráveis no seu caminhar. Mais vulneráveis por terem sido feitos assim pela sociedade, ou porque assim se entendem. A criança, na concepção de Jesus, apresenta muitos paralelos com o entendimento que a teologia tem hoje da pessoa com deficiência. Este parece ser um aspecto fundamental da ação inclusiva de Jesus.

⁶⁸ “Os doentes faziam parte do mundo da ignorância, desconhecedores da Torá. O Midrash de Samuel prescreve: “É proibido compadecer-se de quem não tem instrução”. Jesus, pelo contrário: Eu te louvo, ó Pai, Senhor do céu e da terra, porque ocultaste estas coisas aos sábios e doutores e as revelaste aos pequeninos (Mt 11,25)”. BAUTISTA, Mateo. **Jesus**: sadio, saudável e terapeuta, p. 27.

⁶⁹ “O primeiro ensinamento, ou seja, não ocupar os lugares privilegiados, no banquete, avizinha-se das precavidas boas maneiras, especialmente se o objetivo é gozar de maior honra à mesa (Lc 14,10)”. BROWN, Raymond. **Introdução ao Novo Testamento**, p. 354-355.

⁷⁰ BAUTISTA, Mateo. **Jesus**: sadio, saudável e terapeuta, p. 27.

Mateus registra o ensinamento do Senhor, segundo o qual, no reino dos Céus, reino da vida, o maior é o que se faz como criança (cf. Mt 18,1-4). A beleza desta postura de Jesus com as crianças e os marginais, com os pecadores e os pobres, superando determinados estágios compreensíveis da revelação, provoca em Barbaglio a seguinte análise:

Junto aos “pobres” como beneficiários do poder régio divino aparecem, na palavra e na ação de Jesus, as crianças e os pecadores. Na realidade, trata-se de marginais desprezados, irmãos dos “pobres”. E é justamente por esta sua situação de marginalidade que Deus se encarrega deles, acolhendo-os gratuitamente no espaço salvífico de seu domínio régio. A concepção idealista de criança inocente e pura é moderna; na antiguidade ela era considerada um ser ignorante, imaturo, digno de pouca estima. Por exemplo, em Sb 12,24-25, é eloquente a seguinte comparação: “Deixaram-se enganar com menores sem inteligência (*nepion aphronon*); por isso como a crianças privadas de razão (*hos paisin alogistois*) lhes proporcionaste teu castigo”. Notem-se os adjetivos qualificativos com alfa privativo grego: sem sabedoria e sem inteligência. Em Qumrã, ficam excluídos do combate final: “Nenhum menino e nenhuma mulher entrará nos seus acampamentos quando saírem de Jerusalém para ir à guerra”, porque podem participar nela somente os que são “perfeitos de espírito e de corpo” (*IQM 7,3-5*). O próprio Paulo em 1Cor 13,11 contrapõe o menor de idade ao homem maduro (*nepios* versus *aner*) e em 1Cor 3,1-2 define os coríntios crianças (*nepioi*) incapazes de receber um conhecimento maduro do projeto salvífico divino (cf. par. Hb 5,13-14: *nepioi* versus *teleioi*).⁷¹

Percebe-se que o ensinamento do Reino dos Céus por parte de Jesus é um ensinamento para todos. Jesus privilegia com especial atenção não os mais dignos, pois como pessoa todos são dignos, mas sim os mais necessitados de compaixão.

Também em Marcos, para esclarecer sobre o maior no reino de Deus, Jesus invoca a figura da criança (cf. Mc 9,33-37).⁷² Apresentando a criança como símbolo daquele que é maior no reino, Jesus corrige a mentalidade que acredita ser necessário possuir habilidades especiais para participar do mesmo. Jesus demonstra grande preocupação com os pequeninos, advertindo severamente para que se evite escandalizá-los (cf. Mc 9,42-50)⁷³. Para Barbaglio:

Jesus em Mc 10,14 mostra seu privilégio: “Deixai que as crianças venham a mim/O Reino de Deus é para os que são como elas”: acolhida de crianças e de adultos do mesmo nível sociocultural. Não aludem a eventuais e supostas qualidades morais e espirituais, mas à sua condição de imaturos, privados de toda consideração social, mas justamente por isso beneficiários por graça do poder régio de Deus. O mesmo

⁷¹ BARGABLIO, Giuseppe. **Jesus, hebreu da Galileia**: pesquisa histórica, p. 295.

⁷² “O critério para essa pouca aceitação é o da imperfeição. A criança é um homem ainda não feito, um esboço, um projeto que não se sabe se chegará a bom termo”. BAUTISTA, Mateo. **Jesus**: sadio, saudável e terapeuta, p. 45. “Jesus não apresenta a criança como modelo ético, mas como exemplo de que seu Reino está perto dos pequenos que manifestam uma atitude incondicional de simplicidade e acolhida. Os adultos são convidados, com seriedade e urgência, a mudar de mentalidade e atitude para com os pequenos e para com Deus, assumindo uma atitude filial e confiante, como a criança que se relaciona com seu paizinho, chamando-o Abbá (cf. Mc 14,36)”. *Ibidem*, p. 51.

⁷³ “A maioria (dos estudiosos) opina que, na passagem acerca das crianças em Mc 10,13-16, existe a correção de uma atitude errônea que exigia conquistas, habilidades, modos de agir ou *status* da parte daqueles que quisessem ser conduzidos ao reino, ao passo que, para Jesus, o reino/senhório de Deus exige apenas receptividade humana, da qual a criança é um ótimo símbolo”. BROWN, Raymond. **Introdução ao Novo Testamento**, p. 223.

vale para os adultos à sua imagem. A fórmula promissiva é idêntica à da primeira bênção e indica uma próxima e incipiente atuação de sua exaltação.⁷⁴

Em Lucas, Jesus, na sua convivência com as crianças, também apresenta caminhos para a implantação de uma nova forma de ser e de viver. Evitar o escândalo (cf. Lc 17,1-3); corrigir-se fraternalmente (cf. Lc 17,3-4); alimentar a fé (cf. Lc 17,5-6); viver o serviço em atitude de humildade (cf. Lc 17,7-10).⁷⁵ Parece haver possibilidade de aproximar a humildade, da qual fala Jesus, dos conceitos de vulnerabilidade e complexidade da condição humana. Perceber que todos são vulneráveis e frágeis, numa condição humana que tem potência para a solidariedade ou para o egoísmo, abre caminho para a aceitação e auxílio mútuo na fraternidade.⁷⁶

Por esta via, pode-se compreender o ensinamento do Senhor, que brota do seu contato com as crianças (cf. Lc 18,15-17). Brown afirma que esta narração de Lucas “serve como modelo da dependência em relação a Deus, que é condição para entrar no reino”.⁷⁷ Quem não entende e assimila a gratidão e a humildade, não se desapega, dificilmente herdará a vida do reino (cf. Lc 18,18-30). Diante deste contexto, Jesus anuncia mais uma vez a paixão, mas os discípulos não compreendiam o que ele dizia. A revelação dos mistérios de Deus, em Jesus, respeita o ritmo de absorção dos seus interlocutores (cf. Lc 18,31-34).

1.3.5 O Banquete Nupcial em Mateus e Lucas

Falando em parábolas, Jesus especifica que o convite para o banquete nupcial será feito a todos.⁷⁸ “Ide, pois, às encruzilhadas e convidai para as núpcias todos os que encontrardes” (Mt 22,9). “Com efeito, muitos são chamados, mas poucos escolhidos” (Mt 22,14).

O capítulo 14 de Lucas, dos versículos 12 ao 24, traz uma importante contribuição para o argumento em desenvolvimento que se fundamenta na prática de Jesus. Num primeiro momento os convidados para o banquete, dando desculpas injustificáveis, não comparecem à festa. Esta se torna então um lugar onde cabem todas as pessoas, pelo simples fato de serem pessoas. As barreiras que impediam o convívio e a aproximação dos que estavam

⁷⁴ BARGABLIO, Giuseppe. **Jesus, hebreu da Galileia**: pesquisa histórica, p. 295.

⁷⁵ “Tudo pode ser perdoado, absolutamente tudo, mas nunca nossa falta de humanidade, ou que apresentemos um Deus sem coração”. BAUTISTA, Mateo. **Jesus**: sadio, saudável e terapeuta, p. 196.

⁷⁶ “A fraternidade em relação às pessoas com deficiência ajuda a construir novos relacionamentos, a valorizar sua dignidade e respeitar seus direitos”. Texto-base, **CF-2006**, n. 216.

⁷⁷ BROWN, Raymond. **Introdução ao Novo Testamento**, p. 358.

⁷⁸ “Em sua prática inclusiva, Jesus manifestou historicamente a escolha de Deus por aqueles que foram condenados ao esquecimento (cf. Lc 14,15-24)”. Texto-base, **CF-2006**, n. 181.

marginalizados, em Jesus, são quebradas. O encontro aconteceu verdadeiramente. Como conclusão do fato, pode-se afirmar que houve acessibilidade arquitetônica, comunicacional e atitudinal, sem o que não há possibilidade de encontro pessoa a pessoa. No contexto desta mudança de postura, Jesus aconselha a renúncia ao que se tem de mais caro (cf. Lc 14,25-27). Na compreensão de Brown, “a lição, ou seja, convidar os desfavorecidos em lugar dos próprios pares, encaixa-se perfeitamente na invertida escala de valores do reino, em que os pobres são mais importantes do que os ricos”.⁷⁹ Para Barbaglio,

Visto nas suas linhas essenciais, o relato rege-se manifestamente sobre o esquema da substituição dos convidados de excelentes atributos, que recusaram o convite, por gente comum. Pode-se conjecturar, com verossimilhança, que a parábola tome impulso de uma dúplice surpresa que caracterizou os resultados da missão do evangelista do Reino: de um lado, a rejeição de muitos judeus de estrita observância ou, de qualquer forma, de reconhecida fama no ambiente, e, de outro, a acolhida de párias da sociedade: gente simples e ignorante da Lei e da sabedoria, até mesmo pecadores públicos, como publicanos e prostitutas. Tal quadro está certamente implícito no canto de louvor de Jesus ao Pai: “Porque revelaste (*apekalypsas*) estas coisas [o mistério do Reino de Deus] aos pequeninos (*nepiois*), enquanto permanecem escondidas aos sábios e aos inteligentes (*sophon kai syneton*). Sim, Pai, porque assim foi de teu agrado (*eudokia*)” (Q: Lc 10,21 e Mt 11,25). O contraste entre os desprezados “pequeninos”, isto é, quantos carecem de sabedoria e de entendimento, e os privilegiados possuidores de sabedoria sublinha o privilégio dos primeiros: não por suas qualidades humanas ou espirituais, mas paradoxalmente porque carecem delas, atiraram sobre si a benevolência (*eudokia*) de Deus Pai, encarnada na palavra e na ação de Jesus.⁸⁰

Essa inversão exige uma mudança radical na maneira de se relacionar com Deus. Onde e como essa transformação deve acontecer? A ação pastoral catequética vem encarnando esta missão? Os contextos eclesiais manifestam ao mundo a continuidade da ação de Jesus que se sentou junto aos que o mundo rejeitava?

1.3.6 O Bom Samaritano e alguns critérios para a salvação

Neste contexto de revelação de seu amor pelos excluídos, toma-se contato com a indagação de um legalista sobre o grande mandamento da Lei e o que fazer para herdar a vida eterna. Para Brown, “como o mandamento do amor conduz à vida (eterna), o legalista procura saber casuisticamente a quem o mandamento se aplica. É-lhe dito, porém, que é possível apenas definir o sujeito do amor, não o objeto”.⁸¹ Ao discursar a parábola do bom samaritano, para responder à questão, Jesus reafirma o princípio da misericórdia na relação com o

⁷⁹ BROWN, Raymond. **Introdução ao Novo Testamento**, p. 355.

⁸⁰ BARGABLIO, Giuseppe. **Jesus, hebreu da Galileia**: pesquisa histórica, p. 345-346.

⁸¹ BROWN, Raymond. **Introdução ao Novo Testamento**, p. 351.

próximo, como critério da participação no reino de Deus (cf. Lc 10,25-37). O próximo é o que usou de misericórdia para com o caído à margem do caminho.⁸² Jesus pede para que seu interlocutor vá e faça a mesma coisa. Desta forma, “o samaritano é escolhido para exemplificar um assunto cujo alcance é ilimitado”.⁸³ Bautista é fecundo em reflexões neste sentido.

Surpreendentemente, mostra-lhe a ação como caminho de vida. O letrado perguntava pela vida eterna. Jesus manda que coloque amor na vida para ter a Vida. [...] Significativa a mudança. Enquanto o doutor pergunta pelo objeto do amor (“*Que devo fazer para herdar a vida eterna?*”) Jesus questiona o sujeito do amor (“*Qual dos três...?*”). [...] O jurista quer pensar no amor a partir de si. Jesus lhe insinua que uma definição de “próximo” que parte do eu mata o amor. Convida-o a se colocar na “pele” de quem precisa de ajuda. Próximo é todo aquele que precisa de tua ajuda. Até que ponto? A necessidade do outro é que marca o limite. [...] O amor é um milagre que surpreende. O amor não “escamoteia”. [...] O bom samaritano ensinou que não se deve escolher entre “templo e caminho”. “Troçamos” com Deus no irmão que está caído na “sarjeta da vida”. Deve-se viver em espiritualidade de comunhão (solidariedade), não de separação (exclusão).⁸⁴

Jesus passa a vida falando de doação da vida. Neste contexto, a paixão é inevitável, mas é somente desta forma que se alcança a vida em plenitude: amando fiel e gratuitamente até o fim (cf. Mt 20,17-19).

Mateus insiste na compaixão de Jesus, como sendo a maneira de se viver a justiça do reino. A santidade se dá nesse mergulho na vida humana em relação, lá onde o clamor é mais intenso, devido às limitações mais evidentes. Portanto, a santidade para Jesus não se efetua no afastamento nem na separação de uns e outros. Enquanto não se vive a compaixão como expressão de justiça, acolhendo-se e vivificando-se, não há possibilidade de experimentar a fraternidade proposta por Jesus. Ainda, a diferença é condição para a unidade. Em Mateus 20,29-34 lemos que Jesus, movido de compaixão, tocou os olhos e curou os dois cegos que dele se aproximaram. E estes o seguiram.

Quando perguntado a respeito do maior mandamento da Lei, Jesus responde com a tradição, afirmando que a Lei e os Profetas dependem do amor a Deus acima de todas as coisas e do amor ao próximo como a si mesmo (cf. Mt 22,34-40). K. Rahner entende que “o amor ao próximo não é apenas exigido pelo amor a Deus e consequência deste, mas, de certa forma, é a condição que o precede”.⁸⁵ Ampliando sua reflexão, Rahner escreve que:

⁸² “Jesus não fica esperando que as pessoas o procurem. [...] Ter a mesma atitude de Jesus significa ir atrás, não passar adiante como o sacerdote e o levita da parábola do bom samaritano (Lc 10,29-37), mas ter compaixão e agir (Mc 6,34-44)”. Texto-base, **CF-2006**, n.160.

⁸³ BROWN, Raymond. **Introdução ao Novo Testamento**, p. 351

⁸⁴ BAUTISTA, Mateo. **Jesus**: sadio, saudável e terapeuta, p. 92-98.

⁸⁵ RAHNER, Karl. **Quem é teu irmão?**, p. 10.

Não existe nenhum amor a Deus que já não seja em si mesmo amor ao próximo e que, através do exercício do amor ao próximo, não alcance o seu fim. Somente quem ama o próximo pode saber que verdadeiramente ama a Deus. E somente quem, no fundo, ama a Deus pode conseguir (de maneira reflexa ou não: este é outro problema) entrar incondicionalmente em relação com o outro homem, sem fazer dele um meio para a própria auto-afirmação.⁸⁶

Para Jesus a santidade consiste em viver praticando a justiça divina por meio da compaixão. A fidelidade nesse compromisso revela ao ser humano a verdadeira experiência do amor a Deus e ao próximo.⁸⁷

O critério de salvação, no evangelho de Mateus, está fortemente assentado sobre atitudes muito simples, extremamente palpáveis e possíveis a qualquer um.⁸⁸ “O amor ao próximo apresenta uma verdadeira dimensão histórica que deve concretizar-se na ação”.⁸⁹ Cuidar mesmo para que o faminto, o sedento, o desabrigado, o nu, o doente, o preso sejam socorridos em suas necessidades, tendo como referência o amor a Deus (cf. Mt 25,31-46).⁹⁰ “Jesus se faz perfeitamente próximo de quem sofre (cf. Mt 25,40)”.⁹¹ Parece existir uma profunda unidade entre disposição interior e ação na proposta salvífica apresentada por Jesus, em Mateus. “Não é possível escolher entre uma ética dos sentimentos interiores e uma ética do agir. A disposição interior não pode dispensar a ação, mas também não se esgota numa obra exterior”.⁹²

O estudioso R. Brown pondera que, “o admirável princípio de que o veredicto será pronunciado com base no tratamento dispensado aos excluídos é a última advertência do Jesus mateano aos seus seguidores e à Igreja”.⁹³ Na perspectiva de Brown, com a qual concordamos, esta atitude de Jesus exige um comportamento religioso bem diferente tanto daquele dos escribas e fariseus, criticados no cap. 23, quanto daquele de um mundo que dá mais atenção a determinadas categorias “privilegiadas” de pessoas.

⁸⁶ RAHNER, Karl. **Quem é teu irmão?**, p. 10-11.

⁸⁷ “Ele se fez um de nós e nos mostrou a necessidade da empatia com os sofredores. Ou nos fazemos como eles, os ouvimos e temos os mesmos sentimentos que eles, ou a verdadeira postura cristã não acontece”. Texto-base, **CF-2006**, n. 162.

⁸⁸ “O v. 42 volta a sublinhar: ‘*O que tiverdes feito ao menor destes foi a mim que o fizestes*’. Preiss comenta: ‘O filho do homem se solidariza com aqueles que, de fato, precisam de ajuda, independentemente de suas disposições subjetivas’”. BAUTISTA, Mateo. **Jesus**: sadio, saudável e terapeuta, p. 105.

⁸⁹ RAHNER, Karl. **Quem é teu irmão?**, p. 13.

⁹⁰ Tampouco é sustentável uma espiritualidade que “utilize” o doente, o pobre etc. para chegar a Deus, uma plataforma de santidade. Isto seria “docetismo ao inverso, isto é, o que importa é a relação com Cristo, o próximo é apenas um meio, uma transparência” (Martini). Essa atitude é o que há de mais contrário ao Evangelho. Este jamais considera o ser humano como meio, mas fim em si mesmo. *Ibidem*, p. 106.

⁹¹ BAUTISTA, Mateo. **Jesus**: sadio, saudável e terapeuta, p. 22.

⁹² RAHNER, Karl. **Quem é teu irmão?**, p. 12.

⁹³ BROWN, Raymond. **Introdução ao Novo Testamento**, p. 295.

1.4 JOÃO, ATOS DOS APOSTÓLOS, TIAGO E CARTAS PAULINAS

Neste ponto da leitura bíblica que fundamenta o ensinamento da fé junto à pessoa com deficiência, na perspectiva do seu protagonismo,⁹⁴ destacaremos algumas perícopes do evangelho de João, Atos dos Apóstolos, Tiago e Cartas Paulinas. O processo de evangelização da Igreja em sua pastoral catequética, quando iluminado pelo jeito de viver a fé dos primeiros cristãos, tem de considerar a forma como aqueles incluíam a todos, indistintamente, na experiência de vida comunitária. A partir deste ponto de vista, a pessoa com deficiência também é sujeito da ação catequética.

1.4.1 Evangelho de João

João desenvolve sua teologia apresentando Jesus – o Verbo que se fez carne e habitou entre nós (cf. Jo 1,14) – como aquele que se solidarizou de modo pleno com a realidade humana.⁹⁵ Para este evangelista, Jesus é o bom pastor para todos, a fim de que tenham vida e vida em abundância (cf. Jo 10,10b). Partindo desta constatação, compreendemos o amor incondicional de Jesus pelos fragilizados por estarem afastados do rebanho. Teologicamente afirma ser o pecado o fator principal da perda de comunhão com o rebanho, cujo pastor é o Senhor Jesus.

Sabe-se que a condição de pecado ou de graça está para além da natureza física ou intelectual da pessoa. Um homem ou uma mulher podem muito bem ter ou não uma deficiência física ou intelectual, e buscar ou não viver em estado de graça. Uma pessoa com deficiência física, por exemplo, pode ser moralmente boa ou má.⁹⁶ Infelizmente, no decorrer da história, construiu-se uma ideia que associou deficiência com pecado. A deficiência seria, então, o sinal visível do castigo de Deus pelo pecado da pessoa em questão, ou do pecado de alguém do seu núcleo familiar. Destaca-se, neste estudo, desde o evangelho de João, o não radical e explícito, que Jesus dá a esta concepção religiosa. As atitudes e palavras de Jesus em todos os evangelhos apontam nesta direção, mas em João, capítulo 9, o ensinamento é claro e evidente.

⁹⁴ “O Evangelho é a verdade inclusiva por excelência. Jesus sempre convocava a pessoa ao protagonismo (cf. Mt 15,28)”. Texto-base, **CF-2006**, n. 175.

⁹⁵ “Nosso Deus não é fechado em si mesmo, mas é o Deus voltado para o outro, que se esvazia e vem ao nosso encontro”. *Ibidem*, n. 156.

⁹⁶ “Ter uma deficiência não faz com que uma pessoa seja melhor ou pior do que uma pessoa não deficiente”. *Ibidem*, 291.

Numa leitura superficial, a cura do cego de nascença pode parecer apenas mais uma, dentre tantas que Jesus realizou. Porém, como cada uma das outras curas, esta tem o seu particular ensinamento. Vale chamar a atenção, também aqui, para o processo de cura como de substancial valor, pois, durante este processo, Jesus denuncia um modelo religioso deficiente e anuncia aquele que dá condição para o acesso à vida em plenitude (cf. Jo 10,10).

Trazem a Jesus um cego de nascença para ser curado. O texto bíblico parece propor que os que dialogam com Jesus têm como ponto pacífico que essa cegueira é consequência do pecado. Não perguntam se aquele homem está cego porque pecou, mas, já supondo esta realidade, querem saber quem pecou: ele ou algum antepassado seu? Jesus revela, neste encontro, mais um aspecto de Deus. “Deus é Amor” (1Jo 4,16). Não é do seu feitio nem de sua natureza castigar o ser humano que foi criado por amor. Se em vista da finitude da natureza humana criada, aparece a deficiência, que esta seja oportunidade de aceitação dessa fraqueza. Só assim a força e a glória de Deus podem manifestar-se.

No contato com sua condição complexa e vulnerável, ao ser humano coloca-se a oportunidade de construção de redes de relações que o fortalecem. O cego de nascença, do capítulo 9 de João, faz-se sinal profético da dependência de toda pessoa a Deus e aos seus irmãos. Jesus responde a seus interlocutores, afirmando que nem o cego nem seus antepassados pecaram. Mas ele assim vive para que nele se manifeste a glória de Deus.

Jesus ensina e oferece a vida em abundância, incluindo neste processo de revelação a pessoa com deficiência. Haverá comunidade geradora de vida em plenitude, na medida em que toda pessoa for acolhida na sua individualidade e características. Haverá comunidade de discípulos missionários, na medida em que o foco deixar de ser o legalismo, a procura minuciosa daquilo que é motivo de separação, e passar a concentrar-se, criativamente, naquilo que contribui para o acesso de todos, sem barreiras de nenhum tipo, ao redil do pastor que dá a vida para que as ovelhas tenham vida em plenitude.

1.4.2 Atos dos Apóstolos, Tiago e Cartas Paulinas

A ênfase deste item será colocada sobre o refrão que se repete no Novo Testamento: “Deus não faz acepção de pessoas”. O livro dos Atos dos Apóstolos mostra que os doze aprenderam a lição sobre inclusão dada a eles por Jesus. Basta destacar a história narrada nos

At 3,1-10. Esta perícopa coloca em destaque como João e Pedro deram continuidade à ação inclusiva de Jesus Cristo.⁹⁷

Para Collot, os exemplos da atenção preferencial de Jesus pelas pessoas com deficiência, pelos doentes crônicos e pelos pobres marcou o acontecimento judeu de sua época e deu-se início a uma nova era, a era do “amor inclusivo de Deus”. Diante de uma cultura, política, tradição e religião excludentes experimentadas pelo Nazareno e seus contemporâneos, o cristianismo nascente emerge com a palavra e a ação de Jesus Cristo, como a fonte de inclusão do Deus-amor, conforme nos define a Primeira Carta de São João 4,8.⁹⁸

Deus é amor, e manifesta-se como aquele que acolhe e ama a todos, indistintamente. Diversas vezes e em contextos diferentes, a Sagrada Escritura nos recorda que o amor inclusivo do Senhor não faz acepção de pessoas. Em Colossenses 3,11 lemos: “Aí não há mais grego e judeu, circunciso e incircunciso, bárbaro, cita, escravo, livre, mas Cristo é tudo em todos”. Em nota, a Bíblia de Jerusalém observa que “na nova ordem desaparecem as distinções de raça, religião, cultura e classe social, que dividiam o gênero humano desde a Queda (cf. Gn, 3). Refaz-se a unidade ‘em Cristo’”.⁹⁹

Ainda em Colossenses 3,25, Paulo retoma a mesma ideia: “Quem faz injustiça receberá de volta a injustiça, e nisso não há acepção de pessoas”. Também aos Romanos o apóstolo lembra – “Porque Deus não faz acepção de pessoas” (Rm 2,11). Aos Gálatas 2,6 – “E por parte dos que eram tidos por notáveis – o que na realidade eles fossem não me interessa; Deus não faz acepção de pessoas – de qualquer forma, os notáveis nada me acrescentaram”. E citamos, por fim, Paulo aos Efésios 6,9 – “E vós, senhores, fazei o mesmo para com eles, sem ameaças, sabendo que o Senhor deles e vosso está nos céus e que ele não faz acepção de pessoas”.

Paulo, como se vê, em vários contextos, afirma o amor inclusivo do Senhor pelos seus. Em Atos dos Apóstolos 10,34 lemos que: “Tomando então a palavra, Pedro falou: “Dou-me conta, em verdade, de que Deus não faz acepção de pessoas”. Pedro e Paulo, grandes colunas da Igreja, no seguimento de Jesus, apontam e vivem o paradigma da inclusão. Importante registrar ainda a mesma verdade de fé, agora na voz de Tiago 2,1 – “Meus irmãos, a vossa fé em nosso Senhor Jesus Cristo glorificado não deve admitir acepção de pessoas”.

⁹⁷ Cf. COLLOT, Noel Osvaldo Fernández (org.). **Como una sola flor seremos** – inclusión del tema de la discapacidad en las Iglesias e instituciones teológicas de Mesoamérica. EDAN, CLAI Ediciones, 2011, p. 30.

⁹⁸ Cf. *Ibidem*, p. 30.

⁹⁹ BLÍBIA DE JERUSALÉM, nota q, p. 2.215.

Para ser cristão, para colocar em prática algo tão próprio e arraigado no jeito de ser de Jesus faz-se necessário empreender uma transformação radical,¹⁰⁰ uma renovação real e efetiva no estilo paulino (Rm 12,2), que comece por uma abordagem teológica, sem a qual não é possível nenhuma outra mudança.¹⁰¹

1.5 ALGUNS PRESSUPOSTOS TEOLÓGICOS PARA O ENSINO DA FÉ JUNTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A partir deste momento há de se tentar colocar a teologia em diálogo com importantes conceitos da dinâmica de evangelização catequética cristã. No processo de ensino da fé, deve-se considerar a necessidade do encontro, e também as pessoas em relação, como criadas por Deus. Desta forma, tanto o que ensina quanto o que aprende, num vaivém constante, hão de se acolher como imagem de Deus e membros do Corpo de Cristo. Outro elemento de relevo no discurso teológico-pastoral é o antropológico, no caso, passando particularmente pela constatação da vulnerabilidade da condição humana. Alude-se, também, para a ausência do sujeito teológico pessoa com deficiência seja na formação nos seminários, cursos de teologia ou na própria Teologia Latino-Americana.

1.5.1 Teologia e Encontro no processo da fé

Segundo o ensinamento do papa Bento XVI “não se começa a ser cristão por uma decisão ética ou uma grande ideia, mas pelo encontro com um acontecimento, com uma Pessoa, que dá um novo horizonte à vida e, com isso, uma orientação decisiva”.¹⁰² Deus encontrou-se com o ser humano na história da salvação. Nesse processo de encontro, Deus, como um bom pedagogo, usou recursos na comunicação possíveis de serem captados pelos homens. A Sagrada Escritura está repleta de sinais dessa preocupação pela acessibilidade¹⁰³

¹⁰⁰ “Por isso, o exemplo de Jesus, que se fez ‘servo’ (Mc 10,45) de todos, e de Paulo, que se fez ‘fraco com os fracos’ (1Cor 9,22), mostra por onde vai o caminho da autêntica conversão pessoal e social para a inclusão das pessoas com deficiência”. Texto-base, **CF-2006**, n. 169.

¹⁰¹ Cf. COLLOT, Noel Osvaldo Fernández (org.). **Como una sola flor seremos** – inclusión del tema de la discapacidad en las Iglesias e instituciones teológicas de Mesoamérica, p. 31.

¹⁰² DOCUMENTO DE APARECIDA. **Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe**. [Tradução Luiz Alexandre Solano Rossi] São Paulo: Paulus, 2007, n. 12, p. 13.

¹⁰³ “O conceito de acessibilidade aparece no início da década de 1960, na área de arquitetura, nos EUA e na Europa, a partir do conceito de projetos livres de barreiras, focado nos problemas de mobilidade das pessoas em cadeiras de rodas. [...] Devemos considerar a acessibilidade arquitetônica, comunicacional, metodológica, instrumental, programática e atitudinal – ver contrapontos com as *barreiras*, nas mesmas equivalências”. Texto-base, **CF-2006**, p. 139.

no processo autorrevelativo do Senhor. O dar-se a conhecer de Deus enfrenta a quebra de barreiras que impedem essa aproximação. Na plenitude dos tempos, Deus se faz homem (cf. Gl 4,4).

As figuras teológico-pedagógicas do encontro de Deus com os homens, passando pelo chamado dos patriarcas e dos profetas, pelas ilustrações do amor de Deus aos homens a partir do amor humano, seja pela imagem do casamento como em Oséias, ou simplesmente do amor como em Cântico dos Cânticos, têm fundamento no pressuposto de que o encontro coloca em relação o que é diverso. Encontra-se com alguém que, embora tendo semelhanças consigo, é diferente de você. Na diversidade aparece a possibilidade do crescimento, partilhando-se e somando-se o que o encontro pôs em relação. No entanto, ainda “entende-se ou percebe-se a diversidade como ameaça à integridade ou à própria imagem e identidade”.¹⁰⁴

Essa concepção da diversidade, como ameaça à própria integridade, tem como consequência teológico-pastoral a tendência a selecionar e agrupar os que são mais semelhantes, esquecendo-se de incluir os que apresentam alguma diferença mais notória. Segundo a teóloga Elizabeth Salazar, existe um esforço de compreensão nova do conceito de diferente. É preciso “restabelecer a diversidade não a partir do modelo básico que determina o outro como ‘o diferente’, mas entender que a nossa realidade é intrinsecamente diversa e nem por isso negativamente distante e distinta”.¹⁰⁵

Ao concordar com a concepção anterior, afirma-se que, fundamentada nela, a pastoral catequética poderá fazer a inclusão de todos em seu processo de anúncio da boa nova. Admitindo o intrinsecamente diverso dos seres humanos como pressuposto antropológico para a reflexão teológica, ficará claro o sentido de equidade na diferença e haverá possibilidade de superação das relações de poder, que se criam a partir da classificação das diferenças.¹⁰⁶ “A deficiência está relacionada com a própria ideia de normalidade e com sua historicidade. Essa retórica não só delimita a deficiência, mas também regula a vida das pessoas consideradas “normais””.¹⁰⁷

Um desdobramento importante desta postura é chamado por Salazar e outros autores, de ética do cuidado. “A ética do cuidado chama nossa atenção para o compromisso por sujeitos particulares; não falamos de números e tipologias, mas falamos a partir do outro e

¹⁰⁴ SALAZAR, Elizabeth. *Talita Cumi: chamados a viver na diversidade*. In: COLLOT, Noel Fernández; MENESES, Alexandra; GIESE, Nilton (orgs.). **Teologia e deficiência**. [Tradução Roseli Schrader Giese] São Leopoldo: Sinodal; Quito: CLAI, 2010, p. 20.

¹⁰⁵ Ibidem, p. 21-22.

¹⁰⁶ Cf. Ibidem, p. 22.

¹⁰⁷ MASKE, Neli. Deficiência e violência. In: COLLOT, Noel Fernández; MENESES, Alexandra; GIESE, Nilton (orgs.). **Teologia e deficiência**. [Tradução Roseli Schrader Giese] São Leopoldo: Sinodal; Quito: CLAI, 2010, p. 58.

outra em sua especificidade”.¹⁰⁸ A função da ação catequética e pastoral, ou da práxis cristã transita nesta esfera ao se propor, por meio de verdadeiros encontros, a “personalizar” cada pessoa, a derrubar os impedimentos e alienações que a cultura de massa protagoniza.

A diferença como realidade intrínseca do ser humano, o encontro como suporte de fortalecimento da própria imagem e integridade, a ética do cuidado como fundamento da sujeitividade de cada indivíduo são o tripé sobre o qual se firma e se põe em movimento a interdependência entre os seres humanos. Esta é característica necessária da condição humana. “A interdependência mostra uma responsabilidade social compartilhada”.¹⁰⁹ Pode-se parafrasear esta afirmação e propor que a interdependência mostra uma responsabilidade eclesial compartilhada. Como compartilhar essa responsabilidade na prática pastoral, no que diz respeito à pessoa com deficiência? A pergunta de Morales é a seguinte:

Mas o que é a interdependência entendida a partir da deficiência? É, para mim, uma nova lógica de vida, que constrói a partir das suas relações os homens e as mulheres que convivem com ela. [...] Reviver a ordem para um modelo de complementaridade solidária dispõe-nos a novas formas de pensar e de agir.¹¹⁰

A teóloga citada entende a interdependência, quando relacionada à pessoa com deficiência, como complementaridade solidária. “A alteridade deficiente está determinada pelo modernismo, o qual inventa e exclui esses ‘outros’ à sua medida, a seu tempo e interesse”.¹¹¹ Acredita-se que, convivendo e encontrando, pessoas com deficiências ou sem elas, é mais fácil construir novas formas de pensar e de agir. Maske sugere que o encontro com

A alteridade deficiente supõe uma reflexão, contemplação e aproximação ao que para mim é diferente, é outro. O outro irrompe, e nessa irrupção nossa mesmice se vê alterada, destituída. Evoca algo novo, diferente e provoca nossa mesmice (o mesmo, o conhecido, o dominado).¹¹² O tema da alteridade é uma opção pessoal; implica ver ou não no outro o que é como pessoa. Pois bem, se olharmos as pessoas portadoras de deficiência a partir do que NÃO são ou não têm ou lhes falta, então facilmente desenvolvemos e adotamos uma atitude excludente.¹¹³ A alteridade “eficiente” leva-nos a visibilizar o próximo e perguntar: E se o outro não estivesse ali?¹¹⁴

¹⁰⁸ SALAZAR, Elizabeth. *Talita Cumi: chamados a viver na diversidade*. In: **Teologia e deficiência**, 2010, p. 23.

¹⁰⁹ MORALES, Débora García. Gênero e deficiência na formação teológica. In: COLLOT, Noel Fernández; MENESES, Alexandra; GIESE, Nilton (orgs.). **Teologia e deficiência**. [Tradução Roseli Schrader Giese] São Leopoldo: Sinodal; Quito: CLAI, 2010, p. 38.

¹¹⁰ *Ibidem*, p. 37.

¹¹¹ MASKE, Neli. Deficiência e violência. In: **Teologia e deficiência**, p. 58.

¹¹² *Ibidem*, p. 58.

¹¹³ *Ibidem*, p. 59.

¹¹⁴ *Ibidem*, p. 60.

Ao armar sua tenda entre os homens, pela Encarnação (cf. Jo 1,14), Jesus viveu, revelou e ensinou o amor inclusivo de Deus. Deus ama a todos e a cada um de maneira singular. Ele se encontra com cada um, respeitando a sua alteridade como ser completo, porém inacabado. Uma Igreja inclusiva fundada nos ensinamentos “jesuânicos” há de ultrapassar os limites da alteridade deficiente.¹¹⁵ Rompidos os impedimentos eclesiais, todos podem desenvolver-se e contribuir para o desenvolvimento de todos. “A inclusão do diferente, daquele que incomoda e desacomoda permite-nos compreender e agir de acordo com a cura inclusiva da proposta de Jesus”.¹¹⁶

Em seus encontros de cura comumente se lê que Jesus pergunta ao seu interlocutor sobre o desejo que o move: “O que queres? Ou, queres ser curado?” Essa pergunta, conforme se argumentou ao ler os textos bíblicos, não atinge somente o indivíduo e seu problema físico. “Hoje a colocamos em meio a nossas Igrejas. A pergunta de Jesus vai além do problema físico [...]. É uma pergunta à integridade e à totalidade dos que compartilham o mesmo círculo em nossas Igrejas”.¹¹⁷ Descobrir o “outro”, buscar o bem do outro, como diz o apóstolo Paulo, é mudar posturas teológicas discriminatórias, que consideram a pessoa com deficiência um problema. Acolher posturas teológicas inclusivas implica em derrubar os diferentes muros de marginalização e exclusão, construindo espaços e meios adequados e livres de obstáculos para as pessoas com diferentes tipos de deficiência. Assim haverá condição de dizer para o outro, para a outra: “Bem-vindo, bem-vinda, preciso de você, enriquece a minha vida”.¹¹⁸

1.5.2 Teologia e *Imago Dei*

Em Mateus 7, 12 lê-se: “Tudo aquilo, portanto, que quereis que os homens vos façam, fazei-o vós a eles, pois esta é a Lei e os Profetas”. Na Primeira Carta de São Paulo aos Coríntios 10,24 está dito que “ninguém procure satisfazer aos seus próprios interesses, mas aos do próximo”. Aos Efésios 2,14, Paulo escreve: “Ele é a nossa paz: de ambos os povos fez um só, tendo derrubado o muro de separação e suprimido em sua carne a inimizade”. Muitos outros textos da Sagrada Escritura versam sobre este assunto. No esforço de reflexão teológica por uma Igreja inclusiva, a declaração provisória *Uma Igreja de todos e para todos*

¹¹⁵ Cf. MASKE, Neli. Deficiência e violência. In: **Teologia e deficiência**, p. 59.

¹¹⁶ Ibidem, p. 59.

¹¹⁷ Ibidem, p. 59.

¹¹⁸ CETINA, Edesio Sánchez. “Ninguém busque seu próprio interesse, e sim o de outrem.” Teologia bíblica da deficiência no contexto da *Imago Dei*. In: **Teologia e deficiência**, p. 73.

– logo na introdução afirma que: “A Igreja é convidada a ser uma comunidade inclusiva e a derrubar os muros”.¹¹⁹

No entender de Cetina, “talvez um dos temas essenciais para derrubar os muros da marginalização e da exclusão é a consideração do tema sobre a imagem de Deus.¹²⁰ Ao abordar o homem, imagem de Deus,¹²¹ como objeto teológico, apresentam-se como fundamento bíblico importante os capítulos iniciais do livro do Gênesis. Consideremos aspectos do pensamento de Cetina sobre o conceito teológico – imagem de Deus – presente no Gênesis, na ótica da pessoa com deficiência, da alteridade, da diferença.

Em primeiro lugar, nesses textos, a partir de duas perspectivas diferentes, fala-se da origem da humanidade, enfatizando o aspecto da igualdade entre homem e mulher, sem comprometer as diferenças entre ambos. No primeiro capítulo de Gênesis (v. 26-28), afirma-se que o ser humano foi criado à imagem de Deus e que essa imagem só se manifesta na pluralidade, nada homogeneizadora, de homem e mulher. Nessa imagem, que sem dúvida acentua o elemento comunitário do ser humano, elimina-se qualquer ideia de superioridade ou inferioridade de algum dos dois componentes: homem e mulher. Em conjunto se pede a ambos realizarem todas as tarefas que, de acordo com a teologia, lhes pertencem como imagem de Deus. Em segundo lugar, em nenhum desses dois capítulos de Gênesis se mencionam diferenças sociais, raciais, étnicas, linguísticas ou de inteligência. Não há nada neles que coloque algum ser humano, homem ou mulher, acima de outro ou outros.¹²²

Parece estar muito claro no texto da criação do ser humano o fato de a imagem de Deus¹²³ estar dada, não nas características que diferenciam homem e mulher, mas naquilo que os identifica como criados por Deus, o fato de serem igualmente pessoas. Essa base comum desafia a convivência desde a pluralidade de expressões, privilegiando-se o mais frágil, por sê-lo assim, ou ainda por ter sido feito de tal forma. Para a teologia cristã, a consciência da fraqueza é ocasião para a manifestação da verdadeira força. “No coração da teologia cristã, há uma crítica ao êxito, ao poder e à perfeição, e uma homenagem à fragilidade, ao fracasso e à vulnerabilidade”.¹²⁴

¹¹⁹ EDAN – Rede Ecumênica em Defesa das Pessoas com Deficiência. **Uma igreja de todos e para todos**: uma declaração teológica provisória. [Tradução Iara Müller e Werner Ewald] São Paulo: ASTE, 2005, p. 7.

¹²⁰ CETINA, Edesio Sánchez. “Ninguém busque seu próprio interesse, e sim o de outrem.” Teologia bíblica da deficiência no contexto da *Imago Dei*. In: **Teologia e deficiência**, p. 65.

¹²¹ “Todos os seres humanos, com ou sem deficiência, foram feitos à imagem e semelhança de Deus e por Ele abençoados (Gn 1,27-28). As deficiências são reconhecidas como parte da natureza humana, como uma realidade da vida, como a tristeza e a alegria, a saúde e a enfermidade, e nunca como um castigo celeste”. *Texto-base*, **CF-2006**, n. 140.

¹²² CETINA, Edesio Sánchez. “Ninguém busque seu próprio interesse, e sim o de outrem.” Teologia bíblica da deficiência no contexto da *Imago Dei*. In: **Teologia e deficiência**, p. 68.

¹²³ “Deus cria o ser humano à sua imagem e semelhança (cf. Gn 1,26), dando-lhe valor e dignidade incomparáveis, independentemente da sua condição física, mental, psicológica, econômica ou social”. *Texto-base*, **CF-2006**, n. 217.

¹²⁴ CETINA, Edesio Sánchez. “Ninguém busque seu próprio interesse, e sim o de outrem.” Teologia bíblica da deficiência no contexto da *Imago Dei*. In: **Teologia e deficiência**, p. 68.

Permanecendo neste rumo de análise, constata-se o desenvolvimento da teologia bíblica da *Imago Dei* na metáfora da criança. Colocamos, portanto, com Cetina, em paralelo o tema da deficiência a partir da metáfora da criança como imagem de Deus presente sobretudo no Salmo 8.¹²⁵

O poeta e teólogo escolhe a criança como paradigma de ser humano, um exemplo “melhor” de imagem de Deus. [...] Não é o homem adulto, grande e poderoso, quem tem a liderança para afrontar a maldade e vencer o inimigo. É a criança. Tanto aqui como na releitura que Jesus faz desse versículo em Mateus 21,14-17, o triunfo sobre o mal e fazer calar o que detém o poder, o hegemônico, se faz usando as crianças como ponto de referência. Nesse mundo, o autor bíblico escolheu deliberadamente a metáfora da criança como paradigma do vulnerável, do anti-hegemônico, de quem dá as boas-vindas ao anômalo, ao “extraordinário”, ao fora do normal e ordinário e que, portanto, ameaça a sociedade uniformemente conformada. Exatamente alinhado com o que se afirma no documento inciso 28: “No coração da teologia cristã, há uma crítica o êxito, ao poder e à perfeição, e uma homenagem à fragilidade, ao fracasso e à vulnerabilidade”.¹²⁶

Ao ler os evangelhos sinóticos percebeu-se a predileção de Jesus pelos pequenos e frágeis, figurados na criança. Jesus apresenta a criança como protótipo para a pertença ao reino que ele veio instaurar. Naquela ocasião não se relacionou a criança como metáfora da imagem de Deus presente na diversidade humana por ele assim criada. Cetina constata que “para Lucas e Mateus, o evangelho de salvação começa com o Deus criança”.¹²⁷ Na opinião de Salazar, com a qual concordamos, admitindo ser um bom fundamento teológico para a prática pastoral e catequética,

Solidariamente, Deus opta por sua criação, reafirma-a como sua imagem e a inclui nessa Nova Criação. Já não é mais possível pensar na Igreja com o espaço que reúne os perfeitos convidados e convidadas para o casamento, mas a imagem que nos apresenta a parábola de Lucas 14,15-23 conduz para uma Igreja aberta ao serviço, diversa, que sem distinção tem convidados e convidadas, onde esses sujeitos são os que dão significado à celebração.¹²⁸

Com base nesse pressuposto da *Imago Dei* e na presente realidade dos espaços eclesiais faz-se urgente “ajudar a nascer uma nova Igreja, em que pessoas com deficiência participem e não fiquem isoladas”.¹²⁹ Para tanto, é necessário

Criar uma teologia e uma hermenêutica que vêm da experiência de ter uma deficiência. Nós desejamos uma teologia que envolva nosso corpo assim como ele é,

¹²⁵ Cf. CETINA, Edesio Sánchez. “Ninguém busque seu próprio interesse, e sim o de outrem.” Teologia bíblica da deficiência no contexto da *Imago Dei*. In: **Teologia e deficiência**, p. 68.

¹²⁶ Ibidem, p. 69.

¹²⁷ Ibidem, p. 70.

¹²⁸ SALAZAR, Elizabeth. *Talita Cumi*: chamados a viver na diversidade. In: **Teologia e deficiência**, 2010, p. 28.

¹²⁹ MÜLLER, Iára. Deficiência e gênero. In: COLLOT, Noel Fernández; MENESES, Alexandra; GIESE, Nilton (orgs.). **Teologia e deficiência**. [Tradução Roseli Schrader Giese] São Leopoldo: Sinodal; Quito: CLAI, 2010, p. 33.

não tentando nos fazer ter um corpo perfeito para assim somente caber na imagem de Deus.¹³⁰ Por isso vejo a urgência de fazer perguntas que ajudem a formular alguns objetivos pedagógicos inclusivos: Como estão distribuídos os espaços físicos que permitam o acesso a pessoas portadoras de deficiência em nossas instituições? Que preparação as pessoas relacionadas com a docência teológica estão tendo a respeito? Quais didáticas da deficiência podemos assumir na docência? Que dimensão litúrgica da deficiência estabelecemos em nossos momentos na capela? Mas, para ir ainda mais longe, como discernir Deus na presença da deficiência? Como reconhecemos a imagem de Deus (*Imago Dei*) presente nas pessoas portadoras de deficiência?¹³¹

Como se vê a pessoa em si, no seu ser, em especial a mais fragilizada, identifica-se com a imagem querida por Deus. A história da revelação atinge seu ponto mais profundo na fragilização do Filho de Deus, como o homem Jesus de Nazaré (cf. Fl 2,6-11). As deficiências intelectuais, motoras, sensoriais, físicas não são impedimentos teológicos para que todos sejam acolhidos como imagem de Deus. É importante partir da prática teológica de Jesus, com o propósito de construir comunidades inclusivas que superem os preconceitos e tabus sobre a deficiência.¹³² Esta reflexão deve possibilitar a convivência em meio à diversidade e ao reconhecimento da pessoa humana, como imagem e semelhança de Deus, dotada de dignidade e valor.¹³³

1.5.3 Teologia, Vulnerabilidade e Pobreza

O pó da terra, elemento do qual, segundo a linguagem bíblica, o ser humano foi feito, ilustra enfaticamente, no homem, sua condição de finitude, fragilidade ou vulnerabilidade, conceito que aqui se adota. O homem necessita de ser continuamente lembrado dessa sua condição intrínseca a fim de que não subjogue o semelhante. Deus mostrou sua predileção para com a obra prima de sua criação, no decorrer da história, na atenção e no cuidado dispensados aos mais vulneráveis.

O livro do Êxodo narra, no capítulo 3, a situação de escravidão do povo eleito, que como representante da vulnerabilidade humana é explorado no território egípcio. Toda a história da salvação contida na Sagrada Escritura recebe influência dessa descoberta de Deus que se faz próximo do fraco. “Na Bíblia, Deus afirma os direitos do ser humano quando

¹³⁰ MÜLLER, Iára. Deficiência e gênero. In: **Teologia e deficiência**, p. 33.

¹³¹ MORALES, Débora García. Gênero e deficiência na formação teológica. In: **Teologia e deficiência**, p. 35.

¹³² “Os mitos não servem para explicar a deficiência e devem ser deixados de lado”. Texto-base, **CF-2006**, n. 208.

¹³³ Cf. MENESES, Alexandra. Deficiência e pobreza. In: COLLOT, Noel Fernández; MENESES, Alexandra; GIESE, Nilton (orgs.). **Teologia e deficiência**. [Tradução Roseli Schrader Giese] São Leopoldo: Sinodal; Quito: CLAI, 2010, p. 50.

defende os que não se podem defender: as crianças em geral, os órfãos, as viúvas e, particularmente, as pessoas portadoras de deficiência. (Lv 19,14; Dt 27,18)”¹³⁴

Deus solidariza-se do mais fraco a ponto de encarnar-se no ventre de uma judia de Nazaré, jovem e pobre, nascendo pobre, crescendo, vivendo e morrendo entre os pobres. Entre os pobres estão as pessoas com deficiência com sua vulnerabilidade mais escancarada.

As pesquisas mostram que há pessoas portadoras de deficiência em todo o mundo. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), no mínimo 10% da população mundial têm alguma deficiência, mas até agora tal população forma um povo não alcançado pelo evangelho.¹³⁵ No Brasil, 24,5 milhões de pessoas têm uma deficiência, ou seja, 14,5% da população. 70% dessas pessoas vivem em famílias que sobrevivem com menos do que um salário mínimo. Entre muitos problemas que as pessoas com deficiência precisam enfrentar no Brasil, o maior deles é a acessibilidade à reabilitação, que é o primeiro passo para conseguir educação, trabalho, saúde e cidadania.¹³⁶

O encontro com a vulnerabilidade humana a partir da deficiência provoca profundas mudanças na práxis social, comunitária, cristã. Os dados revelam um grande contingente de pessoas com deficiência e infelizmente constatam que essa população ainda não foi atingida pelo anúncio do evangelho, não sendo, portanto, envolvida no processo de transmissão da fé. “O papel da Igreja inclui zelar pela justiça de Deus, que defende as pessoas mais vulneráveis. O ser humano, por ser criação de Deus, tem dignidade e direitos”.¹³⁷ Leva-se em conta que o grande sinal de que essa meta esta sendo ou não colocada em prática é a presença ou não das pessoas com deficiência nos espaços eclesiais.

Do ponto de vista teológico, “a pobreza quebra uma solidariedade fundamental para a qual Deus nos criou”.¹³⁸ No entender de Bortolletto Filho pode-se afirmar ainda que “a deficiência é uma ‘expressão’ da pobreza.¹³⁹ Deste modo, a deficiência destaca-se, entre outras, como representante de “uma situação de vulnerabilidade social”.¹⁴⁰ Tendo presente os inúmeros impedimentos fabricados nas relações de poder, a pessoa com deficiência está “entre ‘os mais pequeninos’ que mostram a face de Jesus, conforme Mt 25,31-46. [...] Ela é, na maioria das vezes, a expressão mais concreta de exclusão; ela é aquela pessoa que não faz

¹³⁴ DARKE, Brenda. Deficiência e infância. In: COLLOT, Noel Fernández; MENESES, Alexandra; GIESE, Nilton (orgs.). **Teologia e deficiência**. [Tradução Roseli Schrader Giese] São Leopoldo: Sinodal; Quito: CLAI, 2010, p. 14.

¹³⁵ Ibidem, p. 11.

¹³⁶ MÜLLER, Iára. Deficiência e gênero. In: **Teologia e deficiência**, p. 30.

¹³⁷ DARKE, Brenda. Deficiência e infância. In: **Teologia e deficiência**, p. 13.

¹³⁸ BORTOLLETO FILHO, Fernando. Deficiência e pobreza. In: COLLOT, Noel Fernández; MENESES, Alexandra; GIESE, Nilton (orgs.). **Teologia e deficiência**. [Tradução Roseli Schrader Giese] São Leopoldo: Sinodal; Quito: CLAI, 2010, p. 42-43.

¹³⁹ Ibidem, p. 43.

¹⁴⁰ Ibidem, p. 43.

parte da conta.¹⁴¹ Comentando Mt 11,2-6, na esteira de J. Jeremias, Bortolletto Filho considera que, na missão de Jesus se dá justamente o contrário:

Mais importante do que as curas é a quebra de barreiras. Jesus não somente abre o reino aos pobres, mas diz que deles é o reino. Assim, percebemos que o pobre, na pregação de Jesus, tem sentido mais amplo; não é somente o que tem menor condição econômica; é aquele que, por ser excluído, está aberto para Deus, demonstra disponibilidade para Deus, é um dependente de Deus, como todos devemos ser.¹⁴² Ser pobre é ser “dependente”. Do ponto de vista teológico, há uma necessária interação entre dependência e independência.¹⁴³

A dependência deixa de existir na medida em que se reconhece que todos somos dependentes. “Jesus liberta para a independência como sinal de dignidade, mas espera de seu povo postura de interdependência”.¹⁴⁴ Todo homem é vulnerável. No vaivém das relações humanas todos podem dar e receber. A pessoa com deficiência tem muito a ensinar aos que não têm deficiência, assim como tem muito a aprender. Fixa-se a dependência quando a relação se dá como em via de mão única. Um manda, o outro obedece; um fala, o outro escuta; um dá, o outro recebe; um é sujeito, o outro objeto.¹⁴⁵ “As pessoas com deficiência, na maioria das vezes, não são consideradas dignas de partilhar também os seus dons, mas apenas receptáculos da caridade alheia, numa postura absolutamente passiva”.¹⁴⁶

Deus liberta-nos para o compromisso comunitário. [...] Assim colocamos em prática a saudável “interdependência”.¹⁴⁷ [...] Os pobres desafiam a Igreja. A Igreja continua sendo um lugar não-acolhedor para eles. O mesmo podemos dizer das pessoas com deficiência. Não as vemos com frequência nas Igrejas.¹⁴⁸ [...] A associação de deficiência com pobreza em nosso continente é quase automática e inevitável. A vida dos pobres é mais difícil e exigente. Assim, ser uma pessoa com deficiência no terceiro mundo é algo especialmente doloroso.¹⁴⁹ Especialmente dramática é a questão da mendicância ligada à situação de deficiência. [...] A própria sociedade vê essas pessoas normalmente como pedintes, o que é revelador de um sentimentalismo não-solidário. As pessoas com deficiência são as “coitadas”, eternamente dependentes da caridade alheia.¹⁵⁰

Essa realidade, como no tempo do Êxodo, grita por transformação. A transformação virá por conta de atitudes inclusivas, na quebra, particularmente, de barreiras atitudinais.¹⁵¹

¹⁴¹ BORTOLLETO FILHO, Fernando. Deficiência e pobreza. In: **Teologia e deficiência**, p. 43.

¹⁴² Ibidem, p. 43.

¹⁴³ Ibidem, p. 44.

¹⁴⁴ Ibidem, p. 44.

¹⁴⁵ “Não se deve tirar da pessoa necessitada a autonomia e a possibilidade de decidir, isso é o fundamento da sua dignidade”. Texto-base, **CF-2006**, n. 220..

¹⁴⁶ BORTOLLETO FILHO, Fernando. Deficiência e pobreza. In: **Teologia e deficiência**, p. 44.

¹⁴⁷ Ibidem, p. 44.

¹⁴⁸ Ibidem, p. 45.

¹⁴⁹ Ibidem, p. 46-47.

¹⁵⁰ Ibidem, p. 47.

¹⁵¹ “Preconceitos que limitam a percepção sobre a pessoa com deficiência, não permitindo que ela ocupe os espaços próprios para pessoas com suas potencialidades e interesses”. Texto-base, **CF-2006**, p. 140.

Pois, “a vida é o lugar do vulnerável. A vulnerabilidade é o lugar das grandes aprendizagens para a vida. [...] No fundo desse pensamento subjaz a pessoa digna e inviolável, no mais elevado conceito de justiça”.¹⁵² Inclusive teologicamente é preciso ter claro que “o grupo humano das pessoas com deficiência se encontra entre os mais desprotegidos, excluídos e esquecidos da sociedade”.¹⁵³

Com base nestas reflexões e sabendo que, dignidade e justiça são elementos constitutivos do humano, é preciso lembrar que esses são os que concedem os princípios mínimos de acessibilidade, de equidade. Ou seja, as condições de vida são as que determinarão a deficiência em última instância.¹⁵⁴ A participação da vida nos faz assumir a vulnerabilidade no sentido mais positivo até chegar a atrevimentos como anular toda deficiência.¹⁵⁵ Quando os sujeitos e seus ambientes entram em processo de transformação, de reconstrução, há que partir das potencialidades próprias. Isso não significa a anulação da vulnerabilidade, mas da deficiência.¹⁵⁶

1.5.4 Visibilização da pessoa com deficiência na formação teológica

A formação teológica nos seminários detém grande lastro de tradição. Isso não impede de incluir em sua proposta temas de relevância atual. Diante disso, parece importante inserir no discurso formativo teológico a problemática própria da pessoa com deficiência. O itinerário educativo, das casas formativas e seminários, precisa assumir uma cultura amplamente inclusiva.¹⁵⁷ Para Morales, “nos últimos anos, temos tido como ponto de partida de nossas reflexões os contextos, as e os sujeitos que fazem teologia; mas a deficiência como construção social não foi assumida.”¹⁵⁸

O esquema curricular em muitas de nossas instituições teológicas ainda está orientado a partir da categoria da normalidade e não reconhece as diferenças, entendidas como um eixo transversal que se expressa na cultura, no gênero, na raça e nas capacidades diferentes.¹⁵⁹ [...] O modelo de nossa tarefa docente teológica e de

¹⁵² VALENCIANO, María Elena Campos. Deficiência e direitos humanos: um olhar teológico. In: COLLOT, Noel Fernández; MENESES, Alexandra; GIESE, Nilton (orgs.). **Teologia e deficiência**. [Tradução Roseli Schrader Giese] São Leopoldo: Sinodal; Quito: CLAI, 2010, p. 106-107.

¹⁵³ Cf. MENESES, Alexandra. Deficiência e pobreza. In: **Teologia e deficiência**, p. 50.

¹⁵⁴ Cf. VALENCIANO, María Elena Campos. Deficiência e direitos humanos: um olhar teológico. In: **Teologia e deficiência**, p. 107.

¹⁵⁵ Cf. Ibidem, p. 109.

¹⁵⁶ Cf. Ibidem, p. 109.

¹⁵⁷ “Precisamos denunciar profeticamente a cultura da mentira expressa nos preconceitos que acabam por determinar uma sociedade de exclusão, falsidade e desrespeito à pessoa humana naquilo que ela tem de mais valioso: a sua dignidade”. Texto-base, **CF-2006**, n. 212.

¹⁵⁸ MORALES, Débora García. Gênero e deficiência na formação teológica. In: **Teologia e deficiência**, p. 34.

¹⁵⁹ Ibidem, p. 35.

nossas Igrejas está mais determinado por uma posição dominante da “normalidade”, na qual não se reconhece a deficiência como um lugar de reflexão teológica, além de não estruturar esquemas curriculares com essa orientação.¹⁶⁰

A conduta formativa pautada pela categoria da normalidade perde oportunidades de enriquecimento humano presentes no acolhimento da diferença. Portanto, o paradigma da inclusão requer determinados fatores que devem ser articulados a partir de uma reflexão teológica formativa que acompanhe o processo de inclusão: as formas de viver a alteridade; as formas de viver a acessibilidade; as formas de experimentar o poder; as formas de viver a cidadania; as formas de viver os direitos.¹⁶¹

Segundo Morales, o que também representa a opinião de outros tantos autores, “os homens e mulheres portadores de deficiência expressam outras lógicas da vida, que devemos continuar aprofundando”.¹⁶² São essas outras lógicas, o diferencial, numa cultura onde insiste em triunfar um modelo egoísta e narcísico de presença no mundo. A interdependência, fortemente vivida no espaço existencial da pessoa com deficiência, é aqui apresentada como o contraponto que a mesma tem a ensinar ao mundo, inclusive eclesial. “A interdependência é uma chave que pode ajudar a assumir novas formas de vida e novas reflexões”.¹⁶³ Portanto,

Surge a necessidade de pensar na capacitação e produção de materiais desenhados para a cidadania plena na Igreja e de promover os direitos das mulheres e homens que vivem a deficiência como um modelo de interdependência.¹⁶⁴ [...] Uma boa formação teológica é aquela que, a partir do pastoral, pode dar conta da participação de todas as pessoas na vida da comunidade de fé.¹⁶⁵

Formação teológica que leve pastoralmente todas as pessoas à participação na comunidade de fé é um ideal a ser buscado, servindo-se de todos os recursos disponíveis. Por outro lado, argumenta Collot “a inclusão do tema da deficiência nas instituições teológicas de maneira curricular, ao menos de qualquer outra forma, é quase uma meta ilusória na América Latina”.¹⁶⁶ De fato, há dificuldades para se dar visibilidade a este tema na formação teológica. Porém, percebe-se que a discussão vem tomando força e vale a pena investir na sua implementação. Intuindo os frutos da convivência com a temática da diferença afirma-se com Collot: “uma formação que abra a compreensão ao tratamento adequado de um universo de

¹⁶⁰ MORALES, Débora García. Gênero e deficiência na formação teológica. *In: Teologia e deficiência*, p. 39.

¹⁶¹ Cf. *Ibidem*, p. 38.

¹⁶² *Ibidem*, p. 39.

¹⁶³ *Ibidem*, p. 38.

¹⁶⁴ *Ibidem*, p. 38-39.

¹⁶⁵ *Ibidem*, p. 39.

¹⁶⁶ COLLOT, Noel Fernández. Teologia latino-americana e deficiência. *In: COLLOT, Noel Fernández; MENESES, Alexandra; GIESE, Nilton (orgs.). Teologia e deficiência*. [Tradução Roseli Schrader Giese] São Leopoldo: Sinodal; Quito: CLAI, 2010, p. 99.

peças com as quais tem que se confrontar cotidianamente, e muito mais, se aqueles que se formam em tais instituições, chegam a se converter em obreiros da vinha do Senhor”.¹⁶⁷

1.5.5 Teologia Latino-Americana e a pessoa com deficiência

Falamos da pessoa com deficiência como expressão da pobreza. “A questão da pobreza norteou a Teologia da Libertação e deve continuar incomodando aqueles que sonham com uma sociedade justa e fraterna”.¹⁶⁸ Sendo a Teologia da Libertação uma grande contribuição latino-americana para se fazer teologia, teologia esta que pensa a relação de Deus com os homens e dos homens entre si desde o pobre, fazendo deste um lugar teológico, pergunta-se pelo rosto da pessoa com deficiência, sua visibilidade, na Teologia da Libertação.

A teologia latino-americana insiste que os pobres nos ensinam. Ensinam a solidariedade e a confiança em Deus ao esperar com fé o pão de cada dia. Da mesma forma, temos a aprender com as pessoas com deficiência. Vale lembrar que as limitações são características da condição humana.¹⁶⁹ Talvez este seja o grande e principal aprendizado que o paradigma da inclusão tem a oferecer ao mundo. Pessoa com deficiência e pobre – força profética da pobreza e da vulnerabilidade, unidas como sinal dos tempos. Qual deve ser a postura da Igreja diante deste sinal? Para Bortolletto Filho,

A situação de pessoas com deficiência e empobrecidas representa um clamor diante de um mundo que se organiza cada vez mais em função do que é global e generalizante. A Igreja deve estar atenta a esse clamor, pois não se conformar com este século é dar testemunho sobre a diversidade da vida humana. O mundo atual “padroniza” tudo em função de parâmetros econômicos de mercado. Assim como o meio ambiente clama pela preservação de sua rica diversidade, também os seres humanos, criados todos à imagem de Deus, devem clamar por respeito à sua também rica diversidade.¹⁷⁰

O teólogo Noel Collot publicou estudo em que contrapõe, para a evangelização da América Latina, um período vivido sob o regime de um Deus imposto e outro em que surge um Deus libertador. Para Collot uma teologia de imposição e dominação imprime conceitos que, há mais de quinhentos anos, no referido continente, dilaceram e ferem a realidade de um Deus criador.¹⁷¹

Passariam séculos até que surgisse na América Latina o conceito desafiador de um Deus libertador, capaz de conduzir o povo a uma terra promissora, à qual não

¹⁶⁷ COLLOT, Noel Fernández. Teologia latino-americana e deficiência. In: **Teologia e deficiência**, p. 99.

¹⁶⁸ BORTOLLETO FILHO, Fernando. Deficiência e pobreza. In: **Teologia e deficiência**, p. 42.

¹⁶⁹ Cf. BORTOLLETO FILHO, Fernando. Deficiência e pobreza. In: **Teologia e deficiência**, p. 45.

¹⁷⁰ Ibidem, p. 47.

¹⁷¹ Cf. COLLOT, Noel Fernández. Teologia latino-americana e deficiência. In: **Teologia e deficiência**, p. 92.

chegaria sem as fortes dores de uma longa e onerosa peregrinação pelo deserto. [...] para dar ao homem e à mulher do caminho um acompanhamento libertador, que desembocaria no Deus que é reconhecido na partilha do pão.¹⁷² Na atitude abrangente da teologia que nasce na segunda metade do século passado, os povos indígenas, as mulheres, os mineiros, os camponeses, os operários, os favelados, os sem-terra, os perseguidos e muitos outros são objeto de análise dos enfoques que permitem superar os esquecidos de séculos e criar o sentido de esperança no Deus de todos e todas para todos e todas.¹⁷³

A Teologia Latino-Americana deu rosto aos fragilizados. Trabalhou a partir de elementos para o resgate da dignidade de cada ser humano como sujeito de direitos. Indiretamente, a pessoa com deficiência está contemplada nesta produção teológica que alimentou a ação pastoral dos últimos anos e por esta foi animada. Contudo, se a Teologia da Libertação deu nome à mulher, ao operário, ao favelado, ao sem-terra, entre outros a fim de torná-los sujeito, parece de extrema importância a inclusão direta da pessoa com deficiência neste discurso teológico. Collot classifica o fato da ausência da pessoa com deficiência na Teologia Latino-America, a partir de sua pesquisa, de um sensível esquecimento.

Até onde pudemos pesquisar não existe na teologia latino-americana uma referência expressa às pessoas portadoras de deficiência. Esse Deus abrangente armou sua tenda entre os cegos, os surdos, e cegos, pessoas com limitações intelectuais e aquelas com limitações físico-motoras. Essas, para as quais também é o Deus da libertação, não são consideradas sujeitos expressos da teologia, mas invisibilizados. Em uma sociedade classista como esta que se apresenta na América Latina, entre os mais pobres encontram-se as pessoas portadoras de deficiência. Essas, na quase totalidade dos casos, não podem ser objeto do mercado de trabalho, e seu nível de subsistência fica à mercê da caridade pública e da beneficência religiosa. Essas atitudes tratam de esconder a ausência do compartilhar do Deus da Vida e da Esperança. Poder-se-ia dizer que, em meio ao despertar teológico de que fizemos parte na América Latina na segunda metade do século passado, as pessoas portadoras de deficiência estiveram ausentes, como uma perspectiva específica, de uma teologia que lhes oferecesse as ferramentas para sua inclusão total e plena.¹⁷⁴

É bem verdade que há um sinal evidente da inclusão do Deus que Jesus Cristo encarna e prega. Refletimos de maneira abundante sobre esta realidade. Trata-se do Deus-libertador, que oferece o lugar devido à mulher, reconhece a dignidade dos estrangeiros e ocupa-se das crianças. É o “Deus que não faz acepção de pessoas” (Rm 2,11; Gl 2,6; Ef 6,9; Cl 3,25), conforme apontamos ao estudar este conceito no Novo Testamento.¹⁷⁵

De maneira geral, os tempos atuais são muito mais positivos e esperançosos, não há dúvida disso, mas não é possível crer que já foi feito tudo para que existam os mecanismos legais para a sua realização. A base moral para que eles se efetivem, a Igreja tem em

¹⁷² COLLOT, Noel Fernández. Teologia latino-americana e deficiência. In: **Teologia e deficiência**, p. 92.

¹⁷³ Ibidem, p. 93.

¹⁷⁴ Ibidem, p. 94.

¹⁷⁵ Cf. Ibidem, p. 97.

abundância. É necessária a ativação da consciência social, da educação e da ação, não somente para a atenção adequada às pessoas com deficiência, mas também dos mecanismos governamentais ou não para prevenir o crescimento da deficiência e seu aumento por causas que possam ser erradicadas.¹⁷⁶ Se o governo age, muitas vezes, por força da pressão da lei, a Igreja deve agir impulsionada pelo testemunho moral alicerçado em Jesus Cristo.

1.5.6 Teologia, Inclusão e Acessibilidade

A aproximação do paradigma de inclusão aponta para pelo menos outros dois conceitos muito importantes nesta pauta: deficiência¹⁷⁷ e exclusão. O que é deficiência, o que é exclusão? Quais seus mecanismos de criação? Para Salazar “a deficiência é exclusão, a deficiência é construída a partir do poder”.¹⁷⁸ Valenciano define a deficiência como “uma oportunidade para reconhecer e valorizar detalhes que normalmente passam despercebidos”.¹⁷⁹ E mais, “visibilizando-nos, podemos também mostrar esses espaços, físicos ou não, que nos forjam como pessoas com a dignidade absoluta que nos revestem, como parte fundamental de uma sociedade em construção”.¹⁸⁰ Meneses considera que,

Pela primeira vez, em 1981, pela ONU, a deficiência foi definida como resultado da relação entre as pessoas portadoras de deficiência e seu ambiente. A deficiência é o resultado da interação de deficiências físicas, sensoriais ou mentais com o ambiente físico e cultural; e as instituições sociais.¹⁸¹

E o que significa inclusão? Darke, no texto *Deficiência e infância*, diz que: “não é necessariamente ter as mesmas condições que os outros; é ter as mesmas oportunidades”.¹⁸² Esta definição aborda a inclusão na perspectiva de que todos, guardadas as mesmas oportunidades, podem desenvolver-se, realizar-se e mais, contribuir para a plenificação da humanidade. Na teologia, evidencia-se a imagem do corpo com seus diversos e diferentes órgãos funcionando em harmonia como metáfora da comunidade dos que professam a mesma fé. A Igreja, Corpo de Cristo, é essencialmente o lugar teológico onde todos têm as mesmas oportunidades, embora cada um seja único, diferente.

¹⁷⁶ COLLOT, Noel Fernández. Teologia latino-americana e deficiência. In: **Teologia e deficiência**, p. 98.

¹⁷⁷ “A noção de deficiência é complexa e está associada à ideia de imperfeição, fraqueza, carência, perda de qualidade e quantidade. O termo vem do latim tardio *deficientia* e significa falta, enfraquecimento, abandono”. Texto-base, **CF-2006**, n. 13.

¹⁷⁸ SALAZAR, Elizabeth. *Talita Cumi*: chamados a viver na diversidade. In: **Teologia e deficiência**, p. 20.

¹⁷⁹ VALENCIANO, María Elena Campos. Deficiência e direitos humanos: um olhar teológico. In: **Teologia e deficiência**, p. 103.

¹⁸⁰ *Ibidem*, p. 104.

¹⁸¹ MENESES, Alexandra. Deficiência e pobreza. In: **Teologia e deficiência**, p. 50-51.

¹⁸² DARKE, Brenda. Deficiência e infância. In: **Teologia e deficiência**, p. 15.

Se a Igreja fundamenta-se numa teologia, em princípio, inclusiva segundo a definição acima apresentada, por que não é comum notarmos a convivência da diversidade em seus espaços eclesiais e discursos religiosos? Quais as barreiras a serem vencidas em vista da plena participação? Para Salazar, no que diz respeito à deficiência “não são enfrentadas as barreiras mais determinantes: as barreiras de atitude. A nossa forma de enfrentar a deficiência é que nos deixa deficientes para criar uma sociedade em que todos e todas possamos fazer parte”.¹⁸³

A mesma autora, Salazar, analisa o silêncio de uma reflexão a partir do teológico como resultado de uma experiência eclesial de onde estão ausentes as pessoas com deficiência, o “que nos deixa uma clara incapacidade de inclusão da temática e das pessoas portadoras de deficiência, que não é diferente na sociedade”.¹⁸⁴ Infelizmente, constata Morales, “o ambiente (até nas Igrejas) sinaliza que organizamos a vida social sem referência às pessoas que vivem com deficiência”.¹⁸⁵ Faz-se importante criar o fato a fim de que ele provoque a reflexão. Acolhendo as pessoas com deficiência nos meios eclesiais, suscitar-se-ia o florescer dos debates teológicos sobre a questão da inclusão, oferecendo meios para pessoas, com deficiência ou não, serem mais humanas. Pois como afirma Müller, como que sendo uma confirmação de tudo o que se pontuou na fundamentação bíblica desta pesquisa: “ser uma Igreja inclusiva não é uma opção que escolhemos, mas é uma característica essencial para a Igreja que segue o modelo de Jesus”.¹⁸⁶

Onde estão as pessoas com deficiência? Devido a uma série de impedimentos construídos por uma sociedade formatada sem levar em consideração a pessoa que vive com deficiência, a pessoa com deficiência torna-se invisível e vítima de preconceitos sutis também dentro das comunidades de fé. Segundo Tamez, nossa sociedade atual sofre de deficiência. Quando uma sociedade expulsa e rejeita os sujeitos minoritários, entre eles os que têm limitações funcionais, deveria se perguntar quem, na verdade tem limitações funcionais. Pois as pessoas com deficiência poderiam locomover-se e manifestar-se com mais facilidade se a sociedade atendesse suas necessidades.¹⁸⁷

“Existe gente invisível por ser deficiente, escondida no quarto dos fundos”; assim se afirma que “não existe, não é um problema nesta comunidade”; a comunidade não os inclui como prioridade, por isso “não há serviços, não há inclusão”, “continua a

¹⁸³ Cf. SALAZAR, Elizabeth. *Talita Cumi*: chamados a viver na diversidade. In: **Teologia e deficiência**, p. 19.

¹⁸⁴ *Ibidem*, p. 19.

¹⁸⁵ MORALES, Débora García. Gênero e deficiência na formação teológica. In: **Teologia e deficiência**, p. 37.

¹⁸⁶ MÜLLER, Iára. Deficiência e gênero. In: **Teologia e deficiência**, p. 33.

¹⁸⁷ Cf. TAMEZ, Elsa. Graça e rejeição: uma reflexão bíblico-teológica a partir dos sujeitos com limitações funcionais. In: **Teologia e deficiência**, p. 80-81.

discriminação”, é reforçada a falta de visibilidade, e assim se perpetua o ciclo.¹⁸⁸ As pessoas portadoras de deficiência também sofrem essa espécie de exclusão sutil. Inclusive dentro das comunidades de fé podem acontecer situações como as seguintes: interpretação bíblica e teológica inadequada: como os conceitos de sanidade e justiça compensativa conseguiram discriminá-las e fazer com que se sintam desiludidas; a ausência de acessibilidade aos lugares de reunião; a falta quase permanente de intérpretes para pessoas surdas, Bíblias e outros materiais nos sistemas braille; a utilização indiscriminada de meios de comunicação que excluem pessoas cegas e surdas do serviço litúrgico.¹⁸⁹

Como Jesus reagiria diante desta realidade? Na concepção de Meneses, Jesus fundou seu anúncio da proximidade do reino de Deus no conceito de sociedade inclusiva. Indo mais longe, Jesus intencionalmente denuncia as injustiças de um sistema religioso e social excludente e opressor, que fazia com que uns tivessem direitos e privilégios e a outros era negado o mínimo para viver.¹⁹⁰ Como discípulos missionários de Jesus Cristo, “nós temos a responsabilidade ineludível de contribuir para uma maior justiça [...] e colocar, acima de qualquer interesse pessoal, a pessoa humana e sua dignidade, buscando sempre o bem para todos.¹⁹¹

Propor-se a fazer teologia desde as bases inclusivas da prática de Jesus conduz a um repensar eclesial autocrítico. “[...] reivindicar o direito a ser diferente, porque o respeito pelo outro, pela outra é o passo indispensável, é a chave que nos leva à reformulação de qualquer atitude, ação e pensamento”.¹⁹² Objetivo principal de se construir teologia a partir do paradigma jesusânico é,

Despertar nas comunidades de fé, sejam quais forem, um sentimento inclusivo do amor de Deus que permita eliminar, de uma vez por todas, a pena e o paternalismo do esquema eclesiológico, mais ainda do teológico. Para isso é imprescindível: uma releitura das Sagradas Escrituras a partir da deficiência; uma teologia antropológica, o ser humano como centro da criação; uma práxis de amor na qual a motivação total da tarefa esteja firmada pela definição de Deus em 1Jo 4,8; e uma liturgia inclusiva que seja um sinal de serviço e entrega ao outro ou à outra, quaisquer que sejam as condições físicas, sensoriais ou intelectuais.¹⁹³

Refletimos os conceitos de inclusão, deficiência e exclusão relacionados à teologia. Este passo da pesquisa trabalha a acessibilidade como um eixo fundamental para determinar o grau ou os graus de deficiência que uma pessoa pode ter.¹⁹⁴ Recorde-se, o acima escrito sobre

¹⁸⁸ MENESES, Alexandra. Deficiência e pobreza. *In: Teologia e deficiência*, p. 51.

¹⁸⁹ *Ibidem*, p. 52-53.

¹⁹⁰ Cf. *Ibidem*, p. 53.

¹⁹¹ *Ibidem*, p. 54.

¹⁹² TAMEZ, Elsa. Graça e rejeição: uma reflexão bíblico-teológica a partir dos sujeitos com limitações funcionais. *In: Teologia e deficiência*, p. 81.

¹⁹³ COLLOT, Noel Fernández. Teologia latino-americana e deficiência. *In: Teologia e deficiência*, p. 98-99.

¹⁹⁴ VALENCIANO, María Elena Campos. Deficiência e direitos humanos: um olhar teológico. *In: Teologia e deficiência*, p. 102.

a ética do cuidado; a experiência de interdependência vivida com intensidade pela pessoa com deficiência; a condição de vulnerabilidade própria do ser humano e a imprescindibilidade do encontro entre as pessoas. O encontro não acontece quando não há acessibilidade para o mesmo. Lendo Mc 10,46-48, Valenciano conclui que “são necessários estes encontros para reconhecer esses gritos que, assim como o filho de Timeu, hoje deveriam perfurar a alma e condicionar-nos a tomar decisões mais éticas”.¹⁹⁵

[...] Nesse sentido, a acessibilidade como garantia das possibilidades humanas vitais torna-se um ponto-chave de vigilância, pois a partir dela se concentram as opções fundamentais que orientam significativamente os procedimentos, tanto individuais como coletivos, nos diversos âmbitos, privado ou público.¹⁹⁶ A inclusão não é um elemento a ser levado em consideração em nossas relações. A inclusão é uma maneira de entender o mundo de mãos dadas com a vida. A vida não exclui nada e é a maior certeza. Por isso há que cuidá-la até a devoção. Se amarmos a vida, seremos inclusivos, a partir da própria inclusão original que gozamos nessa casa que habitamos juntas e juntos. A inclusão é abrigo e aconchego na própria ternura do abraço e do agasalhar-nos. É sentir-nos amadas e amados e amar, deixando assim transparecer o mais divino que há em nós para o outro, nossa imagem e semelhança...¹⁹⁷

A teologia inclusiva alimenta a espiritualidade exódica, abrindo caminhos de liberdade. “Este é o paradigma para recuperar a dignidade perdida em consequência de opressões e discriminações cotidianas e sistemáticas, procedentes de ações individuais ou da própria planificação sistemática”.¹⁹⁸

Atentamos, neste capítulo, para a fundamentação bíblica do processo de transmissão da fé junto à pessoa com deficiência. Na Sagrada Escritura a pessoa com deficiência aparece como sujeito igual na diferença. Portanto, para quem segue Jesus, ser inclusivo, não é um enfeite a mais, agregado à práxis eclesial, mas uma nota essencial da Igreja discípula missionária. Ainda, a partir do estudo teológico da questão, houve confirmação da hipótese de que a presença ou não da pessoa com deficiência na comunidade eclesial revela o nível de aceitação do anúncio do reino de Deus realizado por Jesus. Tendo presente toda esta base bíblico-teológica, entramos no segundo capítulo desta pesquisa, concentrando-nos na atenção dispensada pela Igreja, via catequese, à educação da fé, junto à pessoa com deficiência, particularmente nos documentos e posturas da Igreja pós-Vaticano II.

¹⁹⁵ VALENCIANO, María Elena Campos. Deficiência e direitos humanos: um olhar teológico. *In: Teologia e deficiência*, p. 103.

¹⁹⁶ *Ibidem*, p. 102.

¹⁹⁷ *Ibidem*, p. 110.

¹⁹⁸ *Ibidem*, p. 109.

CAPÍTULO II: AÇÃO CATEQUÉTICA DA IGREJA NO BRASIL JUNTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

O mundo hodierno experimenta uma profunda transformação no modo como as pessoas concebem a vida e suas relações. Num contexto de mudança de época, a preocupação generalizada com as pessoas com deficiência é um dos aspectos mais válidos e positivos deste tempo. Em meio às vozes que gritam contra a corrupção, a violência, a injustiça e a imoralidade, aparece como um sinal de esperança o interesse pela inclusão. Este interesse envolve, sobremaneira, a reflexão teológica no âmbito catequético. Não há razão para desesperar do futuro da humanidade se nela há ainda consideração por todos os seus membros, a começar pelos mais fragilizados e marginalizados.¹⁹⁹

2.1 CATEQUESE INCLUSIVA: UMA POSSÍVEL CONCEITUAÇÃO

No capítulo anterior fundamentamos, bíblica e teologicamente, o direito de toda pessoa com deficiência à participação na vida da Igreja e o dever da comunidade eclesial de envolver estes irmãos como sujeitos no processo de transmissão da fé. Este empreendimento pastoral pode ser chamado, segundo terminologia utilizada por diversos catequistas, de catequese inclusiva. Antes de abordar a ação catequética da Igreja no Brasil junto à pessoa com deficiência como tal, trabalharemos na tarefa de esclarecer o que se quer dizer quando se utiliza a expressão acima. O que é catequese inclusiva? Para responder tal questão usamos, fundamentalmente, das publicações sobre o tema na Revista de Catequese número 103-104, julho a dezembro de 2003. Neste, o assunto foi tratado sob diversas perspectivas, pela voz de variadas experiências e autores.

O então e atual editor da Revista de Catequese, Pe. Luiz Alves de Lima, abriu solenemente a reflexão sobre *Catequese junto à pessoa com deficiência*, da revista 103-104, com um texto que este estudo mostra, por hora, em alguns de seus aspectos. Para ele:

Dentre os inúmeros interlocutores ou destinatários da catequese, na vida atual da Igreja, situam-se as pessoas com deficiência. Cresce, cada vez mais, a consciência da necessidade de uma atenção maior a elas e a importância que vão adquirindo em nossas comunidades. Ao lado do carinho e redobrada atenção que esses nossos irmãos merecem, há também a preocupação, por parte da catequese, de se qualificar

¹⁹⁹ Cf. ZVER, Luiz. A questão da catequese dos excepcionais. **Revista de Catequese**. São Paulo: Salesiana, ano 9, n. 34, p. 32, abr/jun, 1986.

sempre mais na compreensão de suas necessidades e na adequada pedagogia da fé para que eles possam receber, com eficácia, a Palavra de Deus.²⁰⁰

Muito importante para a pergunta pelo que seja catequese inclusiva, especial ou na diversidade é a constatação da pessoa com deficiência como interlocutora ou destinatária da catequese. A partir daqui começa-se a vislumbrar uma ação catequética que se prepara para dialogar com as mais diversas situações e condições em que se apresenta a vida humana. Pe. Lima continua:

O *Diretório Nacional de Catequese (DNC)*, em sua versão ainda provisória (Instrumento de Trabalho), dedica um espaço bastante considerável aos portadores de deficiência. Reconhece seus direitos à vida comunitária e sacramental. Vê a necessidade de dar a eles a devida atenção e fazer esforços para superar todo tipo de discriminação. Constata o aumento, cada dia mais, do número de pessoas interessadas em trabalhar com os deficientes, bem como a maior consciência e organização sobre esse tipo de catequese. Após acenar ao papel fundamental da família e da participação dos deficientes na catequese, fala de sua integração no meio da comunidade e entre os que são considerados “normais”, evitando “grupos separados e ou confinados em locais sem a devida atenção e cuidados, como também distante da comunidade” (n. 315).²⁰¹

A catequese junto à pessoa com deficiência empenha toda a comunidade num decisivo envolvimento com o reino de Deus. Busca-se, por meio dela, a experiência de comunhão e participação como povo querido de Deus. “Esta catequese supõe uma preparação específica dos catequistas, pois cada diferente necessidade exige uma pedagogia adequada e remete à preciosa contribuição que os profissionais nessa área podem oferecer à educação da fé (cf. DNC n. 317)”.²⁰²

O que é catequese inclusiva? A palavra inclusão, pronunciada nos nossos dias, diz mais que integração? Quais as diferenças entre um e outro conceito? Sendo adotados como paradigmas, orientarão modelos diferentes de ação pastoral-catequética? Em *Inclusão: um novo paradigma*, Geraldo Maurício de Lima, analisa e apresenta como mais completo para a prática evangelizadora, o termo inclusão. Em síntese, é possível marcar as principais diferenças entre integração e inclusão, conforme o quadro abaixo:²⁰³

INTEGRAÇÃO	INCLUSÃO
O outro tem que se adequar para ser aceito.	O outro é aceito como ele é para ser

²⁰⁰ LIMA, Luiz Alves de. Editorial. **Revista de Catequese**. São Paulo: Salesiana, ano 26, n. 103-104, p. 3, 2003.

²⁰¹ Ibidem, p. 3.

²⁰² Ibidem, p. 3.

²⁰³ LIMA, Geraldo Maurício. Inclusão: um novo paradigma. **Revista de Catequese**. São Paulo: Salesiana, ano 26, n. 103-104, p. 53, jul/dez, 2003.

	ajudado a ser mais.
Unilateral.	Bilateral.
Conceito de deficiência no modelo clínico.	Conceito de deficiência no modelo social.
Ênfase na diferença / discriminação positiva ou negativa – grupos pretensamente iguais.	Ênfase na diversidade humana, enriquecimento social.
Deficiência centrada no indivíduo.	Deficiência como fruto da relação homem / meio (visão ecológica).
Predomínio de serviços especializados.	Inserção nos sistemas sociais gerais.
Serviços por critérios de elegibilidade.	Rejeição zero.
Níveis de integração dependentes do grau de deficiência – integração parcial.	Inserção mais radical, completa e sistemática.
Ênfase no desenvolvimento máximo das capacidades e habilidades da pessoa.	Ênfase na equiparação de oportunidades.
Desenvolvimento como pré-requisito à participação social.	Desenvolvimento simultâneo ao processo de inclusão.

Segundo Maria Paula Rodrigues, a palavra inclusão tem sido utilizada, na última década, por especialistas em educação especial, para referir o processo de introdução de alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares, sem que haja consenso sobre o uso deste e outros termos, como integração e interação. As discussões relativas à catequese na diversidade costumam emprestar acriticamente o conceito pedagógico, reproduzindo a histórica confusão entre catequese e escola. A autora chama a atenção para o termo inclusão tendo em mente o campo semântico teológico pastoral (cf. Texto-Base da Campanha da Fraternidade de 1995: A Fraternidade e os Excluídos).²⁰⁴ A catequese inclusiva ou

A catequese na diversidade não é uma nova pastoral ou instituição. Embora conte com um secretariado nacional, ligado à CNBB, empenhando em fazê-la decolar através de eventos de formação e publicações, não é, de forma alguma, atividade complementar ou compensatória da chamada catequese regular (direcionada aos catequizandos diferentes dos portadores de deficiências). Ela não pretende institucionalizar a deficiência.²⁰⁵ O objetivo da catequese na diversidade é motivar a

²⁰⁴ RODRIGUES, Maria Paula. Catequese na diversidade: uma espiritualidade de luta pela cidadania eclesial. **Revista de Catequese**. São Paulo: Salesiana, ano 26, n. 103-104, p. 47, jul/dez, 2003.

²⁰⁵ “Não se trata de criar uma cultura da deficiência, um modelo deficitário como parâmetro de vida para as pessoas especiais. [...] Uma pessoa não deve ser reduzida, nem identificada com seus limites sensoriais, mentais ou motores. Mas ela também não pode ser entendida e acolhida sem eles”. Texto-base, **CF-2006**, n. 19.

inclusão das pessoas portadoras de deficiências nas atividades catequéticas das comunidades e paróquias, sem descuidar de suas necessidades educacionais especiais. Trata-se, na verdade, de uma espiritualidade, que deve perpassar todas as atividades catequéticas da Igreja: uma espiritualidade da inclusão.²⁰⁶

Na compreensão de Maria Paula com a qual concorda este trabalho, “ser inclusivo não é para poucos: é para todos. É dimensão intrínseca à vocação batismal e, por isso mesmo, conteúdo da catequese”.²⁰⁷ O desafio da inclusão na catequese coloca a todos perante as mais diversas manifestações da condição humana, unificadas na base da dignidade do ser pessoa. “Em todos esses casos, a diversidade de capacidades não será um problema a ser escamoteado, mas sim um valor a ser cultivado”.²⁰⁸

Como se vive a dimensão comunitária, de interdependência? Uma vez que o indivíduo, homem ou mulher, não se basta a si mesmo, “cabe lembrar que a catequese na diversidade não é primeiramente uma questão didática, embora tenha implicações dessa natureza. A catequese na diversidade é, antes de tudo, uma questão política”.²⁰⁹ A catequese apresenta-se, desta forma, como espaço educativo privilegiado para referendar-se o jeito de ser inclusivo da comunidade cristã. “A inclusão de pessoas portadoras de deficiências na catequese é parte de um processo mais amplo, o da reintegração ou resgate da cidadania eclesial de tantos sujeitos que historicamente foram arbitrariamente excluídos das mais diversas instâncias da vida cristã”.²¹⁰ Ainda, a catequese inclusiva manifesta que “é o batismo quem lhes garante essa cidadania e as faz membros do Corpo de Cristo, do povo de Deus, com direito a celebrar e a crescer na fé, e com suas responsabilidades específicas na construção do reino de Deus”.²¹¹

Somando aos debates teológicos e pastorais afirmações esclarecedoras quanto à catequese junto à pessoa com deficiência, Francisco Maurício Araújo dos Santos defende uma pedagogia do caminho, onde todos, lado a lado, na comunidade, numa atitude inclusiva, vão se fazendo mestres e aprendizes.²¹² “Hoje, a comunidade depara-se com uma realidade

²⁰⁶ RODRIGUES, Maria Paula. Catequese na diversidade: uma espiritualidade de luta pela cidadania eclesial. **Revista de Catequese**, p. 47.

²⁰⁷ Ibidem, p. 47.

²⁰⁸ Ibidem, p. 48.

²⁰⁹ Ibidem, p. 48.

²¹⁰ Ibidem, p. 48-49.

²¹¹ Ibidem, p. 49.

²¹² O autor inicia agradecendo ao convite para escrever sobre o assunto para a Revista de Catequese. Louva este veículo de comunicação por não ser a primeira vez a ceder espaço ao debate sobre as questões relacionadas à pessoa com deficiência, trazendo contribuições de Ubaldo Gianetto em 1982, n. 5 da revista. Cf. SANTOS, Francisco Maurício A. dos. A pessoa com deficiência e sua educação à fé. **Revista de Catequese**. São Paulo: Salesiana, ano 26, n. 103-104, p. 20, jul/dez, 2003.

desafiadora, mas possível de ser revertida, desde que criemos condições pelas quais todos possam desempenhar o papel de mestre e aprendiz, num processo de constante conversão”.²¹³

O autor justifica sua preferência pela expressão catequese na diversidade ao invés de catequese especial. Para ele, esta segunda, via de regra, “estabelece uma relação de ‘especialista’ e pessoa incapacitada”.²¹⁴ “Já o conceito de catequese na diversidade aponta, a meu ver, para a mudança de paradigma na forma de compreender e relacionar-se”. O relacionamento humano acontece num âmbito de troca com pessoas e não com suas deficiências.²¹⁵

A comunidade aparece, então, como o espaço de educação para a fé da pessoa com deficiência, onde esta tem condição de se colocar como interlocutora no processo. Não poucas vezes, a catequese se torna a única porta de acesso para a comunidade cristã. Interessante ressaltar o uso do termo interlocutor, para afirmar a mudança epistemológica na compreensão desse fato nos últimos anos de caminhada catequética na Igreja.

De fato, nossas escolas de catequese e cursos de formação, ao discutirem e falarem sobre os interlocutores da catequese, pouco se preocupam com essa realidade, salvo algumas exceções. Por mais que nossos documentos falem dos diferentes interlocutores e suas necessidades, nossa ação catequética ainda está pautada em um modelo de pessoas que esteja dentro de um padrão de “normalidade”. Qualquer situação que contrarie essa “normalidade” causa muita estranheza.²¹⁶

Um dos frutos desta vivência pastoral é a superação de preconceitos, tais como: não existem pessoas com deficiência em nossa comunidade;²¹⁷ a família como problema;²¹⁸ os eternos revoltados;²¹⁹ a ideologia da falta de força de vontade.²²⁰ Esses preconceitos, nas atitudes eclesiais, têm consequências negativas, tais como falta de acessibilidade na estrutura física e comunicacional dos espaços litúrgico-celebrativos. Espaços de convivência da comunidade, dos quais, muitas vezes, os irmãos com deficiência encontram-se ausentes.

Devemos superar a ideia de “catequistas especialistas” a fim de que todos os catequistas de nossas comunidades estejam prontos para acolhê-la. Para isso, o curso de formação é necessário, mas defendo a ideia da importância de uma pedagogia do encontro ou do caminho, em que vamos aprendendo e descobrindo juntos, uma vez que nos relacionamos com as pessoas. A formação servirá como base, mas em

²¹³ SANTOS, Francisco Maurício A. dos. A pessoa com deficiência e sua educação à fé. **Revista de Catequese**, p. 31.

²¹⁴ Ibidem, p. 21.

²¹⁵ Ibidem, p. 21.

²¹⁶ Ibidem, p. 27.

²¹⁷ Cf. Ibidem, p. 23.

²¹⁸ Cf. Ibidem, p. 23-24.

²¹⁹ Cf. Ibidem, p. 24.

²²⁰ Cf. Ibidem, p. 24-25.

momento nenhum deve suprir a importância de estabelecermos uma relação direta, pautada pelo diálogo e pelo respeito ao outro.²²¹

Parece fácil notar as implicações antropológicas²²² presentes na busca por uma catequese para todos. Incluir, especificamente, na catequese, exige reformatação do jeito de ser e entender os espaços comunitários e eclesiais. “Não tendo capacidade para receber tais interlocutores, preferimos que os pais sejam responsáveis pelo processo catequético”.²²³ Conviver com o outro também espiritualmente é direito de todos.²²⁴ “Apesar de o DGC, reconhecer a necessidade de ‘uma adequada catequese, à qual têm direito, como batizadas, e se não-batizadas, como chamadas à salvação’, na prática esse direito lhes é negado”.²²⁵ Para que esse direito seja garantido é importante que toda a comunidade esteja envolvida e seja informada e preparada para receber as pessoas com deficiência.

Acredita-se que não há outro caminho a percorrer senão o de chamar as pessoas com deficiência e suas famílias para conviver na comunidade cristã. Somente assim a comunidade será sensibilizada e motivada a aprender a conviver com os irmãos que, na maioria das vezes, estão escondidos em suas casas devido ao preconceito generalizado do qual são vítimas. A solução, portanto, está numa formação de qualidade associada à convivência com as pessoas com deficiência para a superação de mitos e preconceitos e o estabelecimento de relações saudáveis.

Para tanto, no campo do ensino da fé urge substituir uma catequese pautada na absorção e retenção do conhecimento doutrinal, apenas, por uma catequese que olhe para a prática de Jesus, que se preocupava em ensinar o essencial para a vida das pessoas, convidando-as a conversão. Do critério de aceitação centrado somente na esfera intelectual, para o desafio de aprender outras formas de expressar e viver a fé.²²⁶ Na perspectiva de

²²¹ SANTOS, Francisco Maurício A. dos. A pessoa com deficiência e sua educação à fé. **Revista de Catequese**, p. 27-28.

²²² “O ponto de partida para cada reflexão sobre a deficiência está enraizado nas persuasões fundamentais da antropologia cristã: a pessoa com deficiência, também quando está ferida na mente ou nas suas capacidades sensitivas e intelectivas, é um sujeito plenamente humano, com os direitos sagrados e inalienáveis próprios de cada criatura humana. Com efeito, o ser humano independentemente das condições em que se desenrola a sua vida e das capacidades que pode expressar, possui uma dignidade única e um valor singular desde o princípio da sua existência até ao momento da morte natural”. João Paulo II, Texto-base, **CF-2006**, n. 153.

²²³ SANTOS, Francisco Maurício A. dos. A pessoa com deficiência e sua educação à fé. **Revista de Catequese**, p. 28.

²²⁴ “As pessoas com deficiência têm o direito de viver com suas famílias ou pais adotivos e de participar de atividades sociais, criativas e recreativas”. Texto-base, **CF-2006**, n. 86.

²²⁵ SANTOS, Francisco Maurício A. dos. A pessoa com deficiência e sua educação à fé. **Revista de Catequese**, p. 28.

²²⁶ Cf. *Ibidem*, p. 29.

Francisco Maurício a catequese inclusiva permite-nos “trocar as lentes, a fim de ver no outro, uma possibilidade e não uma ameaça”.²²⁷ E mais,

Se partirmos do princípio do respeito às diferenças entre as pessoas, devemos concluir, como já diziam os antigos, que assim com a flor tem o tempo certo para abrir seu botão, o ser humano também tem o momento certo para amadurecer na fé, e que esse tempo não é puramente cronológico, mas, sobretudo, um tempo kairológico.²²⁸

A partir desta percepção do *kairós* no seio da ação catequética, criam-se condições para uma “presença ativa” das pessoas com deficiência nas comunidades, dando impulso fundamental para o reconhecimento do “direito eclesial” de participação na vida da Igreja, como membro do povo de Deus. Questões relacionadas à pessoa com deficiência devem ser assunto relativo a todos os membros da comunidade e não de uma pastoral específica.²²⁹

No início deste segundo capítulo da pesquisa, objetivou-se esclarecer o que se entende por catequese inclusiva, na diversidade, especial ou catequese junto à pessoa com deficiência. A fim de oferecer elementos concretos para a compreensão dos conceitos, passamos a apresentar algumas afirmações do relato da experiência desta forma de catequizar na paróquia Santa Luzia de Votuparanga, no Estado de São Paulo. Vanilda Aparecida de Souza Silveira, catequista e coordenadora de catequese, descreve, em linguagem simples, os passos que seu grupo foi dando, para sensibilizar e conscientizar as pessoas para a catequese inclusiva.²³⁰

As pessoas portadoras de necessidades especiais não precisam de turmas e ou salas exclusivas ou de tratamento privilegiado. Sua maior necessidade é a de serem acolhidas na comunidade de fé, com direito a vez e voz. Para isso, é necessário que a comunidade aprenda a comunicar-se com eles, dentro das limitações de cada deficiência.²³¹

Esta fala de Vanilda sintetiza a essência do fazer catequético inclusivo. Todos juntos aprendendo a dialogar uns com os outros dentro de suas potencialidades. Todos enriquecendo a todos a partir do direito de vez e voz. Para ilustrar com a prática como isto se torna possível quando se acredita e se coloca em marcha para fazer acontecer, a catequista publicou junto à Revista de Catequese algumas das experiências da comunidade, questionando fundamentos e

²²⁷ SANTOS, Francisco Maurício A. dos. A pessoa com deficiência e sua educação à fé. **Revista de Catequese**, p. 29.

²²⁸ Ibidem, p. 29.

²²⁹ Cf. Ibidem, p. 30.

²³⁰ Cf. SILVEIRA, Vanilda Aparecida de Souza. Experiência de catequese especial em Votuporanga (SP). **Revista de Catequese**. São Paulo: Salesiana, ano 26, n. 103-104, p. 54, jul/dez, 2003.

²³¹ Ibidem, p. 54.

pontos pacíficos da forma de viver a fé e a religião. Formas estas muito presentes e refletidas na catequese.

Ao contar sobre a primeira eucaristia de Filipe, de 13 anos, “vitimado pela paralisia cerebral”, Vanilda resgata um ensinamento dos místicos: “Quem experimenta, sabe!”. “Não era da primeira, mas de toda a comunhão da Igreja que o Felipe participava. Quem pode medir a compreensão do outro sobre os mistérios celestes? Felipe entendeu o essencial. Nele cumpriu-se, mais uma vez, as palavras de Jesus: “Eu te louvo, Pai, Senhor do céu e da terra, por teres ocultado isso aos sábios e aos inteligentes e por tê-lo revelado aos pequeninos” (Mt 11, 25).²³²

Os autores são unânimes em afirmar que toda a comunidade é responsável pela acolhida da pessoa com deficiência e sua educação na fé.

Pe. Giancarlo Pravettoni justifica o direito à educação na fé, pelos portadores de deficiência, primeiramente por serem pessoas humanas e por serem cristãos, chamados à santidade através do Batismo. Em contrapartida, a comunidade tem o dever de acolher o deficiente. É dentro da comunidade que ele deve ser educado na fé. É a Igreja, e não as pessoas em particular, que recebeu de Cristo o mandato de evangelizar o mundo. Cabe à comunidade cristã fazer valer o direito da criança de viver a vida cristã. “As crianças portadoras de deficiência devem estar no coração da comunidade porque já, a nível místico, estão no coração da Igreja” (João Paulo II). Respondendo aos que afirmam a incapacidade de compreensão por parte dos portadores de deficiência mental, Pe. Giancarlo lembra que ninguém pode dizer isso: O Espírito Santo que está dentro de nós é o mestre e ilumina a mente, o coração e o mundo psíquico das pessoas. Ele explica que incapacidade²³³ de raciocínio não significa incapacidade de compreensão. Entender é *inter leggere*, é colocar a verdade dentro de si. E tanto é possível amar com a capacidade intelectual, como é possível entender com a capacidade afetiva.²³⁴

Vanilda utiliza o DGC, 189 para afirmar a confiante certeza de que a Trindade nos garante de que toda pessoa, por mais limitada que seja, é capaz de crescer em santidade. A educação da fé deve acontecer num contexto de educação global da pessoa.²³⁵ Como se deu o processo de implantação desse tipo de catequese em Votuporanga? Nos passos dados em direção a uma catequese na diversidade, muitas coisas aconteceram: 1998 foi o ano do chamado; 1999 o de preparação que reuniu pais, catequistas e especialistas; 2000 o ano da abertura oficial da catequese inclusiva na Paróquia Santa Luzia. Em uma mesma turma, os

²³² SILVEIRA, Vanilda Aparecida de Souza. Experiência de catequese especial em Votuporanga (SP). **Revista de Catequese**, p. 55.

²³³ “Toda restrição ou ausência (devido a uma deficiência) para realizar uma atividade de forma ou dentro dos parâmetros considerados normais para um ser humano”. Texto-base, **CF-2006**, p. 142.

²³⁴ PEREIRA, Aparecido. Direito dos portadores de deficiência a catequese: seminário catequético sobre direito dos deficientes à educação na fé. **Revista de Catequese**. São Paulo: Salesiana, ano 26, n. 103-104, p. 72, jul/dez, 2003.

²³⁵ Cf. SILVEIRA, Vanilda Aparecida de Souza. Experiência de catequese especial em Votuporanga (SP). **Revista de Catequese**, p. 55.

adolescentes “normais”, um com autismo, uma com Síndrome de West, uma deficiente física,²³⁶ um com retardamento mental.²³⁷

O que mais nos motivou naquela época foi saber que os pais que ali estavam não buscavam, na Igreja ou através da Igreja, os sacramentos apenas, mas queriam uma abertura para que seus filhos fossem vistos como ‘pessoa’ como ‘gente’; queriam que fossem respeitados como tal, sem aqueles olhares, por vezes ‘amedrontados’ ou ‘piedosos’ por demais, que todos lançavam a eles.²³⁸

Os catequizandos, os pais, os catequistas, todos são envolvidos para a acolhida da pessoa com deficiência em sua ação catequética. Esse processo conduz sempre mais à descoberta de que na essência todos são iguais, porque todos, pessoas.²³⁹ “Essa catequese de inclusão realiza-se em salas comuns. Como nosso primeiro contato é sempre com os pais, efetuamos todo um processo de triagem até que a pessoa com necessidade especial possa chegar à sala”.²⁴⁰

O trabalho por uma catequese inclusiva, no parecer da autora, esbarra em muitas dificuldades, tais como: poucos catequistas abertos a essa forma de fazer catequese, por não se sentirem preparados; a falta ou escassez de subsídios, devido a experiências muito isoladas e fragmentadas nessa esfera tão fundamental da catequese.²⁴¹ Por outro lado, verificam-se muitas alegrias devido ao ganho na comunidade a partir de um clima de respeito, de carinho e acolhida para com as pessoas com deficiências e das pessoas em geral, entre si.²⁴²

Vale a pena conhecer na íntegra o testemunho da catequista Vanilda sobre o novo jeito de ser catequista que ela experimenta desde o instante que se lançou a responder ao chamado por uma catequese de todos e para todos.

Sou catequista desde minha adolescência, participo ativamente da formação, de cursos, assembleias, encontros... Porém, as experiências e os conhecimentos que adquiri a partir de 1998, quando comecei a trabalhar na catequese especial, mudaram muito meu modo de ser catequista. Fui enriquecida: pelo aprendizado que tive com os pais desses adolescentes; pelo conhecimento que recebi dos profissionais da área; e principalmente pelo abraço, pelo sorriso, e até pela lágrima dos (as) irmãozinhos (as) com necessidades especiais. Eles fizeram-me entender a catequese do coração, do amor, do toque, do gesto, do equilíbrio e da paciência... paciência que eles tiveram ao me ensinarem tudo isso! Sei que Jesus me chamou para uma missão muito especial. O que mais alegrou meu coração e dos demais catequistas que aderiram a essa nova forma de catequizar é que, aos poucos, em cada sala, haverá

²³⁶ “Perda parcial ou total da capacidade ou funcionalidade de algum órgão do corpo”. Texto-base, **CF-2006**, p. 14).

²³⁷ “Atraso generalizado no uso das funções intelectuais”. Texto-base, **CF-2006**, p. 145.

²³⁸ SILVEIRA, Vanilda Aparecida de Souza. Experiência de catequese especial em Votuporanga (SP). **Revista de Catequese**, p. 57.

²³⁹ Cf. *Ibidem*, p. 58-59.

²⁴⁰ Cf. *Ibidem*, p. 58-59.

²⁴¹ *Ibidem*, p. 59.

²⁴² *Ibidem*, p. 59.

um catequizando com necessidades especiais e aí... eles poderão viver e se emocionar como acontece conosco a cada encontro.²⁴³

Depois deste depoimento carregado de apelo a um novo jeito de ser catequista, de fazer catequese, caminhamos para o fechamento deste item, trazendo algumas das conclusões de um seminário sobre a participação da pessoa com deficiência na catequese, ocorrido em setembro de 2003, em São Paulo, capital. São pensamentos basilares da catequese inclusiva que atinge toda a formatação pastoral da comunidade.

A certeza de que o portador de deficiência mental, embora não conseguindo compreender as verdades da fé com a faculdade cognitiva, consegue compreender pelo coração. A necessidade de incluir os portadores de deficiência na vida da comunidade, sem discriminações e preconceitos. Muito mais importante do que fazer celebrações especiais para eles, é celebrar com eles, abrir a comunidade para eles. O direito dos portadores de deficiência mental à educação na fé e à espiritualidade. O dever das comunidades de proporcionar esta educação a essas crianças e jovens, juntamente com os outros jovens.²⁴⁴

Para Beni dos Santos, “a catequese hoje é ensinada não só às crianças, mas, também aos adultos, aos adolescentes e jovens que têm alguma limitação física ou psicológica”. E mais, “as crianças com limitações psicológicas são chamadas a, não só, receberem a catequese da Igreja, mas, também, a tornarem-se evangelizadoras e missionárias dentro de suas possibilidades”.²⁴⁵

A catequese inclusiva trabalha com a certeza de que todo ser humano chamado ao mistério da vida tem algo a oferecer e receber, num processo ininterrupto de interlocução com o próximo.²⁴⁶ A catequese assim assumida faz-se instrumento de vida para todos. Como houve oportunidade de acompanhar até o presente momento, fundamentos para defender uma catequese nesses termos não nos faltam. Particularmente, partindo de Jesus Cristo. Por fim, como Jesus educa na fé as pessoas com deficiência? Ao relacionar-se com as pessoas com deficiência, ele realizou o projeto do Pai que é a construção da comunhão. Com Jesus, por uma catequese inclusiva, rompendo com todo estigma de exclusão presente no mundo, tão marcado pelo preconceito.

²⁴³ SILVEIRA, Vanilda Aparecida de Souza. Experiência de catequese especial em Votuporanga (SP). **Revista de Catequese**, p. 60.

²⁴⁴ PEREIRA, Aparecido. Direito dos portadores de deficiência a catequese: seminário catequético sobre direito dos deficientes à educação na fé. **Revista de Catequese**, p. 71.

²⁴⁵ Ibidem, p. 72.

²⁴⁶ “[...] Por isso foi dito oportunamente que as pessoas com deficiência são testemunhas privilegiadas de humanidade. Podem ensinar a todos o que é o amor que salva e podem tornar-se anunciadoras de um mundo novo, já não dominado pela força, pela violência e pela agressividade, mas pelo amor, pela solidariedade, pelo acolhimento, um mundo novo transfigurado pela luz de Cristo, o Filho de Deus que, para nós, homens, se encarnou, foi crucificado e ressuscitou”. João Paulo II – Texto-base, **CF-2006**, n. 188.

2.2 CATEQUESE JUNTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA EM ALGUNS DOCUMENTOS PÓS CONCÍLIO VATICANO II

Compreendemos que catequese é uma dimensão de cultivo da fé, por parte da Igreja, para todos e com todos, pois todos são sujeitos capazes de acolher o evangelho. A palavra inclusiva associada ao termo catequese sugere um acentuado reforço naquilo que é característica essencial da ação catequética – espaço de inclusão de todas as pessoas no processo de educação da fé. Catequese inclusiva seria, portanto, um pleonasma importante para o momento histórico em que se vive a fim de que se estabeleça na tradição religiosa um novo paradigma. Paradigma de inclusão sobre o qual se firma a catequese inclusiva como experiência de transmissão da fé para todas as pessoas, com deficiência ou não.

A reflexão que abriu este capítulo é, na verdade, fruto de toda uma caminhada de luta pelos direitos e deveres das pessoas com deficiência, levada a efeito por elas mesmas e também pela Igreja, representada por seus teólogos, catequetas e mestres na fé. Este estudo prossegue buscando perceber o desenvolvimento deste modo de entender e empreender o processo de transmissão da fé tendo como referência os documentos eclesiais. Estes se originam dos grandes debates organizados em assembleias, nos diversos níveis da instituição eclesial, e por outro lado despertam as consciências para novos diálogos e, portanto, avanços na vivência do reino.

2.2.1 *Evangelii Nuntiandi*

Um documento do magistério eclesial de suma importância para a evangelização é a Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*. Os questionamentos que a mesma traz, logo em seus números introdutórios, mostram como o evangelho precisa ser fecundo na vida de todos.

O que é que é feito, em nossos dias, daquela energia escondida da Boa Nova, susceptível de impressionar profundamente a consciência dos homens? Até que ponto e como é que essa força evangélica está em condições de transformar verdadeiramente o homem deste nosso século? Quais os métodos que hão de ser seguidos para proclamar o Evangelho de modo a que a sua potência possa ser eficaz?²⁴⁷

²⁴⁷ PAULO VI. Exortação apostólica *Evangelii Nuntiandi*: ao episcopado, ao clero, aos fiéis de toda a Igreja sobre a evangelização no mundo contemporâneo. São Paulo: Paulinas, 1991, n. 4.

Este convite inicial à reflexão não admite indiferença, nem acomodação, pois é a salvação dos homens que está em causa. Salvação esta que se apóia na potência de Deus.²⁴⁸ Conforme já foi dito, o mandato missionário de Jesus, presente no final do evangelho de Marcos, é proclamado a partir da vivência do mestre. Evangelizar ensinando tudo que foi aprendido do Senhor revela-se como a grande proposta de Jesus. Desta forma, segundo a *Evangelii Nuntiandi*, a Igreja evangelizadora acontece na medida em que se assemelha ao Cristo evangelizador.

Jesus é o primeiro evangelizador. “Evangelizar: Qual o significado que teve para Cristo este imperativo?”²⁴⁹ A Exortação Apostólica destaca alguns pontos: o anúncio do reino de Deus; o anúncio da salvação libertadora; à custa de um esforço de conversão; pregação infatigável; também com sinais. Para os padres sinodais, “todos os homens podem receber (o dom de Deus) como graça e misericórdia”.²⁵⁰

A vida oriunda da boa nova de Jesus, "*metanóia*", se dá na forma de “uma conversão radical, uma modificação profunda dos modos de ver e do coração”.²⁵¹ O encontro com Jesus confere um novo formato à vida pessoal e comunitária. Neste contexto “há um sinal a que Jesus reconhece uma grande importância: os pequeninos, os pobres são evangelizados, tornam-se seus discípulos, reúnem-se ‘em seu nome’ na grande comunidade daqueles que acreditam nele”.²⁵²

Entendemos como um forte sinal dos tempos a presença das pessoas com deficiência nas comunidades eclesiais. Sua ausência, por outro lado, coloca em questão até que ponto a comunidade chamada cristã origina-se do mandato missionário de Jesus, revelando-se evangelizada e evangelizadora.²⁵³ “A boa nova do reino que vem e que já começou, de resto, é para todos os homens de todos os tempos”.²⁵⁴ “A tarefa de evangelizar todos os homens constitui a missão essencial da Igreja”.²⁵⁵ Estas são afirmações que não admitem exceções. A vocação própria da Igreja está em evangelizar a todos.

²⁴⁸ Cf. Paulo VI, **Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi***, n. 5.

²⁴⁹ *Ibidem*, n. 7.

²⁵⁰ *Ibidem*, n. 10.

²⁵¹ *Ibidem*, n. 10.

²⁵² *Ibidem*, n. 12.

²⁵³ “Outra questão é a participação efetiva dessas pessoas na vida da Igreja, seja no trabalho evangelizador, seja nos organismos de participação (como conselhos e pastorais). Uma Igreja sem as pessoas com deficiência é uma Igreja mutilada. As pessoas com deficiência estão no coração da Igreja e podem dar contribuições únicas, inéditas e muito necessárias ao crescimento espiritual e fraterno das comunidades. A Igreja precisa descobrir e abrir novos espaços para as pessoas com deficiência. Não basta apenas assistir as pessoas com deficiência, mas é necessário dar-lhes possibilidade de participação mais ativa e determinante na vida e missão da Igreja”. **Textobase, CF-2006**, n. 268.

²⁵⁴ Paulo VI, **Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi***, n. 13.

²⁵⁵ *Ibidem*, n. 14.

“Assim, é a Igreja toda que recebe a missão de evangelizar, e a atividade de cada um é importante para o todo”.²⁵⁶ O Concílio Ecumênico Vaticano II recordou e depois o Sínodo de 1974 retomou com vigor este mesmo tema: a Igreja que se evangeliza por uma conversão e uma renovação constantes, a fim de evangelizar o mundo com credibilidade. Ao promover uma catequese evangelizadora, a Igreja revela o Cristo do qual é inseparável.

A evangelização é uma ação complexa. “Pode-se assim definir a evangelização em termos de anúncio de Cristo àqueles que o desconhecem, de pregação, de catequese, de batismo e de outros sacramentos que hão de ser conferidos”.²⁵⁷ Essa ação tem em vista a renovação da humanidade.

Evangelizar, para a Igreja, é levar a Boa Nova a todas as parcelas da humanidade [...] a Igreja evangeliza quando, unicamente firmada na potência divina da mensagem que proclama, ela procura converter ao mesmo tempo a consciência pessoal e coletiva dos homens, a atividade em que eles se aplicam, e a vida e o meio concreto que lhes são próprios.²⁵⁸

O contato com Jesus atinge e como que modifica pela força do evangelho os critérios de julgar.²⁵⁹ Renovam-se, o modo de ser e de ver o mundo, a partir de dentro da pessoa, fazendo contínuo apelo para as relações das pessoas entre si e com Deus. Uma comunidade onde os pobres são valorizados, os mais fracos são fortalecidos, os pequeninos são amados, os deficientes têm acesso e possibilidade de se desenvolverem será uma comunidade que ensina pelo testemunho.

Por força deste testemunho sem palavras, estes cristãos fazem aflorar no coração daqueles que os vêem viver, perguntas indeclináveis: Por que é que eles são assim? Por que é que eles vivem daquela maneira? O que é, ou quem é, que os inspira? Por que é que eles estão conosco? [...] Pois bem: um semelhante testemunho constitui já proclamação silenciosa, mas muito valiosa e eficaz da Boa Nova. Nisso há já um gesto inicial de evangelização.²⁶⁰

Há evidentemente a necessidade de um anúncio explícito da boa nova. “Não haverá nunca evangelização verdadeira se o nome, a doutrina, a vida, as promessas, o reino, o mistério de Jesus de Nazaré, Filho de Deus, não forem anunciados”.²⁶¹ Unindo testemunho de vida e anúncio explícito, haverá adesão vital à uma comunidade eclesial. Consideramos a catequese inclusiva como uma salutar oportunidade de colocar em movimento esta proposta

²⁵⁶ Paulo VI, *Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi*, n. 15.

²⁵⁷ *Ibidem*, n. 17.

²⁵⁸ *Ibidem*, n. 18.

²⁵⁹ Cf. *Ibidem*, n. 19.

²⁶⁰ *Ibidem*, n. 21.

²⁶¹ *Ibidem*, n. 22.

de “adesão ao programa de vida, vida doravante transformada, [...] ao novo estado de coisas, à nova maneira de ser, de viver, de estar junto com os outros, que o evangelho inaugura”.²⁶²

A conclusão dessa caminhada de fé é óbvia: “aquele que foi evangelizado, por sua vez, evangeliza”.²⁶³ “A evangelização é uma diligência complexa, em que há variados elementos: renovação da humanidade, testemunho, anúncio explícito, adesão do coração, entrada na comunidade, aceitação dos sinais e iniciativas de apostolado”.²⁶⁴

O conteúdo essencial da evangelização pode ser expresso na seguinte afirmação: “em Jesus Cristo, Filho de Deus feito homem, morto e ressuscitado, a salvação é oferecida a todos os homens, como dom da graça e da misericórdia do mesmo Deus”.²⁶⁵ As expressões, a todos os homens e dom da graça de Deus, aparecem sempre como colunas mestras, nas quais se firma todo programa de ensino da fé, segundo Jesus.

Todo homem é chamado à salvação por amor, para experimentar o amor e com amor. “Uma salvação que ultrapassa todos estes limites, para vir a ter a sua plena realização numa comunhão com o único Absoluto, que é o de Deus”.²⁶⁶ Sinal de esperança “para além do próprio homem, cujo destino verdadeiro não se limita à sua aparência temporal, mas que virá também ele a ser revelado na vida futura”.²⁶⁷ No amor experimenta-se o infinito de Deus que atrai para os limites do eterno. Por esse caminho, superam-se as barreiras da aparência temporal.

Conforme lemos na Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*, “a evidente importância do conteúdo da evangelização não deve esconder a importância das vias e dos meios da mesma evangelização”.²⁶⁸ Este problema do “como evangelizar” apresenta-se sempre atual, porque as maneiras de o fazer variam em conformidade com as diversas circunstâncias de tempo, de lugar e de cultura, e lançam, por isso mesmo, um desafio, em certo modo, à nossa capacidade de descobrir e de adaptar. Notamos que uma das esferas pastorais que mais desenvolveu estas orientações do documento pós-sinodal foi justamente a catequese, mais especificamente a que se faz junto à pessoa com deficiência.

Para a Igreja, o testemunho de uma vida autenticamente cristã, entregue nas mãos de Deus, numa comunhão que nada deverá interromper, e dedicada ao próximo com um zelo sem limites, é o primeiro meio de evangelização. “para que, se alguns não

²⁶² Paulo VI, *Exortação Apostólica Evangelii Nuntiandi*, n. 23.

²⁶³ *Ibidem*, n. 24.

²⁶⁴ *Ibidem*, n. 24.

²⁶⁵ *Ibidem*, n. 27.

²⁶⁶ *Ibidem*, n. 27.

²⁶⁷ *Ibidem*, n. 28.

²⁶⁸ *Ibidem*, n. 40.

obedecem à Palavra, venham a ser conquistados sem palavras, pelo procedimento".²⁶⁹

O ser humano, assim como todo o mundo criado, passa por constante processo de aperfeiçoamento. Formas mais primitivas de viver e relacionar-se são superadas por outras mais condizentes com o hoje de cada geração. “Numerosos psicólogos e sociólogos, que afirmam ter o homem moderno ultrapassado já a civilização da palavra, que se tornou praticamente ineficaz e inútil, e estar vivendo, hoje em dia, na civilização da imagem”.²⁷⁰ A partir desta constatação, vê-se que existem muitas possibilidades e formas de se acessar o mundo humano. O esforço concentrado do agente de pastoral deve estar em como colocar em ato a dimensão criativa do ser humano para que a comunicação aconteça entre aqueles que apresentam diferenças mais notáveis em determinadas esferas da vida.

A catequese junto à pessoa com deficiência trabalha no limiar do constante desafio de tornar o conteúdo da evangelização presente na vida das pessoas por meio de recursos que facilitem essa presença. “Uma via que não há de ser descurada na evangelização é a do ensino catequético. Depois, que um semelhante ensino deva ser ministrado para educar hábitos de vida religiosa e não para permanecer apenas intelectual, ninguém o negará”.²⁷¹ A catequese como um todo procura atingir e desenvolver a pessoa integralmente no contato com o evangelho.

O documento *Evangelii Nuntiandi* aponta para três esferas do humano que necessitam de ser tocadas pelos métodos catequético-evangelizadores. “Os métodos, obviamente, não de ser adaptados à idade, à cultura e à capacidade das pessoas, procurando sempre fazer com que elas retenham na memória, na inteligência e no coração, aquelas verdades essenciais que deverão depois impregnar toda a sua vida”.²⁷² Uns mais memória, outros inteligência e outros ainda coração. A experiência de catequese junto à pessoa com deficiência tem revelado cada dia mais que a comunidade, todos juntos, é o lugar onde se percebe maior perfeição desta dádiva.

A quem se destina a evangelização e, portanto, também a catequese? “As últimas palavras de Jesus no evangelho de Marcos conferem à evangelização, de que o Senhor incumbe os apóstolos, uma universalidade sem fronteiras: ‘Ide por todo o mundo e pregai o Evangelho a toda a criatura’”.²⁷³

²⁶⁹ Paulo VI, **Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi***, n. 41.

²⁷⁰ *Ibidem*, n. 42.

²⁷¹ *Ibidem*, n. 44.

²⁷² *Ibidem*, n. 44.

²⁷³ *Ibidem*, n. 49.

A Igreja tem como nota característica essencial a universalidade. É por sua qualidade de católica que a Igreja tem esse dever. O dever de ecoar a todos a boa notícia de salvação em Jesus. Lê-se na encíclica *Evangelii Nuntiandi*, que a evangelização é destinada a uma universalidade sem fronteiras; apesar do fato de encontrarem-se resistências humanamente insuperáveis por parte daqueles a quem o evangelizador se dirige.²⁷⁴

A despeito de tais adversidades, a Igreja reanima-se constantemente com a sua inspiração mais profunda, aquela que lhe provém diretamente do Senhor: por todo o mundo! **A toda a criatura!** Até as extremidades da terra! Ela fez isso, ainda uma vez, no recente Sínodo, como um apelo para **não se deter o anúncio evangélico, delimitando-o a um setor da humanidade**, ou a uma classe de homens, ou, ainda, a um só tipo de cultura.²⁷⁵ (grifo nosso)

“Evangelizar há de ser, muito frequentemente, comunicar à fé dos fiéis, [...], mediante uma catequese cheia de substância evangélica e servida por uma linguagem adaptada ao tempo e às pessoas, esse alimento e esse amparo de que ela precisa”.²⁷⁶

Como Cristo durante o tempo da sua pregação, como os doze na manhã do pentecostes, também a Igreja vê diante dela uma imensa multidão humana que precisa do evangelho e a ele tem direito, uma vez que Deus "quer que todos se salvem e cheguem ao conhecimento da verdade".²⁷⁷ “Igreja universal, sem limites nem fronteiras, a não ser, infelizmente, as do coração e do espírito do homem pecador”.²⁷⁸ Atenção ao que foi dito: resistências humanamente insuperáveis. Pode-se associar pelo menos algum tipo de deficiência a estas resistências. Ainda que pareça impossível humanamente verificar algum grau de compreensão da fé por parte de alguém, é dever da Igreja missionária envolvê-lo e direito do sujeito de ser envolvido. Acrescente-se que ao mencionar os primeiros cristãos, a Exortação Apostólica em questão destaca a sua fé profunda na Igreja, numa comunidade que nem o espaço, nem o tempo podiam limitar.²⁷⁹

O coração e o espírito do homem pecador geram todo tipo de barreira comunicacional no relacionamento entre si e para com Deus. Diante do mandato missionário de Jesus nasce a oportunidade de uma linguagem universalmente capaz de compreensão. A linguagem do amor dos filhos de Deus como que num Pentecostes constante. “E aqui

²⁷⁴ Cf. Paulo VI, **Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi***, n. 49-50.

²⁷⁵ *Ibidem*, n. 50.

²⁷⁶ *Ibidem*, n. 54.

²⁷⁷ *Ibidem*, n. 57.

²⁷⁸ *Ibidem*, n. 61.

²⁷⁹ Cf. *Ibidem*, n. 61.

linguagem deve ser entendida menos sob o aspecto semântico ou literário do que sob aquele aspecto que se pode chamar antropológico e cultural”.²⁸⁰

O que se faz pela unidade, nota essencial dos filhos regenerados pela graça? Onde estão os pobres, quantas vezes, ricos de fé e de esperança? Onde estão os fracos, fragilizados, os idosos, os doentes, os “menos capazes”, as pessoas com deficiência? Estão tomando parte nas comunidades cristãs?

O testamento espiritual do Senhor diz-nos que a unidade entre os fiéis que o seguem, não somente é a prova de que nós somos seus, mas também a prova de que ele foi enviado pelo Pai, critério de credibilidade dos mesmos cristãos e do próprio Cristo [...] Sim, a sorte da evangelização anda sem dúvida ligada ao testemunho de unidade dado pela Igreja.²⁸¹

O elemento fundante de toda esta realidade que introduz sempre mais o ser humano na vivência de sua natureza divina é o amor. Do amor nasce a afeição pelo outro que não sou eu. Que tipo de afeição? “Muito maior do que aquela que pode ter um pedagogo, é a afeição de um pai, e mais ainda, a de uma mãe. É uma afeição assim, que o Senhor espera de cada pregador do evangelho e de cada edificador da Igreja”.²⁸²

Será um sinal de amor, a preocupação de comunicar a verdade e de introduzir na unidade. Será, igualmente, um sinal de amor, devotar-se sem reservas e sem subterfúgios ao anúncio de Jesus Cristo. Citamos, ainda, mais um sinal deste amor. O respeito pela situação religiosa e espiritual das pessoas a quem se evangeliza: respeito pelo seu ritmo, que não se tem o direito de forçar para além da justa medida.

Esta maneira respeitosa de propor Cristo e o seu reino, mais do que um direito, é um dever do evangelizador. E é também um direito dos homens, seus irmãos, o de receber dele o anúncio da boa nova da salvação. “Esta salvação, Deus pode realizá-la em quem ele quer por vias extraordinárias que somente ele conhece”.²⁸³ Por tudo isso acima refletido, entende-se *Evangelii Nuntiandi*, publicado dez anos após o Concílio Vaticano II, como um passo a mais na caminhada de reflexão eclesial a partir de um novo paradigma. Paradigma de inclusão que leva a considerar mais clara e objetivamente a Igreja como sendo de todos e para todos, inclusive como lugar de encontro com Deus, por parte da pessoa com deficiência.

²⁸⁰ Paulo VI, **Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi***, n. 63.

²⁸¹ *Ibidem*, n. 77.

²⁸² *Ibidem*, n. 79.

²⁸³ *Ibidem*, n. 80.

2.2.2 *Catechesi Tradendae*

Uma decisiva contribuição para a catequese foi a reflexão, iniciada por ocasião da Assembléia Geral do Sínodo dos Bispos sobre a evangelização do mundo contemporâneo, que se celebrou em outubro de 1974. As proposições de tal encontro foram apresentadas ao papa Paulo VI, o qual promulgou a Exortação Apostólica pós-sinodal *Evangelii Nuntiandi*, de 8 de dezembro de 1975. Este documento apresenta — entre outras coisas — um princípio de particular relevo: a catequese como ação evangelizadora no âmbito da grande missão da Igreja. A atividade catequética, de agora em diante, deverá ser considerada como permanentemente partícipe das urgências e das ânsias próprias do mandato missionário para o nosso tempo.²⁸⁴

Também a última Assembleia Sinodal convocada por Paulo VI, em outubro de 1977, escolheu a catequese como tema de análise e de reflexão episcopal. Este Sínodo viu na renovação catequética um dom precioso do Espírito Santo à Igreja nos dias de hoje.

João Paulo II assumiu esta herança em 1978 e formulou as suas primeiras orientações na Exortação Apostólica *Catechesi Tradendae*, datada de 16 de outubro de 1979. Tal Exortação forma uma unidade totalmente coerente com a Exortação *Evangelii Nuntiandi* e repõe plenamente a catequese no quadro da evangelização. A catequese tem sido uma permanente preocupação da Igreja desde seus primórdios.²⁸⁵ Para Eugênio Sales, o assunto certamente será abordado com novas nuances no próximo sínodo dos bispos convocado pelo Santo Padre Bento XVI, para outubro de 2012.²⁸⁶

O número 5 de *Catechesi Tradendae* traz uma palavra do magistério sobre a identidade do fazer catequético. “A finalidade definitiva da catequese é a de fazer que alguém se ponha, não apenas em contato, mas em comunhão, em intimidade com Jesus Cristo: somente Ele pode levar ao amor do Pai no Espírito e fazer-nos participar na vida da Santíssima Trindade”.²⁸⁷ Para que isso aconteça a contento a Igreja pode utilizar-se de vários métodos. As ocasiões para a catequese são as mais diversas. Ao falar das missões também como terreno privilegiado para a catequese ser posta em prática, chama-se a atenção para os passados quase dois mil anos em que o povo de Deus nunca cessou de ser educado na fé,

²⁸⁴ Cf. CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. **Diretório Geral para a Catequese**. São Paulo: Paulinas, 1998, n. 4.

²⁸⁵ Cf. CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. **Diretório Geral para a Catequese**, n. 5.

²⁸⁶ Cf. SALES, E. http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/noticia.asp?cod_noticia=17504&cod_canal=84 Acesso em 16-10-2012 / 16h34.

²⁸⁷ JOAO PAULO II. **A catequese hoje**: exortação apostólica *Catechesi Tradendae* ao episcopado, ao clero e aos fiéis de toda a Igreja sobre a catequese em nosso tempo. São Paulo: Paulinas, 1985, n. 5.

segundo formas adaptadas às diversas condições dos fiéis e às múltiplas conjunturas eclesiais.²⁸⁸

Levando em consideração o foco de leitura, apontamos para a importante constatação de que a catequese solidariza-se com a situação humana, pessoal e comunitariamente, procurando comunicar-se de maneira fecunda com todas as realidades. “A catequese, para a Igreja, foi sempre um dever sagrado e um direito imprescritível”.²⁸⁹

Por um lado, é patente tratar-se de um dever, originado numa ordem do Senhor e que incumbe sobretudo àqueles que, na Nova Aliança, recebem o chamamento para o ministério de Pastores. Por outro lado, pode-se falar igualmente de um direito: do ponto de vista teológico, todos os batizados, pelo próprio fato do seu Batismo, têm direito a receber da Igreja um ensino e uma formação que lhes permita levar verdadeira vida cristã; na perspectiva dos direitos do homem, toda a pessoa humana tem direito a procurar a verdade religiosa e a ela aderir livremente, isto é, sem qualquer coação, quer da parte de indivíduos, de grupos sociais ou de qualquer autoridade humana; e de tal modo que, em matéria religiosa, ninguém pode ser forçado a agir contra a própria consciência, nem impedido de proceder segundo a mesma consciência.²⁹⁰

Um dever sagrado para a Igreja e um direito imprescritível para o fiel. Vale a pena marcar esta afirmação, sob a ótica desta dissertação, estendendo a universalidade dessa mensagem até a pessoa com deficiência. Confirma-se, assim, a predileção de Jesus e na sua esteira, a da Igreja, pelos mais pobres e pequenos, também pelo apreço da catequese por estes. Na medida em que a ação catequética se organiza na perspectiva das minorias, dos pobres, pessoas com deficiência, excluídos de maneira geral, mais ela se assemelha, em método e conteúdo, com a proposta do reino anunciado por Jesus.²⁹¹

A partir do número 35, *Catechesi Tradendae* trabalha a ideia de que todos precisam ser catequizados. Muitas observações poderiam ser feitas quanto às características que tem de assumir a catequese nos diversos períodos da vida. A primeira infância, as crianças, os adolescentes, os jovens. Para estes últimos, fala-se sobremaneira de uma adaptação da catequese à sua fase especial de vida. “Há, no entanto, algumas categorias de jovens destinatários da catequese que, em virtude da sua particular situação, exigem atenção especial”.²⁹² Entre estas categorias, está o jovem com deficiência. Expande-se aqui, a referida orientação, para a pessoa com deficiência em geral.

²⁸⁸ Cf. João Paulo II. **Exortação Apostólica *Catechesi Tradendae***, n. 13.

²⁸⁹ *Ibidem*, n. 14.

²⁹⁰ *Ibidem*, n. 14.

²⁹¹ “Como criar uma cultura de integração para que as pessoas com deficiência possam ser acolhidas devidamente no meio de nós?” Texto-base, **CF-2006**, n. 243.

²⁹² João Paulo II. **Exortação Apostólica *Catechesi Tradendae***, n. 40.

Trata-se, antes de mais, das crianças e dos jovens deficientes físicos ou mentais. Têm direito, como quaisquer outros da sua idade, a conhecer o “mistério da fé”. As dificuldades que eles encontram, por serem maiores, tornam também mais meritórios os seus esforços e os dos seus educadores. É motivo de regozijo verificar que organismos católicos, que se dedicam especialmente aos jovens deficientes, quiseram trazer ao Sínodo a contribuição da sua experiência neste campo e ao Sínodo vieram buscar um desejo renovado para melhor enfrentarem este importante problema. Tais organismos merecem ser vivamente encorajados nesta sua preocupação de procura.²⁹³

A palavra da Exortação Apostólica diretamente dirigida ao irmão deficiente e seu processo catequético restringe-se praticamente a esta citada acima. Alguns pontos merecem destaque: o direito de todos de conhecer o mistério da fé; maiores dificuldades que implica em maior mérito de catequizandos e catequistas no âmbito da deficiência; alegria pelos organismos católicos que se dedicam às pessoas com deficiência; importante problema; encorajamento aos que militam nesta causa que é vista como uma procura de luz sobre a questão.

A entrada da temática, embora um tanto tímida, em um documento de tamanha envergadura, revela-se de extremo significado para o desenvolvimento deste discurso a nível mundial, atingindo de forma profunda o fazer catequético da Igreja no Brasil. Depois de 1979, praticamente todos os documentos da Igreja dispensarão atenção ao envolvimento da pessoa com deficiência nos processos de transmissão da fé, uma vez que, como recordam os Padres Sinodais, “tem que se repetir, uma vez mais: ninguém na Igreja de Jesus Cristo deveria sentir-se dispensado de receber catequese”.²⁹⁴

Uma vez que ninguém deve sentir-se dispensado de receber catequese, coloca-se a pergunta pelo como dar a catequese a fim de que seja acessível a todos os fiéis, nas suas mais diversas condições. “A variedade de métodos é um sinal de vida e uma riqueza. [...] atenção para as condições indispensáveis a que tal variedade seja útil e não prejudicial à unidade do ensino da única fé”.²⁹⁵

Contudo, por ocasião da IV Assembleia Geral do Sínodo, vozes muito autorizadas se fizeram ouvir em favor de um reequilíbrio criterioso na catequese entre reflexão e espontaneidade, diálogo e silêncio, trabalhos escritos e de memória. De resto, há algumas culturas que continuam a dar grande importância à memorização. [...] A pluralidade de métodos na catequese contemporânea pode ser sinal de vitalidade e de talento inventivo. Em qualquer hipótese, importa que o método escolhido se atenha acima de tudo a uma lei fundamental para toda a vida da Igreja: a lei da fidelidade a Deus e da fidelidade ao homem, numa única atitude de amor.²⁹⁶

²⁹³ João Paulo II. **Exortação Apostólica *Catechesi Tradendae***, n. 41.

²⁹⁴ *Ibidem*, n. 45.

²⁹⁵ *Ibidem*, n. 51.

²⁹⁶ *Ibidem*, n. 55.

Para que todos recebam catequese há de fato necessidade de uma pluralidade de métodos, uma vez que são todos diferentes e assimilam por diferentes caminhos a boa nova da salvação. Mas todos podem compreender a mensagem, porque no profundo do ser todos são iguais. Cada um foi feito a partir da rica criatividade do amor de Deus. Sendo fiéis a este amor percebe-se o ponto de encontro de todo ser humano com Deus e entre si. Forte a palavra de *Catechesi Tradendae*: numa única atitude de amor. Encontrar formas de transmitir a fé nas diversas condições e situações do homem faz-se manifestação desta atitude fundante: o amor. “Nenhuma técnica será válida na catequese senão na medida em que for posta ao serviço da fé a transmitir e a educar; caso contrário, não terá valor”.²⁹⁷

Ao falar do problema da linguagem nos dias atuais, o documento afirma a necessidade de adaptar-se a linguagem ao serviço do Credo. Entre os destinatários de uma linguagem adaptada aparecem as pessoas com deficiência. “Linguagem para os estudantes, para os intelectuais e para os homens de ciência; linguagem para os analfabetos e para as pessoas de cultura elementar; linguagem para os deficientes, etc”.²⁹⁸ Este é o segundo e último momento da Exortação dirigido diretamente à preocupação da transmissão da fé junto à pessoa com deficiência. Para os Padres Sinodais, no que tange à linguagem e seus avanços científicos,

A lei suprema deve ser esta: os grandes progressos da ciência da linguagem só podem ser postos ao serviço da catequese, a fim de que esta esteja em condições de “dizer” e “comunicar” verdadeiramente às crianças, aos adolescentes, aos jovens e aos adultos de hoje todo o conteúdo doutrinal de sempre, sem deformações.²⁹⁹

A preocupação da Igreja é muito séria quanto à integridade do conteúdo. Ousamos afirmar que revestido das mais diversas formas, o fundamento da catequese é o amor de Jesus vivido na sua intimidade com o Pai no Espírito e para com os irmãos. Isso é o que todos precisam, de alguma forma, assimilar e viver. A partir do contato com esta graça todo o formato de vida pessoal e comunitária será transformado. “O fato de acreditar e o fato de agir retamente são coisas muito nossas, em razão da escolha livre da nossa vontade; e, no entanto, uma e outra coisa são um dom, proveniente do Espírito de fé e de caridade”.³⁰⁰

Concluimos a leitura de *Catechesi Tradendae* destacando que “a catequese, que é crescimento na fé e amadurecimento da vida cristã em ordem à sua plenitude é, por

²⁹⁷ João Paulo II. **Exortação Apostólica *Catechesi Tradendae***, n. 58.

²⁹⁸ *Ibidem*, n. 59.

²⁹⁹ *Ibidem*, n. 59.

³⁰⁰ Santo Agostinho *apud Catechesi Tradendae*, n. 72.

consequência, obra do Espírito Santo, obra que só Ele pode suscitar e manter na Igreja”.³⁰¹ A Igreja no Brasil está aberta à orientação do Espírito Santo quanto à inclusão dos irmãos com deficiência nos processos catequéticos de transmissão da fé? Tal indagação servirá de pano de fundo para a reflexão nos itens seguintes, ao acompanhar a movimentação de catequistas, catequetas, bispos e teólogos brasileiros na construção de uma catequese onde todas as pessoas possam ter acesso. Isso aparece de maneira clara nos documentos, nas reuniões e nos seminários realizados Brasil a fora nos mais variados níveis da organização catequética. Este estudo destacará sobremaneira, após a leitura de outros documentos pastorais-catequéticos, os Seminários de alcance nacional.

2.2.3 Diretório Geral para a Catequese

A história mostra que a Igreja sempre se preocupou com a catequese. Ao mandato missionário de Jesus para a evangelização de todos os povos, caminha intimamente associada a ação catequética eclesial. Com o Concílio Vaticano II nasceu um impulso renovado de cuidado e incentivo aos mecanismos de transmissão da fé via catequese. Para tanto a Igreja produziu documentos que interpretam e aplicam os avanços do Vaticano II no ensino da fé. Destaca-se, neste itinerário de reflexão, o Diretório Catequético Geral (DGC):

Desde 1971, o Diretório Catequético Geral tem orientado as Igrejas particulares no longo caminho de renovação da catequese, propondo-se como válido ponto de referência tanto no que diz respeito aos conteúdos, quanto no que concerne à pedagogia e aos métodos a serem empregados.³⁰²

Este instrumento referencial para a catequese nas Igrejas particulares precisou ser atualizado devido aos progressos na compreensão do pensamento conciliar. Contribuíram para isto a necessidade de redigir o DGC balanceando duas exigências principais: “de um lado, a contextualização da catequese na evangelização, postulada pelas Exortações Apostólicas *Evangelii Nuntiandi* e *Catechesi Tradendae*; por outro lado, a assunção dos conteúdos da fé propostos pelo Catecismo da Igreja Católica”.³⁰³

O trabalho para a nova elaboração do Diretório Geral para a Catequese, promovido pela Congregação para o Clero, foi realizado por um grupo de Bispos e por especialistas em teologia e em catequese. Foi, sucessivamente, submetido à consulta das Conferências dos Bispos e dos principais Institutos ou Centros de estudos

³⁰¹ João Paulo II. **Exortação Apostólica *Catechesi Tradendae***, n. 72.

³⁰² CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. **Diretório Geral para a Catequese**, n. 2.

³⁰³ *Ibidem*, n. 7.

catequéticos, e foi feito respeitando substancialmente a inspiração e os conteúdos do texto de 1971.³⁰⁴

O DGC foi publicado em 15 de agosto de 1997. Percebe-se que o título traz uma pequena alteração com relação ao Diretório de 1971, chamado *Diretório Catequético Geral*. Logo nos números iniciais do documento em questão encontra-se uma apresentação do esquema da obra. O que interessa a esta proposta, figura na quarta parte do texto, tendo por título “os destinatários da catequese”. “Em cinco breves capítulos, se presta atenção às situações bastante diferentes das pessoas às quais se dirige a catequese”.³⁰⁵

Antepondo-se a todas as orientações do Diretório relativas aos destinatários da catequese aparecem três citações da Sagrada Escritura em íntima sintonia com o que se vem trabalhando neste discurso, na busca de fundamentar teológica e biblicamente o direito da pessoa com deficiência à participação no processo catequético evangelizador.

Eu te estabeleci como luz das nações, a fim de que a minha salvação chegue até as extremidades da terra (Is 49,6). Ele foi a Nazaré, onde fora criado, e, segundo seu costume, entrou em dia de Sábado na sinagoga e levantou-se para fazer a leitura. Foi-lhe entregue o livro do profeta Isaías; abrindo-o, encontrou o lugar onde está escrito: O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me ungiu para evangelizar os pobres; enviou-me para proclamar a remissão aos presos e aos cegos a recuperação da vista, para restituir a liberdade aos oprimidos e para proclamar um ano de graça do Senhor. Enrolou o livro, entregou-o ao servente e sentou-se. Todos na sinagoga olhavam-no, atentos. Então começou a dizer-lhes: Hoje se cumpriu aos vossos ouvidos essa passagem da Escritura (Lc 4,16-21). O Reino diz respeito a todos (Rm 15).

O evangelho do reino anunciado por Jesus torna-se sinônimo de alegria e de graça para os que se encontram marginalizados. A catequese destina-se também e particularmente a estes, pois todo fiel tem direito de receber uma válida catequese,³⁰⁶ afirma o documento. Na perspectiva do DGC uma catequese válida reverte-se em meio para que o destinatário supere a condição de objeto passivo do ensino da fé. “No processo de catequese, o destinatário deve poder manifestar-se sujeito ativo, consciente e co-responsável, e não puro receptor silencioso e passivo”.³⁰⁷

Para tanto, também se reconhece e se afirma a importância da adaptação do evangelho para a situação da pessoa e da comunidade que o recebe. “A necessária adaptação do evangelho diz respeito e envolve também a comunidade enquanto tal”.³⁰⁸ Tal adaptação objetiva que o conteúdo da catequese seja como um alimento sadio e adequado. A “adaptação

³⁰⁴ CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. *Diretório Geral para a Catequese*, n. 7.

³⁰⁵ *Ibidem*, n. 8.

³⁰⁶ Cf. *Ibidem*, n. 167.

³⁰⁷ *Ibidem*, n. 167.

³⁰⁸ *Ibidem*, n. 167.

da pregação da Palavra revelada deve permanecer lei de toda evangelização”.³⁰⁹ “Isso tem uma intrínseca motivação teológica no mistério da encarnação, corresponde a uma elementar exigência pedagógica da sadia comunicação humana, reflete a prática da Igreja ao longo dos séculos”.³¹⁰ Para o DGC a adaptação considera as diversas circunstâncias.

A adaptação realiza-se segundo as diversas circunstâncias em que se transmite a Palavra de Deus. Essas circunstâncias são determinadas pelas “diferenças de culturas, de idades, da vida espiritual, de situações sociais e eclesiais daqueles a quem a catequese é dirigida”. Tais circunstâncias deverão ser atentamente consideradas.³¹¹

Na linha das adaptações da ação catequética para que a mensagem seja assimilada pelo destinatário, o terceiro capítulo da quarta parte do documento traz como subtítulo, *Catequese para situações especiais, mentalidades, ambientes*; e na sequência, introduzindo o número 189, *a catequese para excepcionais e desadaptados*. Segundo as leituras feitas e a partir da convivência nos meios pastorais junto à pessoa com deficiência, estes termos e expressões soam estranhas, ultrapassadas, quando não preconceituosas para o contexto de Igreja no Brasil. No entanto, o encaminhamento feito no número 189 do documento oferece um quadro muito positivo do entendimento da Igreja, seja na sua relação com os irmãos com deficiência, seja no acesso ao lugar que eles podem ocupar por direito advindo da dignidade própria da pessoa humana.³¹²

Toda comunidade cristã considera como pessoas prediletas do Senhor aquelas que, particularmente entre as crianças, sofrem de qualquer tipo de deficiência física e mental e de outras formas de dificuldades. Uma maior consciência social e eclesial e os inegáveis progressos da pedagogia especial fazem com que a família e outros lugares de formação possam hoje oferecer, a essas pessoas, uma adequada catequese, à qual têm direito, como batizadas, e se não batizadas, como chamadas à salvação. O amor do Pai para com estes filhos mais frágeis e a contínua presença de Jesus com o seu Espírito nos dão a confiante certeza de que toda pessoa, por mais limitada que seja, é capaz de crescer em santidade. A educação na fé, que envolve antes de mais nada a família, requer itinerários adequados e personalizados, leva em consideração as indicações da pesquisa pedagógica, e é atuada proficuamente no contexto de uma global educação da pessoa. Por outro lado, deve-se evitar o risco de que uma catequese necessariamente especializada acabe por permanecer à margem da pastoral comunitária. Para que isso não ocorra, é preciso que a comunidade seja constantemente advertida e envolvida. As peculiares exigências desta catequese requerem, dos catequistas, uma específica competência e tornam ainda mais louvável o serviço dos mesmos.³¹³

³⁰⁹ CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. **Diretório Geral para a Catequese**, n. 169.

³¹⁰ *Ibidem*, n. 169.

³¹¹ *Ibidem*, n. 170.

³¹² “Perscrutando a revelação divina é que encontraremos a fundamentação mais consistente para falar da dignidade e do valor de cada ser humano”. Texto-base, **CF-2006**, n. 142.

³¹³ CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. **Diretório Geral para a Catequese**, n. 189.

Toda pessoa tem o direito de poder sentir-se membro da Igreja de Cristo. Na concepção dos catequetas *Antonio Cesar Bachim, Francisco Mauricio dos Santos, Cícera Thadeu dos Santos e Vilson Dias de Oliveira*, o grande trabalho da catequese inclusiva é fazer com que a pessoa com deficiência sintam-se Igreja. Para isso é preciso criar espaço para elas; oportunidades de participação efetiva nos trabalhos da comunidade, confiando-lhes responsabilidades e exigindo seus deveres cumpridos, para que possam ser colaboradores da caminhada eclesial.

Os irmãos com deficiência, organizados em pastorais ou em algum outro movimento, desejam ardentemente ser incluídos na vida de Igreja. Eles devem ser apoiados nesta luta, pois sabemos que, segundo a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, “as alegrias e esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo”.³¹⁴

Ainda na perspectiva dos catequetas acima mencionados, a caminhada da catequese especial, na diversidade ou mesmo inclusiva, é algo ímpar para a Igreja Católica no Brasil. São anos de caminhada e doação, de estudo e formação, de dedicação de tantas pessoas que ao longo dos anos puderam dar de si para ampliar os horizontes desta pastoral envolvendo a tantos irmãos e irmãs pelo Brasil.

Neste período, várias gestões se sucederam, na “Dimensão Bíblico-Catequética” e na “Comissão Bíblico-Catequética” da CNBB, representadas por vários bispos e assessores (as). Mas é possível afirmar que não faltou apoio do campo catequético da CNBB para a catequese especial. O apoio e o amparo, nestes anos, permitiram que os anseios da catequese especial fossem levados para os últimos documentos da CNBB. O sentimento daqueles que vivem a missão na ótica da inclusão catequética é de gratidão a Deus por tantos belos caminhos que puderam trilhar em nível nacional a partir do ano 1998.³¹⁵

2.2.4 Manual de Catequética do CELAM

O Manual de Catequética da Conferência Episcopal Latino Americana (CELAM) acentua que “ao falar das situações especiais e dos diferentes ambientes de vida, o DGC

³¹⁴ **Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*** do Vaticano II sobre a Igreja no mundo de hoje, n. 1.

³¹⁵ Texto elaborado a partir de apostila fornecida no curso de pós-graduação em Pastoral Catequética do Centro Universitário Salesiano Pio XI de São Paulo – SP. O mesmo teve a colaboração dos seguintes catequetas: Prof. Antonio Cesar Bachim, Prof. Francisco Maurício dos Santos, Cícera Thadeu dos Santos e Dom Vilson Dias de Oliveira, DC, Bispo de Limeira, SP.

refere-se especificamente às pessoas com algum tipo de deficiência, [...]”.³¹⁶ Assim continua a referida obra:

Catequese junto às pessoas com deficiências. As pessoas com alguma deficiência, seja física, sensorial ou intelectual, também têm direito à catequese, e uma catequese apropriada. O amor do Pai a seus filhos mais marginalizados e a contínua presença de Jesus com seu Espírito garantem que todas as pessoas são capazes de crescer em santidade (DGC 189). A catequese junto às pessoas com deficiências exige: um estilo de catequese caracterizado pela acolhida e a ternura; uma catequese diferenciada de acordo com os distintos tipos de necessidades pedagógicas; catequistas com preparação específica; recursos e materiais didáticos adequados.³¹⁷

Pretendemos destacar desta citação, a afirmação do amor do Pai a seus filhos mais marginalizados e a garantia do Espírito Santo de que todas as pessoas são capazes de crescer em santidade. São de especial relevo teológico para a catequese junto à pessoa com deficiência estes pontos que o Manual de Catequética do CELAM retoma do DGC. Todas as pessoas são fruto do amor criador da Trindade.³¹⁸ Apresentamos a seguir um texto sobre o amor criador de Deus e o chamado que Ele faz a todos à redenção em Jesus Cristo.

Criados por Deus, os deficientes são chamados à redenção em Jesus Cristo e, como qualquer cristão, esperam o advento do Reino futuro. O aprofundamento da fé, na medida de sua capacidade, não somente lhes permitirá descobrirem o projeto de Deus acerca deles, a sua responsabilidade na transformação do mundo, a maneira cristã de encararem os acontecimentos e de se inserirem na realidade temporal, como lhes dará também a oportunidade de estabelecerem uma nova relação com o Senhor Jesus. Reencontrando, na ressurreição de Cristo, a força da sua própria libertação interior, poderão chegar a entender e a viver, com intensidade, o mistério cristão.³¹⁹

Esta constatação, a de que a pessoa com deficiência pode chegar a entender e a viver, com intensidade, o mistério cristão, é resultado de um processo de conversão muito profundo. Nasce de uma verdadeira experiência de comunidade, na qual todos os membros do corpo chegam a captar a imprescindibilidade de cada membro³²⁰, inclusive dos mais vulneráveis e invisibilizados. Deste modo, o estudo aprofundado dos documentos eclesiais apresenta-se como caminho para um fazer teológico que embase a necessidade da catequese junto à pessoa com deficiência.

³¹⁶ CELAM. **Manual de catequética**. [Tradução Maria Paula Rodrigues] São Paulo: Paulus, 2007, p. 171.

³¹⁷ *Ibidem*, p. 171.

³¹⁸ “Assim como as pessoas da Santíssima Trindade são diferentes, as pessoas humanas também são diferentes. Não existem pessoas iguais. A dignidade vem do fato de serem todas criadas à imagem e semelhança de Deus e serem membros do Corpo Místico de Cristo e templos vivos do divino Hóspede”. Texto-base, **CF-2006**, n. 151.

³¹⁹ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA. A Igreja e a pessoa deficiente. **Revista de Catequese**. São Paulo: Salesiana, ano 5, n. 20, p. 65, out/dez, 1982.

³²⁰ “A corrente não é mais forte que o mais fraco de seus elos” (Mons. João Chiarot).

O teólogo Luiz Zver³²¹ sustenta o direito da pessoa com deficiência à catequese e sua necessidade de fé. “A criança excepcional é sempre criatura de Deus e nossa irmã. Deus nunca abandona o excepcional. Dele até se serve para realizar seus planos. O excepcional é tão capaz e necessitado de fé e de vivência religiosa, como qualquer pessoa normal”.³²²

Uma publicação de 1986 da Revista de Catequese apresenta o processo de introdução da temática “educação religiosa” nas discussões de escolas especiais como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs). A afirmação de Luiz Zver de que a pessoa com deficiência ou não, tem necessidade de vivência religiosa passou por uma construção histórica. Nos Congressos das APAEs parecia haver uma espécie de “pudor” e de constrangimento quanto à educação religiosa dos excepcionais e por muito tempo se evitou sistematicamente o tema. “Tinha-se receio de ferir suscetibilidades de alguns dos participantes do movimento, pois entre eles há, naturalmente, tanto católicos como evangélicos, espíritas, judeus e até agnósticos, para não falar de ateus”.³²³

O Congresso de Fortaleza, em 1983, sob o tema geral “Normalização e integração do excepcional”, com base em teorias surgidas na França e na Espanha, segundo as quais o excepcional não deve ser segregado da sociedade, pôs em debate a capacidade de vivência religiosa e de ato moral do excepcional, o que implica na sua educação para a religião e moralidade.³²⁴ “Com efeito, para o XII Congresso Nacional das APAEs, celebrado em Salvador, em julho de 1985, a religiosidade foi incluída entre os temas oficiais com o título: “A fé religiosa na compreensão da excepcionalidade”.³²⁵ Citamos as conclusões do referido congresso:

“A criança excepcional, ainda que gravemente lesada, não na sua natureza, mas nas suas faculdades mentais e nos seus órgãos físicos, é sempre criatura de Deus e nossa irmã” (Ruth Brasil). “Deus nunca abandona o excepcional. Dele, até, se serve para realizar seus planos: Moisés e Jeremias eram deficientes de fala; os convidados para o banquete, na parábola evangélica das núpcias do filho do rei, eram deficientes de visão, de audição, aleijados e estropiados” (Arno Glitz). “O excepcional é tão capaz e necessitado de fé e de vivência religiosa, como qualquer pessoa normal, e em certo sentido até mais, visto que religião não é problema nem exclusiva nem prevalentemente intelectual, mas global da pessoa humana; nele haverá menos vigor mental, mas há mais sensibilidade receptiva e maior pureza de amor” (Pe. Luiz Zver).³²⁶

³²¹ ZVER, Luiz. A questão da catequese dos excepcionais. **Revista de Catequese**, p. 31.

³²² Ibidem, p. 31.

³²³ Ibidem, p. 33.

³²⁴ Cf. Ibidem, p. 33.

³²⁵ Ibidem, p. 34.

³²⁶ Ibidem, p. 34.

Estas argumentações trazem para este texto a boa notícia de que mais que um conjunto de idéias filosóficas, o cristianismo é uma forma de vida que atinge a pessoa humana de forma global. Também por isso, a catequese junto às pessoas com deficiências exige: um estilo de catequese caracterizado pela acolhida e pela ternura; uma catequese diferenciada de acordo com os distintos tipos de necessidades pedagógicas; catequistas com preparação específica; recursos e materiais didáticos adequados.

2.2.5 Catequese Renovada: orientações e conteúdo

Acompanhando o desenrolar da história da catequese junto à pessoa com deficiência nas últimas décadas, registrada pela Revista de Catequese, encontramos com um artigo de 1984 sobre catequese diferencial na Argentina. Antes de qualquer coisa o escritor cita o documento da CNBB “Catequese Renovada”, de 1983, que, ao tratar da catequese segundo as idades e situações, dedica todo o número 142 aos deficientes, com estas palavras:

A presença de deficientes físicos ou mentais numa família e comunidade eclesial as interpela evangelicamente e exige delas uma real identificação com Cristo sofredor nesses seus irmãos mais fracos. A família e a comunidade deverão colocar à disposição deles todos os recursos necessários para acolhê-los como membros plenos de sua comunhão, e para o possível conhecimento de Jesus Cristo. Os próprios deficientes, como os pobres, as crianças e os jovens, tornam-se por sua vez evangelizadores da própria comunidade que os acolhe.³²⁷

Deste número de Catequese Renovada, destaca-se o sinal evangélico da pessoa com deficiência na comunidade e a função de evangelizadores que os deficientes assim como os pobres desempenham entre os irmãos. Enfatizamos no decorrer desta pesquisa como uma das principais bases teológicas da catequese junto à pessoa com deficiência a relação entre pobre e pessoa com deficiência. Essa relação aparece clara no documento citado.

Em publicação de 1985 da Revista de Catequese aparece novamente o número 142 de Catequese Renovada. “A família³²⁸ e a comunidade deverão colocar à disposição deles todos os recursos necessários para acolhê-los como membros plenos de sua comunhão, e para o possível conhecimento de Jesus Cristo (CR, 142)”.³²⁹ É muito séria a orientação: acolher como membros plenos de sua comunhão. O artigo associa, ainda, a catequese dos irmãos com deficiência à atenção da Igreja aos sinais dos tempos.

³²⁷ Cf. PERSPECTIVAS. Catequese diferencial na Argentina. **Revista de Catequese**. São Paulo: Salesiana, ano 7, n. 26, p. 47, abr/jun, 1984.

³²⁸ “A família é o primeiro espaço de inclusão da pessoa com deficiência”. Texto-base, **CF-2006**, n. 83.

³²⁹ CANSI, Bernardo. Deficientes auditivos catequizam adultos. **Revista de Catequese**. São Paulo: Salesiana, ano 8, n. 30, p. 36, abr/jun, 1985.

Deus, porém, continua falando à sua Igreja e, à luz das Escrituras e da Tradição, a Igreja se volta atenta para os *sinais dos tempos* e as indicações atuais da vontade de Deus. Nessa mesma linha, a Catequese presta uma atenção pedagógica às condições das pessoas e grupos a quem se dirige (CR, 93).³³⁰ A Catequese deve levar o cristão a penetrar plenamente no mistério de Cristo (CR, 98); e o DA (deficiente auditivo) tem direito de receber “plenamente” o Mistério de Cristo (CT, 20), como o “ouvinte”.³³¹ A presença de deficientes físicos ou mentais na família e na comunidade eclesial interpela-as evangelicamente e exige delas uma real identificação com o Cristo sofredor nesses seus irmãos mais fracos (CR, 142).³³²

A conclusão de *Catechesi Tradendae*, 20, aplica-se a toda pessoa com deficiência e não simplesmente ao deficiente auditivo.³³³ Segundo concepção teológica, aqui desenvolvida, todos têm direito de receber “plenamente” o Mistério de Cristo. O artigo estudado tinha como objetivo versar sobre a evangelização dos surdos, porém aproveitamos para ampliar o alcance da reflexão. O testemunho da jovem Rejane Mary Assumpção, que muito impressionou os participantes do Seminário de DAs, em 1985, considerou que

O deficiente auditivo logo percebe se alguém tem dupla personalidade ou é autêntico. Os DAs vêm de longe a autenticidade ou inautenticidade das pessoas. Quer dizer, na catequese os DAs não dicotomizam, não separam Palavra de Deus e vida concreta; ou formulações da fé e a caminhada do Povo (CR, 113 a 115).³³⁴ Os DAs “ajudaram a Igreja a descobrir o potencial evangelizador dos pobres, interpelando-a a uma constante conversão, porque muitos deles realizam em sua vida os valores evangélicos de solidariedade, serviço, simplicidade e disponibilidade para acolher o dom de Deus” (Puebla, 1147).³³⁵

Diante de afirmações de diversos documentos eclesiais, tais como Exortações Apostólicas *Evangelii Nuntiandi* e *Catechesi Tradendae*, Catequese Renovada e *Puebla*, parece muito bem fundamentada a necessidade por direito e dever da catequese junto à pessoa com deficiência.

A fim de reafirmar Catequese Renovada como um marco na caminhada da catequese inclusiva da Igreja no Brasil, atentamos para a movimentação pastoral junto à pessoa com deficiência a partir da década de 1980. Para tanto, o pensamento de Luiz Zver oferece pistas importantes.

³³⁰ CANSI, Bernardo. Deficientes auditivos catequizam adultos. **Revista de Catequese**, p. 36-37.

³³¹ *Ibidem*, p. 37.

³³² *Ibidem*, p. 39.

³³³ “Perda parcial ou total da audição, da percepção dos sons. De acordo com o Artigo 4º do Decreto 3.298, de 20 de dezembro de 1999, considera-se deficiência auditiva a perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus”. Texto-base, **CF-2006**, p. 140.

³³⁴ CANSI, Bernardo. Deficientes auditivos catequizam adultos. **Revista de Catequese**, p. 41.

³³⁵ *Ibidem*, p. 41.

Na compreensão de Zver, “Deus se comunica e se dá a quem o procura, na medida em que este reconhece sua pequenez e deficiência”.³³⁶ Nota-se, nesta afirmação, um entrelaçamento de perspectivas teológicas, antropológicas e de autocomunicação de Deus. Neste contexto cabe uma pergunta sobre religião e a pessoa com deficiência.

O teólogo Luiz Zver assevera que “a religião é, essencialmente, um relacionamento com Deus”.³³⁷ O autor não está falando de conhecimento, mas de relacionamento, que poderá ter a forma de adoração ou de culto, de prece, ou, simplesmente, de admiração e de respeito. E é aqui que se enfrenta a indagação central: o excepcional é capaz de relacionar-se com Deus?³³⁸ Esse questionamento coloca-se quanto ao deficiente intelectual, o que não se problematiza quanto ao deficiente físico ou sensorial, uma vez que a capacidade especulativa destes permanecem “normais”. As barreiras postas, a esses, para a educação da fé e a participação como membros na comunhão plena da comunidade são de outra natureza. Segundo Zver o deficiente intelectual é capaz de autêntico ato de fé e vivência religiosa.

É nossa convicção que o deficiente mental, normalmente, é capaz de autêntico ato de fé e verdadeira vivência religiosa pelo menos inicial e dispositiva.³³⁹ O ponto de partida para esta afirmação é a verificação dos seguintes dados: o excepcional se relaciona com os seres inferiores; o excepcional conhece e identifica os “outros” seres humanos, como a sua mãe, seu pai, os irmãos e companheiros de brinquedo etc.; mas o cerne da questão é saber se para o excepcional alguma forma de relacionamento é possível com o Ser supremo, com Deus.³⁴⁰

O problema do possível relacionamento com o Ser supremo se apresenta tanto sob o ponto de vista teológico, como – e, sobretudo – antropológico. Do ponto de vista antropológico este problema sofre grande influência da cultura e filosofia gregas. As ideias de Platão a respeito da natureza do homem sempre influenciaram tanto a filosofia, quanto a teologia. O racionalismo e o intelectualismo com o nome de *Gnosis* assumiu liderança absoluta na Idade Média com Tomás de Aquino e os Escolásticos. E com René Descartes conquistou total domínio na Idade Moderna e Contemporânea. Aos poucos, quase todo o mundo passou a ser cartesiano: “o homem é essencialmente intelecto, pois a causa de meu ser é o pensamento (Penso, logo existo) e o pensamento é a atividade exclusiva do intelecto.”³⁴¹

Com base neste pressuposto e com as dificuldades de se aferir o alcance da atividade intelectual da pessoa com deficiência, fica quase impossível de se afirmar algum nível de

³³⁶ ZVER, Luiz. Os excepcionais e a educação da fé. **Revista de Catequese**. São Paulo: Salesiana, ano 9, n. 33, p. 23, jan/mar, 1986.

³³⁷ Ibidem, p. 24.

³³⁸ Ibidem, p. 24.

³³⁹ Cf. Ibidem, p. 24.

³⁴⁰ Cf. Ibidem, p. 24.

³⁴¹ Cf. Ibidem, p. 25.

relacionamento, tomado como sinônimo de conhecimento, dela com o Ser supremo, Deus. O racionalismo de Descartes supervalorizou a inteligência em detrimento das demais faculdades humanas.

A partir das ideias de Descartes, começou-se a supervalorizar a inteligência com relação às demais faculdades do homem e, na trilha do dualismo antropológico de Platão, buscar a realização plena na aquisição de conhecimentos e de habilidades. Tal visão distorcida dos valores humanos se acentuou no advento da revolução industrial quando o homem passou a valer na proporção da sua produtividade. Quanto mais produz e quanto mais aumenta os lucros do capital, tanto mais vale o homem. Os pedagogistas franceses Binet e Simon puseram lenha no fogo com os seus famosos testes de medida da inteligência, criando um instrumento poderoso para reforçar essa mentalidade. Menino de Q.I. elevado tem toda chance de êxito na sociedade, ainda que seja péssimo filho, mau colega, mal-educado, preguiçoso e anti-social”³⁴².

Não é difícil perceber os resultados dessa mentalidade intelectualista, que se infiltrou também nos ambientes eclesiais. “A Igreja, e não só a Católica, avaliava também a religiosidade pelo conhecimento da chamada ‘Doutrina Cristã’. Era preciso decorar o catecismo e as fórmulas das orações”³⁴³. Houve época em que não se admitia aos sacramentos quem não soubesse de cor determinadas fórmulas da doutrina. O magistério oficial da Igreja não pensa assim. O que fica claro pela leitura de *Catequese Renovada*, por exemplo.

Houve, também, no passado louváveis exceções, implementadas por homens mais conhecedores do ser humano. São João Bosco, em plena era jansenista ensinava: “o menino que for capaz de distinguir entre pão e pão, poderia ser admitido à recepção da primeira eucaristia”³⁴⁴. “Todavia, mesmo nestes casos é o fator conhecimento intelectual que é levado em conta antes de tudo. O menino, antes de tudo, deve saber, isto é, deve conhecer”³⁴⁵. A busca atual por empreender um itinerário de iniciação à vida cristã parece querer muito mais que um simples conhecer intelectualizado. Pretende conduzir cada pessoa a um encontro com Jesus de tal forma que comprometa globalmente o seu ser, seu modo de viver, tendo na capacidade intelectual apenas uma das dimensões humanas que se beneficiam desta nova configuração com o Cristo. Desde esta perspectiva destaca-se a sensibilidade do excepcional.

Ora, no ser humano – ensina-nos a antropologia moderna e a psicologia no-lo explicita –, além da inteligência, há outros fatores e faculdades, não menos importantes, que é preciso levar em conta. O ser humano é dotado de intelecto, de vontade e de sensibilidade, isto é, é capaz de conhecer, de querer (amar) e de sentir. [...] O intelecto não é a única fonte do nosso conhecer. [...] Agostinho de Hipona ensina que o conhecimento do bem nos leva a amá-lo, mas o amor, por sua vez, nos

³⁴² ZVER, Luiz. Os excepcionais e a educação da fé. *Revista de Catequese*, p. 25.

³⁴³ *Ibidem*, p. 25-26.

³⁴⁴ *Ibidem*, p. 26.

³⁴⁵ *Ibidem*, p. 26.

leva a conhecê-lo melhor.³⁴⁶ A mãe conhece o filho, antes de tudo vivencialmente e não intelectualmente. E tal conhecimento é verdadeiro. Ora, no excepcional, deficiente mental, a deficiência intelectual não implica necessariamente a volitiva ou a sensitiva; antes, pelo contrário, por uma espécie de lei da compensação, a sensibilidade fica na razão inversa da inteligência. [...] Elas (as crianças excepcionais) são, por exemplo, muito mais afetivas e têm uma agudíssima, diríamos infalível, capacidade de perceber e de intuir se alguém é de fato seu amigo, ou é apenas um técnico competente, que lhes presta assistência profissional.³⁴⁷

Essas meditações conduzem a uma admiração cada vez maior pela rica e complexa natureza humana. Quanto mais se mergulha no mistério do ser humano, particularmente a partir de Jesus, mais se certifica de que é na beleza da diferença de cada ser criado e no complemento orgânico das potencialidades de cada um, que se torna possível caminhar em direção à plenificação da felicidade e da realização. À vida em abundância (cf. Jo 10,10b).

Em 1999, a Revista de Catequese fez vir a público um texto de Maria Helena Rodrigues intitulado *As necessidades educativas especiais dos portadores de deficiência visual*³⁴⁸ e seu itinerário catequético.³⁴⁹ Embora a autora trabalhe na dimensão da deficiência sensorial, o discurso teológico utilizado por ela apresenta muitos pontos de encontro com o debate presente, de um modo geral, na discussão a respeito da catequese junto à pessoa com deficiência. A autora organiza seu pensamento sobre a comunidade como lugar de educação da fé, a questão do diferente e a pedagogia, num contexto de educação global da pessoa. Tal abordagem representa importante contributo ao discurso teológico inclusivo.

A comunidade cristã é, por excelência, acolhedora e educadora. Carrega em si o dom da partilha, requisito imprescindível ao crescimento humano, conforme nos atestam as palavras do Catecismo: “Quando nasce, o homem não dispõe de tudo aquilo que é necessário ao desenvolvimento de sua vida, corporal e espiritual. Precisa dos outros, aparecem diferenças ligadas à idade, às capacidades físicas, às aptidões intelectuais ou morais, aos intercâmbios de que cada um pôde se beneficiar, à distribuição das riquezas”(cf. Caic, n. 1936)” Partilha, troca, pressupõe diversidade. [...] É preciso acolher, na fé em Jesus Cristo, todos os irmãos, mesmo os considerados diferentes. “O Diretório Geral para a Catequese já enfatiza essa necessidade ao afirmar que “a educação na fé requer itinerários adequados, leva em consideração as indicações da pesquisa pedagógica e acontece no contexto de uma educação global da pessoa” (cf. DGC, n. 189). Mas ao mesmo tempo alerta para o

³⁴⁶ ZVER, Luiz. Os excepcionais e a educação da fé. **Revista de Catequese**, p. 26.

³⁴⁷ Ibidem, p. 26-27.

³⁴⁸ “A deficiência visual pode ser subdividida em baixa visão e cegueira. A baixa visão ocorre quando existe uma visão residual que permite distinguir apenas luzes ou vultos, mesmo utilizando óculos. A cegueira ocorre quando há ausência total de visão”. Texto-base, **CF-2006**, n. p. 141.

³⁴⁹ “A Catequese Especial, que tem como destinatários os portadores de algum tipo de deficiência física ou mental, tem sido objeto de encontros e cursos em várias partes do Brasil. Em geral, porém, nota-se a ausência seja de catequistas preparados para esse tipo de trabalho, seja de material de apoio. O presente subsídio, preparado pela professora Maria Helena para as aulas que ministra no Curso de Catequese Especial, da diocese de Osasco, é um importante contributo, ainda mais que une uma adequada visão técnica do que seja a deficiência visual, com os questionamentos sobre a prática catequética com esses destinatários especiais”. RODRIGUES, Maria Helena. *As necessidades educativas dos portadores de deficiência visual e seu itinerário catequético*. **Revista de Catequese**, ano 22, n. 88, p. 37, out/dez, 1999.

fato de que: “deve-se evitar o risco de permanecer à margem da pastoral comunitária” (cf. DGC, n. 189).³⁵⁰

Seguindo esta linha de reflexão catequético-teológica, para Rodrigues, o processo de educação da pessoa deficiente visual não pode ser estruturado apenas a partir de programas educacionais específicos. Como se fez anteriormente, amplia-se esta consideração a todo tipo de deficiência. A integração e participação em classes comuns, e demais atividades de cunho social são extremamente importantes para o desenvolvimento pessoal. “Para tanto, aspectos ligados à comunicação e expressão, e habilidades de convivência social devem ser alvos de reflexão pedagógica e comunitária”.³⁵¹

Este trabalho intenta, também, chamar a atenção para o fato da invisibilidade da pessoa com deficiência nos discursos teológicos e preocupações pastorais. Qual a incidência do tema da deficiência visual ou outra deficiência nos planejamentos de pastoral? Da pastoral orgânica?³⁵² O que é importante observar ao considerar a relação com a pessoa com deficiência visual?

Nas relações sociais propriamente ditas, é importante evitar comportamentos de autopiedade e superproteção. Por outro lado, deve existir bom senso e respeito às limitações práticas do dia-a-dia. O deficiente visual precisa de liberdade para utilizar seus recursos, e ser considerado em sua plenitude. É importante ter clareza de que a deficiência visual traz dificuldades e limitações bem específicas, as quais não podem ser negadas, mas que o portador de deficiência não se restringe a elas.³⁵³

A pessoa com deficiência não se restringe à sua deficiência. Este é um pressuposto sem o qual o estudioso de catequese, o catequista, o consagrado, o teólogo, enfim todo aquele que vivencia sua religião, não pode perder de entre as bases que solidificam seu pensar, seu querer, seu agir, seu fazer teológico. A pessoa é digna de amor pelo fato de ser pessoa;

³⁵⁰ RODRIGUES, Maria Helena. As necessidades educativas dos portadores de deficiência visual e seu itinerário catequético, p. 41.

³⁵¹ Ibidem, p. 40.

³⁵² “Como se encontram os Deficientes em sua comunidade? Quantos são? O que se gasta para a promoção, integração e preparo cultural, religioso e técnico deles? Aprofundar as atitudes de Cristo e dos Profetas perante os surdos-mudos: Mt 11,1-6; Mc 7,31-37; Mc 9,14-29; Lc 7,18-30; Is 29,18s.; 35,5; 42,19s. Como é interpretado o “sinal” da presença dos surdos-mudos em sua comunidade? Que dizem muitos quando vêem um surdo-mudo? Existe a “Comunidade Éfeta” em sua paróquia? É a comunidade onde os deficientes vivem, brincam, são acolhidos, têm catequese, se comunicam e têm uma vida própria e bem integrada na família e na comunidade? Ler e tirar as conseqüências do n. 142 de *Catequese Renovada*. Como é celebrado o Dia do Deficiente em sua comunidade ou escola? Quais as causas da deficiência física e mental? Existem algumas destas causas em sua localidade? Existe a “APADA” (Associação de Pais de Deficientes Auditivos)? O que se deveria fazer para que todos assumam a responsabilidade para com os Deficientes Auditivos?” Cf. CANSI, Bernardo. Deficientes auditivos catequizam adultos. **Revista de Catequese**, p. 44.

³⁵³ RODRIGUES, Maria Helena. As necessidades educativas dos portadores de deficiência visual e seu itinerário catequético. **Revista de Catequese**, p. 41.

simples assim. A pessoa tem direito a ser envolvida no processo catequético de transmissão da experiência de fé pelo fato de ser pessoa; simples assim.

No início da reflexão deste item, evidenciou-se a afirmação de Catequese Renovada, segundo a qual, ao serem envolvidos no processo de transmissão da fé, na Igreja, os próprios irmãos com deficiência, como os pobres, as crianças e os jovens, tornam-se por sua vez evangelizadores da própria comunidade que os acolhe. Finalizamos a conversa, deste ponto, acreditando que os diversos argumentos aqui apresentados confirmam a pessoa com deficiência, no seio das comunidades, como grande sinal profético e evangelizador.

2.2.6 Diretório Nacional de Catequese

Logo na apresentação do Diretório Nacional de Catequese (DNC), o então secretário-geral da CNBB, Odilo Pedro Scherer, recorda que o DNC foi pedido pela Sé Apostólica à Conferência Episcopal por meio do DGC, em 1997. “Ele surge num momento importante em nossa Igreja”.³⁵⁴ Com este documento, confirmam-se os acertos na caminhada catequética, desde o Concílio Vaticano II, e, principalmente, desde o documento Catequese Renovada, orientações e conteúdo, de 1983.

Na perspectiva de Scherer, algo a ser destacado do DNC é a catequese para pessoas com deficiência. A expressão é esta mesmo: para pessoas com deficiência. Ao apresentar os números em que aparecem as conclusões a este respeito, notaremos que o DNC foi elaborado no viés do paradigma de inclusão. Tal constatação remete o leitor mais para a ação catequética “junto” do que “para” as pessoas com deficiência. Neste sentido é inovador o uso do conceito interlocutor para aquele a quem se destina a catequese. Entre os interlocutores da catequese também está o irmão com deficiência.

Há alguns destaques a serem considerados, como as fontes da catequese, a formação de catequistas, o catecumenato como modelo referencial para os diversos tipos de catequese, a pedagogia de Deus, a centralidade de Jesus Caminho, Verdade e Vida (cf. Jo 14,6), a ação do Espírito Santo, **a catequese para pessoas com deficiência**, o princípio metodológico da interação entre a fé e a vida e Maria, mãe e educadora de Jesus e da Igreja.³⁵⁵ (grifo nosso)

O DNC considera a temática da pessoa com deficiência dos números 202 ao 208. Este documento concorda que há o aumento, em nosso país, da quantidade de pessoas com deficiência, destacando a atenção que nos últimos tempos a catequese vem dispensando a esta

³⁵⁴ CNBB. **Diretório nacional de catequese**. São Paulo: Paulinas, 2006 (Documentos da CNBB n. 84), p. 7.

³⁵⁵ *Ibidem*, p. 8.

realidade a fim de superar todo tipo de discriminação. Lembra ainda que no processo de catequização da pessoa com deficiência é bom contar com a ajuda de profissionais, professores, intérpretes em língua de sinais, entre outros. A família tem papel importante neste processo e precisa receber a devida ajuda.³⁵⁶

As orientações sobre a catequese junto à pessoa com deficiência fazem parte do capítulo seis do DNC que tem como título: *Destinatários como interlocutores no processo catequético*. O item três deste capítulo, *catequese na diversidade* abrange a *catequese e a pessoa com deficiência*. Temos utilizado a expressão catequese inclusiva referindo-nos estritamente à catequese que se faz pensando na pessoa com deficiência. Ao falar de catequese na diversidade o DNC alarga este conceito, atingindo com ele toda categoria de pessoas excluídas social ou eclesialmente.

Por ser este documento o que aborda mais amplamente a temática aqui implicada, apresentaremos, na íntegra, a palavra da Igreja nele contida. Para fazê-lo, nos serviremos do recurso de colunas: na primeira, transcrevemos os números do DNC que falam sobre o processo catequético inclusivo, e na segunda coluna, retomamos afirmações, feitas pelo Diretório, que consideramos por bem enfatizar.

<p>202. É grande em nosso país a quantidade de pessoas com deficiências. Elas têm o mesmo direito à catequese, à vida comunitária e sacramental. Particularmente a partir do século XX em seus documentos catequéticos, a Igreja vê a necessidade de lhes dar a devida atenção e fazer esforços para superar todo tipo de discriminação. Nas comunidades, muitas pessoas se sentem chamadas para o trabalho junto aos deficientes; há inclusive catequistas e agentes de pastoral com algum tipo de deficiência.</p>	<p>Presença em nosso país de pessoas com deficiência. Isso as limita e compromete sua participação em nível de igualdade na vida eclesial. Direito destes irmãos à catequese, à vida comunitária e sacramental. Superação da discriminação. Constatação de trabalhos sendo realizados junto aos irmãos deficientes.</p>
<p>203. Toda pessoa tem necessidade, pois ninguém se basta a si mesmo. Mas, há algumas pessoas que têm necessidades específicas. Estas também precisam ser acolhidas na catequese. É preciso oferecer uma catequese apropriada em seus recursos e conteúdo sem reducionismo e o simplismo que apontem para um descrédito das capacidades da pessoa com deficiência. Também não se pode deixar de mencionar o número</p>	<p>Algumas pessoas têm necessidades específicas. Acolher e oferecer uma catequese apropriada a estes irmãos. Catequese que dê crédito às capacidades de todas as pessoas. Atenção também aos que possuem necessidades educacionais especiais.</p>

³⁵⁶ Cf. CNBB. **Diretório nacional de catequese**, p. 172-175.

<p>expressivo de irmãos que possuem necessidades educacionais especiais, sejam elas provisórias ou permanentes, causadas por algum distúrbio ou outras especificidades. A estes a catequese dispense a atenção necessária.</p>	
<p>204. Aumenta a cada dia o número de voluntários para trabalhar com pessoas com deficiência. Há também consciência e organização sobre esta catequese. Há organismos e movimentos representativos na luta pelo reconhecimento de suas necessidades. Nota-se uma tendência de superação de idéias preconceituosas e de atitudes caritativo-assistencialistas que dificultam o protagonismo social e eclesial. Como membros da Igreja, também os deficientes mentais têm direito aos sacramentos: não é uma concessão, é um direito que precisa ser garantido. Eles fazem parte da comunidade e nela tem direito a serem ajudados a fazer a experiência do mistério de Deus na sua vida.</p>	<p>Aumento do número dos que trabalham com as pessoas com deficiência. Organização deste tipo de catequese. Superação de preconceitos e atitudes que dificultam o protagonismo eclesial. As pessoas com deficiência têm direito aos sacramentos. Precisam ser ajudadas, como qualquer outro no seu encontro com Deus.</p>
<p>205. Nesse itinerário da fé, a família desempenha papel fundamental, pois é nela que ocorre a primeira experiência de comunidade e onde a pessoa deveria receber o primeiro anúncio do mistério da salvação. Por esse motivo a comunidade eclesial esteja atenta às suas necessidades, conflitos, desejos e aspirações. Toda comunidade cristã é convidada a assumir a responsabilidade de catequizar os deficientes, criando condições para sua plena participação comunitária e pastoral.</p>	<p>Papel fundamental da família no processo catequético inclusivo, da mesma forma que em qualquer outra experiência catequética. A comunidade eclesial deve estar atenta às necessidades da família. Toda a comunidade cristã é responsável por catequizar os irmãos com deficiência.</p>
<p>206. É importante que a participação das pessoas com deficiência na catequese seja feita em companhia dos demais catequizandos para que se evitem grupos separados ou confinados em locais sem a devida atenção e que não se perpetue a ideia de que todas as pessoas com deficiência necessitam de uma catequese puramente especializada. É necessário levar em consideração as descobertas e avanços das ciências humanas e pedagógicas e assumir a pedagogia do próprio Cristo, que privilegiou os cegos, mudos, surdos, coxos, aleijados (cf. Mc 8,23-25; Mt 15,30-31; Lc 7,22; Jo 1,8). Somos imagem de Cristo</p>	<p>Evitar grupos separados. Portanto, catequizando com deficiência ou não sendo catequizados juntos. Levar em consideração as descobertas das ciências humanas e da pedagogia. Assumir a pedagogia do Cristo. Todos são imagem do Cristo ressuscitado. Os locais para a Catequese junto às pessoas com deficiência devem ser adaptados segundo a legislação vigente.</p>

<p>ressuscitado e participamos dos sofrimentos, da cruz, como também da alegria de ser chamados à vida testemunhando através dela a ação do próprio Deus. Os locais para a Catequese junto às pessoas com deficiência deverão ser adaptados, de acordo com a legislação vigente, facilitando o acolhimento e acesso aos mesmos nas comunidades.</p>	
<p>207. A catequese junto às pessoas com deficiência atinge todas as idades, em especial os adultos, pois muitos deles, por diferentes motivos, não tiveram a oportunidade de fazer a experiência da fé na comunidade eclesial em outras fases da vida, e agora manifestam esse desejo. É preciso perceber também o quanto essas pessoas podem ter a ensinar, com a sua própria experiência e com o modo como lidam com sua situação. Com elas, como com os catequizandos, há uma estrada de mão dupla onde o catequista também aprende e se enriquece.</p>	<p>Este tipo de catequese atinge a todas as idades, mas em especial os adultos. Perceber o quanto as pessoas com deficiência têm a nos ensinar. Com elas, como com os demais catequizandos, o catequista aprende e se enriquece.</p>
<p>208. Essa catequese supõe uma preparação específica dos catequistas, pois cada necessidade diferente exige uma pedagogia adequada. É bom contar com o apoio de profissionais, como médicos, fonoaudiólogos, professores, fisioterapeutas, psicólogos e intérpretes em língua de sinais, sem que se perca o objetivo da catequese. Nesse processo, a família desempenha um papel importante para o qual deve receber a devida ajuda.</p>	<p>Preparação específica para os catequistas. Contar com o apoio de profissionais. O documento encerra suas orientações sobre o assunto, retomando a importância da família no processo, lembrando que ela deve receber a devida ajuda.</p>

O estudo do DNC ajuda a perceber em que lugar está a reflexão e ação catequéticas junto à pessoa com deficiência da Igreja no Brasil. Existem motivos suficientes para alegrar-se pelo avanço na compreensão de que toda pessoa é interlocutora, é sujeito, no processo de transmissão da fé. Não existe a absoluta passividade. Se comparado com documentos anteriores, o DNC deu um grande passo na afirmação da pessoa com deficiência como criada à imagem e semelhança de Deus e dignitária dos esforços da ação catequética. Ainda com relação aos textos anteriores, nota-se o amplo espaço nesta publicação para se colocar o assunto em pauta, como fator muito positivo. Há muito por fazer, mas o horizonte se apresenta mais luminoso.

2.3 SEMINÁRIOS NACIONAIS DE CATEQUESE JUNTO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Após o estudo de alguns documentos da Igreja, voltamos, agora, o olhar para os cinco Seminários Nacionais de Catequese junto à pessoa com deficiência. Acreditamos que, por este caminho, alcançaremos uma adequada compreensão da ação catequética junto à pessoa com deficiência, oferecendo um quadro satisfatório do interesse pelo tema que move a Igreja no Brasil. A preocupação com a catequese inclusiva vai atingindo todo território nacional; logo, coisas importantes estão acontecendo. Quando, na pequena comunidade, existe espaço para a discussão de determinado problema, a urgência e o significado da questão tornam-se maiores.

2.3.1 I Seminário Nacional de Catequese Especial³⁵⁷

O fato da idealização e execução de um seminário a nível nacional, seja sobre o tema que for, revela o quanto o assunto está inquietando determinada dimensão da vida da população. Neste caso da população cristã com relação à transmissão da fé aos irmãos com deficiência. O primeiro Seminário Nacional de Catequese Especial – assim foi denominado até o III Seminário – realizou-se em 19 de setembro de 1998, no bairro da Glória – RJ, com o tema: *“O portador de deficiência mental, a família, a sociedade e a Igreja: direitos e conquistas no limiar do 3º milênio”*.

A coordenação diocesana de catequese especial e a equipe de catequese especial da paróquia de Santo Afonso – Tijuca, RJ – ficaram responsáveis de cuidar para que o evento atingisse sua meta. A tarefa exigiu muito de todos, dado a novidade do tema na pauta da catequese nacional e o interesse de muitas comunidades e Igrejas particulares por aprimorarem sua prática ou colherem experiências bem sucedidas para a implantação desta forma de fazer catequese em suas comunidades diocesanas ou paroquiais.

Houve presença de um número bastante significativo de participantes. Mais de 250 pessoas, das seguintes comunidades: Curitiba, Londrina (PR); São Paulo, Osasco (SP); Juiz de Fora, Itabirito, Belo Horizonte (MG); Niterói, São Gonçalo, Maricá, Nova Friburgo e Rio

³⁵⁷ Texto elaborado a partir de apostila fornecida no curso de pós-graduação em Pastoral Catequética do Centro Universitário Salesiano Pio XI de São Paulo – SP. O mesmo teve a colaboração dos seguintes catequetas: Prof. Antonio Cesar Bachim, Prof. Francisco Maurício dos Santos, Cícera Thadeu dos Santos e Dom Vilson Dias de Oliveira, DC, Bispo de Limeira, SP. Os dados aqui apresentados podem ser conferidos ainda junto às ATAS DO SECRETARIADO EXECUTIVO NACIONAL de Catequese junto à pessoa com Deficiência, ligado à CNBB.

de Janeiro (RJ). Participou também deste seminário a irmã Eliza, naquela época, assessora de catequese da CNBB.

Os trabalhos foram abertos com a presença e acolhida de Dom Romeu, bispo auxiliar da Arquidiocese do Rio de Janeiro. Em sintonia com a Campanha da Fraternidade daquele ano: “*A serviço da Vida e da Esperança*”, o Seminário buscou fundamentação na proposta do tema apresentado pela CNBB, demonstrando assim, a unidade e a eclesialidade do evento.

Houve as seguintes palestras: “*O portador de deficiência mental: novas ideias*” por Therezinha de C. Machado; “*O portador de deficiência mental na escola*”, por Maria Amélia de Carvalho; “*A família e a sociedade na vida do portador de deficiência mental*”, por Maria Luiza Gomes Teixeira; “*A Igreja e suas contribuições para o portador de necessidades especiais*”, pelo Padre José Marques.

Estabeleceu-se como proposta concreta desta reunião o seguinte: ação conjunta e interdisciplinar para inserção do irmão diferente na comunidade e na sociedade. A partir desta proposta vislumbraram-se os avanços do Seminário: iniciativa em partilhar as experiências catequéticas com outras comunidades do Brasil; abertura em acolher as experiências; necessidade de conhecer, profundamente, no campo da ciência e das terapias o processo de inclusão das pessoas com deficiências.

Deste rápido relato sobre o I Seminário Nacional de Catequese Especial nota-se a ênfase dada para a deficiência mental.³⁵⁸ Atualmente a terminologia frequentemente usada é deficiência intelectual.

Considera-se que o Seminário impulsionou a inclusão desta preocupação na pauta da *Segunda Semana Brasileira de Catequese* que se realizou de 08 a 12 de outubro de 2001, em Itaici, Indaiatuba – São Paulo, com o tema: “*Com Adultos, Catequese Adulta*” e com o lema: “*Crescer rumo à maturidade em Cristo*” (Ef 4,13). Tido como maior evento da catequese a nível nacional, a *Segunda Semana* lembrou aos seus participantes da importância e necessidade de dedicar atenção à catequese com os adultos, com a pessoa com deficiência também adulta que precisa ser acolhida no processo catequético.

E com o apoio do bispo assessor da Comissão de Animação Bíblico-Catequética, Dom Francisco Javier Hernandez Arnedo, formou-se um pequeno grupo de conversa sobre a

³⁵⁸ “A deficiência mental é um funcionamento intelectual significativamente abaixo da média, coexistindo com limitações relativas às habilidades de comunicação, cuidados consigo próprio, convívio social, participação familiar e comunitária, autonomia, saúde e segurança, funcionalidade acadêmica, de lazer e trabalho. Manifesta-se antes de 18 anos de idade. Pode ser classificada em leve, moderada, severa e profunda, conforme o grau de manifestação”. Texto-base, **CF-2006**, p. 140-141.

catequese junto à pessoa com deficiência e firmou-se a ideia de promover um novo seminário nacional onde deveriam estar contempladas todas as deficiências.

2.3.2 II Seminário Nacional de Catequese Especial³⁵⁹

O *II Seminário Nacional de Catequese Especial* realizou-se em São Paulo, SP de 30 de agosto a 1º de setembro de 2002. O evento teve como tema: “*Pessoas portadoras de deficiências: prediletas do Senhor com direito à catequese*”. Foi um encontro ecumênico com a participação de aproximadamente cento e trinta representantes dos regionais da CNBB e cristãos de confissão luterana, metodista e batista. Também marcaram presença, representantes de movimentos e entidades como: Fé e Luz, FCD, APAEs.

Os objetivos foram: reflexão, aprofundamento e partilha sobre a realidade dos Portadores de Necessidades Especiais (PNEs), à luz da fé cristã; partilha e avaliação de experiências no campo da ação catequética junto aos PNEs; aprofundamento de critérios, elaboração de linhas de ação e promoção de articulação entre os regionais e em âmbito nacional.

Inicialmente foi feita uma memória sobre os PNEs, a começar da Grécia antiga até nossos dias, mostrando a atual situação dos PNEs na sociedade e na família. Discutiu-se a inclusão dos PNEs na escola regular, levando-se em conta a sua diversidade, produtividade e possibilidade de benefícios em sua vida futura (ainda que os professores não tenham o aparato necessário para acolherem alunos assim). Alertou-se também sobre as atitudes e os preconceitos da sociedade (inclusive da própria família), para com os PNEs. Tudo isso foi considerado desafios para os agentes de pastoral, particularmente na catequese.

Procurou-se, por fim, esclarecer que a catequese especial, que trata com pessoas portadoras de deficiência mental, seja diferenciada da catequese para outros portadores de deficiência (surdos, cegos, deficientes físicos): o conteúdo para estes últimos pode ser basicamente o mesmo apresentado aos que são considerados “normais”.

O conteúdo das alocações e seus respectivos palestrantes aparecem a seguir: *Memória da caminhada da catequese especial*, por Francisco Maurício Araújo dos Santos, coordenador do regional sul I da catequese na diversidade. *A atual situação dos portadores de necessidades especiais na sociedade, na Igreja, na família*, pela Dra. Lúcia Gueringuello. *A pessoa do portador/a de necessidades especiais à luz da fé cristã e da experiência religiosa*,

³⁵⁹ Cf. INFORMAÇÕES VÁRIAS. São Paulo, SP: catequese especial. **Revista de Catequese**. São Paulo: Salesiana, ano 25, n. 99, p. 75-76, jul/set, 2002.

pelo padre Mauro Luís da Silva – Belo Horizonte. *Experiências em catequese especial: painel integrado*, pelo padre Ricardo Hoepers, da pastoral dos surdos, de Curitiba. *Critérios pedagógicos para a catequese especial*, também pelo padre Ricardo Hoepers.

O Seminário contou ainda com apresentações de experiências, com particular destaque ao trabalho da Vila Cotelengo, Goiânia, GO, (deficiências sensoriais, deficiências intelectuais, deficiências físicas), a equipe de Brasília (Lucy e Ana), como também depoimentos de participantes. Durante esses três dias de trabalhos, ficou claro que tanto a comunhão a nível nacional como o sonho de levar adiante o processo catequético junto à pessoa com deficiência são possíveis.

O *II Seminário Nacional de Catequese Especial* apontou diversas pistas de ação em nível nacional, tais como: que os meios de comunicação tenham mais informações; local adequado ao público; disponibilizar os materiais produzidos a partir dos encontros (experiências e apostilas) no site da CNBB – na dimensão Bíblico-Catequética; seminário bienal; outro encontro ecumênico em nível nacional, para discutir experiências que saíram daqui; construção de um site: “Catequese Especial”, onde sejam colocadas todas as experiências que existem nas comunidades pelo Brasil; um documento de estudo que contemple a caminhada; ações na linha da Campanha da Fraternidade 2005; cursos ecumênicos, com certificados, em etapas, para discussão; a pastoral dos surdos considera que os Seminários Nacionais são de extrema importância para a catequese especial e garante sua participação em todos os Seminários para troca de experiências; solicitar aos bispos da CNBB um incentivo: que haja, pelo menos, uma missa televisionada para os surdos; elaborar um documento para as paróquias, dioceses, organismos da Igreja visando à conscientização do clero e comunidades sobre a necessidade de descobrir, visitar, resgatar, acolher a pessoa com deficiência, motivando-a a participar das pastorais, dando-lhe condições de acesso, rompendo as barreiras institucionais e físicas; formar um grupo com a participação de cada Regional da CNBB, para preparar outro encontro nacional, no espaço de um ano, na mesma época, na cidade de Belo Horizonte, MG; outras sugestões de local: Santa Fé (SP) e Aparecida (SP).

2.3.3 III Seminário Nacional de Catequese Especial³⁶⁰

A Comissão Episcopal Pastoral para a Animação Bíblico-Catequética promoveu, de 12 a 15 de agosto de 2004 em São Paulo, SP, o *III Seminário Nacional de Catequese*

³⁶⁰ Cf. INFORMAÇÕES VÁRIAS. Brasil. São Paulo: 3º Seminário Nacional de Catequese Especial. *Revista de Catequese*. São Paulo: Salesiana, ano 27, n. 107, p. 78, jul/set, 2004.

Especial. O Seminário é fruto de uma caminhada catequética, é um esforço da catequese em aproximar-se cada vez mais da diversidade. O *III Seminário Nacional de Catequese Especial* teve como tema: “*Pessoa com deficiência: conhecer para construir*” e como lema “*Jesus, Caminho, Verdade e Vida*”. Os objetivos do Seminário foram: despertar e orientar, para as diversas áreas da deficiência; a formação básica e permanente no ministério catequético; construir novas relações, por meio de métodos adequados junto à pessoa com deficiência.

Durante este encontro foi comunicado que a Campanha da Fraternidade/2006 teria como pano de fundo as pessoas com deficiência. Pediu-se, portanto, o empenho de todas as dioceses e paróquias para o bom desenvolvimento e êxito da mesma.

Foram desenvolvidos os seguintes temas com seus respectivos palestrantes: “*A síntese da história da catequese junto à pessoa com deficiência*”, por Francisco Maurício; “*Espiritualidade bíblica: lógica e a sabedoria de Deus*”, por Therezinha Motta Lima da Cruz, membro do GRECAT; “*Múltiplas deficiências*”,³⁶¹ pelo professor Romeu Sassaki; “*Pastoral da inclusão*”, pelo padre Luiz Carlos Dutra (uma partilha de décadas trabalhando com as pessoas com deficiências, e coordenando a catequese especial em Lousiana – EUA. Padre Dutra é autor do livro intitulado *Pastoral da Inclusão de Pessoas com Deficiência na Comunidade Cristã*); “*Experiências*”, pelo padre José Marques, do Rio de Janeiro; sua atuação junto às pessoas com deficiência mental, especialmente com os de Síndrome de Down; apresentação de uma dramatização com alunos do Recanto Guanella (SP), a partir de sua criação e seus talentos artísticos e musicais; a temática da pastoral dos surdos foi abordada por Cesar Bacchim, membro da comissão executiva ampliada da catequese junto à pessoa com deficiência da CNBB: a história dos surdos, a partir do primeiro sacerdote surdo brasileiro, monsenhor Vicente de Paulo Penido Burnier; “*Diretório Nacional da Catequese*” – padre Jânison e irmã Maria Aparecida apresentaram o DNC e os projetos da comissão.

São considerados como avanços do III Seminário, a participação de outras áreas de deficiências, através de relatos de experiências; a presença dos bispos – membros da CNBB; espaço e escuta dos participantes, quanto à indicação do lema para a CF/2006. Dom Eugène Adrian Rixen levou diversas citações à comissão da CF, depois de debates da assembleia; a elaboração dos subsídios e participação das pessoas com deficiências, neste momento histórico da Igreja no Brasil; mudança de nomenclatura (aprovado em assembleia) para o IV Seminário: de catequese especial para catequese junto às pessoas com deficiência; sugestões

³⁶¹ “Deficiência múltipla – Associação, no mesmo indivíduo, de duas ou mais deficiências primárias (mental, visual, auditiva, física), com comprometimentos que acarretam conseqüências em seu desenvolvimento global e em sua capacidade adaptativa”. Texto-base, **CF-2006**, p. 141.

para trabalhar a CF, no ano seguinte, além das muitas sugestões indicadas pela assembleia ao Seminário Nacional de Catequese/2006.

2.3.4 IV Seminário Nacional de Catequese junto à Pessoa com Deficiência³⁶²

O IV Seminário Nacional de Catequese junto à Pessoa com Deficiência foi realizado dos dias 02 a 05 de novembro de 2006, com o tema: “Pessoa com deficiência, interlocutores na catequese”, e com o lema: “Criados a imagem e semelhança de Deus” (Gn 1, 27).³⁶³

Este Seminário objetivou, de modo geral, reconhecer a dignidade da pessoa com deficiência a fim de que seja protagonista no processo do amadurecimento da fé. Os objetivos específicos apareceram formulados nas seguintes afirmações: valorizar todas as potencialidades da pessoa com deficiência; oportunizar meios-condições para que sejam evangelizadores e testemunhas na construção do reino; sistematizar (recolher) a caminhada da catequese junto à pessoa com deficiência nas comunidades.

Tendo presente o lugar a chegar, nas reflexões e debates, a comissão organizadora estruturou o evento a partir de eixos temáticos: “Interlocutores da catequese”, intentando esclarecer o conceito de interlocutores e sua implicação no contexto social, dando particular ênfase à questão da pessoa com deficiência em relação aos diferentes contextos (social, religioso, político e catequético); “Criados à imagem e semelhança”, buscando aprofundar a dimensão teológica do presente texto bíblico e suas implicações em relação à pessoa com deficiência; “pistas para ações catequéticas”.

Foram trabalhados temas como: “Campanha da Fraternidade – catequese junto à pessoa com deficiência”, pelo padre Ricardo Hoepers; “A caminhada histórica dos seminários nacionais”, por Antonio Cesar Bacchim e por Francisco Mauricio dos Santos; “Catequese e interlocutores – pessoa com deficiência”, por Dom Juventino Kesting; “Criados à imagem e semelhança – pessoa com deficiência na Bíblia”, pela teóloga Maria Paula Rodrigues; “Ensaio teológico – a pessoa com deficiência: sujeito e protagonista da catequese”, pelo padre Sérgio Damasceno.

³⁶² Texto elaborado a partir de apostila fornecida no curso de pós-graduação em Pastoral Catequética do Centro Universitário Salesiano Pio XI de São Paulo – SP. O mesmo teve a colaboração dos seguintes catequetas: Prof. Antonio Cesar Bachim, Prof. Francisco Maurício dos Santos, Cícera Thadeu dos Santos e Dom Vilson Dias de Oliveira, DC, Bispo de Limeira, SP. Os dados aqui apresentados podem ser conferidos ainda junto às **ATAS DO SECRETARIADO EXECUTIVO NACIONAL** de Catequese junto à pessoa com Deficiência, ligado à CNBB.

³⁶³ “Imagem e semelhança da Santíssima Trindade, as pessoas humanas são iguais na sua dignidade e vivem em constante relacionamento entre si”. Texto-base, **CF-2006**, 147.

Esta pesquisa destaca como avanços deste *IV Seminário Nacional de Catequese junto à Pessoa com Deficiência* a participação do padre Jorge, partilhando a experiência catequética junto à pessoa com deficiência intelectual na Argentina; a participação significativa dos regionais da CNBB; a presença dos bispos – membros da CNBB; o Diretório Nacional de Catequese onde a pessoa com deficiência é destacada como interlocutora da história; o compromisso da CNBB na produção de um subsídio oficial para a catequese junto à pessoa com deficiência.

Fato importante neste período foi a publicação do *IV Seminário Nacional de Catequese junto a Pessoa com Deficiência*, com o tema: “*Pessoas com Deficiência Interlocutoras da Catequese*”, Brasília – Edições CNBB – 2008.

A catequese junto à pessoa com deficiência na 3ª Semana Brasileira de Catequese³⁶⁴ marcou sua presença no trabalho de oficina, apresentando a todos a importância da catequese junto a pessoa com deficiência e distribuindo um censo em âmbito nacional, a fim de conhecer os anseios dos catequistas que trabalham com a catequese junto a pessoa com deficiência.

2.3.5 V Seminário Nacional de Catequese junto à Pessoa com Deficiência³⁶⁵

Alinhado com a história de luta das pessoas com deficiência e de amplos setores da Igreja por uma catequese inclusiva, aconteceu em São Paulo, SP, de 25 a 27 de março de 2011, o *V Seminário Nacional de Catequese junto à Pessoa com Deficiência*. Este Seminário realizou-se animado pelo tema: “*A Igreja e a pessoa com deficiência*” e pelo lema “*Levanta-te e anda (At 3,6)*”.

Nos dias de Seminário foram trabalhados assuntos de grande relevância para a ação catequética da Igreja no Brasil junto à pessoa com deficiência: “*Frutos da Campanha da Fraternidade 2006*”, por Amélia Galan e Tuca Munhoz; “*A pessoa com deficiência na sociedade*”, por Carmem Ventura, PUC de Campinas – SP; “*A pessoa com deficiência e sua inclusão na Igreja*”, por padre Geraldo Labarrete Nascimento; “*O chamado da bíblia para a pessoa com deficiência*”, pelo professor Mathias Grenzer, PUC de São Paulo – SP;

³⁶⁴ A terceira Semana Brasileira de Catequese realizou-se de 06 a 11 de outubro de 2009, em Itaici, Indaiatuba, SP, com o tema: “*Iniciação à Vida Cristã*” e com o lema: “*Nosso coração arde quando Ele fala, explica as Escrituras e parte o pão*” (Lc 24, 32-35).

³⁶⁵ Texto elaborado a partir das anotações e dos escritos (Apostilas) dos seguintes catequistas: prof. Antonio Cesar Bachim, Cícera Thadeu dos Santos e Vanilda Silveira. Os dados aqui apresentados podem ser conferidos ainda junto às **ATAS DO SECRETARIADO EXECUTIVO NACIONAL** de Catequese junto à Pessoa com Deficiência, ligado à CNBB.

“*Testemunhos de diversas pessoas com deficiência*”; “*A Pastoral e as políticas públicas*”, por Tuca Munhoz, coordenador da pastoral da pessoa com deficiência da Arquidiocese de São Paulo.

A fim de oferecer àquele que se aproxima desta pesquisa uma noção do teor do V Seminário, transcreve-se a seguir um pequeno texto produzido pelos participantes do evento, intitulado: *Documento Catequese é Vida*.

Os participantes do V Seminário Nacional de Catequese junto à Pessoa com Deficiência, realizado no Centro Pastoral Santa Fé, em São Paulo/SP, de 25 a 27 de março de 2011, com a presença de 170 pessoas, vindas de todas as regiões do Brasil, declaram:

1. Considerando:

- ✓ O resultado do censo de 2000 realizado pelo IBGE que teve como resultado de que há no país cerca de 25 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, correspondendo a 14,5% da população;
- ✓ A realização pela CNBB, em 2006, da CF³⁶⁶ “Fraternidade e pessoas com deficiência”, onde houve a possibilidade de uma tomada de consciência maior sobre a condição social dessas pessoas;
- ✓ A aprovação pela Organização das Nações Unidas (ONU) da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência,³⁶⁷ e sua ratificação pelo Estado brasileiro em 2008, tornando-se a referência maior em nível legal para promoção dos direitos e da inclusão social dessas pessoas;
- ✓ Que a Igreja tem, cada vez mais, se organizado para promover o direito à religiosidade e à espiritualidade e à catequese dessas pessoas, entendendo que “o Corpo Místico de Cristo e a sociedade não estão completos sem a participação das pessoas com deficiência”;

³⁶⁶ “A CF é uma ocasião para organização de fóruns locais de discussão dos direitos da pessoa com deficiência (inclusão escolar, digital, profissional etc.) e sobre o respeito dos princípios de humanidade, a fim de gerar uma consciência sobre os mesmos e um processo de luta para a sua legalização. *Evangelium Vitae*. Carta encíclica de João Paulo II sobre o valor e a inviolabilidade da vida humana *apud* CF-2006, n. 252.

³⁶⁷ “A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de Março de 2007, é o primeiro e único Diploma internacional sobre direitos humanos aprovado pelo Congresso Nacional com força de Emenda à Constituição Federal, conforme §3º, do Art. 5º, da própria Carta Constitucional. O propósito da Convenção de Nova York é o de promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente. Define a Convenção como pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas” (http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=6679 Acesso em 08 novembro 2012).

✓ Que ainda há muito a construir para promover a inclusão dessas pessoas no seio da Igreja.

2. Propõe-se que:

✓ Todas as crianças católicas com deficiência sejam incluídas nas ações de catequese;³⁶⁸

✓ Esta inclusão seja realizada, prioritária e preferencialmente juntamente com as crianças sem deficiência;

✓ Os jovens com deficiência façam parte das ações evangelizadoras com protagonismo, autonomia e independência;

✓ Seja assegurada acessibilidade física e da comunicação em todos os espaços da Igreja;

✓ Que os princípios da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência sejam incorporados também como princípios da Igreja;³⁶⁹

✓ Que em nível nacional e regional, no âmbito da CNBB, seja constituída uma pastoral das pessoas com deficiência, com pessoal, meios e recursos necessários com vistas a desenvolver trabalhos de inclusão desse segmento na sociedade e na Igreja;

✓ Esta pastoral possa contar com os movimentos e pastorais hoje existentes, como a pastoral dos surdos, o movimento Fé e Luz, a Arca, a Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência e outros.

3. Reivindica-se que:

✓ Os órgãos públicos implementem políticas de atenção às pessoas com deficiência conforme preconizadas pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, pelo Sistema Único de Saúde (SUS),

³⁶⁸ “A fraternidade para com as pessoas com deficiência nas paróquias e comunidades deve expressar-se por meio da acolhida, valorização e delicada atenção dispensada a elas e suas famílias e da sua inclusão na vida eclesial, a que elas, enquanto batizadas, têm todo o direito. As pessoas com deficiência, segundo as suas condições, têm direito à catequese e aos sacramentos. E elas têm verdadeiros dons e contribuições próprias para a vida comunitária e eclesial”. Texto-base, **CF-2006**, n. 289.

³⁶⁹ “Os princípios gerais da Convenção são os seguintes: a) O respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas; b) A não-discriminação; c) A plena e efetiva participação e inclusão na sociedade; d) O respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade; e) A igualdade de oportunidades; f) A acessibilidade; g) A igualdade entre o homem e a mulher; e, h) O respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade”. (http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=6679 Acesso em 08 novembro 2012.)

pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e pelas demais políticas públicas de atenção aos direitos de cidadania dessa população;³⁷⁰

✓ Que o Congresso Nacional suspenda a tramitação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, até que seja promovido amplo debate do mesmo com o segmento e que sejam respeitados os preceitos constantes da Convenção Internacional da ONU.

Acompanhando a síntese dos Seminários Nacionais de Catequese junto à pessoa com deficiência, percebemos a evolução da reflexão relacionada ao tema desta pesquisa em direção a um engajamento sempre maior e mais maduro da pessoa com deficiência no seio da comunidade eclesial ou mesmo da sociedade. Estes fóruns de discussão necessitam de maior auxílio na divulgação para que atinjam e influenciem sempre mais o fazer catequético no Brasil.

Ao iniciar este capítulo da dissertação, desenvolvemos um pensamento que traduz a esperança de dias melhores para o mundo na medida em que exista preocupação com as pessoas marginalizadas, fragilizadas, esquecidas ou invisibilizadas. Se estas pessoas se organizam na reivindicação de seus direitos, encontrando espaço na sociedade e na comunidade eclesial, a esperança e o sonho de um mundo regado de dias melhores, vão se fazendo realidade. Sendo assim, todo esforço catequético junto à pessoa com deficiência só tem a acrescentar à toda prática catequética na Igreja.

Depois da fundamentação, a partir da Sagrada Escritura e da teologia, do direito de todos ao envolvimento no processo de transmissão da fé; depois do estudo dos documentos do Magistério, do pós Vaticano II, diretamente vinculados às questões catequéticas; depois da apresentação da preocupação da Igreja no Brasil com a catequese junto à pessoa com deficiência, tendo como pano de fundo os Seminário Nacionais; passamos ao último capítulo desta dissertação, objetivando apontar perspectivas teóricas e práticas para o processo catequético. Tal proposta será desenvolvida relacionando-se a cultura de inclusão que se constrói pela educação e a espiritualidade de inclusão que move o fazer catequético.

³⁷⁰ “Pessoas com deficiência possuem direitos garantidos por lei. [...] Além da divulgação desses direitos garantidos por lei, é necessário buscar o cumprimento das leis. [...] OAB, ONGs e CBJP podem apoiar na luta concreta pelos direitos e fornecer assessorias para qualificar a Igreja e seus agentes de pastoral no desenvolvimento dos trabalhos nessa área”. Texto-base, **CF-2006**, n. 248.

CAPÍTULO III: AÇÃO CATEQUÉTICA A PARTIR DE UMA ESPIRITUALIDADE INCLUSIVA: UM PARALELO ENTRE CATEQUESE E EDUCAÇÃO

No esforço de compreensão, presente neste estudo, do que seja catequese inclusiva, destacou-se, no início do capítulo anterior, o pensamento da teóloga Maria Paula Rodrigues a respeito da questão.

O objetivo da catequese na diversidade é motivar a inclusão das pessoas portadoras de deficiências nas atividades catequéticas das comunidades e paróquias, sem descuidar de suas necessidades educacionais especiais. Trata-se, na verdade, de uma espiritualidade, que deve perpassar todas as atividades catequéticas da Igreja: **uma espiritualidade da inclusão.**³⁷¹ (grifo nosso)

Depois de percorrido um itinerário bastante fecundo de contribuições bíblico-teológicas, no primeiro capítulo desta obra, quanto à presença da pessoa com deficiência no processo de ensino da fé nas comunidades cristãs; após a leitura, no segundo capítulo, da realidade da Igreja, em especial no Brasil, no tocante à sua preocupação com a evangelização dos irmãos com deficiência, para com eles viver a dinâmica da transmissão da fé; propõe-se, no terceiro e último capítulo deste estudo, relacionar o dever legal de inclusão das pessoas com deficiência na educação com o dever moral da Igreja de formar comunidade desde a sua presença e nunca sem elas. Para o ambiente cristão, parece mais importante falar em espiritualidade que em cultura inclusiva. Os desdobramentos pastorais catequéticos inclusivos são melhores visibilizados num contexto de espiritualidade alimentada pelo evangelho que, a partir de Jesus Cristo, aponta para a possibilidade da participação de todos no reino de Deus.

Partindo deste pressuposto fundamentamos a análise que segue, na hipótese de que esta é a via para se postular uma Igreja de todos e para todos, assim como uma sociedade para todos, alicerçada nos ideais do que Maria Paula chama de espiritualidade da inclusão. Em consonância com esse conceito, será apresentado, em linhas gerais, como coroamento desta pesquisa, o Projeto Igreja Acessível elaborado pela pastoral das pessoas com deficiência da Arquidiocese de São Paulo, em continuidade com a CF-2006.

É possível notar, nos registros da ação catequética da Igreja no Brasil, um excelente instrumento para a fundamentação do direito de todos participarem do processo de educação e transmissão da fé. O leitor que acompanhou até aqui o desenrolar dos resultados deste estudo,

³⁷¹ RODRIGUES, Maria Paula. Catequese na diversidade: uma espiritualidade de luta pela cidadania eclesial. *Revista de Catequese*, p. 47.

foi contemplado com uma visão panorâmica da mobilização de muitos cristãos em torno das reivindicações de uma Igreja de todos e para todos.

Como a Igreja, representada por seus teólogos e catequetas, implementa uma catequese onde haja espaço para todos, fundamentada na força do evangelho? Como se dá, no dia a dia da ação pastoral-catequética, a instauração de uma espiritualidade inclusiva?

3.1 O EVANGELHO COMO BASE MORAL DA PRÁXIS CATEQUÉTICA

Retomando, e, ao mesmo tempo, dando continuidade àquilo que é basilar na temática desenvolvida neste texto, e que gerará os desdobramentos pastorais esperados como consequência do modelo de Igreja que tem como guia e fonte de espiritualidade o próprio Jesus, recoloca-se uma afirmação presente no número 4 da Revista de Catequese sobre a missão da Igreja.

Missão da Igreja: anunciar o Evangelho a todos os povos e a todos os homens, com suas condições e diferenças de capacidades mentais. A existência legítima de diferenças antropológicas é pressuposto que a Igreja toma em consideração ao oferecer o Evangelho a todos. Ainda mais: ao incorporar em seu seio todos esses irmãos, assume de certo modo tais diferenças.³⁷² Partindo do Evangelho³⁷³ que anuncia, a Igreja procura, como no caso da catequese diferencial, cuja ação inclui um trabalho com o núcleo familiar onde mora o diferenciado. As escolas diferenciais, as oficinas qualificadas, os pequenos cotolengos, os institutos superiores especializados são também o sinal de uma Igreja preocupada em servir a estes irmãos pobres.³⁷⁴

Propor as diferenças antropológicas como pressuposto para a evangelização de todos revela um considerável avanço na conduta missionária da Igreja. Aparece neste trecho um detalhe de relevância para a catequese junto à pessoa com deficiência: envolver o núcleo familiar da pessoa com deficiência nas ações pastorais.³⁷⁵ Essa pista de ação deve estar presente em todo fazer catequético. A ideia de a Igreja servir a estes irmãos parece que guarda em si, ainda, a perspectiva de relação sujeito versus objeto da caridade, em que a pessoa com deficiência se identificaria com o objeto, não tendo condições de oferecer serviço, ou ser evangelizadora.

³⁷² RASPANTI, Miguel. A catequese diferencial no presente e no futuro da Igreja latino-americana. **Revista de Catequese**. São Paulo: Salesiana, ano 1, n. 4, p. 71-72, out/dez, 1977/1978.

³⁷³ “A consciência formada pelo Evangelho deve ser o fundamento para tudo isso”. Texto-base, **CF-2006**, n. 244.

³⁷⁴ RASPANTI, Miguel. A catequese diferencial no presente e no futuro da Igreja latino-americana. **Revista de Catequese**, p. 72.

³⁷⁵ “É importante colocar a criança com deficiência em contato com os irmãos, os avós, tios, parentes próximos e até vizinhos e amigos”. Texto-base, **CF-2006**, n. 261.

O artigo continua chamando a atenção para os irmãos com pobreza psíquica e material, que sempre são motivo de preocupação e de desvelo para uma pastoral que atenda a tais irmãos com caridade e que os evangelize com a consoladora palavra do Senhor. Aos mais pobres, o feliz anúncio do cumprimento das promessas e da aliança propostas por Deus (EN, 6)³⁷⁶. Este parágrafo endossa a afirmação anterior, onde foi chamada a atenção para uma ação catequética entre interlocutores, rejeitando uma ação pastoral para a pessoa com deficiência, e assumindo um modelo evangelizador com a pessoa, qualquer que seja.

Ao propor a existência de centros catequéticos diferenciais com equipes missionárias para prosseguir a evangelização entre os pobres³⁷⁷ – pobres aqui relacionados aos irmãos com deficiência – o autor entende como atenção e abertura à Igreja universal. No entanto, adverte para o risco do isolamento em relação à pastoral de conjunto. O isolamento surgiria do tratamento especializado sem deixar de ver sua relação com o resto da tarefa evangelizadora da Igreja. EN, 64 lembra que cristãos simples têm sensibilidade espontânea em face desta dimensão universal.³⁷⁸

Ao pôr-se em movimento o estabelecimento de uma pastoral inclusiva aparecem algumas dificuldades. Têm-se a impressão de que ela não segue com o mesmo ritmo continental de outras iniciativas catequéticas. Os principais desafios encontram-se na constatação de uma série de contrastes na vida do continente latino-americano: conflitos e pecados e valorização da família, e, religiosidade simples e profunda; acesso à técnica e à eletrônica, e, perigo da massificação; contrastes que por vezes desestimulam a catequese para todos. Também desafiam a catequese os desníveis econômicos e sociais entre regiões de um mesmo país e entre países. Centros urbanos e zonas rurais problematizam uma comunidade de métodos catequéticos.³⁷⁹

A falta de recursos sanitários, de alimentação, de moradia, de educação, recai de tal modo sobre estes irmãos que, em alguns casos, chega a ser a causa de sua deficiência e, em outros, a acentuam. A carência de instrumentos legais que os protejam; a escassez de oficinas qualificadas; a falta de meios de recreação para eles são outras tantas privações que atingem os deficientes mentais de nosso continente.³⁸⁰

Diante de tão grandes empecilhos quais recomendações pastorais e catequéticas necessitam de ser inicialmente observadas? Em primeiro lugar aconselha-se que as

³⁷⁶ Cf. RASPANTI, Miguel. A catequese diferencial no presente e no futuro da Igreja latino-americana. **Revista de Catequese**, p. 73.

³⁷⁷ Cf. *Ibidem*, p. 73.

³⁷⁸ Cf. *Ibidem*, p. 72-73.

³⁷⁹ Cf. *Ibidem*, p. 73.

³⁸⁰ *Ibidem*, p. 73.

comunidades catequéticas inclusivas se institucionalizem diocesana, nacional e continentalmente, elaborando suas regras de funcionamento. Descuidar-se da organização desta catequese, deixando-a ao sabor das circunstâncias, é por em perigo sua eficácia e seu futuro. A catequese junto à pessoa com deficiência assim como todo esforço catequético, dentro do qual se insere o tema catequese e pessoa com deficiência, é um apostolado que exige grande esforço do ponto de vista humano e dos recursos econômicos.³⁸¹

Dentro de todo panorama catequético defende-se que a catequese inclusiva é chamada a ser mais criativa do que qualquer outra, porque o sujeito da mesma exige de maior e melhor grau de adaptação. Criatividade nos métodos e recursos didáticos (cf. EN, 44).³⁸² Porém, essa consideração fortalece a afirmação de que toda catequese há de beneficiar-se e frutificar abundantemente a partir da adoção de métodos inclusivos, com recursos humanos, econômicos e didáticos criativos.

Quanto material tem-se à disposição! Há necessidade geral e ampla de usar convenientemente os recursos dos MCS na catequese inclusiva,³⁸³ por exemplo, mas não só. Todo catequizando deve ser respeitado e contemplado com o uso devido dos MCS. Ilustrado desse modo este apelo pastoral-catequético, constata-se dificuldades econômicas que criam uma necessidade pastoral para o futuro, fica a sugestão: “organizar uma estrutura internacional a nível continental, cujo objetivo se concentre na coordenação dos recursos com que conta cada país”.³⁸⁴ Esta mobilização pode ser considerada como efeito de uma espiritualidade da inclusão que permeia todo fazer pastoral teológico eclesial.

Outra indicação, a necessidade de uma vida de intensa oração para os agentes da pastoral e da catequese inclusiva. Sem oração ninguém identificará Cristo no pobre e nem será impelido a levar o evangelho a todos os povos. Que a vida de oração chegue pela palavra e pelo testemunho às famílias das pessoas com deficiência intelectual, e acrescenta-se, de todas as pessoas com deficiência, para que louvando o Senhor, o encontrem nos sacramentos, sobretudo na celebração eucarística.³⁸⁵

A primeira publicação da Revista de Catequese sobre catequese junto à pessoa com deficiência mostrou-se rica em fundamentos bíblico-teológicos para ações pastorais catequéticas concretas na vida da Igreja. Retomam-se aqui algumas orientações dirigidas a

³⁸¹ Cf. RASPANTI, Miguel. A catequese diferencial no presente e no futuro da Igreja latino-americana. **Revista de Catequese**, p. 74.

³⁸² Cf. *Ibidem*, p. 74.

³⁸³ Cf. *Ibidem*, p. 74.

³⁸⁴ *Ibidem*, p. 74-75.

³⁸⁵ Cf. *Ibidem*, p. 75.

sacerdotes, bispos e conferências episcopais ao assumir este compromisso vital para a experiência de comunidade cristã.

Que os sacerdotes recebam adequada formação catequética especializada, auxiliada pelas ciências pedagógicas e psicológicas, segundo metodologia correta; que a recebam particularmente as congregações ou famílias religiosas cujo carisma distintivo na Igreja é o cuidado pastoral dos irmãos que sofrem de limitações. Que cada Conferência Episcopal se preocupe de fazer com que seus serviços e conselhos catequéticos contem com uma equipe que promova, pesquise e oriente a catequese dos deficientes mentais, físicos e mentais, bem como os marginalizados de todo tipo. Que em nível nacional ou regional e no nível diocesano porceda-se à formação de catequistas especializados, servindo-se dos seminários catequéticos e dos institutos de formação já existentes.³⁸⁶

Como que seguindo as orientações acima elencadas, a preocupação da Igreja com seus membros mais frágeis, principalmente por aqueles que trazem estampada na vida alguma deficiência, se fez notar no Seminário de Catequese Diferencial realizado nos dias 18 e 19 de novembro de 1979, na Arquidiocese do Rio de Janeiro com participação de Petrópolis, São Paulo e Curitiba. Foram discutidas questões relacionadas à catequese de deficientes mentais, de audição e de visão. Houve participação do movimento Fé e Luz. A tão necessária organização para o trabalho catequético junto à pessoa com deficiência põe-se em andamento.

Em 1982, publicou-se na Revista de Catequese que:

Não se deve dar aos desajustados uma ‘subespécie’ ou redução de catequese, nem uma catequese diferente ou segregante, mas: uma catequese integrante e que favorece a aceitação da comunidade, o empenho nela; uma catequese que, embora em modalidades particulares, dê tudo também aos desajustados, tendo presente que “nós não vemos a profundidade da sua alma” (H. Winstch) e que “a presença dos desajustados entre as outras crianças constitui antes uma fonte de graça do que uma causa de mal-estar. Eles não são menos capazes que os outros de uma real vida de fé” (H. Bissonnier).³⁸⁷

Neste capítulo, o coração da reflexão, encontra-se nestas afirmações de H. Winstch e de H. Bissonnier. Ainda que a terminologia seja estranha, desajustados, retardados mentais, a orientação traz uma sagrada luz para os desdobramentos pastorais por uma comunidade onde todos tenham espaço para se desenvolver, iluminados pelo impulso inclusivo do evangelho. Só os agrupamentos humanos onde essa busca acontece deveriam receber o título de comunidade cristã.

Ubaldo Gianetto trabalha com algumas ideias de Denise Rouquès. Um primeiro argumento da autora relaciona a pergunta pela necessidade de se catequizar as crianças e a

³⁸⁶ RASPANTI, Miguel. A catequese diferencial no presente e no futuro da Igreja latino-americana. **Revista de Catequese**, p. 75.

³⁸⁷ GIANETTO, Ubaldo. Uma educação cristã dos deficientes mentais. **Revista de Catequese**. São Paulo: Salesiana, ano 5, n. 20, p. 41, out/dez, 1982.

necessidade de se catequizar as pessoas com deficiências intelectuais graves. Para Denise, se há uma dúvida quanto à catequização de crianças, não existe dificuldade em propor uma iniciação cristã para os deficientes intelectuais graves. “Uma pedagogia especial; a ‘força’ afetiva, a competência teológica aliam-se à ciência e à arte pedagógica e unidas a um seguro bom senso e a uma paciência e caridade iluminante”.³⁸⁸

Importante para a ação catequética a distinção entre nível intelectual e nível afetivo na constituição do ser humano. Pela via afetiva, a pessoa anda mais próxima da idade real. É por essa via que o catequista atuará, caminhando com o catequizando rumo ao conhecimento mais elevado.³⁸⁹ Retoma-se o que anteriormente foi desenvolvido: o conhecimento pode ser conquistado especialmente pela experiência do amor junto aos irmãos e a Deus; e ainda: o cristianismo não é uma junção de ideias filosóficas abstratas, mas uma forma de comunhão de vida que compromete o jeito de ser.

Denise, abordando a prática catequética, chama a atenção para os seguintes mecanismos: primeiramente, valorizar a identificação, não imitação do catequizando com deficiência com as pessoas que convivem com ele. Identificação, mais que imitação, com gestos religiosos de um catequista, visto que inclui uma união de tipo afetivo.³⁹⁰ Segundo, ter presente a eficácia da linguagem dos símbolos.³⁹¹ Na apresentação do Deus cristão³⁹² servir-se amplamente das ações e gestos das cenas evangélicas³⁹³ visando aprofundar o conhecimento de Jesus e aprender a conviver com Ele. Isto ajudará a preparar as crianças para a participação na celebração eucarística.³⁹⁴

A missa é sempre apresentada globalmente, “como uma festa em cujo decurso Jesus diz sim ao Pai e na qual podemos associar-nos a este sim”.³⁹⁵ Quanto à iniciação à penitência: “Muitas vezes as crianças confundem o pensamento com o ato, e fazê-las que voltem com o pensamento a um ato passado constitui para elas uma solicitação para serem de novo ‘ruins’”.³⁹⁶ Na sequência do tempo catequético, catequista e catequizando se dedicam a aprender a rezar melhor, a aprofundar a vida sacramental e à preparação da crisma e à profissão de fé.³⁹⁷ “À medida em que vão se tornando adultos, será preciso considerá-los

³⁸⁸ GIANETTO, Ubaldo. Uma educação cristã dos deficientes mentais. **Revista de Catequese**, p. 42.

³⁸⁹ Ibidem, p. 43.

³⁹⁰ Cf. Ibidem, p. 45.

³⁹¹ Cf. Ibidem, p. 46.

³⁹² Cf. Ibidem, p. 47.

³⁹³ Cf. Ibidem, p. 47-48.

³⁹⁴ Cf. Ibidem, p. 47.

³⁹⁵ Cf. Ibidem, p. 48.

³⁹⁶ Cf. Ibidem, p. 49.

³⁹⁷ Cf. Ibidem, p. 51.

sempre mais como pessoas iguais, tendendo a ‘viver juntos’, a amar a Deus juntamente com eles, não se esquecendo de reconhecer que ‘recebemos pelo menos o que damos’³⁹⁸.

O caminho se faz na luta perseverante do dia a dia. Em 1976 começou-se a organizar a Catequese Diferencial na Arquidiocese do Rio de Janeiro; em 1978 houve um encontro com um dia todo dedicado à catequese dos deficientes intelectuais. Esse jeito de fazer catequese foi sendo organizado “seguindo uma metodologia intuitiva, global, partindo do concreto para o abstrato, do conhecido para o desconhecido, com uma repetição progressiva, utilizando símbolos, gestos, expressão corporal, música, silhuetas, desenhos, colagem e modelagem”³⁹⁹.

O programa usado é o da Argentina: “Aleluia para Ti, Senhor”, desenvolvido em três anos. O conteúdo apresenta o essencial para que o Evangelho seja assimilado e vivido. Os deficientes demonstram grande interesse pela catequese e se afeiçoam muito aos catequistas.⁴⁰⁰

Os passos de organização e vivência deste modo especial de catequizar confirmam a hipótese de que quanto mais inclusiva a catequese mais frutuosa ela o será para todos. Acredita-se que só se constrói verdadeiramente comunidade cristã quando conforme a parábola do banquete de Lucas 14, a sala de encontro catequético for composta por toda sorte de irmãos e não apenas por uma categoria que se pensa “privilegiada”.

A Conferência Episcopal Portuguesa⁴⁰¹ em *A Igreja e a pessoa deficiente* entende que é fundamental e de uma profunda sensibilidade cristã,

a) Organizar a vida das comunidades, dando relevo à participação ativa dos deficientes. Devem ser reconhecidos como membros ativos da família cristã, recebendo e dando, como qualquer outro. “Não podem, por conseguinte, ser postos à margem, nem olhados com compaixão, mas devem, pelo contrário, serem aceitos como sujeitos de uma ação pastoral proporcionada à sua condição de deficientes.”⁴⁰² “O lugar que lhes é dado nos espaços litúrgicos, o tipo de atividade pastoral que se lhes reserva, a atenção às suas limitações físicas na edificação dos novos templos e na organização das equipes de trabalho, tudo deve ser cuidado na vida e crescimento das comunidades eclesiais.”⁴⁰³ b) Proporcionar uma catequese especial para os deficientes que não podem integrar-se na catequese habitual das comunidades. A catequese é direito de todo cristão e deve adaptar-se em proposta e metodologia às condições específicas dos deficientes, sejam elas físicas ou psicológicas.⁴⁰⁴ c) Criar obras para acolhimento e reabilitação dos deficientes. A Igreja, durante os séculos, como bem recorda o texto, implementou iniciativas para os deficientes. O que estava inserido numa mentalidade própria do processo histórico. Hoje o desafio é caminhar com a pessoa com deficiência. “Começam a surgir obras de educação da fé e de

³⁹⁸ Cf. GIANETTO, Ubaldo. Uma educação cristã dos deficientes mentais. **Revista de Catequese**, p. 53.

³⁹⁹ DIAS, Maria Aparecida. Movimento “Fé e Luz”: um particular serviço na “opção pelos pobres”. **Revista de Catequese**. São Paulo: Salesiana, ano 5, n. 20, p. 68, out/dez, 1982.

⁴⁰⁰ Ibidem, p. 68.

⁴⁰¹ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA. *A Igreja e a pessoa deficiente*. **Revista de Catequese**, p. 64-65.

⁴⁰² Ibidem, p. 64.

⁴⁰³ Ibidem, p. 64-65.

⁴⁰⁴ Cf. Ibidem, p. 65.

espiritualidade para os limitados físicos e mentais. É um fenômeno novo que se torna imperioso incrementar, para que todos os que sofrem qualquer limitação ocupem na Igreja o seu verdadeiro lugar. Também neste aspecto o tempo em que vivemos é tempo de esperança.”⁴⁰⁵

Em alguns momentos o texto afirma posturas deveras inclusivas, onde a pessoa com deficiência é entendida, na comunidade, como uma igual em direitos e deveres, guardadas as diferenças próprias de cada pessoa. Em outros, oscila para uma visão um tanto integradora, na qual a responsabilidade por adaptar-se ao ritmo da comunidade é unilateral. Assim, parece que a Conferência Episcopal Portuguesa propõe uma catequese especial que correria o perigo da segregação dos deficientes.⁴⁰⁶

Em 1984 aparece na Revista de Catequese um texto, que apresenta um balanço geral da caminhada da Catequese Diferencial na Argentina. Pelos tópicos avaliados fica claro o alcance global da proposta: comunidade eclesial diocesana e paroquial na catequese diferencial; dimensão comunitária da catequese diferencial e opção pelos pobres; família e catequese diferencial; sacerdotes e religiosos diante da catequese diferencial; formação dos catequistas; e, métodos e recursos na catequese diferencial⁴⁰⁷.

Os desdobramentos pastorais de uma espiritualidade inclusiva podem, de fato, ser muito fecundos.⁴⁰⁸ Zver defende uma catequese especial amparado nos frutos de uma educação especial. “Encarar com otimismo o problema da fé e da religiosidade dos excepcionais. É que, da mesma forma como há uma educação especial de cuja eficácia já ninguém duvida, deve haver uma catequese especial”.⁴⁰⁹

Embora exista pouca experiência nesta área, já há muitos trabalhos realizados. São conhecidos no mundo inteiro os escritos do Pe. Henri Bissonnier, cuja tese fundamental é que “Eles (os excepcionais) não são menos capazes que os outros de uma real vida de fé”. Em nível mundial citam-se ainda outros nomes importantes na reflexão e ação junto à educação da fé das pessoas com deficiência intelectual: Luciano Oziol, Dénise Rouquès e Jean Vanier. Nas Arquidioceses do Rio e de São Paulo foi implantando com êxito há vários anos a chamada “Pastoral Diferencial”, hoje pastoral das pessoas com deficiência. Na Argentina foi iniciada há mais de meio século, pelo bispo salesiano D. Miguel Raspanti, a catequese dos excepcionais. As APAEs, Brasil afora, estão criando ambientes propícios para uma autêntica

⁴⁰⁵ CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA. A Igreja e a pessoa deficiente. **Revista de Catequese**, p. 65.

⁴⁰⁶ Cf. *Ibidem*, p. 65.

⁴⁰⁷ Cf. PERSPECTIVAS. Catequese diferencial na Argentina. **Revista de Catequese**, p. 47-52.

⁴⁰⁸ ZVER, Luiz. Os excepcionais e a educação da fé. **Revista de Catequese**, p. 27.

⁴⁰⁹ *Ibidem*, p. 27.

vivência religiosa.⁴¹⁰ Tudo isso soma força e dá motivação para uma ação cada vez mais organizada junto à transmissão da fé a todos os irmãos. O organismo não é mais forte que o mais fraco de seus membros.

Como todo ser humano, também os excepcionais precisam de Deus e são por Ele atraídos, mas precisam ser ajudados para chegar até Ele. Acontece ainda um fato misterioso, mas inquestionável, e que somente quem crê de fato e vive a sua própria experiência religiosa pode verificar: Deus se comunica e se dá a conhecer a quem o procura na medida em que este reconhece a sua pequenez e a sua deficiência. Já o dissera Maria de Nazaré no seu famoso poema: “Deus derrubou do seu pedestal de grandeza os poderosos e exaltou os humildes” (Lc 1,52).⁴¹¹

A partir destas constatações reafirmamos a convicção de que todos têm direito de viver em comunidade. “O homem só é eficiente de fato quando acredita naquilo que faz e na bondade da causa pela qual se bate. [...] O cristianismo não é filosofia nem teoria social ou pedagógica: o cristianismo é vida e somente quem possui a vida pode transmiti-la”.⁴¹² É em torno da fé nessa verdade que se quer construir comunidade agregando inclusive as pessoas com deficiência. As comunidades devem ser construídas, levando-se em consideração os limites dos membros mais frágeis. A pastoral catequética é o grande instrumento e veículo para a efetivação do sonho de uma Igreja de todos e para todos. O cristianismo não é filosofia nem teoria social ou pedagógica.

O excepcional, devido à sua estrutura mental e à sua própria deficiência, é impermeável a verdades abstratas e a fórmulas complicadas. Aceita, porém entende e adere facilmente a tudo o que é ação, movimento, vivência. Não há necessidade (nem se deve) de se mudar o conteúdo da fé, nem o sentido da liturgia, mas é preciso adaptar e adaptar-se na apresentação da mesma, simplificando e reinterpretando, sem escrúpulo, a mensagem bíblica, a liturgia e a tradição. Quando isso acontece, podem-se colher frutos primorosos, que talvez procuraríamos em vão entre os normais.⁴¹³

Frutos primorosos, sobretudo, inclusive, para os “normais”. Ganhos, a partir do cristianismo, para a filosofia, pedagogia e sociologia, justamente devido a um formato de vida totalmente inovador apresentado pelo cristianismo a estas ciências humanas.

Em linhas gerais, até o momento, neste item do capítulo, pontuamos alguns desdobramentos pastorais propostos para a ação catequética junto à pessoa com deficiência intelectual. Foi como as fontes da pesquisa, num processo histórico, conduziram a elaboração do texto. Passamos, então, a oferecer pistas para a educação da fé junto aos surdos. Mais uma nota especial no imenso coro que anima e é animado pela espiritualidade da inclusão. “Com

⁴¹⁰ Cf. ZVER, Luiz. Os excepcionais e a educação da fé. **Revista de Catequese**, p. 27.

⁴¹¹ Ibidem, p. 28.

⁴¹² Ibidem, p. 28.

⁴¹³ Ibidem, p. 28.

grande coração e grandes olhos, eles sabem captar a vida”.⁴¹⁴ Mesmo que não seja tão simples, vale a pena empenhar-se na sublime missão de experimentar a *kénosis* na vivência de fé na relação com o diferente. “Ajudar na difícil, mas gratificante missão de evangelizar quem não ouve, não fala, não tem uma linguagem segundo nossos padrões, mas tem um grande coração e grandes olhos para captarem a Vida”.⁴¹⁵

O que fazer? Qual o primeiro passo a dar? Na opinião de Barbosa, inicia-se entrando no mundo dos surdos, aprendendo os gestos que eles usam e seus significados, ou seja, aprendendo a sua linguagem. Experiência de São Paulo: “Também eu quando fui ter convosco, irmãos, não fui com o prestígio da eloquência, nem da sabedoria anunciar-vos o testemunho de Deus...” (1Cor 2,1ss). Sim, é necessário fazer esta experiência, mas onde encontrar subsídios para a formação? Barbosa sugere para os que se utilizam de linguagem gestual, o livro: *Linguagem das mãos*, do Pe. Eugênio Oate, Aparecida, Editora Santuário; para os que lêem os lábios (leitura oro-facial) seguem algumas orientações da catequista deficiente auditiva Amélice C. Domingos, da comunidade Epheta de Campinas:

Falar de frente, devagar, naturalmente, sem fazer caretas, respeitando uma distância de no máximo três metros. Prever que a luz incida sobre o rosto de quem fala. O vocabulário dos surdos costuma ser pouco extenso, portanto comunica-se melhor com eles servindo-se também da linguagem gestual. O carinho e a atenção diminuem as dificuldades de qualquer relacionamento humano; também com os surdos. Eles são muito sensíveis a estas expressões.⁴¹⁶

Carinho e atenção, linguagem universal do amor, na qual o cristão esforça-se por ser especialista, receita para comunicação entre surdos e ouvintes. A Igreja tem o dever moral de viver o processo de diálogo com os surdos. Como ajudar o surdo a participar da eucaristia?

Para que o surdo participe e compreenda melhor a liturgia eucarística é importante que conheça um pouco a vida de Jesus, a História da Salvação. Dificilmente ele falará com a comunidade, mas poderá participar com ela, tendo alguém (a catequista) que na linguagem dos sinais lhe explicará o sentido de cada parte da Missa.⁴¹⁷ A nossa experiência tem demonstrado que a perseverança deles parte e é fruto de nosso esforço, interesse, empenho e criatividade na comunicação e explicitação da mensagem de nossa fé.⁴¹⁸

Esforço, empenho e criatividade na comunicação e explicitação da mensagem de fé que brotam da acolhida que se dá à boa nova do reino anunciado por Jesus. Em certa medida,

⁴¹⁴ BARBOSA, Maria Marta. Catequese de deficientes auditivos: um gesto de amor. **Revista de Catequese**. São Paulo: Salesiana, ano 13, n. 49, p. 31, jan/mar, 1990.

⁴¹⁵ Ibidem, p. 32.

⁴¹⁶ Ibidem, p. 33.

⁴¹⁷ Ibidem, p. 33.

⁴¹⁸ Ibidem, p. 35.

a presença da pessoa com deficiência na catequese, é o termômetro do grau de assimilação do evangelho na vida da comunidade.

Em 1995, Marta M. Barbosa, publica novo artigo na Revista de Catequese sob o título *Os surdo-mudos “Falam” com Deus*. Nesta publicação, Ir. Marta M. Barbosa conta a experiência vivida no Instituto Santa Teresinha, que é uma escola especializada em deficientes auditivos, dirigido pelas Irmãs de Nossa Senhora do Calvário, desde 1929. O fundador, Pe. Pierre Bonhomme, foi sensível à causa dos surdos-mudos, como se denominava antigamente. Ele se angustiava com a situação deles: como se salvariam se não conheciam a religião, ou como sentiriam as alegrias que a fé proporciona àqueles que creem. Foi a partir desta sensibilidade que em 1945 as primeiras surdas fizeram votos na congregação, consagrando-se inteiramente à evangelização dos surdos.⁴¹⁹

Temos concentrado esforços na formação de catequistas, agentes de evangelização, que sejam capazes de fazer a transmissão da fé de modo mais adequado e acessível a eles. [...] Creio que temos muito a aprender com eles. Apenas estamos abrindo caminhos que eles mesmos trilharão em busca do Dom Maior, que é o próprio Pai. Com eles queremos ser apenas servos... Para eles, a diaconia das mãos, dos ouvidos, dos lábios, onde eles possam ler, ver, sentir Jesus.⁴²⁰

A diaconia, o serviço à semelhança de Jesus (cf. Jo 13,1-17) clama por espaço na existência humana. Quem é o meu próximo? Quem é o outro presente no palco da história comigo, parte de mim, responsável assim como eu por um mundo mais justo e fraterno? Estas são questões para as quais se buscaram respostas adequadas no primeiro capítulo deste estudo.

Abordamos questões prático-metodológicas concernentes à deficiência intelectual e auditiva. No intento de perceber o alcance de uma espiritualidade inclusiva amparada pelo evangelho, acrescentamos ainda, contribuições para a catequese junto ao deficiente visual. “Todo trabalho catequético depende da elaboração de uma estrutura de atendimento que esteja de acordo com as características e demandas específicas da comunidade”.⁴²¹

O processo de integração do deficiente visual não se esquivava a essa regra. O conhecimento da realidade do catequizando é fundamental para a formulação de objetivos e estratégias, mesmo porque esses objetivos têm um fim comum, que é a educação na fé em Cristo. Dessa maneira, sugere-se a realização de visitas comunitárias à família do portador de deficiência, através das quais, além do contato social e espiritual, seja possível ao menos fazer uma entrevista detalhada, para a coleta de informações que auxiliem posteriormente na organização e adaptação de materiais, e nas práticas de socialização. As informações a serem colhidas dizem respeito ao tipo de deficiência apresentada pela pessoa, idade de ocorrência,

⁴¹⁹ Cf. BARBOSA, Maria Marta. Os surdos “falam” com Deus. **Revista de Catequese**. São Paulo: Salesiana, ano 18, n. 71, p. 63, jul/set, 1995.

⁴²⁰ *Ibidem*, p. 64.

⁴²¹ RODRIGUES, Maria Helena. As necessidades educativas dos portadores de deficiência visual e seu itinerário catequético. **Revista de Catequese**, p. 42.

principais necessidades educacionais, habilidades pessoais desenvolvidas e em desenvolvimento, eventuais dificuldades, expectativas da família e do indivíduo, etc.⁴²²

Mais uma citação que corrobora a imprescindibilidade da comunidade na vida do indivíduo.⁴²³ Sozinho, torna-se frágil além da conta. As visitas comunitárias às famílias das pessoas com deficiência sugeridas por este artigo têm como finalidade, a sensibilização das pessoas como um todo para a cumplicidade que se tem uns para com os outros como família humana. Fazer experiência de comunidade conduz à descoberta de que a família excede ao estreito limite da casa. Se um irmão sofre, a presença de outro irmão alivia sua dor. Convivendo aprende-se a como colaborar mutuamente.

A partir do conhecimento da realidade, torna-se possível estabelecer metas e meios, elaborando estratégias de apoio, indispensáveis ao desenvolvimento catequético do deficiente visual. Exemplos: buscar ajuda especializada nas áreas da educação sistematizada e saúde; verificar a necessidade de preparar adaptações de desenhos, mapas e textos; adequar ao menos parte das atividades, de forma que o deficiente possa participar verdadeiramente do espaço catequético, mas sem criar favoritismos ou práticas protecionistas, portanto altamente discriminadoras; coordenar dinâmicas relevantes à socialização do portador de deficiência; partilhar com a comunidade os conhecimentos e avanços conquistados etc. Cumpre ressaltar que a proposta do acolhimento do deficiente visual na vida catequética diz respeito à integração em grupos já existentes (mesmo durante a realização de tarefas predominantemente visuais), e não à constituição de atendimentos distintos, alienados da temática comunitária.⁴²⁴

A ressalva final desta citação contempla de maneira louvável a perspectiva epistemológica que se processou nos últimos anos do século passado. A novidade diz respeito a integrar ou incluir os catequizandos com deficiência visual nos grupos que existem na comunidade. Aqui se contempla um avanço, por parte dos catequetas, que acompanha o pensamento pedagógico da inserção dos alunos de escolas especiais em turmas regulares. Acredita-se no potencial humano, social, cristão e profético da presença de pessoas com deficiência convivendo em espaços comuns. A consequência será a de um mundo mais fraterno, interdependente em suas relações e confiante em Deus.

Por outro lado, mesmo diante de reais esforços e iniciativas, alguns autores propõem que muito pouco tem sido feito. Para Maria Paula Rodrigues, a ausência, não só da catequese,

⁴²² RODRIGUES, Maria Helena. As necessidades educativas dos portadores de deficiência visual e seu itinerário catequético. **Revista de Catequese**, p. 42.

⁴²³ “O envolvimento dos agentes de pastoral no levantamento da realidade pode ser feito mediante visitas domiciliares e a elaboração de um pequeno cadastro das pessoas com deficiência da comunidade, do bairro etc. Ele pode servir de marco referencial para iniciativas pastorais posteriores e para a elaboração de um processo de organização de estruturas de participação das pessoas com deficiência, seja na comunidade eclesial, seja na área da educação, seja na sociedade em geral”. Texto-base, **CF-2006**, n. 230.

⁴²⁴ RODRIGUES, Maria Helena. As necessidades educativas dos portadores de deficiência visual e seu itinerário catequético. **Revista de Catequese**, p. 42.

mas dos espaços eclesiais como um todo é característica fundamental da realidade perturbadora da pessoa com deficiência. “Continua sendo um escândalo de proporções cósmicas o fato de que certos párocos negam a pessoas com deficiências até mesmo os sacramentos da iniciação cristã, por duvidar *a priori* de sua fé e de sua capacidade mental para compreender o que fazem”.⁴²⁵ A afirmação de Maria Paula, veiculada por meio de linguagem até mesmo hiperbólica, aparece fundamentada na seguinte constatação:

Na recente e decisiva *Conferência sobre o Cristianismo na América Latina e Caribe*, de 29 de julho a 1º de agosto de 2003, em São Paulo, que contou com a participação de mais de 7000 teólogos (as) e pessoas engajadas em atividades pastorais das mais diversas Igrejas cristãs – e inclusive não-cristãos – não houve sequer uma atividade: conferência, mesa de debates ou comunicação oral, que abordasse o tema da situação eclesial das pessoas portadoras de deficiências. [...] Nesse que foi um evento chave para o futuro do cristianismo em nossas terras, o tema simplesmente não apareceu.⁴²⁶

De fato, parece sintomática, a desconsideração de assunto tão importante da pauta da referida conferência. É sempre importante lembrar que a práxis precede à reflexão.

Não falo de acolhida, pura e simples, porque isso dá uma idéia um tanto passiva do que será o resgate dessa presença no seio da Igreja. Não, não será simplesmente acolhida: será convite insistente e ansioso para que essas pessoas dêem sua contribuição original e indispensável na construção do Reino de Deus. [...] Cada vez mais, a *diversidade* humana e o encontro com esse fascinante *outro*, seja lá quem for, tem sido valorizado nos ambientes mais avançados da catequese, da pastoral e da teologia.⁴²⁷

Maria Paula toca, a partir desta fala, naquilo que se pretende pontuar nesta dissertação, a possibilidade de a pessoa com deficiência contribuir como sujeito da evangelização, rompendo com a ideia de que ela não teria nada a oferecer, sendo apenas objeto nas relações catequéticas. “É nesse horizonte de profunda fé no Deus que liberta e na valorização do ser humano, seja qual for sua condição particular, que se insere a redescoberta das pessoas portadoras de deficiências como sujeitos histórico-eclesiais de pleno direito”.⁴²⁸

No tocante aos desdobramentos pastorais e catequéticos vindos à tona desde uma teologia segundo o paradigma espiritual da inclusão destaca-se, ainda, a contribuição da catequista Cícera Thadeu. Segundo Cícera, há um crescente interesse da sociedade pelas pessoas com deficiência. Inclusive instituiu-se pela Organização das Nações Unidas (ONU), o dia 03 de dezembro como o seu dia comemorativo.

⁴²⁵ RODRIGUES, Maria Paula. Catequese na diversidade: uma espiritualidade de luta pela cidadania eclesial. **Revista de Catequese**, p. 45.

⁴²⁶ Ibidem, p. 45.

⁴²⁷ Ibidem, p. 46.

⁴²⁸ Ibidem, p. 47.

Ao trazer a voz do magistério eclesial sobre catequese especial – a autora oscila entre a terminologia catequese na diversidade e catequese especial – Cícera Thadeu cita o número 142 de CR, já trabalhado neste estudo; o número 189 do DGC e recorda que o DNC – Instrumento de Trabalho – 1 – Versão provisória desenvolve o assunto dos números 309 a 317. Considera também os cânones 913 e 914 do CDC sobre o suficiente conhecimento por parte da pessoa para a recepção dos sacramentos. Segundo a autora,

Há um certo medo de tomar contato e conviver com o diferente. Muitos ficam amarrados a uma estrutura antiga ainda presa a uma catequese puramente doutrinal, sem atualizarem-se e colocarem-se dentro das orientações de uma catequese renovada, impulsionada pelo ardor missionário e evangelizador.⁴²⁹ [...] É preciso lembrar que a catequese se preocupa em transmitir e fazer entender aquilo que é essencial no conjunto da fé cristã. E o essencial é viver o mandamento do amor e em comunhão uns com os outros. A catequese especial não é uma catequese isolada ou uma ramificação do ministério da educação da fé.⁴³⁰

Cícera apresenta em seu artigo uma lista de tipologias dos catequizandos especiais, definindo-as. No serviço aos irmãos com deficiência, encontram-se catequizandos com atraso mental, autismo, deficiência auditiva, deficiência mental, deficiência física, deficiência múltipla, deficiência visual, dislexia, hiperatividade e paralisia cerebral.⁴³¹

No que se refere ao catequista e a pessoa com deficiência, há concordância de que é importante desenvolver a capacitação didática e técnica do catequista, mas também e, principalmente, sua vivência pessoal e comunitária da fé e seu compromisso com a transformação do mundo. “Para que todos tenham vida” (cf. Jo 10,10b). Incluir nesse todos também as pessoas com deficiência é uma exigência de qualquer projeto pastoral.⁴³² Mais uma vez aparece sublinhada a importância da vivência comunitária para que qualquer pessoa possa desenvolver seu potencial humano e espiritual.

Para o trabalho catequético com os surdos é fundamental, entre outras coisas, o uso da LIBRAS, para com os deficientes visuais, o cuidado com a disposição dos móveis no ambiente catequético e o uso do BRAILE. Para com toda pessoa com deficiência uma ação em conjunto. Uma pastoral de conjunto, na terminologia da autora em 2003. Hoje, torna-se mais comum referir-se a este tipo de trabalho de pastoral orgânica. Todos os movimentos e

⁴²⁹ SANTOS, Cícera Thadeu dos. Catequese especial. **Revista de Catequese**. São Paulo: Salesiana, ano 26, n. 103-104, p. 36, jul/dez, 2003.

⁴³⁰ Ibidem, p. 36.

⁴³¹ Cf. Ibidem, p. 37-39.

⁴³² Cf. Ibidem, p. 40.

pastorais, assim como as famílias, são responsáveis pelo bom andamento da catequese junto à pessoa com deficiência.⁴³³

Quanto às iniciativas já existentes no Brasil na área de catequese inclusiva é possível citar muitos trabalhos em regionais, arquidioceses, dioceses e paróquias. Em nível nacional aconteceram, até 2011, cinco seminários (1997, 2002, 2004, 2006 e 2011) especificamente sobre catequese na diversidade ou junto à pessoa com deficiência, ou seja, catequese inclusiva; a 2ª Semana Brasileira de Catequese em 2001 abordou o tema, principalmente do adulto deficiente e a importância de aceitar sua fase adulta e a 3ª Semana Brasileira de Catequese em 2009, na qual a equipe de catequese junto à pessoa com deficiência teve espaço para desenvolver oficina e divulgar um censo a nível nacional sobre o andamento da referida ação catequética.⁴³⁴

Destaca-se o testemunho pessoal da catequista Cícera dentro dessa busca de conhecimento da origem e dos efeitos de uma espiritualidade da inclusão na comunidade eclesial via pastoral catequética:

Muito ainda resta a fazer e aprender, mas continuamos bem próximos das pessoas portadoras de deficiência, e elas, por sua vez, vão se aproximando sempre mais da Igreja, fazendo a experiência do amor de Deus para com todos e participando, a seu modo, da vida da comunidade com grande edificação de todos”.⁴³⁵

Chegando ao final deste item há segurança em postular que por fidelidade ao evangelho é urgente incluir as pessoas com deficiência na vida da Igreja, por meio de uma espiritualidade inclusiva.⁴³⁶ Essa missão dada e assumida pela catequese é um presente de Deus para que a Igreja responda de modo satisfatório aos sinais dos tempos. Essa preocupação com o outro é a nova forma, quiçá a fase adulta da teologia da libertação, que talvez assuma outro nome porque é diferente daquela teologia dos anos 1970 a 80, mas que nasceu dela e herdou a beleza e o poder de sedução, que conquistaram tantos ódios e amores.⁴³⁷

Sem dúvida, é uma redescoberta que põe a descoberto a fraqueza de uma Igreja que, durante séculos, enxergou com dificuldade a necessidade de vivenciar o suficiente a mensagem inclusiva do evangelho. “Mas, como a fraqueza é condição própria de tudo o que é humano, não sejamos nós tão arrogantes, nem a ponto de julgar nossos antepassados pelo que

⁴³³ Cf. SANTOS, Cícera Thadeu dos. Catequese especial. **Revista de Catequese**, p. 40-41.

⁴³⁴ Cf. *Ibidem*, p. 41.

⁴³⁵ *Ibidem*, p. 44.

⁴³⁶ Cf. RODRIGUES, Maria Paula. Catequese na diversidade: uma espiritualidade de luta pela cidadania eclesial. **Revista de Catequese**, p. 46.

⁴³⁷ Cf. *Ibidem*, p. 46-47.

não fizeram, nem a ponto de repetir sua omissão”.⁴³⁸ Descobrimo o outro como, aquele que está ao seu lado como mestre e aprendiz, faça-se, via pastoral catequética, a experiência de uma Igreja de todos e para todos. Onde, na interlocução do dia a dia, seja-se humilde e sábio a ponto de viver na fortaleza da interdependência, que é forte justamente porque assume a vulnerabilidade e fragilidade de cada indivíduo humano que habita este tempo e espaço históricos.

3.2 DIREITOS LEGAIS DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO

O termo educação, segundo André Lalande, pode ser definido como:

Processo que consiste em que uma ou várias funções se desenvolvam gradualmente através do exercício e se aperfeiçoem. Resultado desse processo. A educação assim definida pode resultar da ação de outrem (é a acepção primitiva e a mais geral), quer da ação do próprio ser que a adquire. Utilizava-se algumas vezes neste último caso a expressão inglesa *self-education* (Goblot).⁴³⁹

O vocábulo inclusivo por sua vez se especifica como sendo, “ação ou efeito de incluir. Estado de uma coisa incluída. Incluir, envolver, inserir, implicar. Inclusivo, que inclui, compreende ou encerra”.⁴⁴⁰ Partindo dessa conceituação é possível refletir sobre educação inclusiva como sendo a prática educativa em que estão envolvidas ou incluídas todas as pessoas. Isso leva em consideração fundamentalmente o ser gente, humano, excluindo-se o aspecto físico ou mental como critério de seleção ao ingresso no sistema escolar-educativo-socializante.

Percebem-se grandes avanços nas práticas de educação inclusiva. O progresso se dá por meio da ideia de constituição do ser humano pela diferença, identificada por muitos como sendo o que se tem em comum. A ciência, o estado de direito, as ideologias, as estruturas, os grupos sociais, a cultura englobam naquilo que lhes é próprio, o esforço de transgressão que sempre fez parte do processo educativo.⁴⁴¹

No decorrer deste item pretende-se estudar que, no que se refere de modo particular ao Brasil, do final da década de 1980 para cá, com a Constituição Federal de 1988, foi-se

⁴³⁸ RODRIGUES, Maria Paula. Catequese na diversidade: uma espiritualidade de luta pela cidadania eclesial. *Revista de Catequese*, p. 47.

⁴³⁹ LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. [Tradução Fátima Sá Correia et alii] 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 287.

⁴⁴⁰ HOUSAIS, Antônio (dir.). *Pequeno dicionário enciclopédico Koogan Larousse*. Rio de Janeiro: Editora Larousse do Brasil, 1980, p. 458.

⁴⁴¹ Cf. SEMINEDI: **V seminário internacional de educação inclusiva**. Conferência de Eliana Maria Ormelezi: *Inclusão escolar dos alunos com deficiência visual: relato de experiência do atendimento educacional especializado*. 14 e 15 de abril de 2011. São Paulo – Brasil.

progredindo na forma de abordagem à pessoa com deficiência e na consciência da necessidade de sua inclusão social pela educação. Passa-se do paradigma de segregação pelo de integração para o paradigma de inclusão. Para que se chegue a uma mudança exige-se uma ruptura com um tipo de mentalidade vigente.⁴⁴²

Nos setores e locais onde a transformação é gestada fica clara a mobilização ampla de vários segmentos do campo de ação humana. Pode-se dar a esse fenômeno grupal o nome de núcleo de inclusão. Neste estão envolvidos a família, a escola, os grupos de apoio à inclusão escolar, os espaços culturais, as empresas e a própria mídia.⁴⁴³ Faz-se ainda necessária a implantação da proposta interdisciplinar e transdisciplinar no núcleo de inclusão, buscando estratégias para lidar com a diversidade. O fortalecimento destes núcleos se faz pela descoberta na diversidade da beleza e da vida para a saúde da educação.⁴⁴⁴

A fim de que as conquistas continuem revelando o muito por fazer e não deixem de ser efetivadas é imprescindível que haja continuidade e acompanhamento das ações educacionais inclusivas. O problema da inclusão denuncia os demais problemas da escola. O trabalho educativo precisa estar o tempo todo atento às questões gerais e às particulares, do contrário a escola estará constantemente desafinada entre as necessidades do futuro e as estruturas do passado. Este é um pressuposto muito apropriado que interpela a levar-se em consideração o protagonismo da pessoa com deficiência, das famílias, dos educadores no processo de inclusão. A educação se estrutura na base de posturas políticas, de decisões, de escolhas que contemplam o protagonismo acima mencionado.⁴⁴⁵

O protagonismo da pessoa com deficiência propõe uma nova maneira de pensar a escola, incentivando uma nova maneira de ser dos pais, dos educadores, dos educandos e da própria comunidade. Questões como: relação família e escola, sensibilização da comunidade escolar, apoios institucionais, parcerias, redes de informação, políticas públicas são pontos importantes para se enfrentar a necessidade de se implementarem novas maneiras de se pensar a escola. Procuraremos desenvolver nos itens seguintes, justamente a problemática apresentada.⁴⁴⁶

⁴⁴² Cf. SEMINEDI: **V seminário internacional de educação inclusiva**. Conferência de Eliana Maria Ormelezi: *Inclusão escolar dos alunos com deficiência visual: relato de experiência do atendimento educacional especializado*. 14 e 15 de abril de 2011. São Paulo – Brasil.

⁴⁴³ “É possível ganhar espaço na mídia local e regional com boas iniciativas, inovadoras, nesse campo. Tudo isso pode se tornar fonte de motivação, para uma verdadeira conversão das pessoas e das instituições (colégios católicos, paróquias, associações...)” Texto-base, **CF-2006**, n. 236.

⁴⁴⁴ Cf. SEMINEDI: **V seminário internacional de educação inclusiva**. Conferência de Eliana Maria Ormelezi: *Inclusão escolar dos alunos com deficiência visual: relato de experiência do atendimento educacional especializado*. 14 e 15 de abril de 2011. São Paulo – Brasil.

⁴⁴⁵ Cf. *Ibidem*.

⁴⁴⁶ *Ibidem*.

3.2.1 Educação Inclusiva na Constituição Federal de 1988, na Declaração de Salamanca e na Convenção da ONU

A Constituição Federal Brasileira de 1988, no seu capítulo I, artigo 5º proclama que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, [...]”.⁴⁴⁷

Da leitura atenta do que acima se afirma, nota-se, facilmente, que ao assumir as questões relativas à inclusão não se está fazendo nenhum favor à pessoa com deficiência. É um direito de toda pessoa, inclusive da com deficiência, ser incluída em todas as iniciativas sociais, em especial, nas educativas.⁴⁴⁸

Vale destacar o inciso a respeito do direito de ir e vir; do direito ao trabalho; [...] direitos inerentes a todo ser humano. A pessoa com deficiência como qualquer outra é sujeito e não objeto da inclusão em todos os ambientes. Todo indivíduo, para que haja verdadeira inclusão, deve estar no centro do processo, envolto pela família, pela escola, pela comunidade e pela sociedade.⁴⁴⁹

Um grande avanço nestas discussões veio à luz pela Declaração de Salamanca:

A Declaração de Salamanca é uma declaração de princípios, em prol da Educação para Todos, que resultou da Conferência Mundial sobre as Necessidades Educativas Especiais (7 a 10 de Junho de 1994, Salamanca). Esta conferência foi promovida pelo Governo Espanhol, em colaboração com a UNESCO e contou com a presença de mais de 300 participantes de 92 governos e 25 organizações internacionais. Fruto desta ação, motivada pela necessidade e urgência de garantir a educação para as crianças, jovens e adultos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), no quadro do sistema regular de educação, surgiu este documento, que representa um consenso mundial, um marco significativo, na história da educação especial. A Declaração de Salamanca apresenta um modelo de enquadramento da ação, baseado nos parâmetros de uma educação inclusiva, no âmbito das necessidades educativas especiais. Representa um marco significativo e atual na história da educação.⁴⁵⁰

Decorrente da necessidade e urgência de garantir a educação para crianças, jovens e adultos com NEE⁴⁵¹ no quadro do sistema regular de educação, pretendeu-se, na Conferência Mundial sobre NEE, sancionar o enquadramento da ação na área das NEE para que pudesse

⁴⁴⁷ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao_compilado.htm **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Acesso em 20 de abril de 2011.

⁴⁴⁸ Cf. SEMINEDI: **V seminário internacional de educação inclusiva**. Conferência de Ivete de Masi: *Ambientes inclusivos na deficiência visual*. 14 e 15 de abril de 2011. São Paulo – Brasil.

⁴⁴⁹ Ibidem.

⁴⁵⁰ <http://pt.scribd.com/doc/13828224/DECLARACAO-DE-SALAMANCA-Perguntas-frequentes>. **Declaração de Salamanca**. Acesso em 20 de abril de 2011.

⁴⁵¹ Necessidades Educativas Especiais.

ser seguido futuramente por governos e organizações. Neste contexto, foram reafirmados os seguintes aspectos: o direito à educação de todos os indivíduos; a igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência e a promoção do acesso à educação para a maioria das pessoas que apresentam NEE e que ainda não foram por ela abrangidos.⁴⁵²

Um exemplo de inclusão da pessoa surda a partir da força de decretos como conquistas de direitos no Brasil: os TILS junto aos professores. Até 1980, o que se tinha eram trabalhos com pessoas surdas ligados a situações religiosas e informais. Em 1988, houve um primeiro encontro nacional de TILS e um segundo em 1992. Em 2002, a lei federal 10.436 oficializa a LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão no Brasil. O Brasil, portanto, é um país bilíngue. Em 2005, o decreto 5.626/05 regulamenta a lei federal 10.436 e impulsiona nova visão do profissional TILS. Em 2006, coloca-se em funcionamento o PROLIBRAS, exame nacional de proficiência para se tornar um profissional TILS. Em 2010, a lei 12.319 regulamenta a profissão do TILS. O cidadão surdo tem o direito de que a escola se adapte a ele e não só a escola, mas a sociedade num todo, em um verdadeiro processo de inclusão.⁴⁵³

A ONU reconhece que a deficiência é um conceito em evolução e que esta resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras criadas pelas atitudes e pelos ambientes que impedem sua plena e efetiva participação na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. No que diz respeito à educação, a fim de que seja inclusiva, a Convenção que foi aprovada, juntamente com o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, pela Assembléia Geral das Nações Unidas no dia 6 de dezembro de 2006, através da resolução A/61/611, no artigo 24, entre tantas outras referências importantes, no item 1 e 1.1 assim se expressa:

Os Estados Partes reconhecem o direito⁴⁵⁴ das pessoas com deficiência à educação. Para realizar este direito sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades, os Estados Partes deverão assegurar um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida, com os seguintes objetivos: 1. O pleno desenvolvimento do potencial humano e do senso

⁴⁵²Cf. <http://pt.scribd.com/doc/13828224/DECLARACAO-DE-SALAMANCA-Perguntas-frequentes> **Declaração de Salamanca**. Acesso em 20 de abril de 2011.

⁴⁵³ Cf. SEMINEDI: **V seminário internacional de educação inclusiva**. Conferência de Andrey Lemes da Cruz: *A atuação do profissional tradutor/intérprete na sala de aula*. 14 e 15 de abril de 2011. São Paulo – Brasil.

⁴⁵⁴ “A Igreja e suas instituições também devem assumir sua responsabilidade diante das pessoas com deficiência. Questão importante é a inclusão escolar e o papel das escolas religiosas. Muitas escolas públicas desenvolvem trabalhos de inclusão escolar das pessoas com deficiência, e isso é muito louvável. As organizações religiosas, que foram fundadas com o carisma de fazer da educação um meio de inclusão social, também precisam estar atentas aos problemas das pessoas com deficiência”. Texto-base, **CF-2006**, n. 287.

de dignidade e auto-estima, além do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos, pelas liberdades fundamentais e pela diversidade humana.⁴⁵⁵

Ao indicar como questão fundante, para a educação inclusiva, a plena e efetiva participação das pessoas com deficiência, na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a Convenção da ONU se afina com a Declaração de Salamanca, para a qual as escolas inclusivas devem: incluir todas as crianças, independentemente das diferenças ou dificuldades individuais, exceto em casos justificados; proporcionar programas educativos tendo em vista a vasta diversidade das características e necessidades de cada criança; adotar uma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro das suas necessidades; combater as atitudes discriminatórias; contribuir para a criação de comunidades abertas e solidárias; contribuir para a construção de uma sociedade inclusiva onde a educação seja para todos; proporcionar uma educação adequada à maioria das crianças e promover a eficiência, numa ótima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo.⁴⁵⁶

3.2.2 O papel da família na educação inclusiva e a transição da casa para a escola

A família como matriz do desenvolvimento humano e da sociabilidade há de trabalhar no sentido de dar a noção de limite à pessoa, ao mesmo tempo em que inicia o indivíduo na verdade de que os limites que se superam e os lugares onde se podem chegar, quem determina é a pessoa com deficiência e não o outro.⁴⁵⁷ A pessoa com deficiência não tem necessidade de ser tratada com piedade. Ela deseja ser gente; uma igual, na diferença.⁴⁵⁸ A família, buscando sempre mais cedo parceria com a escola, se apresenta como instrumento de preparação da pessoa com deficiência para a vida adulta. Saindo do conforto e mesmice de sempre, revendo a postura frente à vida, avança-se.⁴⁵⁹

Nos inícios do século XX, num contexto de Revolução Industrial, imperava o conceito de que crianças aptas ou prontas para o ingresso no sistema escolar eram aquelas que apresentavam um quociente intelectual considerado normal. Trabalhava-se a partir de um conceito que gera exclusão.

⁴⁵⁵ <http://www.selursocial.org.br/convencao.html>. A **Convenção da ONU** sobre os direitos das pessoas com deficiência. Acesso em 20 de abril de 2011.

⁴⁵⁶ <http://pt.scribd.com/doc/13828224/DECLARACAO-DE-SALAMANCA-Perguntas-frequentes>. **Declaração de Salamanca**. Acesso em 20 de abril de 2011.

⁴⁵⁷ “É impossível predizer até onde chegarão essas crianças”. Texto-base, **CF-2006**, n. 254.

⁴⁵⁸ “Ser diferente é normal e a diversidade de capacidades e competências deve ser respeitada e acolhida, para que todos cresçam e aprendam juntos”. Ibidem, n. 240.

⁴⁵⁹ Cf. SEMINEDI: **V seminário internacional de educação inclusiva**. Conferência de Ivete de Masi: *Ambientes inclusivos na deficiência visual*. 14 e 15 de abril de 2011. São Paulo – Brasil.

O imaginário social da época determinava quem poderia estar na escola. O processo de transição da casa para a escola parece ser normal para os que não são deficientes. Se se considerasse normal que todos estivessem na escola, far-se-iam as adaptações necessárias para que isso se efetivasse. O imaginário social naquele período e ainda com grande influência nos dias de hoje acha normal que crianças deficientes estejam fora da escola.⁴⁶⁰

Todos os seres humanos aprendem na medida em que se relacionam uns com os outros. As crianças com deficiência, muitas vezes, não são expostas aos relacionamentos porque não se acredita que elas sejam sujeitos do aprendizado. O problema da inclusão e da transição da casa para a escola não está nas crianças com deficiência, mas no imaginário social.⁴⁶¹ O atendimento especializado foi criado como uma ponte não como um lugar de chegada no processo educativo.⁴⁶²

O não enfrentamento da problemática gera um custo humano intenso para a pessoa com deficiência. O foco das discussões concentra-se nos problemas técnicos e pouco se debate a respeito da influência do imaginário social neste processo. Este fenômeno tem um peso considerável na transição da casa para a escola, para a criança ou a pessoa com deficiência. A passagem da casa para a escola é um aporte favorecedor do desenvolvimento das crianças com ou sem deficiência. A verdadeira inclusão se dá num processo interdependente entre família, escola e comunidade.⁴⁶³

Tendo em vista esta motivação muitas crianças com deficiência chegam *tabula rasa* na escola. Isso devido à crença, totalmente desprovida de significado, de que estas crianças não têm condição de apropriar-se do código da escrita, por exemplo. O desafio de ruptura com esta mentalidade constrói-se a partir de atividades interativas com as crianças com deficiência, em suas casas, levando-as a perceber, que ainda que por caminhos diversos, adaptados, elas podem ter acesso às realidades escolares.

O evento do desenvolvimento do ser humano vai acontecendo a partir de atividades que as pessoas realizam na presença dos mais novos, das crianças. É assim que se fundamentam as mudanças de papel durante a vida. O sorriso social, a participação em

⁴⁶⁰ Cf. SEMINEDI: **V seminário internacional de educação inclusiva**. Conferência de Ayola Cuesto Palácios: *Transición de la casa a la escuela em alunos con discapacidad visual y surdoceguera*. 14 e 15 de abril de 2011. São Paulo – Brasil.

⁴⁶¹ “Devido ao medo e inúmeros preconceitos, muitas famílias superprotegem as pessoas com deficiência, impedindo a realização das experiências normais de cada faixa etária”. Texto-base, **CF-2006**, n. 121.

⁴⁶² Cf. SEMINEDI: **V seminário internacional de educação inclusiva**. Conferência de Ayola Cuesto Palácios: *Transición de la casa a la escuela em alunos con discapacidad visual y surdoceguera*. 14 e 15 de abril de 2011. São Paulo – Brasil.

⁴⁶³ *Ibidem*.

instituições sociais, na escola em determinada fase ou idade da vida. As crianças, ou pessoas com deficiência dentro do imaginário social de exclusão ficam privadas dessas transições.

Os ritmos das transições dependem do contexto geral em que se vive, da iniciativa dos pais; dos valores reconhecidos pelas comunidades, segundo sua cultura. É patente, em grande parte dos casos, a diferença de como se chega na escola a criança com deficiência da que não tem deficiência.⁴⁶⁴ Um caminho para se romper com esta realidade, superando-a num sentido positivo, seria trabalhar o conceito de participação orientada; as oportunidades criadas para a criança observar e participar; e, oferecer condições de inserção da criança com deficiência no jogo da escola.⁴⁶⁵

A família, ao mesmo tempo em que permite a sobrevivência do imaginário social de exclusão, é conduzida por este esquema. As famílias de pessoas com deficiência devem ser envolvidas como participantes ativas no processo de inclusão. Pai, mãe, irmãos, avós e responsáveis são os pilares da formação da cultura de inclusão. Isso vale também para o universo religioso, com o viés da espiritualidade da inclusão. É necessário, em todos os campos de ação da vida, aprender para saber intervir. Visando uma cultura de inclusão, o principal aprendizado se fundamenta no acreditar que todas as pessoas têm condições de estarem na escola e que isso é possível.⁴⁶⁶

Para uma nova visão da educação inclusiva, a família precisa estar ciente do potencial da pessoa com deficiência que vive em seu meio. A cultura inclusiva, impulsionada pela família, existe quando há uma inclusão escolar responsável, ou seja, quando há um processo que possibilite igualdade de oportunidades para todos e respeito às diversidades dentro da convivência familiar e num segundo momento na comunidade escolar.⁴⁶⁷

3.2.3 O papel da escola na educação inclusiva

A escola é importante agente de transformação social. É a partir desta instituição, tendo o aluno com deficiência como protagonista, priorizando-se a formação dos educadores e

⁴⁶⁴ “Com estimulação e terapias precoces, os portadores de diversas deficiências se transformaram em crianças e adultos ativos, distanciando-se da antiga imagem de deficientes incapazes. As associações, **as pastorais e comunidades eclesiais** poderiam atuar mais nesse sentido”. Texto-base, **CF-2006**, n. 90.

⁴⁶⁵ Cf. SEMINEDI: **V seminário internacional de educação inclusiva**. Conferência de Ayola Cuesto Palácios: *Transición de la casa a la escuela em alunos con discapacidad visual y surdoceguera*. 14 e 15 de abril de 2011. São Paulo – Brasil.

⁴⁶⁶ Cf. SEMINEDI: **V seminário internacional de educação inclusiva**. Conferências de Shirley Rodrigues Maia: *Formação de equipes colaborativas*. E de Márcia Maurício Souza: *Famílias de pessoas com deficiência e a cultura inclusiva: a promoção da participação da família no processo de inclusão*. 14 e 15 de abril de 2011. São Paulo – Brasil.

⁴⁶⁷ Cf. *Ibidem*.

de toda a comunidade escolar, o que gera um efeito além escola, atingindo a comunidade onde os alunos vivem, que tomará consistência a aprendizagem fundamental rumo a uma educação inclusiva. A escola é um espaço privilegiado para se aprender a conhecer, conhecendo; aprender a fazer, fazendo; aprender a ser, sendo, e talvez aqui esteja o maior desafio; e, aprender a viver, vivendo juntos.⁴⁶⁸

Uma educação e um processo de inclusão responsáveis, só serão possíveis com verdadeira participação do aluno com deficiência nas atividades escolares. Cada pessoa precisa ser acompanhada a partir daquilo que na diferença a identifica. Diferenças físicas individuais, diferenças na habilidade intelectual, diferenças na interação com o ambiente, diferenças nas formas básicas de comunicação, apreciação, ocupação e situação financeira, em suma, diferenças que revelam a personalidade total de cada um.⁴⁶⁹

Uma vez que a cultura da inclusão tome corpo, impulsionada pela família, a escola gerará com maior facilidade os reclames da individualidade diferencial de cada aluno. A escola entendida como comunidade escolar – porteiro, merendeiro, administrativo, serviços gerais, diretor, guia, instrutor-mediador – estará madura para ressignificar o aprendizado, rever o projeto político-pedagógico.⁴⁷⁰

A escola é, assim como a família, instância de construção da cultura da inclusão. Ao aderir a esse projeto, a comunidade escolar estará esclarecida sobre os ganhos para o sistema; sobre os direitos a programas individuais; sobre metodologias apropriadas a fim de ser um ambiente de fato inclusivo. Este objetivo só se atinge investindo-se em programas que visem a relacionar os avanços obtidos na escola aos já alcançados pela família e vice-versa.

Famílias envolvidas em associações de pais e mestres, em conselhos escolares, fundam o seu papel fundamental no processo de inclusão junto à comunidade escolar. Na escola, requerendo os seus direitos e os dos seus membros com deficiência, a família passa a ser facilitadora da inclusão. O impacto das ações surgidas de um maior envolvimento da família se revela no aumento do número de crianças com deficiência na escola regular e um maior interesse dos profissionais em trabalharem a plena e igual participação.⁴⁷¹

Estando inseridas e incluídas no processo escolar regular, com atividades adaptadas às suas necessidades, as crianças com deficiência recebem atendimento educacional

⁴⁶⁸ Cf. SEMINEDI: **V seminário internacional de educação inclusiva**. Conferência de Ivete de Masi: *Ambientes inclusivos na deficiência visual*. 14 e 15 de abril de 2011. São Paulo – Brasil.

⁴⁶⁹ Cf. *Ibidem*.

⁴⁷⁰ Cf. SEMINEDI: **V seminário internacional de educação inclusiva**. Conferência de Shirley Rodrigues Maia: *Formação de equipes colaborativas*. 14 e 15 de abril de 2011. São Paulo – Brasil.

⁴⁷¹ Cf. SEMINEDI: **V seminário internacional de educação inclusiva**. Conferência de Márcia Maurício Souza: *Famílias de pessoas com deficiência e a cultura inclusiva: a promoção da participação da família no processo de inclusão*. 14 e 15 de abril de 2011. São Paulo – Brasil.

especializado no contraturno e também o apoio de equipe colaborativa como pedagogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas entre outros.

Criança matriculada não é sinônimo de criança incluída. A escola precisa se equipar de um aparato que dê suporte à inclusão. É de suma importância um alinhamento curricular que dê condições ao aluno desenvolver-se, a partir de sua singularidade. A participação da família em todo o processo e a formação de equipes inclusivas são também fatores decisivos. O plano escolar há de focar o potencial do aluno, daí a necessidade de ele ser um plano educacional individualizado. Este plano terá como meta fazer ver que não é a deficiência que limita a criança com deficiência.⁴⁷² O que limita a criança com deficiência é a incapacidade por parte do educador de ajudar essa criança a aprender. Ao aproximar-se desta questão nota-se que o problema central não é a educação inclusiva, mas a educação. O problema maior são políticas que favoreçam o processo num todo.⁴⁷³

3.2.4 O papel do Estado e sociedade na educação inclusiva

Para se refletir acerca do papel do Estado e da sociedade na educação inclusiva, faz-se necessário uma retomada da Constituição Federal de 1988, capítulo III nos seus artigos 205 e 208, em particular. O artigo 205 está assim redigido:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.⁴⁷⁴

A interpretação mais apropriada a este artigo da Constituição é a de que é direito de todos, deficientes ou não, o acesso à rede regular de ensino. O sujeito da educação é o aluno. Viu-se com dificuldades que no direito de todos, as pessoas com deficiências estavam incluídas.⁴⁷⁵

O artigo 208, alínea III diz que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência,

⁴⁷² “Por maior que seja a deficiência, valorizar as capacidades da pessoa que ali está”. Texto-base, **CF-2006**, n. 318.

⁴⁷³ Cf. SEMINEDI: **V seminário internacional de educação inclusiva**. Conferência de Maria Aparecida Cormedi: *Fatores de sucesso para a inclusão de crianças com deficiência múltipla e surdocegueira*. 14 e 15 de abril de 2011. São Paulo – Brasil.

⁴⁷⁴ NISKIER, Arnaldo. **LDB**: a nova lei da educação. 7 ed. Rio de Janeiro: Consultor, 1997, p. 296.

⁴⁷⁵ Cf. SEMINEDI: **V seminário internacional de educação inclusiva**. Conferência de Júlio César Botelho: *A atuação do ministério público no processo de educação inclusiva – I*. 14 e 15 de abril de 2011. São Paulo – Brasil.

preferencialmente na rede regular de ensino”.⁴⁷⁶ Considerava-se contemplada a pessoa com deficiência neste artigo. Porém o artigo em questão não fala de educação em escola regular, mas de um contraturno de atendimento educacional especializado. Este atendimento nunca é substitutivo, mas complementar.

O papel do Estado e da sociedade está em viabilizar uma escola para todos, nascida junto da construção de uma sociedade para todos. Uma sociedade inclusiva traz benefícios não só às pessoas com deficiência, mas para todas as pessoas. A sociedade e o Estado que se preocupam com todos e cada um de seus membros elevam-se nos princípios do bem comum e da justiça social. O caminho de mão dupla que se reclama neste processo, pode ser posto na seguinte sequência: família inclusiva, escola inclusiva, sociedade inclusiva, Estado facilitador da cultura inclusiva. Partindo-se do Estado como ponto inicial deste processo também é possível alcançar o objetivo.⁴⁷⁷

Da década de 1990 para cá, com os trabalhos das promotorias dos direitos humanos da pessoa com deficiência, entre outros tantos esforços, houve uma evolução do paradigma de integração para o de inclusão. Este paradigma exige que se identifiquem as convergências e se deixem de lado as divergências. No paradigma de integração, o problema está na pessoa e a sociedade a instrumentaliza para que ela possa participar o mínimo possível em seu meio. Já no paradigma de inclusão a deficiência não está na pessoa, mas na sua relação com o meio. Sociedade inclusiva é aquela pensada para todos.⁴⁷⁸

Vive-se um momento de transição importante no que se refere à escola e também à sociedade como um todo. Questões como: o que fazer com o volume de alunos que ingressam na educação inclusiva? O que fazer com o rompimento de convênios de secretarias? O Estado, por meio das promotorias, discute fatores que envolvem além da secretaria da educação, a da saúde e a da assistência social. O processo sócio-educativo inclusivo não é algo que está concluído, é um processo. Só haverá inclusão plena, quando houver ambientes sócio-escolares inclusivos. Ao se admitir a convivência com a pessoa com deficiência, admite-se consequentemente a necessidade de preparação do corpo social que seja acolhedor, do contrário estabelecer-se-á um ambiente repleto de *bullyng*.⁴⁷⁹

⁴⁷⁶ NISKIER, Arnaldo. **LDB**: a nova lei da educação, p. 297.

⁴⁷⁷ Cf. SEMINEDI: **V seminário internacional de educação inclusiva**. Conferência de Júlio César Botelho: *A atuação do ministério público no processo de educação inclusiva – I*. 14 e 15 de abril de 2011. São Paulo – Brasil.

⁴⁷⁸ “Em 1990, a ONU aprovou a Resolução 45/91, primeiro documento internacional a cunhar a expressão ‘sociedade para todos’”. Texto-base, **CF-2006**, n. 70.

⁴⁷⁹ Cf. SEMINEDI: **V seminário internacional de educação inclusiva**. Conferência de Júlio César Botelho: *A atuação do ministério público no processo de educação inclusiva – I*. 14 e 15 de abril de 2011. São Paulo – Brasil.

Ao implementar políticas públicas favoráveis à inclusão, o Estado exerce, junto à sociedade, o seu papel de colaborador do processo. Desvincula, ainda, a escola da tendência a ser tomada, nos dias atuais, como a grande redentora da humanidade. No sistema federal de ensino, artigo 16 da LDB aparece o aspecto da inclusão como dependente das iniciativas do Ministério Público Federal.⁴⁸⁰ Os artigos 17 e 18 da LDB abordam os sistemas de ensino estadual e municipal.⁴⁸¹ O Ministério Público funciona como o articulador da política pública.

Diante do apoio do Ministério Público que encaminha as ações políticas do Estado, por uma sociedade sempre mais inclusiva, a partir da escola, como espaço socializante de relevo é lícito perguntar-se: as escolas especiais vão desaparecer? Caminha-se na direção da construção de um ambiente escolar inclusivo, que dê atendimento a toda diversidade social, inclusive às pessoas com deficiência. O artigo 205 da Constituição Federal prevê que a educação é direito de todos. A política do MEC é que os alunos estejam todos na rede regular de ensino e que haja atendimento educacional especializado no contraturno.

Ao menos dois pontos devem ser considerados nesta reflexão. O primeiro pelo fato de as escolas especiais serem historicamente importantes do processo de mudança de paradigma sócio-educativo. O segundo, por outro lado, está fundado sobre o dispositivo do artigo 205 da Constituição Federal, que as escolas regulares sejam para todos. Isso vale para escolas públicas como para particulares. Na verdade, as escolas particulares, de acordo com o artigo 209 da Constituição Federal só podem funcionar ao se adaptarem às normas gerais da educação nacional.⁴⁸²

As escolas especiais, como a APAE, vivem um processo de prestar serviços de apoio às escolas para onde migram seus alunos. As escolas especiais perceberão que terão de mudar de papel. Numa sociedade cada vez mais compartimentada, não se pode perder de vista que um dos pilares da educação é aprender a conviver.

A Deliberação número 68/06 do Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo contempla questões novas como esta registrada no artigo 6: os alunos com severa deficiência mental ou grave deficiência múltipla têm de fazer a avaliação na presença dos familiares. Até esse momento era só sob a responsabilidade da escola. No artigo 14 está previsto o mínimo de acessibilidade. No artigo 3, lê-se que os com necessidades educacionais especiais têm direito à educação inclusiva. Direito público subjetivo. É um direito do aluno

⁴⁸⁰ Cf. NISKIER, Arnaldo. **LDB**: a nova lei da educação, p. 35.

⁴⁸¹ *Ibidem*, p. 35.

⁴⁸² *Ibidem*, p. 297.

em idade escolar. Não é direito do pai, da mãe, da escola, do professor ou do poder público. Aqui, entenda-se, sociedade mais poder público.⁴⁸³

Aos gestores, aos educadores, cabe a função de abrir adequadamente as portas do sistema. Os limites da pessoa com deficiência só ela irá mostrar. Ninguém é alguém para estabelecer os limites quanto ao potencial físico e intelectual para outrem. Quanto às dificuldades objetivas por parte da sociedade e do Estado e também do sistema escolar e familiar é importante ponderar que se se espera tudo ficar pronto nunca há de pôr em andamento ou processar a educação inclusiva, por uma sociedade toda inclusiva.⁴⁸⁴

É sabido que um dos pilares da Constituição Federal é a dignidade da pessoa humana.⁴⁸⁵ É importante a conquista de uma sociedade toda inclusiva ao ponto de abarcar a pessoa com deficiência em outras esferas sociais. Não é digno que a pessoa com deficiência fique 30/40 anos em uma sala de aula.⁴⁸⁶

3.3 A IGREJA: DEVER MORAL DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO DA FÉ

Pelo que foi trabalhado acima parece ser tranquila a conclusão de que a sociedade, o Estado, a escola, a família, avançaram consideravelmente na busca da implantação do paradigma da inclusão. Sabemos que há muito por fazer, muito por conquistar, mas, justiça seja feita, ainda que por força da lei, vemos uma saudável mudança de mentalidade tomando forma, com consequências na ação. Isto funciona como mola propulsora para os passos seguintes.

Como apontamos no início deste capítulo, o objetivo, ao trazer estas reflexões sobre educação inclusiva, neste momento da pesquisa, traduz-se na importância do autoexame das atitudes eclesiais diante da caminhada da sociedade como que frente a um espelho. A sociedade avança por força da lei e tem avançado de acordo com o que foi constatado. A Igreja caminha atraída pela força moral do exemplo de seu fundador Jesus Cristo, apresentado no primeiro capítulo como paradigma máximo de relações geradoras de inclusão. A força moral presente nas veias da Igreja parece dever funcionar como que puxando as experiências

⁴⁸³ Cf. SEMINEDI: **V seminário internacional de educação inclusiva**. Conferência de Maria Izabel do Amaral Sampaio Castro: *A atuação do ministério público no processo de educação inclusiva – II*. 14 e 15 de abril de 2011. São Paulo – Brasil.

⁴⁸⁴ Cf. *Ibidem*.

⁴⁸⁵ “Existem muitos direitos das pessoas com deficiência, que ainda não possuem amparo legal. [...] Seu fundamento está na dignidade da pessoa humana, vista à luz da fé”. Texto-base, **CF-2006**, n. 249.

⁴⁸⁶ Cf. SEMINEDI: **V seminário internacional de educação inclusiva**. Conferência de Maria Izabel do Amaral Sampaio Castro: *A atuação do ministério público no processo de educação inclusiva – II*. 14 e 15 de abril de 2011. São Paulo – Brasil.

humanas para realidades mais condizentes com sua grande dignidade de homens e mulheres criados à imagem de Deus. Atualmente, confrontando conquistas sociais por força da lei com o exemplo de vida eclesial inclusiva devida à sua intrínseca moralidade, o que se tem a dizer? O saldo, no sentido de exemplo para o estabelecimento do reino, é positivo?

3.3.1 Campanha da Fraternidade 2006

Desde uma longa história⁴⁸⁷ de aproximação e cuidados para com a pessoa com deficiência, que atravessa os séculos, a Igreja no Brasil viveu como que o ápice de sua preocupação com os direitos desse grupo de irmãos na Campanha da Fraternidade de 2006. Aqui, a intenção é perscrutar como a Igreja organizou o discurso por uma presença efetiva das pessoas com deficiência no processo eclesial de transmissão da fé. Afirmamos acima que a sociedade avança no paradigma da inclusão num processo dialético movimentado pela força da lei.

Parece possível encontrar, junto ao que já foi exposto nesta dissertação, também no texto base da CF-2006 a fortaleza moral de uma Igreja que age procurando identificar-se sempre mais a Jesus Cristo, referência pelas palavras e pelas obras, da afirmação da completa dignidade de todo ser humano. Neste capítulo, após um item para a catequese e outro para a educação inclusiva, coroa-se a reflexão nas pegadas do Texto-base da CF-2006, visto que nesta Campanha a Igreja comunicou-se com a sociedade e consigo mesmo, numa busca constante de afinar-se ao mandato missionário do Senhor.

De início se lê, no Texto-base, que “as diversas propostas evangelizadoras e pedagógicas da CF-2006 colocam as pessoas com deficiência no centro da atenção e da reflexão e questionam a sociedade e a própria Igreja sobre atitudes e relacionamentos com as pessoas com deficiência”.⁴⁸⁸ Um momento de pausa na caminhada para questionamento e auto-análise da prática pastoral apresenta-se como um sinal significativo na história da Igreja. Como a mesma propõe alcançar esta meta? Transcrevemos, a seguir, o objetivo geral e os objetivos específicos da CF-2006.

O objetivo geral da CF-2006 é conhecer melhor a realidade das pessoas com deficiência e refletir sobre sua situação, à luz da Palavra de Deus e da ética cristã, para suscitar maior fraternidade e solidariedade em relação às pessoas com deficiência, promovendo sua dignidade e seus direitos.⁴⁸⁹ Objetivos específicos:

⁴⁸⁷ “A atenção com as deficiências e as pessoas com deficiência no Brasil tem uma história rica de eventos e é pouco conhecida. A Igreja teve papel relevante nessa história”. Texto-base, **CF-2006**, n. 26.

⁴⁸⁸ CNBB. **Campanha da Fraternidade 2006**: Texto-base, n. 3.

⁴⁸⁹ *Ibidem*, n. 4.

Apresentar a realidade das pessoas com deficiência e as iniciativas para a promoção de sua dignidade; Denunciar profeticamente ideologias e contravalores que marcam a sociedade no que diz respeito às pessoas com deficiência; Mostrar os valores evangélicos que devem orientar o relacionamento com as pessoas com deficiência; Assegurar os direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência e de suas famílias; superar toda forma de preconceito e sensibilizar a consciência pessoal e social sobre a questão da deficiência; Promover a autonomia das pessoas com deficiência, fortalecer suas organizações e movimentos; criar mecanismos para sua participação efetiva, como protagonistas de sua história, na família, na Igreja e na sociedade; Suscitar e apoiar iniciativas individuais e comunitárias, bem como políticas públicas para inclusão, valorização e proteção das pessoas com deficiência e seus familiares no ambiente escolar, no mundo do trabalho, na vida eclesial e nas atividades culturais, esportivas, de lazer e convívio social.⁴⁹⁰

O caminho percorrido e as sugestões para implantar na consciência de Igreja, os objetivos acima, são considerados em três momentos, a partir do método de abordagem da realidade sócio-eclesial bastante comum ao fazer teológico latino americano: ver, julgar e agir. Partes complementares do método – rever e celebrar – aparecem como pistas de continuidade ao final da edição do Texto-base.

Como a Igreja compreende a realidade da pessoa com deficiência? Para os redatores do Texto-base da CF-2006, “o grau de civilização de um povo pode ser medido pela atenção que dedica aos mais fracos, aos mais frágeis, às pessoas com deficiência”.⁴⁹¹ Numa primeira leitura parece muito interessante a afirmação, traduzindo um alto grau de sensibilidade para com os marginalizados. No entanto, é preciso cuidado para não perpetuar, no discurso teológico e na *práxis* eclesial, a relação sujeito (Igreja – Pessoa sem deficiência) e objeto (Pessoa com deficiência). Essa mentalidade tem de ser superada. Para tanto, já o Ver do Texto-base preocupa-se em situar o leitor sobre o significado da deficiência, procurando desmitificar construções culturais a respeito do fato.

Ser uma pessoa com deficiência, ter um familiar ou amigo nessa condição, não significa receber uma cruz nem uma missão ou um castigo. É uma oportunidade para ir a si mesmo, sem ser devorado por ilusões de poder ou saber. [...] As pessoas com deficiência e as deficiências ensinam o reconhecimento e a aceitação dos limites como uma via de crescimento.⁴⁹²

Recorde-se que o assunto foi abordado anteriormente, neste estudo. Aqui enfatiza-se a oportunidade do ir a si mesmo, fazendo desta experiência uma via de crescimento. Considera-se, ainda, a presença da pessoa com deficiência nos meios eclesiais como ocasião de crescimento para todos. Daí que, “deficiência não é sinônimo de incapacidade. [...] A luta

⁴⁹⁰ CNBB. **Campanha da Fraternidade 2006**: Texto-base, n. 5.

⁴⁹¹ *Ibidem*, n. 6.

⁴⁹² *Ibidem*, n. 10.

pela inclusão familiar, escolar, eclesial, social e no mundo do trabalho e da cultura mobiliza hoje as pessoas com deficiência, [...] as comunidade eclesiais”.⁴⁹³

A pessoa com deficiência é apontada como fonte de iluminação contra o imobilismo. O Texto-base fala em cultura da diversidade e do amor ao próximo como caminho de transformação para a sociedade, e, numa atitude de humildade, reconhece que a Igreja deve transformar-se também. É a Igreja revendo sua prática à luz da Palavra de Deus e da ética cristã. Parece ser possível colocar em paralelo, espiritualidade inclusiva, com o que o Texto-base da CF-2006 conceitua como cultura da diversidade.

Examinada à luz da Palavra de Deus e da ética cristã, a realidade das pessoas com deficiência é uma fonte de iluminação e ânimo contra o imobilismo e o fatalismo. Suscita fraternidade e solidariedade. [...] Na cultura da diversidade e no amor ao próximo, um caminho de transformação para a Igreja e sociedade. [...] A CF ajudará a descobrir a pessoa humana na deficiência, sem reduzir nem identificar deficiente e deficiência.⁴⁹⁴

As lutas empreendidas pela pastoral catequética a fim de que as pessoas com deficiência estejam envolvidas no processo de transmissão da fé como sujeitos de tal processo, firma-se nesses ideais, como Igreja que ensina e aprende. “A catequese é uma dimensão fundamental para acolher a pessoa com deficiência; é a porta de entrada na vida comunitária e eclesial”.⁴⁹⁵ Descoberta da pessoa humana na distinção do deficiente da deficiência. Haverá comunidade eclesial cristã na medida em que o valor de todos, como pessoa, for apropriado por todos, sendo um sinal dessa conquista o espaço reservado para todos nos ambientes em que o ser humano se desenvolve como pessoa, nas mais diversas dimensões do seu ser.

Admite-se que o interesse das Campanhas da Fraternidade, no Brasil, está voltado para a conscientização da sociedade em geral, a partir do evangelho e da ética cristã, sobre algum assunto que merece mobilização em vistas à transformação da sociedade. A CF reveste-se, assim, de um caráter social, sendo instrumento pelo qual a Igreja dialoga com a população, inclusive com aquela que não pertence à sua grei.

Embora tendo claro o que acima foi escrito, entendemos que a Igreja mostrou intensa preocupação com uma sociedade inclusiva, apontando muitas pistas para tal, reservando pouco espaço para discorrer sobre uma teologia ou espiritualidade da inclusão com reflexos nas várias pastorais existentes: catequese, família, liturgia, ... Encontram-se longas alusões e textos bem elaborados sobre inclusão nas escolas, no mundo do trabalho, nas políticas

⁴⁹³ CNBB. **Campanha da Fraternidade 2006**: Texto-base, n. 11.

⁴⁹⁴ Ibidem, n. 12.

⁴⁹⁵ Ibidem, n. 56.

públicas em geral, como por exemplo nos números 21, 24, 39 do documento, mas não está presente no Ver nenhuma consideração a respeito de como tem sido a implementação da catequese inclusiva, do emprego apoiado nas Igrejas, das políticas de acessibilidade nos espaços eclesiais Brasil a fora.

3.3.1.1 A Igreja e a pessoa com deficiência no ver do Texto-base CF-2006

O Texto-base evidencia a caridade e a defesa da dignidade humana como notas características da Igreja desde sua fundação. “A Igreja, desde os primeiros séculos, engajou-se nessa via da caridade e da inviolabilidade da vida humana. [...] Instituições escolares foram introduzidas pela Igreja. [...] Uma tradição que dura até hoje com os colégios diocesanos”.⁴⁹⁶ Lê-se no número 46 do documento que “desde 1550, a Igreja organizou progressivamente, no Brasil, um sistema de acolhida para as crianças enjeitadas ou abandonadas”.⁴⁹⁷ “A atuação da Igreja com relação aos enjeitados, e em particular aos deficientes, em muitos casos inverteu a lógica do abandono, transformando esse gesto em uma forma de proteger a criança”.⁴⁹⁸

Olhando para a história de lutas pela dignidade da pessoa em si, mesmo que embalada por linhas de pensamento diferentes das presentes nos dias atuais, apresenta-se a figura do teólogo Comenius que, no século XVII, produziu textos sobre a acolhida das crianças com menos inteligência do que as outras. O Texto-base apresenta este trabalho como “prenúncio do que seria a base da educação das pessoas com deficiência na escola inclusiva”.⁴⁹⁹ Escola e catequese são hoje instâncias distintas. Comenius não poderia ser apontado também como inspirador da catequese junto às pessoas com deficiência?

Ainda que o Texto-base fale de engajamento da Igreja junto à pessoa com deficiência, fale de sua educação, dos grandes educadores que ajudaram a considerar o indivíduo com deficiência, pessoa, a palavra evangelização relacionada aos direitos da pessoa com deficiência aparece pela primeira vez somente no número 55 do texto.⁵⁰⁰ “Em 1988, a Exortação Apostólica *Christifideles Laici* reconheceu as pessoas enfermas e com deficiência

⁴⁹⁶ CNBB. **Campanha da Fraternidade 2006**: Texto-base, n. 40.

⁴⁹⁷ Ibidem, n. 46.

⁴⁹⁸ Ibidem, n. 48.

⁴⁹⁹ Ibidem, n. 49.

⁵⁰⁰ “A Igreja engajou-se fortemente, sobretudo por meio das ordens religiosas, para retirar as pessoas com deficiência dos asilos, cuidar delas e educá-las. [...] Graças a grandes educadores da Igreja durante o século XVIII, aprendeu-se a considerar o indivíduo e ver no aluno com deficiência uma pessoa”. Texto-base, **CF-2006**, n. 51. “Escolas para surdos-mudos, uma tradição na Igreja católica”. Texto-base, **CF-2006**, n. 52. “As propostas da FCD são: a evangelização das pessoas com deficiência e a organização e a defesa dos direitos dessas pessoas”. Texto-base, **CF-2006**, n. 55.

como sujeitos ativos na Igreja e no mundo”.⁵⁰¹ Com base nesta informação entende-se que o Texto-base deveria ter sido mais explícito quanto ao protagonismo da pessoa com deficiência na Igreja.

Válida e inspiradora verificação presente nas reflexões CF-2006 diz respeito à constatação da existência de pessoas com algum tipo de deficiência consagradas ao serviço religioso.

Sacerdotes e religiosos (as) com algum tipo de deficiência física, sensorial ou mental são testemunhos vivos de que a deficiência não impede o chamado de Deus, nem o exercício da missão de evangelizadores e protagonistas na construção de uma sociedade justa e solidária, capaz de romper as barreiras da indiferença, do preconceito e das desigualdades.⁵⁰²

A deficiência não impede o chamado de Deus. Embalada por esta compreensão da relação pessoa com deficiência com Deus, a Igreja desperta para uma situação carente de mudança. “Ainda se trabalha pouco com as causas⁵⁰³ e muito com as consequências”.⁵⁰⁴ Como exemplo de conquistas na dimensão das causas cita-se a Pastoral da Criança que tem obtido excelentes resultados no trabalho com a prevenção. Por outro lado, junto ao trabalho de conscientização e prevenção os pais, as famílias das pessoas com deficiência necessitam de apoio e o Texto-base aponta para o urgente trabalho que a Igreja pode desenvolver nesta dimensão.

Os pais precisam desses outros pais, capazes de trazer uma palavra de conforto, indicar um caminho, conversar sobre alternativas de terapias na região e se transformarem em novos amigos. As comunidades eclesiais e as pastorais poderiam ampliar e cumprir um grande papel nesse tema, mas sua presença é muito tímida.⁵⁰⁵

A Igreja reconhece que sua presença ainda é muito tímida junto ao mundo da pessoa com deficiência. Relendo o Texto-base da CF-2006, quase uma década após sua elaboração, verifica-se por um lado que a teologia, os espaços celebrativos, a catequese poderiam estar mais habitados para todas as pessoas, por outro, é possível notar que cresce cada dia mais a consciência de que a Igreja só é de fato Igreja na medida em que se esforça por ser de todos e para todos. “A deficiência é só uma pequena parte da estrutura genética, fisiológica ou

⁵⁰¹ CNBB. **Campanha da Fraternidade 2006**: Texto-base, n. 58.

⁵⁰² Ibidem, n. 61.

⁵⁰³ “Não basta simplesmente realizar um processo de inclusão, mas atingir as causas, isto é, atuar nos processos que geram a exclusão”. Texto-base, **CF-2006**, 135.

⁵⁰⁴ CNBB. **Campanha da Fraternidade 2006**: Texto-base, n. 74.

⁵⁰⁵ Ibidem, n. 81.

corporal [...] Para a Igreja, não há deficiência que limite nossa capacidade de amar. Se tiver chance, [...] responderá à vida com as mesmas alegrias e tristezas de qualquer pessoa”.⁵⁰⁶

3.3.1.2 *Sociedade e a pessoa com deficiência no ver do Texto-base CF-2006*

O Texto-base da CF-2006 vê que o Brasil tem de trabalhar muito por uma escola deveras inclusiva. “O Brasil precisa de uma escola efetivamente inclusiva”.⁵⁰⁷ Lembra, também, que a escola tem a tendência de focar mais os impedimentos do que enxergar a pessoa em si. “Muitas escolas prestam mais atenção aos impedimentos do que aos potenciais de tais pessoas”.⁵⁰⁸ No entanto, faz uma advertência carregada de angústia, ao constatar que “até mesmo escolas católicas e cristãs estão muito distantes da inclusão escolar”.⁵⁰⁹ E mais, “a maioria das boas experiências de educação inclusiva não vem das escolas católicas, religiosas ou cristãs. [...] Escolas públicas municipais têm avançado mais na inclusão do que escolas particulares de grande reputação”.⁵¹⁰

No número 101 do documento da CF-2006 aparece o princípio fundamental da educação inclusiva: “todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter”.⁵¹¹ No entendimento desta pesquisa, este princípio deveria ter sido explorado pelo texto, na fundamentação e defesa de uma pastoral catequética mais inclusiva. É importante promover uma escola de qualidade para todos os estudantes, não menos importante, construir uma catequese onde todos aprendam juntos, independentemente de dificuldades ou diferenças.

Quanto ao que se refere à saúde, o documento aponta, em primeiro lugar, para a distinção entre deficiência e doença. “Deficiência não é sinônimo de doença. Deficiência não é contagiosa”.⁵¹² Porém, “as pessoas com deficiência têm direito ao atendimento médico, psicológico e funcional, incluindo próteses, e à reabilitação médica e social”.⁵¹³ Isso é um direito devido à todas as pessoas, portanto, dever da sociedade de garantir os recursos adequados a cada cidadão. “Historicamente, a atenção à saúde da população com deficiência dependeu da iniciativa de entidades filantrópicas e particulares, onde a Igreja deu expressivas

⁵⁰⁶ CNBB. **Campanha da Fraternidade 2006**: Texto-base, n. 87.

⁵⁰⁷ *Ibidem*, n. 97.

⁵⁰⁸ *Ibidem*, n. 95.

⁵⁰⁹ *Ibidem*, n. 92.

⁵¹⁰ *Ibidem*, n. 98.

⁵¹¹ *Ibidem*, n. 101.

⁵¹² *Ibidem*, n. 102.

⁵¹³ *Ibidem*, n. 103.

contribuições”.⁵¹⁴ Neste momento a Igreja tem se dedicado na conscientização dessas questões.

Outro item de grande relevância é o formulado sobre a questão do emprego. Quem está ou não empregado, trabalhando? “Isso requer uma ativa mobilização, não apenas de defensores da inclusão social, mas também das autoridades públicas, da iniciativa privada e das Igrejas, que precisam continuar a fortalecer as medidas adequadas já em vigor”.⁵¹⁵ Para tanto, “as pessoas com deficiência precisam mais de capacitação, confiança, ambientes sem barreiras e oportunidades no seio da sociedade do que escritórios domésticos”.⁵¹⁶

O Texto-base da CF-2006 destaca que “o Poder Público Municipal deveria prever em seu Plano Diretor a eliminação das barreiras arquitetônicas e dos obstáculos que impedem ou dificultam o acesso aos edifícios de uso público e às vias públicas”.⁵¹⁷ Aqui cabe perguntar pelos regimentos diocesanos para construções e reformas de Igrejas e centros catequéticos. Que tipo de atenção se dá à acessibilidade? Nos planejamentos pastorais tem de se levar em conta que “as pessoas com deficiência, assim como outros grupos marginalizados, enfrentam barreiras psicológicas, sociais, morais e religiosas, bem como barreiras físicas e materiais”.⁵¹⁸ Uma comunidade que pensa, também a partir destas questões, viverá com mais rapidez as implicações da proposta inclusiva.

No Brasil, “o debate sobre deficiência tem ocupado cada vez mais espaço nas políticas públicas”.⁵¹⁹ Para que este diálogo seja sincero e frutuoso deve-se levar em conta a existência de “seis tipos de barreiras: arquitetônicas, atitudinais, comunicacionais, metodológicas, instrumentais e programáticas”.⁵²⁰ Aos poucos, o ser humano, à custa de insistência e perseverança vai substituindo o modo de perceber aquilo que faz a vida ficar mais leve de ser vivida para todos.⁵²¹

⁵¹⁴ CNBB. **Campanha da Fraternidade 2006**: Texto-base, n. 104.

⁵¹⁵ *Ibidem*, n. 112.

⁵¹⁶ *Ibidem*, n. 116.

⁵¹⁷ *Ibidem*, n. 122.

⁵¹⁸ *Ibidem*, n. 124.

⁵¹⁹ *Ibidem*, n. 133.

⁵²⁰ *Ibidem*, n. 125.

⁵²¹ “Ao contrário de outros setores excluídos, os resultados das reivindicações e a luta do movimento social organizado de pessoas com deficiência ainda são incipientes, talvez por serem muito recentes e pela dificuldade encontrada para superar uma prática social assistencialista e paternalista, que historicamente tem sido vinculada a essa parcela da população”. Texto-base, **CF-2006**, 137.

3.4 PROJETO IGREJA ACESSÍVEL

O PIA passou por longo período de estudos e debates, nos quais tomaram parte muitas pessoas com deficiência ou não, membros da Pastoral das Pessoas com Deficiência da Arquidiocese de São Paulo, SP, e de entidades da sociedade civil organizada. Acredita-se que este projeto ilustra com propriedade o momento em que se vive, como Igreja no Brasil, a preocupação em envolver todas as pessoas nos espaços eclesiais e nos discursos teológicos.

Tal projeto representa também a sintonia entre a tradição e a inovação. A intenção dos membros redatores do PIA é reafirmar o que a Igreja anuncia e denuncia por palavras e obras desde sua fundação. Momento relevante nesta caminhada histórica acontece na CF-2006 – já trabalhada nesta pesquisa. O PIA quer avançar tanto na reflexão quanto na ação retomando a CF-2006 e desafiando a um viver sempre mais inclusivo, a fim que se edifique dia após dia uma Igreja de todos e para todos, para que n'Ele todos tenham vida. (Jo 10,10).

Os organizadores do projeto assim o apresentam:

O Projeto Igreja Acessível é uma proposta da Pastoral das Pessoas com Deficiência a Arquidiocese de São Paulo, tendo como objetivo: articular, sensibilizar e chamar a atenção dos fiéis da Arquidiocese de São Paulo para a questão da acessibilidade das pessoas com deficiência em nossas paróquias e comunidades, para tanto, a Pastoral propõe como prioridade alguns gestos concretos necessários para se atingir tal objetivo: 1. Banheiros acessíveis em todas as Igrejas; 2. Acessibilidade comunicacional para pessoas com deficiência visual e deficiência auditiva; 3. Fortalecimento e ampliação da Catequese junto às pessoas com deficiência; 4. Estabelecimento de núcleos de Emprego Apoiado nas Igrejas.⁵²²

A partir dessas ações pretende-se contribuir no envolvimento da Igreja nas questões próprias da deficiência e, das pessoas com deficiência que no contexto atual se fazem cada vez mais presentes de forma ativa e participativa na vida da sociedade, deixando para traz paradigmas de paternalismo, assistencialismo e invisibilidade.

Historicamente a Igreja, fiel ao evangelho de Cristo e seguidora desta Palavra, sempre se faz presente na afirmação da dignidade humana e do respeito à vida, com especial atenção aos mais fracos e excluídos. No que diz respeito às pessoas com deficiência a Igreja sempre procurou alternativas para responder às suas necessidades, fundando e mantendo obras assistenciais, asilos, escolas, hospitais sempre na intenção de sua proteção e amparo, tornando-se muitas vezes referência para a sociedade.⁵²³

⁵²² Cf. **Atas** da Pastoral da Pessoa com Deficiência da Arquidiocese de São Paulo, ano de 2012.

⁵²³ Cf. CNBB. **Campanha da Fraternidade 2006**: Texto-base, n. 40-61.

Ainda com respeito à CF-2006 – cujo lema foi, “Levanta-te vem para o meio!”, a Igreja Católica, no Brasil, tem prestado serviços valiosos na discussão e conscientização sobre os direitos das pessoas com deficiência e sua necessidade de inclusão em todos os setores sociais. A Igreja, em São Paulo, partícipe dos mesmos valores, acentua a atenção necessária que devemos a todos, nas palavras de seu arcebispo Dom Odilo Pedro Scherer, em referência à mensagem do papa Bento XVI – “Como está o seu irmão” – dirigidas aos fiéis na quaresma deste ano:

A mensagem do papa Bento 16 para a Quaresma deste ano aborda um aspecto importante da vivência cristã: “O amor ao próximo, que se traduz no interesse concreto pela situação em que ele se encontra. [...] estejamos atentos uns aos outros, para nos estimularmos no amor fraterno e nas boas obras” (Hb 10,24). [...] A segunda parte da passagem da Carta aos Hebreus, citada pelo Papa, fala de outra dimensão da vida cristã: estimular-se na prática do amor fraterno e nas boas obras. [...] A prática das boas obras equivale ao cultivo das virtudes cristãs, que frutificam em boas obras, com a ajuda da graça de Deus.⁵²⁴

Assim sendo, a Igreja em São Paulo com as suas aproximadamente 277 paróquias, ao voltar os olhos para a inserção das pessoas com deficiência no seu meio, estará confirmando e reafirmando o seu compromisso cristão.

Dados do IBGE (2010) demonstraram que no Brasil existe uma população de 190 milhões de habitantes, destes, 23,9% (45 milhões) apresentam algum grau de deficiência e 60% dessas pessoas estão na faixa etária economicamente ativa.

Como cristãos que somos, comprometidos com “o amor ao próximo e no interesse concreto pela situação que ele se encontra” esses dados desafiam-nos e provocam-nos a organizar e implantar projetos, que tragam soluções, extremamente necessárias e urgentes de acessibilidade às pessoas com deficiência em nossos ambientes. Tal ação, em se refletindo na sociedade, se dará como uma oferta de nossa Igreja, das condições necessárias para o pleno exercício de cidadania para as pessoas com deficiência.

Levando em consideração o acima escrito, a Pastoral das Pessoas com Deficiência da Arquidiocese de São Paulo formulou o objetivo geral do PIA com as seguintes palavras: “Manter vivo e dar efetividade aos propósitos da CF-2006 – Fraternidade e Pessoas com Deficiência, que teve como lema: ‘Levanta-te e vem para o meio!’ (Mc 3,)”.

Os objetivos específicos traduzem a íntima relação deste projeto com o que se discutiu durante toda esta dissertação, focando mais diretamente a ação catequética, e aquilo que a Igreja como um todo anseia. Tais objetivos aparecem elaborados como se lê a seguir:

⁵²⁴ Dom Odílio Pedro Scherer – Arcebispo da Arquidiocese de São Paulo, Quaresma, 28/02/2012.

1. Propiciar que as pessoas com deficiência tenham condições de participação plena da vida eclesial: litúrgica, comunitária, sacramentalmente; 2. Sensibilizar e envolver as pessoas nas paróquias e nas comunidades para a inclusão e a participação das pessoas com deficiência no dia-a-dia da vida comunitária; 3. Eliminar as barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais que impedem ou dificultam a presença e a participação das pessoas com deficiência na vida comunitária; 4. Afirmar os valores evangélicos que devem orientar o relacionamento entre todas as pessoas, “a fim de que todos sejam um.” (Jo 17,21).⁵²⁵

A metodologia utilizada para levar a efeito esta iniciativa recebe luz do evangelho de Lucas, onde Jesus ensina, “quando deres um banquete, convida os pobres, os aleijados, os coxos e os cegos!” (Lc 14,13). A sugestão para a Igreja é que no desenvolvimento do Projeto, busque-se entrelaçar diversos aspectos como: conhecimento das realidades das Igrejas; apresentação do PIA aos padres e aos paroquianos; sensibilização dos fiéis para abraçar o projeto; discernimento para eleger Igrejas que realizarão o piloto do Projeto; tudo isso, levando em consideração um aprendizado socioeducativo da comunidade e, tendo como agentes ativos e construtores deste projeto de inclusão, as próprias pessoas da comunidade em conjunto com as pessoas com deficiência. Para tanto, na sua execução, ter-se-á o cuidado de levar em consideração a necessidade de uma adequada preparação às pessoas envolvidas no projeto. Será um constante ensaio de buscar soluções através de reflexões e ajustes no processo.

Como gestos concretos, propõem-se: instalar banheiros acessíveis em todas as Igrejas da Arquidiocese; disponibilizar interpretes de LIBRAS para pessoas surdas possibilitando a participação plena em missas, encontros e outras atividades; propiciar plena acessibilidade para pessoas cegas nos sites e em todas as publicações da Igreja, eletrônicas ou impressas; capacitar o corpo de catequistas da Arquidiocese para a inclusão de crianças, jovens e adultos com deficiência, na educação religiosa; criar núcleos de emprego apoiado no quadro de funcionários da Mitra, paróquias, escolas confessionais e outros organismos da Igreja.

Nas atas e no site da pastoral das pessoas com deficiência da Arquidiocese de São Paulo podem ser encontrados na íntegra tanto o passo a passo da elaboração dos quatro eixos principais do projeto quanto os textos finais dos mesmos. Os eixos são: Banheiros Acessíveis, Catequese Inclusiva, Comunicação Acessível e Emprego Apoiado.

A fase inicial de elaboração do PIA contou com a participação de representantes de setores da Igreja e sociedade civil organizada. Interpreta-se este fato como sinal de que o projeto pode auxiliar amplamente a Igreja no processo de envolvimento da pessoa com

⁵²⁵ Cf. **Atas** da Pastoral da Pessoa com Deficiência da Arquidiocese de São Paulo, ano de 2012.

deficiência nos mecanismos de transmissão da fé, ou seja, de evangelização. Finaliza-se este capítulo enumerando os envolvidos na construção do PIA.

Os agradecimentos são dirigidos às seguintes entidades que contribuíram para a elaboração e a redação do PIA: Grupo Cidade Para Todos; Instituto de Tecnologia Social – ITS Brasil; Rede de Emprego Apoiado; Associação *Carpe Diem*; Pastoral dos Surdos da Arquidiocese de São Paulo; Ver com Palavras – Assessoria em Audiodescrição; Movimento Fé e Luz; Pastoral das Pessoas com Deficiência do Instituto Pe. Chico; GESD – Grupo de Estudos Surdos e da Deficiência – Faculdade de Antropologia – USP; Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência; Blog da Audiodescrição; ARPA – Arquitetura para a Acessibilidade.

Iniciamos o capítulo propondo refletir sobre a construção de uma espiritualidade de inclusão. Tal espiritualidade impele a uma experiência catequética inclusiva, mas, ao mesmo tempo, recebe impulso e renovação do esforço catequético que se estrutura a partir do pensamento inclusivo, assim como foi trabalhado neste texto. A cultura e a espiritualidade da inclusão se interpenetram. A Igreja, pela catequese e a sociedade, pela educação, vivem em constante diálogo. Que a palavra da Igreja, consciente de seu dever moral, injete ânimo e inspiração sempre novos, a partir de seu exemplo e vivência, em toda a sociedade.

CONCLUSÃO

A execução da pesquisa que acaba de ser apresentada envolveu longo tempo de trabalho. Foram anos de leituras, participação em fóruns de debates, grupos de estudos, simpósios, seminários, conversas informais, onde a proposta era, na maioria das vezes, recebida com admiração, seja pela novidade do assunto ou pela dificuldade de viabilidade do mesmo. Fato é que, depois de tudo isso, o que temos é a certeza de que foi dada apenas uma palavra, importante sim, mas apenas uma palavra no lento processo de maturação do paradigma de inclusão até que seja apropriado por todo cristão. Tal apropriação há de se manifestar num jeito novo de viver e de se relacionar com as pessoas e por elas também com Deus. A este modo novo de ser e de viver denominamos espiritualidade de inclusão.

A discussão em torno da problemática da participação da pessoa com deficiência na comunidade cristã como sujeito de fé e não simplesmente como objeto da ação caritativa da Igreja tem tomado grandes proporções nos tempos atuais. Quando, no primeiro capítulo desta dissertação, procuramos um fundamento bíblico e teológico para embasar os direitos e deveres da pessoa com deficiência no amplo espaço eclesial percebemos um notável número de biblistas e teólogos dedicados ao assunto. E mais, muitos deles fazendo teologia a partir da experiência da deficiência, ou seja, produzindo um saber que se sustenta na percepção própria de si mesmo, de Deus e do outro, como um outro, muitas vezes, invisibilizado, no decorrer da história e ainda nos dias atuais.

No estudo do Antigo Testamento transpareceu com nitidez o processo de revelação do amor incondicional de Deus pela pessoa humana, criada por ele como sua imagem e semelhança. Usamos o conceito processo, devido, também, à constatação de resquícios de posturas excludentes no seio do Povo Escolhido, como destacamos em Levítico e Primeiro Samuel. Tais atitudes consolidam-se, por exemplo, nos limites e proibições de acesso aos lugares sagrados por parte das pessoas com deficiência, entendidas como impuras em vista de algum pecado. No entanto, no próprio Levítico, e em Êxodo, Jó, Isaias e Jeremias, sobretudo, sustentamos a convicção de que, segundo o querer de Deus, a comunidade se faz a partir da presença de todas as pessoas e nunca prescindindo de alguma delas devido a alguma característica pessoal. Desenha-se, lentamente, a imagem do corpo encontrada especialmente nos escritos paulinos, para simbolizar a assembleia dos filhos de Deus.

A novidade no Novo Testamento, na perspectiva do estudo aqui realizado, assenta-se fundamentalmente sobre a vivência inclusiva de Jesus. Jesus Cristo é o modelo para o pensamento e a ação inclusivos, para uma espiritualidade inclusiva. Consideramos, a partir de

tudo o que foi dito anteriormente, que Jesus e o projeto do reino por ele anunciado, nunca encontrou na história alguém ou outro projeto que o superasse nesse quesito. Nos evangelhos sinóticos e também em João, Jesus revela-se como aquele que veio do Pai, na força do Espírito para ser boa notícia de vida em abundância para todos. No todos de Jesus vem em primeiro lugar os excluídos, os marginalizados, os fragilizados, os invisibilizados, os doentes, os pecadores, as pessoas com deficiência. Ao aproximar-se dessas categorias de pessoas Jesus oferece a possibilidade de compreensão do que realmente torna impuro o homem. O pecado origina-se da maldade presente no coração do ser humano que chega ao ponto de estabelecer quem pode ou não usufruir das graças de Deus junto a uma comunidade. O pecado está em apartar da comunidade a pessoa com deficiência, deixando de entendê-la como pessoa criada à imagem de Deus e, portanto, sujeito de fé e de transmissão da mesma por meio da participação nos mecanismos de evangelização.

A escolha que fizemos, durante o estudo do Novo Testamento, por privilegiar os textos em que os primeiros cristãos vão percebendo, sob as mais variadas formas e contextos, que Deus não faz acepção de pessoas, partiu da intenção de verificar como o modelo máximo de espiritualidade inclusiva foi sendo apropriado por eles. Ousamos, ao afirmar que ainda hoje não se esgotou ou se entendeu suficientemente o desafio de Jesus. Importante aprender a ver além das aparências, a ver com o coração. Só desta forma os batizados serão convencidos de que, para o corpo, todos os membros são necessários e que, para os membros, é fundamental que eles estejam unidos ao corpo. Parte desta afirmação a convicção de que, enquanto as pessoas com deficiência não estão integradas no corpo comunidade, usa-se de maneira imprópria o conceito comunidade para se referir ao agregado de pessoas que se consideram seguidoras de Jesus.

A partir dessas bases jesusânicas, a teologia constrói seu edifício intelectual com vistas à práxis. Não fossem o fundamento Jesus e a decorrência imediata de seu ensinamento, não teriam os teólogos condições de propor uma reflexão em defesa de uma Igreja de todos e para todos. Uma comunidade sem barreiras ou exclusões. É no seguimento do fazer de Jesus que convida a vir para o meio, que valoriza enfaticamente os simples e pequenos, que não faz distinção de pessoas, que se estrutura o pensamento teológico por uma espiritualidade inclusiva. Para tanto, a acessibilidade aparece como um conceito chave nesse processo. Uma vez que a questão central está na equiparação de oportunidades, a fim de que a pessoa com deficiência tenha autonomia para desenvolver-se, os teólogos que produzem a partir do conceito de inclusão dialogam com estruturas eclesiais que limitam tais condições.

A ausência de condições de acesso aos espaços eclesiais, devido a barreiras arquitetônicas e de permanência em tais espaços provocadas por outros tantos fatores limitadores, como linguagem imprópria, poucos esforços de comunicabilidade, atitudes preconceituosas e desfavoráveis, uniformidade no método de exposição da mensagem, revelam o quão incipiente é a luta pelo envolvimento da pessoa com deficiência, seja qual for a deficiência, nos processos de evangelização. Embora raros, os discursos teológicos têm revisitado a Sagrada Escritura e reafirmado os direitos e deveres de participação de todos na vida comunitária. O local privilegiado de educação na fé de toda pessoa é a comunidade. Sendo a catequese, na comunidade, um instrumento historicamente comprovado no ensino da fé, propôs-se, este estudo, a verificar o nível de assimilação e identificação dos princípios evangélicos por meio da presença ou não da pessoa com deficiência na catequese.

Desta forma, o segundo capítulo transitou pelos discursos eclesiais referentes ao fazer catequético presentes em documentos de grande importância para os cristãos católicos, em especial. Tendo a análise concentrado-se no pós Concílio Vaticano II, chegamos à conclusão de que houve um crescente de preocupação com a evangelização junto à pessoa com deficiência. Tal fato aparece nas poucas palavras ou linhas dedicadas ao tema, até vários números sobre o assunto como no Diretório Nacional de Catequese. Juntando-se a isso, os seminários nacionais de catequese junto à pessoa com deficiência e as diversas iniciativas de base, das quais foi possível ter alguma noção, consideramos que, cada dia mais, a Igreja entende sua missão de ir a todos os povos e pessoas e ensinar tudo aquilo que o Senhor lhe confiou.

Neste contexto, faz-se necessário reafirmar que o cristianismo não é uma teoria ou uma filosofia de vida possível de ser entendida e vivida de modo unilateral. Se assim o fosse, poderiam a ele ter acesso somente aqueles que, segundo os moldes da lógica cartesiana, pudessem compreender intelectualmente a proposta. Ficou mais que evidente que não é assim. Mais que uma teoria ou filosofia, o cristianismo é uma forma de vida, é um jeito de se colocar no mundo que comporta múltiplas formas de viver, de se manifestar, de entender, de conhecer, de sentir, de comunicar, de trabalhar, de ... Uma multiplicidade imensa, em íntima sintonia com a identidade da diferença da natureza ou condição humana.

Diante disso a catequese tem se esforçado por ser a porta de entrada para este mundo novo em que se vislumbra novo céu e nova terra. Com métodos diversos e apropriados, itinerários oportunos, formações necessárias tanto para catequistas como para toda a comunidade, envolvendo de modo particular as famílias das pessoas com deficiência. Isso tudo promoverá a superação de mitos arraigados no imaginário popular. Para tanto, a presença

das pessoas com deficiência nas salas de catequese, junto aos sem deficiência como uma extensão da presença dos mesmos nos espaços e discursos eclesiais, torna-se um imperativo. Este imperativo da presença desencadeia um processo que vai da sensibilização à conscientização e às atitudes concretas num processo ininterrupto de ensino aprendizagem, como mestre discípulo iluminados por Jesus num caminho feito a muitas mãos. Entenda-se aqui a necessária participação dos avanços da ciência, da pedagogia, da psicologia, da fonoaudiologia entre outras.

No terceiro capítulo procuramos refletir que, pela catequese, temos possibilidade de construir a convicção da necessária espiritualidade de inclusão a fim de identificarmos-nos, dia após dia, com aquele a quem seguimos como discípulo missionário, Jesus Cristo. Pela educação, o estabelecimento de uma cultura de inclusão. Sabemos dos limites e das dificuldades tanto educativas quanto eclesiais da implantação deste ideal. Há lentidão em convencer-se de que a vida, orientada por esta mentalidade, prevê melhorias de bem estar para todos, indistintamente. Criando-se o fato, propondo o debate, compreendendo a prática de Jesus como de inclusão plena, a meta vai sendo alcançada.

Assim sendo, depois de encontradas bases bíblicas e teológicas para a catequese junto à pessoa com deficiência; após a constatação de que, no Brasil, seja por apelo de documentos de alcance universal ou nacional, numa dialética, por vezes dolorosa, implanta-se passo a passo a mentalidade de uma catequese de todos e para todos em vistas da construção de uma Igreja de todos e para todos; o terceiro capítulo colocou, em paralelo, esta realidade, com os avanços na educação inclusiva.

Para tanto, a aproximação de documentos da esfera civil como a Constituição Federal Brasileira de 1988 e do âmbito eclesial como a CF-2006 e o PIA, como continuidade da CF, foi de grande significado. Por força legal a cultura da inclusão tem avançado. Por força moral, acreditamos que a espiritualidade de inclusão tem de imprimir um ritmo mais veloz. Isso na catequese, nos discursos, no envolvimento nas pastorais, nos conselhos, nos trabalhos, entre outros por parte das pessoas com deficiência.

Chegamos ao final desta pesquisa com as hipóteses iniciais da mesma, confirmadas. Primeiramente, o modelo pastoral catequético, desde a tradição bíblico-teológica judeu-cristã, com ênfase no anúncio do reino de Deus realizado por Jesus, fundamenta-se no paradigma da inclusão. O como Jesus viveu e revelou o amor inclusivo de Deus por todos os seus filhos ainda não foi satisfatoriamente compreendido, quiçá superado. Em segundo lugar, a ação catequética da Igreja no Brasil junto à pessoa com deficiência é instrumento privilegiado de desenvolvimento do sentido de comunidade, fraternalmente cristã. E por fim, o projeto Igreja

Acessível – uma Igreja de todos e para todos – sugere revisitar o modo de ser e conviver de Jesus e das primeiras comunidades cristãs, adequando os avanços do mundo contemporâneo sobre as referidas bases religiosas e teológicas.

É urgente, por parte da Igreja, um olhar para si mesma, a fim de transformar sempre mais suas estruturas, segundo o evangelho, em estruturas sempre mais acessíveis a todos. Desta forma, por força moral, ela terá condições de ser testemunho profético num mundo desenhado sobre perspectivas excludentes. Ao abrir-se para a participação plena da pessoa com deficiência, seja na catequese, nas pastorais, nos serviços, na evangelização como um todo, a Igreja tomará a vanguarda nas necessárias conversões globais por um mundo, uma sociedade, uma educação, uma catequese, uma Igreja, enfim, de todos e para todos.

BIBLIOGRAFIA

FONTES

ATAS da Pastoral da Pessoa com Deficiência da Arquidiocese de São Paulo, ano de 2012.

ATAS do Secretariado Executivo Nacional de Catequese junto à pessoa com Deficiência, ligado à CNBB.

DOCUMENTOS E DICIONÁRIOS

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. São Paulo: Loyola, 1993, 831 p.

CELAM. **Manual de catequética**. [Tradução Maria Paula Rodrigues] São Paulo: Paulus, 2007.

CNBB. **Campanha da Fraternidade 2006**: Texto-base. CNBB – São Paulo: Salesiana, 2005.

_____. **Diretório nacional de catequese**. São Paulo: Paulinas, 2006. (Documentos da CNBB n. 84).

_____. **Iniciação à Vida Cristã**: um processo de inspiração catecumenal. Coleção “Estudos da CNBB 97”. Brasília: Edições CNBB, 2009.

_____. **Manual da campanha da fraternidade 2006**: fraternidade e pessoa com deficiência. São Paulo: Ed. Salesiana, 2005.

COMPÊNDIO DO VATICANO II. **Constituições, decretos e declarações**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. **Diretório Geral para a Catequese**. São Paulo: Paulinas, 1998.

Dicionário Patrístico e de Antiguidades cristãs. Petrópolis: Vozes, 2002 (verbetes Catequese)

DOCUMENTO DE APARECIDA. **Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe**. [Tradução Luiz Alexandre Solano Rossi] São Paulo: Paulus, 2007, 301 p.

EDAN – Rede de Ecumênica em Defesa das Pessoas com Deficiência. **Uma Igreja de todos e para todos**: uma declaração teológica provisória. [Tradução de Iara Müller e Werner Ewald] São Paulo: ASTE, 2005.

HOUSSAIS, Antônio (dir.). **Pequeno dicionário enciclopédico Koogan Larousse**. Rio de Janeiro: Editora Larousse do Brasil, 1980. 1644 p.

JOÃO PAULO II. **A catequese hoje**: exortação apostólica *Catechesi Tradendae* ao episcopado, ao clero e aos fiéis de toda a Igreja sobre a catequese em nosso tempo. São Paulo: Paulinas, 1985, 88p.

LACOSTE, Jean-Yves. **Dicionário crítico de teologia**. [Tradução Paulo Menezes... et al] São Paulo: Paulinas: Edições Loyola, 2004. 1967 p.

LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. [Tradução Fátima Sá Correia et alii] 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 1336 p.

MACKENZIE, John L. **Dicionário Bíblico**. [Tradução Álvaro Cunha et al; rev. H. Dalbosco]. 7. ed. São Paulo: Paulus, 1983, 979 p.

PAULO VI. **Exortação apostólica *Evangelii Nuntiandi***: ao episcopado, ao clero, aos fiéis de toda a Igreja sobre a evangelização no mundo contemporâneo. São Paulo: Paulinas, 1991. 101p.

Pessoas com deficiência interlocutoras da catequese. Brasília: Edições CNBB, 2008.

VV.AA. **Dicionário de Catequética**. São Paulo: Paulus: 2004, vários verbetes.

VV.AA. **Fontes da Catequese**: coleção de 14 volumes dos santos padres. Petrópolis: Vozes 1970-1978.

LIVROS

AHUMADA, Enrique Garcia, F.S.C. **Catequese audiovisual**: a serviço da catequese. [Tradução Boanerges Baccan] São Paulo: Paulinas, 1980, 191 p.

ALBERICH, Emílio. **Catequese evangelizadora**: manual de catequética fundamental. Adaptação para o Brasil e América Latina: Luiz Alves de Lima. São Paulo: Salesiana, 2004, 375 p.

ALVES DE LIMA, Luiz. **A face brasileira da catequese**: um estudo histórico-pastoral do movimento catequético brasileiro das origens ao diretório "catequese renovada". Faculdade de Teologia da Universidade Pontifícia Salesiana, Tese de doutorado nº 346, Roma 1995, 550 pp. (Edição acadêmica)

_____. Paisagem, gênese e significado do documento Catequese Renovada. In: PASSOS, Mauro. **Uma história no Plural**. São Paulo: Vozes 1999, p. 115-174

ANCHIETA, José de. **Diálogos da Fé**. Edição fac-símile e crítica. São Paulo: Loyola, 1985.

AZEVEDO, Alexandre. **O menino que via com as mãos**. São Paulo: Paulinas, 2006.

BARBAGLIO, Giuseppe. **Jesus, hebreu da Galileia**: pesquisa histórica. [Tradução Walter Eduardo Lisboa] São Paulo: Paulinas, 2011. (Coleção Cultura Bíblica)

BARBOSA, Ir. Marta; PIMENTEL, Marta Casalecchi M. **Primeira Comunhão Eucarística**: catequese especial para surdos. Cachoeira Paulista: Ed. Canção Nova, 2007.

BAUTISTA, Mateo. **Jesus**: sadio, saudável e terapeuta. [Tradução Júlio Munaro] São Paulo: Paulinas, 1996. – (Bíblia na mão do povo)

BÍBLIA DE JERUSALÉM. Tradução do texto em língua portuguesa diretamente dos originais. São Paulo: Paulus, 2001.

BISSONNIER, Henri. **Pedagogia da ressurreição**: da formação religiosa e da educação cristã dos “inadaptados”. [Tradução Maria Luiza Néri] Petrópolis: Vozes, 1967, 221 p.

BOLLIN, Antonio; GASPARINI, Francesco. **A catequese na vida da Igreja**: notas de história. [Tradução Maria Graça Ferrão Maia da Rocha] São Paulo: Paulinas, 1998, 330 p.

BROWN, Raymond. **Introdução ao Novo Testamento**. [Tradução Paulo F. Valério] São Paulo: Paulinas, 2004. – (Coleção Bíblia e história. Série Maior)

COLLOT, Noel Fernández (org.). **Como una sola flor seremos**. Inclusión del tema de la discapacidad em las Iglesias e instituciones teológicas de Mesoamérica. EDAN – Red Euménica en Defensa de las Personas con Discapacidad. CLAI Ediciones, 2011.

COLLOT, Noel Fernández; MENESES, Alexandra; GIESE, Nilton (orgs.). **Teologia e deficiência**. [Tradução Roseli Schrader Giese] São Leopoldo: Sinodal; Quito: CLAI, 2010.

COTES, Cláudia. **Criança genial**. São Paulo: Paulinas, 2005.

_____. **Dorina viu**. São Paulo: Paulinas, 2006.

CYRENO, Lúcia. **Meu Rei Arthur**: a chegada de um filho com Síndrome de Down. São Paulo: Paulinas, 2007.

_____. **O pequeno Rei Arthur**: convivendo com a Síndrome de Down. São Paulo: Paulinas, 2007.

DUTRA, Luiz Carlos. **Pastoral da inclusão**: pessoas com deficiência na comunidade cristã. São Paulo: Loyola, 2005.

EQUIPE DE CATEQUESE DE VOTUPORANGA. **Caminhando na construção do Reino**: volume 1 e 2. 2. ed. São Paulo: Salesiana, 2008.

FIGUEIREDO, Anísia. História do Ensino Religioso no Brasil. In: Belinquete, José. **História da Catequese nos países de língua portuguesa**. Lisboa: Gráfica Coimbra, 2011. Vol. II, pp. 1507-1547.

GOMBOLI, Mário. **Ninguém é perfeito**. São Paulo: Paulus, 2004.

GRUEN, W. **O Catecismo da Igreja Católica e a nossa Catequese**: perspectivas. Petrópolis: Vozes, 1995.

GUEEURICKX, José. **A catequese na comunidade cristã**: pequena história da catequese. Petrópolis: Vozes, 1971.

LELO, Antonio Francisco. **A iniciação cristã**: catecumenato, dinâmica sacramental e testemunho. São Paulo: Paulinas, 2005, 233 p. (Coleção água e espírito)

LUSTOSA, Oscar. **Catequese Católica no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 1992.

MARIA, Neusa. **Filhos especiais para pessoas especiais**: o milagre do dia-a-dia. São Paulo: Paulinas, 2006.

MARIN, Darci L.; RODRIGUES, Maria Paula (coordenação). **Catequese hoje**: novas ideias para evangelização no terceiro milênio. [Equipe ECOando] São Paulo: Paulus, 2003, 277 p.

MATOS, Henrique Cristiano José. **A Igreja na História**: faixa de tempo da história do Cristianismo. Belo Horizonte: Editora Lutador, 1990. Trata-se de oito quadros esquemáticos e sinóticos de grande utilidade didática.

MENDES DE OLIVEIRA, Ralfy. **O movimento catequético brasileiro no Brasil**. São Paulo: Salesiana Dom Bosco, 1980.

MIRANDA, Evaristo Eduardo. **Maravilhas a caminho**: acolher um deficiente, viver nossas deficiências. São Paulo: Loyola, 2005.

NISKIER, Arnaldo. **LDB**: a nova lei da educação. 7 ed. Rio de Janeiro: Consultor, 1997.

NOUWEN, Henri J.M. **ADAM**: o amado de Deus. São Paulo: Paulinas, 2000.

PAGOLA, José Antonio. **Jesus**: aproximação histórica. [Tradução Gentil Avelino Tilton] 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

PASSOS, Mauro (org.). **Uma história no plural**: 500 anos do movimento catequético brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1999, 231 p.

PASTORAL DOS SURDOS. **Rompe desafios e abraça os sinais do Reino na Igreja do Brasil**. São Paulo: Paulinas, 2006.

RAHNER, Karl. **Quem é teu irmão?** [Tradução Luiz João Gaio] São Paulo: Paulinas, 1986.

SANTOS, Luiz Pereira dos. **Catequese ontem e hoje**: dos primórdios a Medellín. São Paulo: Paulinas, 1987.

VILLEPELET, Denis. **O futuro da catequese**. [Tradução Jaime A. Clasen] São Paulo: Paulinas, 2007, 167 p. (Coleção pedagogia da fé)

VINHAL, Ana Shirlei P.; FREITAS, Lucy Ângela C. **Catequese junto à pessoa com deficiência mental**. São Paulo: Paulus, 2008.

WARGAS, Sandra de Carvalho; SILVA, Maria Carolina Marques. **Capazes de crer e amar**: a pessoa com deficiência mental na sociedade e na Igreja. São Paulo: Paulus, 2003.

ARTIGOS

ALVES DE LIMA, Luiz. Novos paradigmas para a catequese hoje. **Revista de Catequese**. São Paulo: Salesiana, ano 30, n. 117, p. 06-17, jan/mar, 2006.

_____. Editorial. **Revista de Catequese**. São Paulo: Salesiana, ano 26, n. 103-104, p. 3, 2003.

_____. O catecumenato ontem e hoje. **Revista de Catequese**. São Paulo: Salesiana, ano 31, n. 126, p. 06-22, abr/jun, 2009.

BARBOSA, Maria Marta. Catequese de deficientes auditivos: um gesto de amor. **Revista de Catequese**. São Paulo: Salesiana, ano 13, n. 49, p. 31-35, jan/mar, 1990.

_____. Os surdo-mudos “falam” com Deus. **Revista de Catequese**. São Paulo: Salesiana, ano 18, n. 71, p. 63-64, jul/set, 1995.

BORTOLLETO FILHO, Fernando. Deficiência e pobreza. *In*: COLLOT, Noel Fernández; MENESES, Alexandra; GIESE, Nilton (orgs.). **Teologia e deficiência**. [Tradução Roseli Schrader Giese] São Leopoldo: Sinodal; Quito: CLAI, 2010, p. 41-48.

CANSI, Bernardo. Deficientes auditivos catequizam adultos. **Revista de Catequese**. São Paulo: Salesiana, ano 8, n. 30, p. 36-44, abr/jun, 1985.

CETINA, Edesio Sánchez. “Ninguém busque seu próprio interesse, e sim o de outrem.” Teologia bíblica da deficiência no contexto da *Imago Dei*. *In*: COLLOT, Noel Fernández; MENESES, Alexandra; GIESE, Nilton (orgs.). **Teologia e deficiência**. [Tradução Roseli Schrader Giese] São Leopoldo: Sinodal; Quito: CLAI, 2010, p. 63-73.

COLLOT, Noel Fernández. Teologia latino-americana e deficiência. *In*: COLLOT, Noel Fernández; MENESES, Alexandra; GIESE, Nilton (orgs.). **Teologia e deficiência**. [Tradução Roseli Schrader Giese] São Leopoldo: Sinodal; Quito: CLAI, 2010, p. 91-100.

CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA. A Igreja e a pessoa deficiente. **Revista de Catequese**. São Paulo: Salesiana, ano 5, n. 20, p. 64-65, out/dez, 1982.

DARKE, Brenda. Deficiência e infância. *In*: COLLOT, Noel Fernández; MENESES, Alexandra; GIESE, Nilton (orgs.). **Teologia e deficiência**. [Tradução Roseli Schrader Giese] São Leopoldo: Sinodal; Quito: CLAI, 2010, p. 11- 17.

DIAS, Maria Aparecida. Movimento “Fé e Luz”: um particular serviço na “opção pelos pobres”. **Revista de Catequese**. São Paulo: Salesiana, ano 5, n. 20, p. 66-68, out/dez, 1982.

ESPÓSITO, Carlos Eduardo. Anúncio querigmático aos deficientes. **Revista de Catequese**. São Paulo: Salesiana, ano 34, n. 133, p. 58-67, jan/mar, 2011.

GIANETTO, Ubaldo. Uma educação cristã dos deficientes mentais. **Revista de Catequese**. São Paulo: Salesiana, ano 5, n. 20, p. 40-55, out/dez, 1982.

INFORMAÇÕES VÁRIAS. Brasil. São Paulo: 3º Seminário Nacional de Catequese Especial. **Revista de Catequese**. São Paulo: Salesiana, ano 27, n. 107, p. 78, jul/set, 2004.

_____. São Paulo, SP: catequese especial. **Revista de Catequese**. São Paulo: Salesiana, ano 25, n. 99, p. 75-76, jul/set, 2002.

LIMA, Geraldo Maurício de. Inclusão: um novo paradigma. **Revista de Catequese**. São Paulo: Salesiana, ano 26, n. 103-104, p. 50-53, jul/dez, 2003.

MASKE, Neli. Deficiência e violência. *In*: COLLOT, Noel Fernández; MENESES, Alexandra; GIESE, Nilton (orgs.). **Teologia e deficiência**. [Tradução Roseli Schrader Giese] São Leopoldo: Sinodal; Quito: CLAI, 2010, p. 55-60.

MENESES, Alexandra. Deficiência e pobreza. *In*: COLLOT, Noel Fernández; MENESES, Alexandra; GIESE, Nilton (orgs.). **Teologia e deficiência**. [Tradução Roseli Schrader Giese] São Leopoldo: Sinodal; Quito: CLAI, 2010, p. 49-54.

MORALES, Débora García. Gênero e deficiência na formação teológica. *In*: COLLOT, Noel Fernández; MENESES, Alexandra; GIESE, Nilton (orgs.). **Teologia e deficiência**. [Tradução Roseli Schrader Giese] São Leopoldo: Sinodal; Quito: CLAI, 2010, p. 34-40.

MÜLLER, Iára. Deficiência e gênero. *In*: COLLOT, Noel Fernández; MENESES, Alexandra; GIESE, Nilton (orgs.). **Teologia e deficiência**. [Tradução Roseli Schrader Giese] São Leopoldo: Sinodal; Quito: CLAI, 2010, p. 30-33.

PEREIRA, Aparecido. Direito dos portadores de deficiência a catequese: seminário catequético sobre direito dos deficientes à educação na fé. **Revista de Catequese**. São Paulo: Salesiana, ano 26, n. 103-104, p. 70-73, jul/dez, 2003.

PERSPECTIVAS. Catequese diferencial na Argentina. **Revista de Catequese**. São Paulo: Salesiana, ano 7, n. 26, p. 47-52, abr/jun, 1984.

RASCH, Norberto. A graça de Deus e a deficiência: um caminho para a inclusão. *In*: COLLOT, Noel Fernández; MENESES, Alexandra; GIESE, Nilton (orgs.). **Teologia e deficiência**. [Tradução Roseli Schrader Giese] São Leopoldo: Sinodal; Quito: CLAI, 2010, p. 83-90.

RASPANTI, Miguel. A catequese diferencial no presente e no futuro da Igreja latino-americana. **Revista de Catequese**. São Paulo: Salesiana, ano 1, n. 4, p. 71-75, out/dez, 1978.

RODRIGUES, Maria Helena. As necessidades educativas dos portadores de deficiência visual e seu itinerário catequético. **Revista de Catequese**. São Paulo: Salesiana, ano 22, n. 88, p. 37-43, out/dez, 1999.

RODRIGUES, Maria Paula. Catequese na diversidade: uma espiritualidade de luta pela cidadania eclesial. **Revista de Catequese**. São Paulo: Salesiana, ano 26, n. 103-104, p. 45-49, jul/dez, 2003.

SALAZAR, Elizabeth. *Talita Cumi*: chamados a viver na diversidade. *In*: COLLOT, Noel Fernández; MENESES, Alexandra; GIESE, Nilton (orgs.). **Teologia e deficiência**. [Tradução Roseli Schrader Giese] São Leopoldo: Sinodal; Quito: CLAI, 2010, p. 18-29.

SANTOS, Cícera Thadeu dos. Catequese especial. **Revista de Catequese**. São Paulo: Salesiana, ano 26, n. 103-104, p. 32-44, jul/dez, 2003.

SANTOS, Francisco Maurício A. dos. A pessoa com deficiência e sua educação à fé. **Revista de Catequese**. São Paulo: Salesiana, ano 26, n. 103-104, p. 20-31, jul/dez, 2003.

SILVEIRA, Vanilda Aparecida de Souza. Experiência de catequese especial em Votuporanga (SP). **Revista de Catequese**. São Paulo: Salesiana, ano 26, n. 103-104, p. 54-60, jul/dez, 2003.

TAMEZ, Elsa. Graça e rejeição: uma reflexão bíblico-teológica a partir dos sujeitos com limitações funcionais. *In*: COLLOT, Noel Fernández; MENESES, Alexandra; GIESE, Nilton (orgs.). **Teologia e deficiência**. [Tradução Roseli Schrader Giese] São Leopoldo: Sinodal; Quito: CLAI, 2010, p. 74-82.

VALENCIANO, María Elena Campos. Deficiência e direitos humanos: um olhar teológico. *In*: COLLOT, Noel Fernández; MENESES, Alexandra; GIESE, Nilton (orgs.). **Teologia e deficiência**. [Tradução Roseli Schrader Giese] São Leopoldo: Sinodal; Quito: CLAI, 2010, p. 101-111.

ZVER, Luiz. A questão da catequese dos excepcionais. **Revista de Catequese**. São Paulo: Salesiana, ano 9, n. 34, p. 31-34, abr/jun, 1986.

_____. Os excepcionais e a educação da fé. **Revista de Catequese**. São Paulo: Salesiana, ano 9, n. 33, p. 23-29, jan/mar, 1986.

EVENTOS E INTERNET

http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=6679. Acesso em 08 novembro 2012.

Oswaldo Montenegro. PARA NÃO SE SENTIR SOZINHO.

Apostila fornecida no curso de pós-graduação em Pastoral Catequética do Centro Universitário Salesiano Pio XI de São Paulo – SP. O mesmo teve a colaboração dos seguintes catequetas: Prof. Antonio Cesar Bachim, Prof. Francisco Maurício dos Santos, Cícera Thadeu dos Santos e Dom Wilson Dias de Oliveira, DC, Bispo de Limeira, SP.

BOTELHO, Júlio César. **A atuação do ministério público no processo de educação inclusiva – I**. *In*: 5 SEMINEDI. São Paulo, 14 e 15 de abril de 2011.

CONSTITUIÇÃO. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao_compilado.htm> **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Acesso em 20 de abril de 2011.

CONVENÇÃO DA ONU. <<http://www.selursocial.org.br/convencao.html>> A convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência. Acesso em 20 de abril de 2011.

CORMEDI, Maria Aparecida. **Fatores de sucesso para a inclusão de crianças com deficiência múltipla e surdocegueira.** *In:* 5 SEMINEDI. São Paulo, 14 e 15 de abril de 2011.

CRUZ, Andrey Lemes da. **A atuação do profissional tradutor/intérprete na sala de aula.** *In:* 5 SEMINEDI. São Paulo, 14 e 15 de abril de 2011.

Dom Odílio Pedro Scherer – Arcebispo da Arquidiocese de São Paulo, Quaresma, 28/02/2012.

MAIA, Shirley Rodrigues. **Formação de equipes colaborativas.** *In:* 5 SEMINEDI. São Paulo, 14 e 15 de abril de 2011.

MAIA, Shirley Rodrigues. **Formação de equipes colaborativas.** SOUZA, Márcia Maurício. **Famílias de pessoas com deficiência e a cultura inclusiva: a promoção da participação da família no processo de inclusão.** *In:* 5 SEMINEDI. São Paulo, 14 e 15 de abril de 2011.

MASI, Ivete de. **Ambientes inclusivos na deficiência visual.** *In:* 5 SEMINEDI. São Paulo, 14 e 15 de abril de 2011.

ORMELEZI, Eliana Maria. **Inclusão escolar dos alunos com deficiência visual: relato de experiência do atendimento educacional especializado.** *In:* 5 SEMINEDI. São Paulo, 14 e 15 de abril de 2011.

PALÁCIOS, Ayola Cuesto. **Transición de la casa a la escuela em alunos con discapacidad visual y surdoceguera.** *In:* 5 SEMINEDI. São Paulo, 14 e 15 de abril de 2011.

SALAMANCA. <<http://pt.scribd.com/doc/13828224/DECLARACAO-DE-SALAMANCA-Perguntas-frequentes>> Declaração de Salamanca. Acesso em 20 de abril de 2011.

SALES,E.http://amaivos.uol.com.br/amaivos09/noticia/noticia.asp?cod_noticia=17504&cod_canal=84 Acesso em 16-10-2012 / 16h34.

SAMPAIO CASTRO, Maria Izabel do Amaral. **A atuação do ministério público no processo de educação inclusiva – II.** *In:* 5 SEMINEDI. São Paulo, 14 e 15 de abril de 2011.

SOUZA, Márcia Maurício. **Famílias de pessoas com deficiência e a cultura inclusiva: a promoção da participação da família no processo de inclusão.** *In:* 5 SEMINEDI. São Paulo, 14 e 15 de abril de 2011.